

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LUCIENE MARIA DE SOUZA

**Entre o ideal e o real: a construção do pensamento
empresarial uberlandense e seus projetos educacionais
para a formação dos trabalhadores**

**Uberlândia - MG
2012**

LUCIENE MARIA DE SOUZA

**Entre o ideal e o real: a construção do pensamento
empresarial uberlandense e seus projetos educacionais
para a formação dos trabalhadores**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena

**Uberlândia - MG
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S729e
2012 Souza, Luciene Maria de, 1982-
Entre o ideal e o real : a construção do pensamento empresarial
uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos
trabalhadores / Luciene Maria de Souza. - 2012.

224 f. : il.

Orientador: Carlos Alberto Lucena.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Ensino profissional – Uberlândia (MG) – História
Teses. 3. Uberlândia – Condições econômicas – Teses. 4. Uberlândia –
Indústrias – História – Teses. I. Lucena, Carlos Alberto. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título

CDU: 37

LUCIENE MARIA DE SOUZA

**Entre o ideal e o real: a construção do pensamento
empresarial uberlandense e seus projetos educacionais
para a formação dos trabalhadores**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e Educação.

Tese de doutorado defendida e aprovada pela banca examinadora em: 24/04/2012

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (Orientador)

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtalli (UFU)

Prof. Dr. Robson Luiz de França (UFU)

Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior (UFSCar)

Prof. Dr. José Luís Sanfelice (UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador da vida e pai de infinita misericórdia, por ter me concedido saúde, determinação e sabedoria para desenvolver este trabalho.

À minha mãe, Maria da Conceição de Jesus, pelo amor e apoio incondicional em todas as fases da minha vida.

Ao orientador Carlos Lucena, pessoa por quem guardo profunda admiração e com quem tive durante os últimos anos da minha vida a satisfação de ter compartilhado dúvidas, descobertas e conquistas intelectuais e pessoais e que com toda a sua sabedoria me ensinou a trilhar “o caminho das pedras” no mundo acadêmico.

Ao companheiro João Francisco, pelo amor e cumplicidade e por tornar os meus dias mais felizes.

À Sirlene e Nery por dividirem comigo as angústias e descobertas do trabalho acadêmico.

Aos irmãos, Dora, Simone e Vilmar que mesmo não tendo tido as mesmas oportunidades de estudo que eu, sempre comemoraram comigo minhas conquistas como se fossem as suas próprias.

Ao Prof. José Carlos Souza Araújo que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho desde o início colaborando com várias sugestões de leituras que foram imprescindíveis para a conclusão deste estudo.

À Profa. Fabiane Santana Previtalli pela leitura atenta e cuidadosa do texto no momento da qualificação.

Aos gestores da UFTM, em especial, à Sonia Maria Gomes Lopes pela amizade, compreensão e inúmeras orientações na vida profissional e pessoal.

Às amigas de trabalho do Núcleo de Desenvolvimento Educacional da UFTM, Jacqueline, Luciana e Caroline pelo apoio e amizade.

Aos amigos da turma de doutorado 2008, pessoas com quem tive a grata satisfação de ter convivido durante meu período de formação acadêmica.

Ao amigo Ricardo Jesuíno pela sincera e fiel amizade e inspiração para continuar sempre mesmo diante das dificuldades da vida.

Aos colaboradores do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia e do Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU pela presteza e solicitude com que me atenderam e facilitaram minhas buscas.

Ao memorialista Antonio Pereira da Silva pela receptividade e pelos documentos cedidos para desenvolver a pesquisa.

Ao ex-diretor e professor Valdemar Firmino de Oliveira pela simpática recepção em sua casa e por ter cedido gentilmente documentos a respeito da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti para contribuir para a pesquisa.

À Profa. Iolanda pela recepção calorosa que me atendeu ao visitar a Escola Estadual Américo Renê Giannetti para levantamento das fontes documentais.

À Profa. Sandra Gardellari pelas valiosas sugestões na revisão do texto.

Aos funcionários da FAGED e do PPGED pelos serviços prestados e atenção dedicada durante o período deste estudo.

À classe trabalhadora brasileira que financiou meus estudos por mais de uma década, entre graduação, mestrado e doutorado, em uma universidade pública.

A todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para o término deste trabalho, meu profundo agradecimento.

**Perguntas de um operário que lê
(Bertolt Brecht)**

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
foram os seus pedreiros? A grande Roma
está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio só tinha palácios
para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
na noite em que o mar a engoliu
viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias
sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou, Filipe de Espanha
chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias.
Quantas perguntas.

RESUMO

O propósito da tese apresentada foi analisar a construção do pensamento empresarial uberlandense representado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores. O estudo foi desenvolvido com uma ampla pesquisa bibliográfica e um levantamento minucioso de fontes documentais. Através da análise das atas da entidade e artigos de jornais locais foi possível apresentar os projetos políticos, econômicos, sociais e educacionais do empresariado para a cidade de Uberlândia. O acesso às fontes documentais nos permitiu resgatar a história econômica do município vinculando o cenário local com o desenvolvimento do capitalismo em nível nacional e internacional. Diferentemente do discurso oficial de cidade ideal, rica, industrializada, a tese constatou a existência de outra realidade que foi ignorada por contrariar o projeto de cidade, idealizado pela elite econômica local. Por mais que o discurso ideológico insistisse em afirmar a eterna parceria entre capital e trabalho, a realidade histórica demonstrou que Uberlândia vivenciou nas décadas de 1940 a 1960 muitos conflitos de classes e que, na verdade, sua economia destacou-se por sua preponderância agropecuária e comercial, sobretudo no ramo atacadista. A Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti foi selecionada como um dos principais projetos educacionais liderados pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia. O intuito ao analisar a instituição escolar foi apreender a participação e os reais interesses da entidade junto aos poderes políticos locais e estaduais na criação da escola na cidade. As influências do pensamento nacional-desenvolvimentista bem como a adoção dos princípios idortianos/tayloristas de racionalização do mundo do trabalho fizeram-se presentes no cotidiano da Associação. Embora o desejo do empresariado fosse de transformar Uberlândia em Cidade Industrial como referência para toda a região mineira e para o país, a tese demonstrou que a cidade projetada idealizada foi diferente da cidade real.

Palavras-chave: Empresariado. Formação dos trabalhadores. Cidade Industrial.

ABSTRACT

This work aims at analyzing Uberlândia's business thinking development which is represented by the Chamber of Commerce, Industry and Agriculture of Uberlândia, and its educational projects for workers' training. The study was developed with an extensive literature search and a detailed survey of documentary sources. Through analysis of the entity's minutes and articles from local newspapers we could present the political, economic, social and educational projects of Uberlândia's entrepreneurs. Access to documentary sources allowed us to recover the city's economic history, linking the local scene to the development of capitalism in national and international level. Unlike the official discourse of the ideal, rich, and industrialized city, the thesis has found another reality that was ignored because it contradicts the city project, conceived by the local economic elite. Despite the ideological discourse that insisted on asserting the eternal partnership between capital and labor, the historical reality has shown that Uberlândia experienced in the decades 1940 to 1960 many conflicts of classes and, in fact, its economy was noted for its preponderance in agriculture and trade, particularly in the wholesale branch. The Vocational School of Industrial Learning Américo Renê Giannetti was selected as a major educational project led by the Chamber. Our objective in analyzing the school was to understand the participation and the real interests of the entity before the political local and state powers in creating the school in the city. The influences of the national-developmental thinking and the adoption of the IDORT/Taylorist principles of rationalization of the working world were present in the daily life of the Association. Although the desire was to transform Uberlândia into an Industrial City as a reference for the state and country, the thesis showed that the city was different from what was projected and idealized for it.

Keywords: Entrepreneurship. Workers' Training. Industrial City.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACIAPU – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia

ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia

AC MINAS – Associação Comercial de Minas Gerais

AI-5 – Ato Institucional nº 5

APU – Arquivo Público de Uberlândia

ARCOM – Armazém do Comércio

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CBAI – Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial

CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História

CDI/MG – Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior

CI – Cidade Industrial

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNI – Conferência Nacional da Indústria

CTBC – Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

EUA – Estados Unidos da América

FENIUB – Feira Nacional da Indústria de Uberlândia

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo

FIMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais

IBESP - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICASU - Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia

IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

IMES - Instituto Mineiro de Economia e Sociologia

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK - Juscelino Kubistchek

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCB - Partido Comunista do Brasil

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEQAU - Sociedade dos Engenheiros Químicos e Agrônomos de Uberlândia

SESI - Serviço Social da Indústria

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

TWI - Training Within Industry

USAID - United Agency for International Development

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| Pressupostos teórico-metodológicos de investigação..... | 14 |
| CAPÍTULO 1 | |
| O Triângulo Mineiro e a inserção de Uberlândia no contexto regional..... | 20 |
| 1.1 Nos trilhos do desenvolvimento: a contribuição da estrada de ferro Mogiana e das estradas de rodagem para o fortalecimento econômico de Uberlândia..... | 25 |
| 1.2 Construindo a grande indústria brasileira: as políticas econômicas nacionalistas no contexto do Governo Vargas..... | 30 |
| 1.3 O governo Juscelino Kubistchek e a industrialização: nacionalização ou internacionalização da economia brasileira?..... | 49 |
| 1.3.1 A ideologia nacional desenvolvimentista pelo viés das teorias isebianas..... | 55 |
| 1.3.2 A construção de Brasília e seus impactos no crescimento econômico de Uberlândia..... | 61 |
| CAPÍTULO 2 | |
| A constituição histórica da ACIAPU e a construção do pensamento empresarial uberlandense..... | 67 |
| 2.1 A atuação da ACIAPU e sua articulação política junto ao empresariado estadual e nacional..... | 85 |
| 2.2 Uberlândia e a implantação da Cidade Industrial: um projeto em construção..... | 95 |
| CAPÍTULO 3 | |
| A (re)organização do ensino profissional no contexto das reformas educacionais brasileiras..... | 109 |
| 3.1 As influências do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova nas propostas de reforma do ensino profissional no Brasil..... | 111 |

| | |
|---|-----|
| 3.2 A organização do ensino técnico-profissionalizante a partir das Leis Orgânicas de Ensino..... | 119 |
| 3.3 O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e as práticas tayloristas..... | 129 |

CAPÍTULO 4

| | |
|---|------------|
| A ACIAPU e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores..... | 150 |
| 4.1 A participação da ACIAPU na criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo René Giannetti..... | 151 |
| 4.2 Entre o ideal e o real: a (des)construção de um sedutor discurso..... | 171 |
| Considerações Finais | 204 |
| Referências..... | 209 |
| Fontes documentais consultadas..... | 220 |

INTRODUÇÃO

A contradição capital/trabalho é o subsolo desse projeto, relação que o discurso procura cuidadosamente esconder através de um jogo de imagens que configuram as tensões em outras instâncias. Isto faz parte da luta política que caracteriza de ponta a ponta o desempenho do empresariado na defesa de seu projeto e de sua estratégia. (TREVISAN, 1986).

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a história econômica, política e social de Uberlândia bem como instaurar um debate sobre o projeto político pedagógico do empresariado uberlandense para a formação da classe trabalhadora. A pertinência do estudo está em recuperar o pensamento do empresariado uberlandense representado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia¹ (ACIAPU) articulado com os processos políticos, econômicos e socioculturais em âmbito nacional e internacional e suas mediações na elaboração de ações e propostas para a formação dos trabalhadores que resultou na criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti na cidade.

A escolha do objeto de pesquisa guarda relação com as inquietações da pesquisadora desde a construção de sua dissertação de mestrado que, ao problematizar o processo de precarização e qualificação profissional dos trabalhadores no setor de *telemarketing* na cidade de Uberlândia no tempo presente, sentiu-se desafiada a voltar no tempo e retomar a história econômica, política e social do município bem como identificar o pensamento empresarial e suas concepções sobre trabalho e educação.

A problematização desse processo implicou em perceber as mudanças em curso no capitalismo e seus impactos na sociedade. A década de 1920, um período de

¹ A entidade no período de 1933 até 1969 intitulou-se Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (ACIAPU). Após esse período foi retirado o termo agropecuário de sua razão social passando então a denominar-se Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB). O uso do termo ACIAPU ao longo do texto justifica-se em função do recorte temporal delimitado por este estudo sendo que os motivos que provocaram a mudança em sua nomenclatura serão explicados no decorrer do texto.

efervescência intelectual, conflito político e crise econômica no Brasil, servirá como ponto de partida para este estudo. O contexto sócioeconômico da crise de 1929 afetou a economia brasileira até então baseada predominantemente no setor agrário-exportador apontando, gradativamente, para o investimento da burguesia nacional em processos de industrialização. Grande parte das mercadorias importadas passou a ser produzida internamente, o que iniciou um processo conhecido por Substituição de Importações que foi fundamental para mover a economia do país. Em outros termos, ocorreu uma mudança no padrão de acumulação que passou a ser centrado na industrialização.

A partir desse período, estabeleceu-se uma nova relação entre Estado, burguesia nacional e economia no Brasil. Para Lucena (2004) é preciso considerar a transformação do papel do Estado diante do quadro de consolidação do capitalismo. A dinâmica do mercado mundial e a hegemonia da grande indústria foram subordinando e ajustando os Estados Nacionais aos interesses dinâmicos do capital internacional. O Estado Nacional tornou-se progressivamente essencial ao próprio desenvolvimento das forças produtivas, um aliado aos interesses da reprodução do capital, indispensável para a imposição de uma nova sociedade. Ao encampar as diretrizes propostas pela estratégia da industrialização o Estado fortaleceu a burguesia industrial como classe hegemônica defendendo, assim, seus projetos de modernização para o país. Uberlândia em sintonia com os desdobramentos econômicos em nível nacional e internacional empenhou-se em acompanhar, pelo menos em nível de discurso, o processo de industrialização que foi tomado como saída única para se retirar o Brasil da situação de atraso econômico em relação aos países desenvolvidos.

O projeto de interiorização da economia brasileira com a “marcha para Oeste”, que iniciou durante o governo Vargas e prosseguiu com mais intensidade no governo Juscelino Kubitschek, propiciou a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, o que trouxe um crescimento econômico considerável para Uberlândia nas décadas de 50 e 60 do século XX. Em virtude de sua estratégica localização geográfica que liga os estados de grande relevância econômica e política do país, o município foi considerado um importante centro de abastecimento de força de trabalho e mercadorias

para atender Brasília e regiões próximas. A construção de Brasília e a abertura de rodovias que interligaram Uberlândia à nova capital federal, impulsionaram um crescimento econômico como reflexo de um processo desenvolvimentista que estava em vigência no país.

Nesse contexto, Soares (1995) salienta que a elite econômica uberlandense historicamente manteve um discurso calcado nos parâmetros de “ordem e progresso” com o intuito de viabilizar o desenvolvimento da cidade e a sua expansão econômica e, fundamentalmente, manter o seu controle e sua dominação política. A fim de apreendermos as transformações sócioeconômicas ocorridas em Uberlândia recuperamos as mediações e contradições presentes nas relações entre capital e trabalho e seus impactos na construção do pensamento empresarial uberlandense para formação da classe trabalhadora na cidade.

Dessa forma, a pertinência da pesquisa está em apresentar como a classe empresarial uberlandense representada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária enfrentou os conflitos advindos da sociedade e do Estado e esteve profundamente em sintonia com as alterações do capitalismo mundial sendo capaz de conceber e sustentar seu próprio projeto político pedagógico de homem, sociedade e mundo. Assim, o desafio foi apreender, para além dos discursos da classe dominante presente nos documentos oficiais, a possibilidade de analisar o pensamento empresarial uberlandense através de outro olhar. Para isso, nos propomos a estudar a essência do pensamento e ação da classe dominante não menosprezando sua capacidade e articulação política.

Pressupostos teórico-metodológicos de investigação

O recorte temporal delimitado para o desenvolvimento do estudo foi o período da década de 1940 a 1960, justificado pela ativa atuação da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia junto aos projetos de desenvolvimento econômico para a cidade que envolveu a luta por questões como: energia, água,

transportes e ampliação do setor educacional. A análise histórica em questão foi fundamental para apreensão das principais mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas em Uberlândia e seus reflexos no projeto político-pedagógico do empresariado uberlandense.

Dentre as entidades representantes do empresariado uberlandense selecionamos a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (ACIAPU) por considerá-la a entidade patronal mais atuante e influente na “vida” política, econômica e educacional da cidade. Optou-se pelo estudo do empresariado pela ótica da Associação buscando investigar sua atuação, sua visão de mundo e sociedade e seu projeto de formação humana para a classe trabalhadora na cidade, além de seu olhar quanto às relações sociais e ao processo de industrialização. Sendo assim, fomos ao discurso da ACIAPU com a intenção em desvendar a ótica empresarial quanto ao nacionalismo, ao Estado, à formação dos trabalhadores, à agricultura, o comércio, à indústria, ao capital estrangeiro e quanto a si própria. Em relação aos projetos educacionais, a Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti foi selecionada em virtude da ativa participação da ACIAPU e sua articulação junto aos representantes políticos locais e estaduais para a instalação da escola na cidade.

A documentação utilizada na pesquisa foi ampla. Tratando-se da busca pela reunião de elementos norteadores sobre o processo de construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educativos para a classe trabalhadora, a investigação e o levantamento de fontes documentais escritas e iconográficas foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste estudo. Primeiramente realizamos uma ampla revisão de literatura sobre o tema pertinente. As fontes primárias pesquisadas foram os livros de atas das reuniões e Assembleias da ACIAPU bem como artigos de jornais locais referentes ao período estudado. Para levantamento das atas da ACIAPU, foram realizadas inúmeras visitas à Associação com o intuito de selecionar os documentos para posterior análise. Contamos também com a publicação de duas revistas em comemoração ao aniversário da entidade de 50 e 65 anos.

O levantamento dos periódicos históricos foi realizado no Arquivo Público Municipal de Uberlândia bem como no CDHIS (Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia). Dentre os periódicos analisados selecionamos o Jornal Correio de Uberlândia por considerá-lo o principal porta-voz da burguesia uberlandense e também pelo volumoso acervo referente ao período estudado. Para levantamento do acervo iconográfico realizamos pesquisa no Arquivo Público Municipal de Uberlândia bem como contamos com documentos cedidos gentilmente pelo memorialista local Antonio Pereira da Silva e o ex-diretor da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, professor Valdemar Firmino de Oliveira. Para a pesquisa sobre a Escola Vocacional nos embasamos na leitura de dissertações e teses² a respeito da temática além de ter realizado visitas à referida escola para levantamentos de documentos. Os Censos do IBGE relativos às décadas de 1940 a 1970 também foram investigados a fim de mapear a história sócioeconômica do município. As mensagens presidenciais dirigidas ao Congresso Nacional referentes ao Governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foram analisadas e citadas com o intuito de corroborar a discussão.

Desse modo, as atas da ACIAPU e o Jornal Correio de Uberlândia foram as principais fontes de pesquisa para demonstrar o discurso ideológico da classe dominante uberlandense. Para tanto, foi preciso pensar nos registros não como o real, mas como parte do real, produzidos segundo determinados interesses e valores. Como bem afirma Franco (2007) o pesquisador não pode descartar a possibilidade de realizar uma sólida análise acerca do conteúdo “oculto” das mensagens e de suas entrelinhas, o que nos encaminha para além do que pode ser identificado, quantificado e classificado para o que pode ser decifrado mediante códigos especiais e simbólicos. Nosso desafio foi vincular os acontecimentos históricos singulares aos sistemas mais abrangentes de

² Para aprofundamento da história da instituição escolar ver pesquisas de MUNDIM, M. O. P. **O Ensino Vocacional no Brasil: a experiência da Escola de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti (Uberlândia 1962 - 1983)**; RESENDE, K. P. **História da Educação Profissionalizante: práticas e representações sociais da Escola Estadual Américo Renê Giannetti (1977 - 1996)**.

dados e significações. Procuramos apreender através das atas e jornais a práxis dessa importante entidade enquanto principal representante do empresariado uberlandense.

Partindo do princípio de que o “concreto é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1987, p.16), a construção do pensamento empresarial para a formação dos trabalhadores na cidade de Uberlândia se explica através de um movimento que parte de uma realidade concreta e particular que se explique em um processo mais amplo. O desenvolvimento econômico da cidade de Uberlândia não ocorreu por acaso, mas sim em virtude do desdobramento do movimento de reprodução do capital em nível nacional e internacional. Ao realizar esse movimento, adotamos princípios dialéticos que concebem a relação das partes com o todo e do todo com as partes, um processo em que tudo no mundo se relaciona e se transforma e que nenhum fato é tido como acontecimento isolado, mas como parte de um sistema complexo de fatos. É a partir desse olhar epistemológico que a estrutura dos capítulos da tese foi definida estabelecendo uma relação dialética que considere o contexto nacional e internacional e seus desdobramentos para a construção do pensamento empresarial na cidade de Uberlândia.

O texto foi dividido em quatro capítulos em que abordamos as seguintes temáticas: no primeiro capítulo, retomamos brevemente a história política, econômica e social de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro. Na sequência discutimos os reflexos da crise de 1929 na economia mundial e particularmente na economia brasileira, o que levou a expansão da industrialização através do processo de Substituição de Importações no contexto da era Vargas inaugurando assim, uma nova fase nas relações entre Estado e sistema político-econômico. Debatesmos ainda as propostas do governo Juscelino Kubitschek em prol da interiorização da economia brasileira e os reflexos do seu Programa de Metas que propiciou um maior desenvolvimento industrial no país. Destacamos ainda as contribuições do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) em prol do projeto nacional desenvolvimentista bem como os impactos da construção de Brasília no crescimento econômico de Uberlândia.

No segundo capítulo, problematizamos a constituição histórica da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária e a construção do pensamento empresarial uberlandense. Apontamos que o contexto de fundação da ACIAPU guarda relação com o fortalecimento do modelo nacional desenvolvimentista baseado na industrialização, voltado para a expansão do capitalismo na economia brasileira. Através da análise dos livros de atas das reuniões e periódicos publicados em edições comemorativas de aniversário da entidade debatemos a forte participação política da ACIAPU e suas influências nos rumos da economia na cidade. Apresentamos os desafios da Associação em conciliar os diferentes interesses das frações de classes: comercial, industrial e agropecuária. Destacamos ainda, que a Associação não atuava sozinha, mas, contrariamente, pensava suas propostas político-pedagógicas para a sociedade uberlandense articuladas com as entidades representativas do empresariado em nível estadual e nacional. Por fim, apresentamos a implantação da Cidade Industrial como um dos principais projetos liderados pela ACIAPU no município.

No terceiro capítulo, analisamos as políticas públicas educacionais e seus reflexos na organização do ensino técnico-profissionalizante no país. Retomamos a discussão do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e seus projetos educacionais voltados para a formação de um “homem novo” que estivesse em consonância com a nova sociedade urbano-industrial que estava em fase de consolidação no país e para isso a formação técnico-profissionalizante seria determinante. Na sequência analisamos as Leis Orgânicas de Ensino elaboradas na gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação que propôs uma organização do ensino em todos os níveis: industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola. Destacamos que as reformas educacionais propostas por Capanema manteve o caráter dualista ao separar o ensino secundário, destinado à formação das classes dirigentes do ensino profissional, relegado aos filhos da classe trabalhadora. Por último, retomamos a ideologia do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) que teve suas bases fundadas no modelo taylorista de organização científica do trabalho e seus impactos no sistema educacional brasileiro.

Para finalizar, no quarto capítulo investigamos os projetos pedagógicos da ACIAPU para formação dos trabalhadores no contexto do desenvolvimento urbano-industrial. A partir da análise das fontes documentais constatamos que a criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti foi um dos principais projetos educacionais liderados pela entidade. Diante disso, nosso objetivo foi identificar como ocorreu a participação e influência da Associação nesse processo. Foram quase duas décadas de idealização e solicitação do empresariado junto aos representantes da política local, estadual e federal para a instalação da escola na cidade.

Portanto, com o objetivo de fazer um contraponto ao pensamento do empresariado ligado à ACIAPU, defendemos a tese de que, apesar da existência de um discurso conservador, manifesto na defesa de uma cidade ideal, progressista e industrializada, alicerçada no discurso ideológico da parceria entre capital e trabalho, a história manifesta em sua materialidade e movimento tratou de desmentir esses pressupostos econômicos e políticos. Desse modo, tendo como referência a problematização do que as fontes apresentam e o que as bibliografias dão de sustentação, buscamos ultrapassar o discurso ideológico da classe dominante uberlandense emitido pelos documentos oficiais, elaborando um estudo que objetivou ir além da aparência buscando apreender a essência do pensamento empresarial e seus projetos educativos complexos e contraditórios expressos na totalidade do seu tempo.

CAPÍTULO 1

O TRIÂNGULO MINEIRO E A INSERÇÃO DE UBERLÂNDIA NO CONTEXTO REGIONAL

Uberlândia é um verdadeiro milagre do progresso, beleza e grandiosidade plantado em pleno sertão brasileiro. Indiscutivelmente é a cidade que mais cresce e desenvolve no interior de Minas Gerais. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 22 jan. 1956, p. 2).

Recuperar a história econômica, política e social de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro constituiu-se um desafio de grande relevância para a problematização do nosso objeto de pesquisa. Dessa forma, numa perspectiva dialética da história consideramos necessário apresentarmos uma breve trajetória histórica de Uberlândia e sua inserção no contexto regional, nacional e internacional a fim de analisarmos os discursos do empresariado uberlandense bem como seus projetos e idealizações para formação da classe trabalhadora na cidade.

O processo histórico de constituição da estrutura econômica e política do Triângulo Mineiro iniciou no limiar do século XVII, quando essa região era apenas um ponto de passagem de mineradores e tropeiros. Portanto, a efetiva ocupação no Triângulo Mineiro ocorreu no final do século XVIII, quando a expedição do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera” cruzou as terras entre os rios Grande e Paranaíba, rumo a Goiás e a Mato Grosso em busca de metais preciosos. De acordo com Soares,

A descoberta de ouro e diamantes no interior de Goiás e Mato Grosso provocou a formação de alguns arraiais nas terras do chamado Sertão da

Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), em decorrência do afluxo de pessoas em direção ao Brasil Central, em busca de riquezas. Assim, desde aquele momento, essa região se constituiria em um ponto de passagem entre o litoral e o sertão. (SOARES, 1995, p. 61).

É importante destacar que a ocupação dessa região não ocorreu de forma pacífica, mas encontrou resistências dos que ali moravam. De acordo Freitas e Sampaio (1985) o povoamento efetivo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba esbarrou na resistência de tribos indígenas como a dos Araxás, Caiapós etc., bem como a resistência dos quilombolas com destaque ao Quilombo de Ambrósio, situado no município de Ibiá-MG, um dos maiores da região.

A partir do movimento bandeirante, o fluxo migratório em busca de minerais se dirigiu ao Centro-Oeste. Nesse contexto, a região do Triângulo integrou-se ao cenário nacional, como fornecedora marginal de metais preciosos e ponto de apoio de suprimento de gêneros alimentícios aos núcleos mineratórios do Centro-Oeste. Com a diminuição dos garimpos e o nascente interesse voltado para a produção agropecuária é que a região começou a ser efetivamente ocupada.

Ao aproveitar sua privilegiada base de recursos naturais e principalmente sua localização geográfica estratégica o Triângulo Mineiro assumiu gradativamente o papel de centro de convergência de comercialização ao realizar a intermediação entre as áreas de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Dialogando com as formas de produção capitalista em desenvolvimento no Brasil, o comércio determinou a modernização da região, equipou os seus principais centros urbanos e assentou as bases para a posterior expansão da agroindústria e para a diversificação produtiva regional. (FREITAS e SAMPAIO, 1985).

Outro ponto que merece destaque foi a capacidade de articulação e representatividade política dos municípios que compõem o Triângulo Mineiro no cenário estadual. De acordo com Soares,

A região do Triângulo Mineiro possui uma formação histórica específica, com determinado modo de produzir e com uma intensa

representatividade política, sem se contrapor ao processo de desenvolvimento do país, criou e preservou uma identidade social e econômica, que se encontra materializada em diversas partes de seu território, reforçada por uma intensa prática regionalista. (SOARES, 1995, p. 55).

Esse regionalismo expressou as relações políticas de grupos que se uniram em torno da defesa de interesses políticos, econômicos e sociais específicos, que não raro resultaram em movimentos reivindicatórios vinculados à sua identidade territorial. A reivindicação da criação do estado do Triângulo Mineiro é o exemplo mais significativo desses movimentos de caráter regionalista. De acordo com publicação da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia “não é recente o interesse do Triângulo Mineiro em separar-se do estado de Minas e criar o estado do Paranaíba. Uberaba como líder regional organizou em 1906 um Clube Separatista influenciando diretamente Araguari que fundou também um Partido Separatista”. (ACIUB, 1983).

Os movimentos separatistas e/ou emancipacionistas no Triângulo Mineiro obtiveram apoio de grande parte dos municípios destacando-se principalmente Uberaba e Ituiutaba como principais defensores desse projeto. As classes políticas dominantes de Uberlândia inicialmente não demonstraram ser favoráveis ao movimento. Ao invés de propor a separação, defendiam uma maior integração da região ao estado de Minas Gerais. Mas, diante das inúmeras insatisfações em relação à falta de atenção e recursos por parte do Governo mineiro em atender as necessidades do município, o número de adeptos ao movimento separatista cresceu paulatinamente na cidade conforme nos aponta o Jornal Correio de Uberlândia.

Está tomando grande surto o movimento separatista do Triângulo, já hoje francamente apoiado por alguns municípios, sobressaindo Uberaba e Ituiutaba. Descontentamentos políticos, falta de melhor e mais intensa atuação do governo mineiro na região triangulina, o intercâmbio direto e constante com São Paulo – uma série de outros fatores, de ordem econômica e social, está predispondo o crescimento deste. O Congresso de Prefeitos do Pontal do Triângulo foi um grito separatista, como se constata do noticiário do “O Triângulo”, brilhante órgão da imprensa triangulina, que encimou o noticiário com a legenda “Liberdade, ainda

que tardia”. Esse congresso foi movimentado ao som de hinos apropriados, e o movimento está se alastrando, certo que em nossa própria Uberlândia, que tem sido o centro da reação a idéia, já possui inúmeros adeptos. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 13 dez. 1956, p. 01).

O separatismo do Triângulo Mineiro teve seus momentos de força sendo uma preocupação para os poderes públicos mineiros. No discurso das frações de classes dominantes uberlandenses, o Triângulo Mineiro era uma região rica, trabalhadora, mas se via prejudicada pelo estado de Minas Gerais, na medida em que a maior parte das arrecadações de impostos ia para a capital, Belo Horizonte, e não retornavam, através de benefícios, para a região. O estado de Minas Gerais apresentava-se como um peso para a região do Triângulo conforme destaca a seguinte afirmação “Precisamos nos separar de Minas: ‘vizinho’ estado tudo nos tira e nada nos devolve”. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 16 abr. 1957, p. 06). Publicações de frases como estas na imprensa local explicitavam que Uberlândia não se sentia parte do território mineiro. Daí, a necessidade de separação, da independência, pois o Triângulo afirmava não precisar de Minas Gerais considerando-se uma região autossuficiente.

Hoje, Uberlândia é, inegavelmente, uma grande cidade. (...) Uberlândia, cidade dinâmica, tipo cidade norte americana como a qualificou um alto funcionário da Embaixada dos Estados Unidos que a visitou e, inegavelmente, uma cidade atraente e de imprevisível futuro. Uberaba – Uberlândia – Araguari – Ituiutaba – Frutal – Patos – Araxá e outros, são importantes cidades do Triângulo, região que foi anexada a Minas, e ainda passará em futuro não distante, a constituir um novo Estado da Federação. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 02 ago. 1964, p. 07).

É preciso considerar que o movimento separatista do Triângulo nunca tratou-se de um movimento popular que reivindicasse mudanças radicais, ao contrário, era uma campanha que interessava mais às classes dominantes da região, que se sentiam lesadas com a exploração fiscal advinda do estado de Minas Gerais.

Portanto, a campanha separatista foi um importante elemento ideológico para levar toda a região – independente das diferenças e contradições sociais – a lutar contra um inimigo comum: O estado de Minas Gerais. As

campanhas por obras na região, contra impostos abusivos, etc., atendiam mais aos interesses dos dominantes do que efetivamente às classes trabalhadoras. A bandeira emancipacionista, assim deve ser entendida como um aspecto significativo da ideologia dos grupos dominantes, e não simplesmente como um movimento do “povo do Triângulo” que lutava por sua independência. (OLIVEIRA, 2002, p. 51).

Embora o discurso político de emancipação fosse apresentado como de interesse geral da população em torno do separatismo do Triângulo, na prática esse movimento tinha um forte caráter político representando na verdade os interesses das classes dominantes que muito iriam se beneficiar com a redução dos impostos. Sendo assim, os movimentos separatistas na história do município ora se fortaleciam ora se enfraqueciam de acordo com o atendimento ou não dos interesses da elite econômica local. Sempre que as reivindicações não eram atendidas retomavam-se os ideais de luta em prol do separatismo do estado de Minas Gerais.

A inserção de Uberlândia no contexto do Triângulo Mineiro teve sua história marcada inicialmente pela ocupação das terras habitadas pelos índios Caiapós e pela busca de metais preciosos. De acordo com Mesquita e Silva (2006) a ocupação do território uberlandense deu-se, inicialmente, por volta de 1818, por fazendas³, sendo João Pereira da Rocha e sua família os primeiros a se instalarem em terras próximas ao córrego São Pedro, denominadas de Fazenda do Salto. No ano de 1857, foi criada a Freguesia denominada Arraial de Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra do São Pedro de Uberabinha. Em 1888, o arraial obteve a elevação para a categoria de município, com o nome de São Pedro de Uberabinha.

A mudança do nome de São Pedro de Uberabinha para Uberlândia somente ocorreu em 19 de outubro de 1929. Foram necessários intensos debates políticos até chegar à definição pelo nome Uberlândia. As classes dominantes locais entendiam que o nome de São Pedro de Uberabinha colocava a cidade numa situação de inferioridade em

³ A produção agropecuária dessas primeiras fazendas provocou uma corrente migratória, composta, em grande parte, por parentes dos primeiros colonizadores, assim como por outros elementos desejosos de prosperarem, dada a fertilidade do solo e a possibilidade do apossamento de terras. (RODRIGUES, 1989, p. 24).

relação a Uberaba, pois passava a impressão de dependência. Por isso, defendiam a necessidade de repensar outro nome à altura do potencial da cidade. Dentre os nomes sugeridos foram cogitados “Cidade Jardim, Maravilha e Uberlândia”, fazendo a opção pelo último que significa “terra fértil”. O nome escolhido atendeu às representações das classes dirigentes tendo em vista que contemplava a defesa de uma cidade promissora que caminhava rumo ao progresso. De acordo com Dantas (2008) o sonho de se fazer grande e radiosa parece ter nascido com Uberlândia.

Acanhado, o pequeno povoado nasceu no século XIX, às margens do córrego São Pedro e, aos poucos, foi se desenvolvendo para tornar-se a Uberlândia dos sonhos, sonhos acalentados por seus habitantes, notadamente os elementos dos grupos sociais dominantes que se preocupavam em investir na cidade, e, também, atrair investidores, a fim de fazê-la próspera, moderna e bela. (DANTAS, 2008, p. 23).

O desenvolvimento econômico de Uberlândia esteve associado diretamente à implantação da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana (1895), à construção da ponte Afonso Pena (1910) e à construção de estradas de rodagem pela Cia. Mineira de Autoviação Intermunicipal (1912). A articulação dos diferentes sistemas de transportes em Uberlândia favoreceu o desenvolvimento econômico do município na divisão inter-regional do trabalho que se destacou como um influente entreposto comercial (captação e distribuição de mercadorias) entre os estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

1.1 Nos trilhos do desenvolvimento: a contribuição da estrada de ferro Mogiana e das estradas de rodagem para o fortalecimento econômico de Uberlândia

As articulações sócioeconômicas e políticas do Triângulo Mineiro com outras regiões do país foram consolidadas e ampliadas pela instalação da rede ferroviária e

pelas estradas de rodagem. A existência desses sistemas de transportes foi imprescindível para que a região fosse inserida na economia nacional. Uberlândia se desenvolveu a partir da contribuição das estradas de ferro da Companhia Mogiana⁴ que chegaram à cidade no ano de 1895. A inclusão do trecho ferroviário em Uberlândia exigiu negociações de políticos influentes, além de contar com alguns incentivos do município.

A inclusão de Uberlândia no traçado foi possível graças às influências políticas do Coronel José Teófilo Carneiro, quando em visita ao Conde de Parnaíba, convenceu este a implantar a linha do trajeto que incluiria Uberabinha e Araguari. Com o incentivo municipal de cessão do terreno, a Companhia Mogiana chegou a Uberabinha em 1895, daí seguindo para Araguari em 1897. (MESQUITA e SILVA, 2006, p. 36).

Para os autores acima a relevância da ferrovia Mogiana para toda a região do Triângulo Mineiro veio confirmar a força desse modo de transporte que favoreceu a integração logística regional. Eram vários os produtos transportados pela ferrovia: madeira vinda do Paraná, sal a granel, café, açúcar, cereais, aguardente, fumo, combustível, produtos industrializados. A intensificação das relações econômicas e sociais despertou interesses políticos, que viam nesse meio de transporte um grande trunfo para o estabelecimento de suas plataformas desenvolvimentistas. O estímulo que a ferrovia forneceu às atividades comerciais conduziu a uma nova geração de atividades.

⁴ A produção de São Paulo (principalmente manufaturados) chegava até Uberlândia através dos trilhos da Mogiana onde era embarcada em carros de bois para Goiás. Por sua vez, a produção agrícola goiana e as economias circunvizinhas a Uberlândia destinavam-se aos mercados paulistas e fluminenses, via Mogiana. (RODRIGUES, 1989, p. 27).

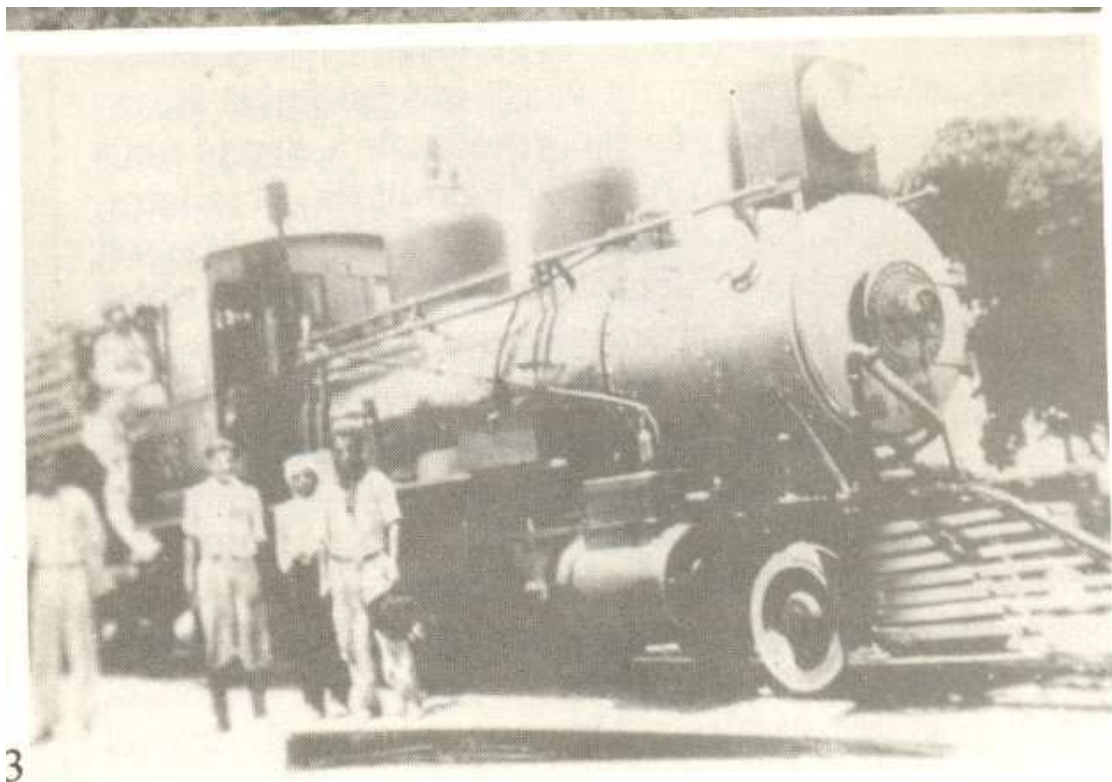


Figura 1 – Um modelo de “Maria Fumaça” da antiga Mogiana
Fonte: Acervo ACIAPU

A ferrovia mudou as possibilidades de estruturação das cidades no Triângulo Mineiro que até então apontava prioritariamente para o setor agropecuário. De acordo com Saviani (2008, p.188) as ferrovias constituíram-se na base de um processo de urbanização e industrialização. Com efeito, em torno de cada estação desenvolvia-se um núcleo urbano e constituíam-se oficinas de manutenção que absorviam mão de obra imigrante para as tarefas mecânicas de manutenção, reparo e substituição de peças das locomotivas e vagões, emergindo o germe de atividades industriais.

Com a chegada do transporte ferroviário, as transformações ocorridas no setor econômico, estabeleceram-se uma nova divisão inter-regional do trabalho. Soares (1995) destaca que diante da expansão da rede de transporte ferroviária a região do Triângulo Mineiro passou a fornecer cereais, principalmente arroz e milho, para São Paulo, além de assumir o papel de centro de convergência de comercialização entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Além de uma divisão inter-regional do trabalho, as cidades

pertencentes ao Triângulo Mineiro foram também se especializando numa divisão intra-regional do trabalho. Uberaba destacou-se pela criação de gado da raça zebu, a produção de cereais foi liderada por Sacramento e Conquista e a distribuição de mercadorias em nível inter-regional ficou sob a responsabilidade de Araguari e Uberlândia.

Além da contribuição da ferrovia Mogiana, Uberlândia contou também com a presença das estradas de rodagem abertas no início do século XX pela Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal⁵ com sede na cidade⁶. Freitas e Sampaio (1985) ressaltam que a instalação da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal foi de grande importância para o desenvolvimento econômico do município, pois constituiu um verdadeiro elo interligando a Mogiana e a Ponte Afonso Pena⁷.

Segundo discurso da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia publicado em revista comemorativa dos 50 anos da entidade, até esse momento, o grande entreposto era Uberaba. “Nem Mogiana, nem Afonso Pena tinham modificado isso profundamente. (...) a partir da interligação desses três fatores, a cidade começou a juntar condições de liderança regional, transformando-se no entreposto do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso”. (ACIUB, 1983, p.9). As rodovias funcionavam como afluentes da estrada de ferro assegurando o escoamento de produtos e o transporte de passageiros intra-regionalmente. A oferta desses dois serviços de transporte foi fundamental para o crescimento econômico da cidade. Para Guimarães,

A articulação do tripé ferrovia, rodovia e Ponto Afonso Pena possibilitou que Uberlândia se destacasse como principal entreposto comercial regional, interligando a economia industrial paulista com a região Centro-Oeste. A evolução econômica de Uberlândia, desde a primeira

⁵ Criada por iniciativa privada construiu uma rede de estradas rodoviárias que só foram incrementadas pelo estado de Minas Gerais na época de Juscelino Kubitschek e propiciou a ligação entre as cidades da região, e desta a Goiás, através de uma significativa malha rodoviária. (MACHADO, 1990, p. 43).

⁶ Uberlândia esforçou-se para consolidar uma infraestrutura de transporte e comunicações que garantisse o escoamento rápido e contínuo dos produtos agropecuários de Goiás, Mato Grosso e do próprio Triângulo. O grau de complementaridade conseguido entre automóveis e estrada de ferro foi decisivo para seu desenvolvimento econômico. (BRANDÃO, 1989).

⁷ A construção da ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba interligou o Triângulo Mineiro a todo sudoeste goiano e a Mato Grosso.

metade do século XX, deve ser pensada a partir das condições que lhe permitiram estar diretamente vinculada ao desenvolvimento rodoviário no Triângulo, Goiás e Mato Grosso, pois foi com base nestas rotas que ela se transformou no principal entrocamento e caminho “natural” para a integração comercial e o escoamento da produção do Centro-Oeste. (GUIMARÃES, 2010, p.101).

Uberlândia se destacou como um importante centro atacadista da região. A inserção dos serviços de transporte facilitou o acesso e a prática comercial possibilitando uma acumulação econômica que resultou em investimentos no desenvolvimento local. Segundo Soares (1995) com a expansão das estradas de rodagem entram em cena os motoristas de caminhão, denominados por historiadores locais como “novos bandeirantes do sertão do Centro-Oeste”. O papel desempenhado pelo comércio e, particularmente, por esses motoristas foram importantes no crescimento de Uberlândia, sobretudo, porque eles abriram e expandiram as fronteiras do Centro-Oeste, geraram riquezas⁸ para a cidade, além de incorporar novos hábitos e costumes aos moradores do município.

Nesse cenário, o projeto Varguista de interiorização⁹ da economia brasileira com a chamada “Marcha para Oeste” pós-1930 provocou a abertura de estradas interligando a região do Triângulo Mineiro a Goiás e Mato Grosso o que favoreceu as atividades econômicas do município consolidando seu papel de entreposto comercial¹⁰. Soares (1995) destaca que o processo de urbanização e modernização da economia brasileira bem como a construção de Brasília diversificou e intensificou o consumo de mercadorias incentivando ainda mais a criação e instalação de grandes empresas atacadistas em Uberlândia nesse período. A relação produção, comércio e distribuição proporcionou a

⁸ Brandão salienta que o acúmulo dessas riquezas não foi fruto do acaso, pois, percorrendo o sertão goiano e matogrossense, os comerciantes em caminhões “compravam barato e vendiam caro” passando a dominar não só estas áreas como também a impor uma certa hierarquia intra-regional no Triângulo. (BRANDÃO, 1989, p. 106).

⁹ O Projeto “Marcha para Oeste” ao final dos anos 1930 consistiu num Programa com ajuda governamental de formação de núcleos de colonização nas regiões mais despovoadas do país com o intuito de promover uma exploração mais racional das riquezas territoriais. A “Marcha para Oeste” seria uma continuidade do processo iniciado pelos bandeirantes, primeiros construtores da nacionalidade brasileira. (CARVALHO, 2000).

¹⁰ Para Rodrigues (1989) foi, pois, como entreposto comercial que Uberlândia viu aumentados, cada vez mais, sua produção agrícola, o comércio local e a população do município.

construção de rodovias materializando projetos econômicos das classes dominantes locais voltados à reprodução do capital. Diante disso, a classe empresarial uberlandense representada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária chama a atenção da população e dos políticos locais, para a necessidade de diversificação do comércio e principalmente para a implantação de indústrias na cidade.

1.2 Construindo a grande indústria brasileira: as políticas econômicas nacionalistas no contexto do Governo Vargas

O entendimento das questões apontadas acima se explica pela problematização das mediações dialéticas oriundas da reprodução do capital em âmbito internacional. Como desdobramento das crises mundiais, o modelo de acumulação capitalista brasileiro baseado no setor agrário-exportador começou a entrar em colapso nas primeiras décadas do século XX. Os reflexos da depressão econômica de 1929 revelaram as inúmeras limitações impostas pela economia de livre mercado. Esse contexto histórico desempenhou um papel decisivo na política brasileira estimulando a derrubada do Estado oligárquico e criando as condições necessárias para ocorrer a Revolução¹¹ de 1930 que levou Getúlio Vargas à Presidência da República.

A crise econômica mundial de 1929 provocou um processo de crise estrutural do sistema capitalista. A crise de superprodução foi estimulada, sobretudo, pela insistência americana em manter o mesmo ritmo de produção do período da guerra. Com o término da Primeira Guerra Mundial, os países envolvidos iniciaram a reestruturação da economia reduzindo, assim, as importações advindas dos EUA. Esse fenômeno provocou queda nas exportações americanas bem como a geração de grandes estoques. O ciclo vicioso gerado pela queda da produção industrial implicou na elevação do

¹¹ O uso do termo Revolução de 1930 é questionado por Antunes que alega que este movimento político-militar foi muito mais que um golpe e bem menos do que uma revolução e ressalta ainda que foi o momento mais singular de nossa “revolução pelo alto”. (ANTUNES, 2006, p. 500).

número de desempregados e, conseqüentemente, na redução do consumo piorando ainda mais o crítico cenário econômico mundial.

Não é demais lembrar que o modo de produção capitalista se realiza por meio do processo de acumulação. A lógica do capital é o acúmulo crescente e entre as diversas estratégias de acumulação temos a elevação da mais-valia com a superexploração da força de trabalho. Assim, o capital procura ao máximo superar obstáculos colocados à sua acumulação; no entanto, a realidade histórica e contraditória sempre o coloca de frente a diferentes movimentos de crises. Nesse sentido, Mello (2000) afirma que as crises do capital são expressões desse movimento contraditório de acumulação e expansão contínua das forças produtivas capitalistas e representa, sempre, processos de reajuste da economia que tem conduzido a uma crescente e progressiva mundialização das bases materiais do capital.

Para tanto, as crises estruturais não devem ser confundidas com as crises cíclicas do capital. É importante salientarmos tais diferenças que passam despercebidas pelas concepções cotidianas. Para Castells (1979) as crises cíclicas do capital devem ser entendidas como parte habitual do ciclo econômico, enquanto as crises estruturais afetam diretamente o processo de acumulação do capital. Os efeitos gestados pelos obstáculos estruturais impostos à lógica capitalista no processo de acumulação do capital são as chamadas crises estruturais. Os obstáculos postos pela crise estrutural impedem que o capital continue sua acumulação insaciável. Assim, o capital tenta ao máximo eliminar ou pelo menos contrabalançar os obstáculos colocados pelas crises estruturais que são frutos gerados pelo próprio modo de produção.

Para Lucena (2004) a crise de 1929 é exemplo de uma crise estrutural do sistema capitalista. Instalou-se em virtude da superprodução de mercadorias voltada para um mercado restrito. O mercado não conseguiu acompanhar o desenvolvimento da produção de mercadorias, o que levou a uma drástica redução dos preços, atingindo diretamente a reprodução do metabolismo social do capital. A queda de preços das mercadorias representou um desastre para os produtores e um benefício, em princípio, aos compradores.

A crise de 1929 espalhou-se pelo mundo todo em função da interdependência da economia americana com os outros países, principalmente daqueles que dependiam dos empréstimos dos EUA. O capitalismo liberal que até então vigorava nos EUA entrou em crise. A partir dessa conjuntura, o governo americano passou a assumir um importante papel na reorganização da vida econômica inaugurando uma fase intervencionista do Estado. A crescente intervenção do Estado nas economias e as políticas Keynesianas serviram de princípio para os debates sobre um Estado forte, atento aos interesses nacionais.

As ideias presentes na concepção de “Estado de Bem-Estar” originadas a partir do pensamento do economista John Maynard Keynes nos anos de 1930 teve como princípio a crítica aos rumos tomados pelo liberalismo no capitalismo ao afirmar que “os dois principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas”. (KEYNES, 2007, p.284). Keynes defendia o desenvolvimento da política de pleno emprego, uma economia planejada que almejasse uma maior estabilidade, a redistribuição de renda em favor dos trabalhadores e o incentivo à especulação financeira, reduzindo as taxas de juros, entre outras medidas.

Em outros termos, a riqueza do país estava na poupança desde que a mesma possibilitasse o consumo. As medidas destinadas a redistribuir a renda no sentido de aumentar a propensão a consumir podem ser muito favoráveis ao crescimento do capital. De acordo com Keynes, “deve-se criar medidas capazes de aumentar a propensão a consumir através de uma redistribuição da renda ou de um processo semelhante de modo que dado volume de emprego pudesse ser mantido com um volume de investimento menor”. (2007, p. 251). Nesse sentido, o Estado deveria intervir na economia e regular o mercado, o fluxo da moeda e garantir o pleno emprego.

É importante salientar que Keynes, ao sugerir tais políticas econômicas e sociais, não estava propondo uma superação do modo de produção capitalista, mas uma reforma no interior desse modelo devido às constantes crises econômicas que colocavam em risco a própria manutenção do sistema. Segundo Faleiros (1991) o mercado acentuou

de tal forma as desigualdades proporcionando graves crises econômicas e sociais que colocaram em risco não somente as pessoas e a força de trabalho, mas o próprio sistema capitalista. No Estado de Bem-Estar Social, a maior ou menor restrição ao acesso a bens e serviços sociais está articulada ao desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições. Como bem afirma o autor,

Nesse contexto, o Estado deve manter os mecanismos do mercado de trabalho e as relações capitalistas de produção ao mesmo tempo em que regula as atividades do mercado e da produção e atende à prestação de serviços e benefícios como direito de cidadania. Essa regulação estatal não é, pois, fruto de uma evolução do humanismo, mas das próprias contradições e conflitos de uma sociedade que produz incessantes riscos para a vida das pessoas e o esgotamento da força de trabalho. (FALEIROS, 1991, p.26).

Desse modo, é preciso que a procura de bens e serviços na sociedade seja mantida através do pleno emprego. A interferência do Estado é necessária até que a economia volte a funcionar regularmente. “O investimento constitui elemento aleatório da economia, não reclamando permanente interferência governamental e sim transitória. Para Keynes, se assim é o investimento, o consumo representa o grande sustentáculo da atividade econômica”. (VIEIRA, 1992, p. 86).

A crise econômica de 1929 evidenciou o fracasso do liberalismo clássico do livre mercado. Para Hobsbawn (1995) o argumento Keynesiano em favor dos benefícios da eliminação permanente do desemprego em massa era tão econômico quando político. Os Keynesianos afirmavam, corretamente, que a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão. A redução do desemprego tornou-se um ponto nevrálgico a ser atingido como possibilidade de sobrevivência do capital.

Diante disso, foi necessário abandonar provisoriamente o capitalismo liberal, limitando o poder do mercado e aumentando a renda dos consumidores, através da intervenção do Estado na economia de forma mais enérgica. Para Ianni (1977) a situação vigente no início da década de 1930 demonstrou a exigência da reorganização dos

mercados de capital e força de trabalho, de modo a contornar as inconveniências da política econômica liberal. A queda e transformação do comércio internacional geraram problemas econômicos, financeiros, tecnológicos, organizatórios, sociais e políticos, diante dos quais o Estado foi levado a atuar de modo mais ou menos profundo, conforme o caso.

Dessa forma, Castells (1979) afirma que a solução para essas crises significa que será produzida uma transformação básica nas relações entre as classes, entre as frações do capital e entre o capital e as forças produtivas. Perante as crises o capital procura encontrar saídas, alterando assim suas estratégias políticas, ideológicas e econômicas presentes na sociedade classista. A intervenção do Estado na economia surge como uma saída estratégica para a manutenção do sistema capitalista mundial.

No Brasil, como consequência de todo esse cenário econômico de crise mundial, o que ocorreu foi o fracasso do Estado do tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês. Nos anos de 1930 a 1945, o governo brasileiro, sob a liderança de Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma nova fase nas relações entre Estado e o sistema político-econômico. (IANNI, 1977). Dentre as principais medidas adotadas pelo governo destacaram-se as políticas econômicas voltadas a reduzir os efeitos catastróficos da crise no setor cafeeiro. Em virtude da superprodução da indústria americana, a economia brasileira sofreu grandes impactos da crise econômica em função da drástica redução do nosso principal produto de exportação, o café. A desvalorização dos preços do produto no exterior permanecia como um dos nossos principais desafios.

Para não reduzir excessivamente o preço das sacas de café, Getúlio Vargas propõe queimar parte da produção para conter a superprodução brasileira. Conforme atesta Hobsbawn (1995, p.97) “o Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor”. Além dessa estratégia, Vargas criou mecanismos de contenção das despesas em

geral, dentre eles a suspensão da dívida externa brasileira. Todas essas iniciativas foram tomadas com o intuito de promover uma tímida reabilitação econômica do país, conforme nos aponta Mendonça,

Toda essa política, no entanto, apesar de voltada para o café, trouxe uma novidade importante para a história da industrialização brasileira. Com os preços do café em baixa e as dificuldades de importar bens manufaturados (muito caros desde a crise de 29), mas com o poder de consumo interno preservado, inaugurou-se um período bastante favorável à expansão da indústria brasileira. Pela primeira vez na nossa história, os preços dos produtos industriais aqui fabricados eram mais vantajosos do que os dos importados. (MENDONÇA, 2004, p. 49).

A indústria assumiu um papel central de recuperação da economia brasileira a partir da década de 1930. Para Trevisan (1986) a crise de 1929 gerou um vácuo em todo o sistema capitalista frente ao qual a economia brasileira teve duas alternativas: a expansão do capitalismo pela industrialização e, no limite oposto, a estagnação e a reversão à economia agrário-exportadora. A forte recessão provocou a queda do consumo dos bens importados. Por isso, a busca de diversificação dos ramos industriais foi imprescindível para mover o novo setor produtivo interno.

A predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial a partir de 30 se traduziu num percurso difícil em busca da hegemonia do setor e requereu uma dupla luta da burguesia industrial: pela hegemonia econômica, com vistas à consolidação do novo modo de acumulação, e pela hegemonia política, objetivando deslocar para suas mãos o poder detido pelas classes proprietárias rurais de forma a garantir os novos mecanismos de dominação. (TREVISAN, 1986, p.24).

O processo de industrialização brasileira, só foi possível em virtude de algumas características, que foram fundamentais para sua consolidação, como: a ocorrência de mudanças na própria estrutura industrial com o surgimento de novos ramos produtivos; o vertiginoso crescimento do ritmo da expansão industrial que superou o da agricultura nesse período e o relevante papel do Estado como investidor industrial. “No lugar dos tradicionais ramos de tecido, vestuário e produtos alimentícios, cresceriam,

doravante, setores como o de metalurgia, mecânica, cimento, material elétrico e transportes, além das indústrias químicas e farmacêuticas”. (MENDONÇA, 2004, p.49). A burguesia industrial nasce como portadora de um projeto que associava a industrialização à construção da nação. A preocupação em superar a imagem do atraso econômico fez com que os industriais aceitassem a presença do Estado e do capital estrangeiro na aceleração do processo de acumulação industrial. (DELGADO, 1997).

Diante da crise, inúmeros bens industriais que eram importados passariam a ser produzidos internamente no país iniciando-se um processo conhecido como Substituição de Importações. A importância que assumiu o mercado interno foi vital para o desenvolvimento econômico posterior do Brasil. Na verdade, foi ele que passou a comandar o novo modelo, e a industrialização passou a desenvolver-se em função de uma demanda, que antes vinha sendo satisfeita pela importação de produtos manufaturados. (ROMANELLI, 1997).

O fenômeno da urbanização estimulou a formação de um potencial mercado interno que seria o propulsor das nascentes indústrias nacionais. Segundo Lucena (2004) embora o processo de Substituição de Importações tenha sido inspirado no modelo americano de industrialização, cuja base de sustentação estava dada pela indústria de bens duráveis e pelo consumo de massas, aqui a industrialização e o crescimento econômico assumiram um caráter fortemente excludente, isso porque incorporaram segmentos relativamente reduzidos ao mercado de trabalho organizado e criaram um mercado consumidor extremamente selecionado e restrito.

Por isso, não podemos dizer que no Brasil¹² tivemos de fato um Estado de Bem-Estar Social assim como ocorreu nos EUA, mas, sem dúvida, que todas as mudanças ocorridas no setor produtivo, não teriam sido possíveis se não fosse a participação ativa do Estado. Para o Brasil sair do atraso e deixar de ser um país “essencialmente agrícola”

¹² Vale lembrar que no Brasil não existiu um Estado fordista de compromisso nos moldes dos EUA e de alguns países europeus. Para Lucena a formação da classe operária nacional foi marcada por diferenças marcantes em sua essência. O que ocorreu no Brasil foi a constituição de um modelo essencialmente concentrador de renda, baseado predominantemente na coerção via Estado e via gestão de trabalho pelo capital sem combinar a persuasão em termos salariais e de integração de amplas massas de trabalhadores a um novo padrão de vida proporcionado pelo desenvolvimento industrial. (LUCENA, 2004, p. 70).

conforme enfatizava o discurso da burguesia nascente, o Estado necessitava ser um forte provedor de capitais para alavancar a indústria brasileira. Foi assim que se consolidou o Estado Nacional intervencionista que passou a ter sob o seu controle o núcleo central da industrialização do país, com o consentimento do empresariado industrial. Segundo Saviani, “conclui-se que, se o que resultou politicamente da Revolução de 1930 foi um ‘Estado de compromisso’, caberia considerar que esse Estado se pôs como agente, no plano governamental, da hegemonia da burguesia industrial”. (SAVIANI, 2008, p.193). A assessoria de influentes industriais à época como Roberto Simonsen¹³ e Euvaldo Lodi¹⁴ ilustram a articulação da política brasileira junto ao empresariado nacional.

Exemplo disso foi o caso do estado de Minas Gerais, em que o empresariado mineiro atuou ativamente junto ao aparelho administrativo do Estado fazendo-se representar junto aos Conselhos Técnicos como Instituto de Tecnologia Industrial, no Conselho do Fundo de Pesquisas do Instituto Agrônomo, no Conselho Rodoviário Estadual, dentre outras participações. A burguesia industrial mobilizou-se no sentido de definir os contornos da ordem econômica e da ordem política que defendiam para o país. (DELGADO, 1997).

Tanto o Estado quanto a classe empresarial nascente empenhavam em adotar uma postura nacionalista que se fortaleceu com a redução dos investimentos dos capitais estrangeiros.

¹³ Nasceu no Rio de Janeiro em 1889 e formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1909. Em 1916, fundou e passou a presidir o Centro dos Construtores e Industriais de Santos. Em 1928 foi vice-presidente da primeira diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Em 1935 assumiu a presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB), posteriormente renomeada como Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1937, assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

¹⁴ Nasceu em Ouro Preto em 1896 e formou-se na Escola de Minas e Metalurgia em 1920. Fundou uma usina siderúrgica em Caeté e dirigiu várias empresas dos ramos siderúrgico, metalúrgico e têxtil. Participou da fundação da Confederação Nacional da Indústria, do SENAI e do Sesi na década de 1940 e elegeu-se deputado federal em 1947. Ocupou a presidência da CNI até 1954, quando retornou ao congresso como deputado por Minas Gerais.

Dessa forma, ampliou-se o parque industrial brasileiro. Além do setor produtivo de bens de consumo correntes nas mãos dos empresários privados, passava a existir agora um setor de indústrias de base a cargo do Estado, criando-se assim uma espécie de “divisão do trabalho” entre a iniciativa pública e a particular. Datam desse período empresas estatais da maior importância para o prosseguimento da nossa industrialização, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), além de boa parte das usinas hidrelétricas da época, cujo maior exemplo foi a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). (MENDONÇA, 2004, p. 52).

Ao assumir o papel de interventor na economia o Estado brasileiro promoveu fortes investimentos nas indústrias de base ou também chamadas indústrias pesadas. Somente com a criação de tais indústrias haveria chances de êxito para o processo de Substituição de Importações. Para Simonsen, um dos principais líderes industriais do período, as indústrias pesadas e de base “não se podem, porém, formar, com facilidade, sem a existência de capitais suficientes e sem a adoção de uma política econômica governamental definida e segura, dentro da qual estejam claramente delineadas as normas da política industrial”. (SIMONSEN, 1973, p. 30). Ao Estado caberia investir em setores da economia que não eram atraentes ao investimento do capital privado nacional e estrangeiro.

Em outras palavras, a implantação das indústrias de base permitiria um barateamento considerável de inúmeros artigos de consumo e a maior divulgação do emprego da máquina, ainda tão deficiente e precária no Brasil. Desse modo, o papel das empresas produtivas estatais foi produzir bens e serviços a baixos preços, de modo a fornecê-los aos empresários privados, visando, assim, fortalecer a burguesia industrial e o próprio capitalismo no país. O desejo do empresariado nacional era de que o Estado cumprisse seu papel de financiador dos setores que eram considerados onerosos para o investimento do capital privado. Para Ianni (1977) ao Estado ficou delegado o papel de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral bem como formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro.

Pouco a pouco, o nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da ideia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dos países dominantes. A ideia de economia nacional implicava na nacionalização das decisões sobre política econômica. Portanto, o nacionalismo econômico compreendia a ideia e a decisão de criar um capitalismo nacional. (IANNI, 1977, p.69).

Nesse intuito, Getúlio Vargas desenvolveu vários projetos de intervenção na economia com a proposta de incentivar ainda mais o crescimento da indústria nacional. Dentre esses projetos destacaram-se a concessão de empréstimos aos empresários industriais com juros menores do que aqueles cobrados aos empresários agrícolas e a penalização do setor agrário com novos tributos, visando desestimular a superprodução de café. No entanto, talvez a mais importante dessas linhas de ação tenha sido o controle estatal da nova e crescente classe operária. Tal fato geraria muitos ganhos políticos e econômicos para a nascente burguesia industrial brasileira. (MENDONÇA, 2004).

Com o crescimento do número de indústrias e conseqüentemente de trabalhadores, e lutas de classes, Vargas sentiu-se pressionado a instituir uma legislação trabalhista¹⁵. O empresariado brasileiro com temor das agitações da classe trabalhadora, e seu possível envolvimento com as causas comunistas, negociou junto a Vargas a implantação de alguns direitos trabalhistas. Segundo Ianni (1977) Vargas passou a por em prática novas diretrizes políticas quanto às relações entre assalariados e empregadores, sendo que a legislação trabalhista adotada pelo governo inspirou-se predominantemente em razões políticas.

Ela foi proposta e aplicada com o objetivo precípua de sistematizar e formalizar as relações políticas entre as classes sociais urbanas. Em especial, tratava-se de pacificar as relações entre os vendedores e compradores de força de trabalho no mercado urbano (setores secundário e terciário). É que as classes sociais urbanas começavam a

¹⁵ Embora o discurso oficial seja de doação da legislação trabalhista por parte do Estado às classes trabalhadoras, na realidade esta se fez necessária em virtude das diversas manifestações dos trabalhadores em defesa de melhores condições de trabalho. A legislação funcionou também como uma eficiente estratégia do governo a fim de obter um maior controle dos trabalhadores.

desenvolver novas técnicas de ação política, em suas reivindicações econômicas e políticas. (IANNI, 1977, p.34).

A legislação trabalhista revelou a preocupação com a manutenção da ordem e a busca pela sonhada harmonia na relação capital e trabalho. O Decreto nº 19.790, de 1º de março de 1931 que tornou obrigatório o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de todas as associações e sindicatos de classes foi exemplo disso. No cerne da doutrina da paz social havia uma política de controle e dominação das atividades e organização política do proletariado. Em outros termos, a legislação em questão regulamentou os vínculos e obrigações do sindicato em face do aparelho do Estado. A intenção era transformar os sindicatos em apêndices do Estado. Esse fato demonstrou que estava em curso o processo de esvaziamento do conteúdo político do sindicato, ou melhor, o sindicato começava a adquirir novo conteúdo político, como elemento essencial do sistema político-administrativo estatal.

Os sindicatos que até então possuíam uma organização autônoma passaram a ser regulados pelo Estado por meio de uma nova Legislação Sindical. O trabalhador que não fosse sindicalizado não tinha direitos de ter acessos aos benefícios propostos pela legislação social como salário mínimo, jornadas de trabalho de oito horas diárias, direito as férias entre outros. O sindicato subordinado aos ditames do Estado permitia um controle mais próximo do trabalhador com o intuito de gerar uma mão de obra mais “dócil” e menos questionadora dos direitos sociais. Para a burguesia industrial nascente esse controle significava geração de lucros, pois facilitava uma exploração ainda maior da classe trabalhadora pelo capital.

É nessa conjuntura que Paranhos (1999) afirma que Vargas se apropria de antigas reivindicações dos trabalhadores, na medida em que a legislação trabalhista é fruto de um processo de assimilação/apropriação e ressignificação dos anseios dos trabalhadores. Astutamente Vargas se apropria da “fala dos trabalhadores” em luta pela ampliação dos direitos sociais e as devolve para a população como sendo benesses do próprio governo. O discurso da defesa dos direitos trabalhistas fabricado pelos intelectuais vinculados ao projeto político de Vargas incorporou e se apropriou de

elementos das representações ideológicas dos trabalhadores. A intenção do governo e do empresariado era propor uma formação moral e política desse “homem novo” que surgia e que deveria estar disposto a se entregar de “corpo e alma” ao engrandecimento da pátria.

Vargas, ao mesmo tempo em que procurava atender alguns poucos anseios da classe trabalhadora, também se dedicou fielmente a atender muitas das reivindicações da classe patronal. Conforme ressalta Mendonça (2004), a título de exemplo nesse período, temos a criação de inúmeros órgãos e conselhos, nos quais o empresariado atuaria de forma direta, iniciando campanhas do seu próprio interesse. Dentre eles, destaca-se o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), no qual o empresário Roberto Simonsen tinha assento e a partir do qual defenderiam as suas principais bandeiras de luta. Dentre essas, destacou-se a luta pela criação de um banco de crédito industrial e o combate ao livre comércio. Estabelece-se nesse sentido uma articulação entre as esferas pública e privada, e o Estado passa a ser um fiel protetor dos interesses privados. No campo da aparência havia o discurso de colaboração de classes para a geração de riqueza que traria benefícios para “todos”, mas no campo da materialidade o que ocorreu foi uma constante negociação entre os representantes empresariais e órgãos governamentais que excluía a participação da classe trabalhadora.

Conciliar interesses antagônicos entre capital e trabalho apresentava-se como um dos grandes desafios ao governo Vargas. O discurso proferido pelo empresário Roberto Simonsen ilustra a insatisfação da classe industrial com as “excessivas” políticas sociais adotadas pelo governo Vargas bem como manifesta reivindicações de apoio do governo junto aos interesses da classe patronal.

Existe, de fato, uma desarmonia entre esse excesso de normas do novo direito social e a deficiência de medidas estimuladoras da produção. Confio em que essa desarmonia desaparecerá e que assistiremos, em breve, à adoção de normas eficientes de política econômica que incentivem a formação de capitais nacionais e a vinda de capitais estrangeiros para auxiliarem o Brasil a alcançar os mesmos índices de progresso material que se observam em muitos outros povos. Aliás, esse enriquecimento é de absoluta necessidade a fim de que possamos custear

a criação dos meios de defesa, de que tanto carecemos, para segurança de nossa pátria, num instante, como o presente, de tão profundas apreensões internacionais. (SIMONSEN, 1973, p. 46).

O pensamento do industrial Simonsen representa de forma geral a percepção da classe empresarial brasileira que não escondeu suas insatisfações com os encargos voltados para a manutenção das leis trabalhistas em vigor. Para a classe patronal a legislação trabalhista impôs um pesado ônus que reduziu a capacidade de concorrência das empresas brasileiras em nível internacional. Para Maza (2002) Simonsen tinha clareza do relevante papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro. Entre as funções atribuídas ao Estado destacava-se sua atuação direta no campo econômico através da realização de obras e serviços públicos, organização de crédito etc. Em tese o Estado deveria ao máximo conciliar os interesses entre capital e trabalho a fim de ambos conviverem em um ambiente de harmonia reduzindo os atritos sociais.

Mesmo entendendo que o Estado nunca deveria intervir no campo da produção de forma desmedida Simonsen não excluía de suas atribuições a de agir como produtor industrial. Portanto, caber-lhe-ia proteger o trabalho sem que isto significasse a intervenção direta, no âmbito fabril, com leis sociais entravando o ritmo de produção. Mas, nos casos em que as iniciativas pessoais não dispusessem de recursos suficientes, o Estado poderia assumir a função de produtor. (MAZA, 2002, p. 48).

Em relação ao intervencionismo Estatal na iniciativa privada, Simonsen destaca que o Congresso Brasileiro da Indústria reconhecia que o Estado, longe de interferir diretamente pelo comando no campo econômico, deveria acentuar a sua influência no sentido de criar condições que assegurassem a permanência do desenvolvimento das atividades privadas que é a essência da prosperidade da nação. Conforme Ianni (1977) o Estado é convidado a entrar em cena de acordo com as necessidades e interesses do mercado. É justamente no momento das crises econômicas, financeiras e trabalhistas que o Estado passou a elaborar diretrizes nacionalistas e intervencionistas ampliando cada vez mais sua possibilidade de atuação do poder público em qualquer esfera da economia, assumindo assim, atividades mais complexas e ativas.

O desafio presente no Governo Vargas foi contemplar de certa maneira tanto os interesses da classe agrária quanto os da burguesia industrial que se fortalecia nesse período. O protecionismo estatal do governo desagradava uma série de grupos desejosos de ver restabelecidos o livre comércio internacional e o acesso mais fácil ao capital estrangeiro. Os setores agrário-exportadores estavam ansiosos pela libertação dos pesados tributos cobrados pelo Estado. O discurso do presidente Getúlio Vargas dirigido aos membros do Congresso Nacional em 1952 demonstrou a tentativa de conciliar os distintos interesses das frações de classes dominantes agrárias e industriais.

(...) A preocupação do governo, de encarar com método e segurança o exame e estudo de todos os campos da atividade nacional, traduziu-se ainda pela criação de outros órgãos técnicos, incumbidos de levar um espírito de previsão racional e científica onde até hoje só imperavam as soluções de ordem imediatista, variando ao sabor das modificações ocasionais na administração local ou nacional. Comissão de Desenvolvimento Industrial e Comissão de Política Agrária: os simples nomes de tais órgãos enunciam todo um programa. O desenvolvimento industrial do país foi até hoje deixado essencialmente ao arbítrio das preferências da iniciativa particular, muitas vezes privada ela própria, por fatores que escapam à sua competência modificar, de levar suas atividades a setores de extremo interesse para o país. Por outro lado, muito embora se haja repetido à sociedade que o Brasil é essencialmente um país agrícola, não se pode dizer que haja existido jamais uma política agrária brasileira. **São essas lacunas que se pretende suprir, a fim de manter harmoniosamente entrosadas, através da ação prudente e protetora do Estado, as atividades industriais com as agrícolas, evitar entre elas, ou entre os vários setores em que se dividem, divergências ou conflitos de interesses, abrir novos campos à iniciativa de umas e de outras, facilitar as suas condições de produção, melhorar o seu rendimento, orientá-las para o melhor atendimento das necessidades do povo.** Ainda aí estamos trabalhando para o futuro, afastando os perigos da imprevisão, contribuindo para a prosperidade geral como para a particular. (BRASIL, 1978, p.151, grifo nosso).

No discurso proferido por Vargas, fica evidente a preocupação em conciliar os diversos interesses das frações de classes dominantes. Simonsen (1973) expressava também a necessidade de uma profunda harmonia entre os interesses da agricultura e da indústria ressaltando que, vivendo a maioria das nossas populações no campo e dada

à extraordinária grandeza de nossas terras e a facilidade de produção de artigos para alimentação e vestuário, o progresso da indústria estava intimamente ligado ao enriquecimento da lavoura, parte importantíssima dos mercados internos.

Assim, diante das dificuldades em conciliar os diferentes interesses entre as classes produtoras e em virtude das inúmeras críticas¹⁶ recebidas de alguns setores da economia em função do excessivo dirigismo estatal, o poder político de Vargas entrou em crise. A política governamental adotada após 1945 em nome da “democracia representativa” abandonou em certa medida as diretrizes e as práticas ligadas à política econômica de orientação nacionalista. A Constituição de 1946 e as normas políticas e econômicas adotadas pelos governantes instauraram a hegemonia dos princípios da livre iniciativa e da igualdade de oportunidades para empresas nacionais e estrangeiras. (IANNI, 1977). Um exemplo disso foi a constituição em 1948 da Comissão Mista Brasil-[Estados Unidos](#), chamada de Missão Abbink, que resultou em programas de tratados comerciais entre os dois países. O relatório da referida Comissão afastava o pensamento nacionalista radical que defendia o controle do Estado sobre os recursos naturais e apontava medidas para estruturar o mercado interno e indicava as profundas deficiências nas áreas de transportes e energia elétrica no país. (CARVALHO, 2000).

O empresariado mineiro estava em sintonia com os acontecimentos em âmbito nacional e apostavam tanto nos investimentos do Estado quanto do capital estrangeiro. Ao assumir o governo de Minas em 1947, Milton Soares Campos convocou uma equipe de jovens¹⁷ ligados ao meio empresarial para juntos elaborarem o Plano de Recuperação

¹⁶ Um dos acontecimentos que acelerou a insatisfação popular em relação ao Governo Vargas foi o fato deste manifestar apoio aos EUA na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O Brasil que vivenciava um sistema de governo ditatorial lutava na guerra contra as ditaduras nazi-fascistas. Essa situação evidenciou a incoerência do governo Varguista e tornou insustentável a manutenção do mesmo no poder. Esse cenário provocou diversos conflitos e movimentos populares reivindicando o processo de democratização do país. (CARVALHO, 2008).

¹⁷ Participaram da elaboração do Plano os seguintes membros de seu governo: Pedro Aleixo, Secretário do Interior e Justiça; José de Magalhães Pinto, Secretário das Finanças; Américo Renê Giannetti, Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho; Augusto Mário Caldeira Brant, Secretário da Educação e Saúde; e José Seabra, Secretário de Viação e Obras Públicas. Sua elaboração resultou de trabalho conjunto do Secretariado, embora tenha ficado evidente a forte liderança de Américo Renê Giannetti, que somava à experiência de empresário a responsabilidade de liderar a Secretaria que colocaria em prática os projetos. (PEREIRA e FARIA, 2001).

Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais. A necessidade de implantação do Plano decorria da crítica situação de atraso econômico do estado de Minas mediante o destaque econômico de outras regiões do país. O Plano listou um conjunto de projetos e programas que cobria praticamente todas as atividades econômicas e assistenciais, com ênfase na industrialização e defendia que ao estado caberia complementar, amparar e estimular a iniciativa privada.

Propiciar condições para se atingir a industrialização passou ser a meta-chave no Plano de Recuperação Econômica. O Plano vinha ao encontro dos interesses da classe empresarial mineira e acenava para a resolução dos problemas energéticos e de transportes colocados pelo empresariado como prioridades para se alcançar a independência econômica de Minas Gerais. Para Delgado, as entidades empresariais participaram de forma expressiva no diagnóstico e na indicação dos rumos que a economia estadual deveria tomar.

O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, elaborado pela mais importante liderança industrial de Minas, sistematiza este diagnóstico e aponta o sentido da industrialização através de um programa de realizações. O binômio energia e transportes dá continuidade, segundo a percepção dos empresários, a esta perspectiva. Neste sentido, as entidades empresariais buscaram reforçar dentro do aparelho de Estado, aqueles centros de poder vinculados à implementação da política de energia e transportes. (DELGADO, 1997, p. 92).

O projeto industrial para Minas Gerais estava ligado, sobretudo, ao ramo da mineração e metalurgia. De acordo com Delgado (1997) desde os anos 30 do século XX, Américo Renê Giannetti e Euvaldo Lodi já defendiam a instalação da grande indústria siderúrgica em Minas Gerais. Mas as limitações enfrentadas relacionadas ao problema energético e de transportes demonstrou que esse projeto não foi tão simples de ser implantado. Um exemplo disso foi a frustração do empresariado mineiro ao perder para outro estado a instalação da Cia. Siderúrgica Nacional em 1941. “A definição do projeto siderúrgico para o Estado do Rio de Janeiro foi uma ‘pá de cal’ no ambicioso e eufórico

projeto de emancipação econômica dos mineiros”. (DINIZ, 1981, p. 50). De fato, o que predominou na estrutura industrial mineira até a década de 1950 foram os estabelecimentos ligados à indústria de alimentos.

Em consonância com as discussões nacionais a respeito da entrada do capital estrangeiro no país, o governo de Minas e seu empresariado também se viram divididos em duas frentes. No âmbito da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do estado, um grupo de técnicos via na industrialização a saída para o desenvolvimento de Minas e do país. De um lado, sabia-se que, a despeito de todo o planejamento, a grande industrialização só seria alavancada com a contribuição do capital estrangeiro. De outro, era notório o patriotismo dos mineiros, cujas raízes, plantadas nos tempos coloniais, percebiam a chegada do capital estrangeiro como uma séria ameaça à soberania nacional. (PEREIRA e FARIA, 2001). A posição do empresariado¹⁸ mineiro ligado à FIEMG e a Associação Comercial de Minas a respeito da Petrobrás foi exemplo do embate a respeito da presença do capital estrangeiro na economia brasileira.

O plano de Recuperação Econômica iniciado por Milton Campos teve sua continuidade no Governo de Juscelino Kubitschek que ensaiou no governo de Minas Gerais o que depois implantaria em âmbito nacional com o Plano de Metas. As condições exigidas para industrialização em Minas Gerais esbarravam no deficitário sistema de transportes e energia. Por isso, o programa de governo de Juscelino teve como prioridade investimentos públicos nesses setores, sendo o Departamento de Estradas de Rodagem – DER e as Centrais Elétricas do Estado de Minas Gerais – CEMIG os principais organismos para a condução da política de energia e transportes.

Em Uberlândia a situação não foi diferente. O empresariado uberlandense não perdia oportunidade de elaborar pareceres e dossiês apontando o atraso econômico do

¹⁸ Segundo Delgado (1997) as entidades defenderam nos fóruns nacionais das “classes produtoras” o monopólio estatal do petróleo. Tal posição, segundo os documentos dessas entidades, se justificaria em face da experiência adquirida em Minas no que toca à exploração do subsolo por empresas estrangeiras e, também, pelo desempenho de uma estatal como a CEMIG na oferta de eletricidade. Fora isto, as entidades mineiras compartilhavam dos mesmos postulados defendidos pelo empresariado no plano nacional. (DELGADO, 1997, p. 82).

município em função do estrangulamento do binômio energia e transporte, apontados como os principais entraves para o desenvolvimento industrial da cidade. Em visita do Governador Juscelino Kubitschek ao município, a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia encarregou-se de entregar documentos elaborados pela entidade que mapeava as necessidades e solicitavam soluções para os problemas econômicos da cidade.



Figura 2 - Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, em visita a Uberlândia em 1953.

Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia - APU

Dessa maneira, garantir uma política destinada à manutenção das boas condições de funcionamento e prosperidade do setor privado, nacional e estrangeiro bem como conciliar os interesses de três frações pertencentes à burguesia (pequena burguesia industrial, grande burguesia industrial e a burguesia industrial internacional) tornou-se uma tarefa imprescindível no novo contexto político-econômico.

De fato, essa foi a linha que inspirou a política governamental, pós 1945. Em nome de princípios liberais, criaram-se novas condições favoráveis à entrada e saída de capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, eliminaram-se os órgãos estatais vinculados ao intervencionismo. Sob o pretexto de que findara a guerra e em nome de uma espécie de “neoliberalismo”, em pouco tempo desmontou-se a nascente tecnoestrutura que se criara nos anos anteriores. (IANNI, 1977, p.81).

Durante o período compreendido entre 1945 e 1954 os destinos da industrialização brasileira oscilaram entre duas vertentes ideológicas. Para Mendonça (2004), de um lado, estavam às forças político-econômicas defensoras da entrada de capitais estrangeiros e, portanto, imbuídos de um discurso liberal que tinha como tese a privatização da economia e a livre participação do capital internacional. Essa corrente defendia o fim das barreiras alfandegárias aos produtos estrangeiros, criticavam o excessivo controle econômico estatal pregando a abertura ao capital como estratégia para modernizar a indústria brasileira.

Do outro lado, achavam-se os grupos, que eram adversários dessa doutrina, temerosos da concorrência estrangeira, caso o país abrisse as suas barreiras alfandegárias. Defendiam uma industrialização com base no capital essencialmente nacional fazendo restrições à entrada do capital estrangeiro no país. Diante das divergentes propostas de desenvolvimento econômico para o país, a manutenção do nacionalismo mostrava-se cada vez mais difícil. Nesse confronto, o projeto varguista de conciliação e compromisso da forma como estava posto foi derrotado.

O Segundo Governo Vargas encontrou um Brasil diferente no tocante à industrialização e urbanização. Para Carvalho (2008) Vargas em 1951 assume a presidência com uma postura de um nacionalismo econômico que permite a entrada do capital estrangeiro, porém, associado ao capital nacional, dando nesse seu governo, mais um impulso à industrialização brasileira e criando ainda órgãos e empresas nacionais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE e a Petrobrás.

Nesse ambiente de marchas e contramarchas, o equilíbrio de Getúlio Vargas no poder tornava-se cada dia mais precário, mesmo porque eram cada vez mais claros os

sinais de que pendia para o lado populista da instável aliança que lhe dava sustentação. (PEREIRA e FARIA, 2001). Como desdobramento desse cenário, a década de 1950 foi marcada pelo debate em torno do capital privado nacional, do Estado e do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento. Os capitais externos seriam os grandes financiadores da montagem do setor produtivo de bens de consumo duráveis, por meio da prática do investimento direto no país. A situação internacional favorável pós Segunda Guerra Mundial contribuiu para a inserção de capitais estrangeiros no Brasil. Após financiar a reconstrução europeia os EUA buscaram novas frentes para investir os seus capitais. O Brasil foi um dos países beneficiados na América Latina com a obtenção de capitais estrangeiros para fortalecer a estrutura industrial brasileira. Em 1956, com a posse do presidente Juscelino Kubistchek, instaurou-se um novo padrão de acumulação que exprimiu a profunda solidariedade entre o Estado, a empresa nacional e estrangeira voltado para uma progressiva internacionalização do processo de reprodução e acumulação do capital.

1.3 O governo Juscelino Kubistchek e a industrialização: nacionalização ou internacionalização da economia brasileira?

O período pós Segunda Guerra Mundial vivenciado pelo capitalismo monopolista foi denominado por Hobsbawm (1995) como os “anos dourados” do capitalismo. Entre 1950 a 1973 a economia mundial obteve altas taxas de crescimento. “A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes”. (HOBBSAWM, 1955, p.257). Embora as estatísticas apresentassem altas taxas de crescimento econômico mundial, Lucena (2004) destaca que os “anos dourados” do capitalismo trouxeram também em seu bojo uma série de contradições. Apesar do apelo ao consumo, a sociedade continuava dividida em

classes sociais, significando que nem todos foram atingidos pelos benefícios do fordismo.

Diante do novo cenário econômico que despontava com o fim da Segunda Guerra Mundial, a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro foi inevitável. Conforme Hobsbawm,

A economia mundial na Era de Ouro continuou sendo mais internacional que transnacional. Os países comerciavam uns com os outros em medida cada vez maior. Mesmo os EUA, que tinham sido em grande parte autossuficientes antes da Segunda Guerra Mundial, quadruplicaram suas exportações para o resto do mundo entre 1950 e 1970, mas também se tornaram um maciço importador de bens de consumo a partir do final da década de 1950. (HOBSBAWM, 1995, p. 271).

Hobsbawm (1995) aponta três aspectos fundamentais nesse processo de transnacionalização da economia: o surgimento das empresas transnacionais, a nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento externo. Nesse contexto, diante de uma economia cada vez mais transnacionalizada, a excessiva interferência do Estado apresentava-se cada vez mais como fator complicador para o crescimento da economia.

A transição do Governo Vargas para o Governo Kubitschek foi uma mudança essencial na ideologia do nacional desenvolvimentismo. Para Ianni (1977) modificou-se a relação entre Estado e economia. Se no período Vargas as decisões políticas orientavam-se no sentido de criar um sistema econômico nacional, no governo JK o intuito era desenvolver um sistema capitalista associado ou dependente do capital internacional.

A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro foi uma das estratégias adotadas no governo do presidente Juscelino Kubitschek no período de 1956 a 1961 para propiciar o desenvolvimento e modernização no país. A indústria brasileira nesse período passou por fortes mudanças em função de dois fatores: a opção por desenvolver um novo setor industrial voltado para a produção de bens de consumo duráveis e a

decisão de favorecer a livre participação do capital estrangeiro no país. (MENDONÇA, 2004).

Assim, a vitória de JK representou para o empresariado o triunfo da proposta de industrialização acelerada para o país. O conceito de industrialização, para JK não continha a ideia de autonomia. Para Getúlio Vargas toda a problemática do desenvolvimento econômico e particularmente a questão da industrialização estava ligada à ideia de emancipação econômica nacional. No pensamento de Kubitschek, todavia, essa ideia não aparece, ou é simplesmente secundária. Talvez se possa dizer que para Kubitschek industrialização e independência econômica nacional seriam duas entidades distintas. (IANNI, 1977).

A situação internacional favorável contribuiu para a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, principalmente advindos dos EUA¹⁹. O Brasil foi um dos países contemplados, recebendo investimentos que contribuíram para fortalecer a estrutura industrial brasileira. Conforme atesta o próprio Juscelino Kubitschek em mensagem presidencial encaminhada ao Congresso Nacional em 1956, a iniciativa privada em seu governo foi considerada elemento fundamental para atingir o progresso desejado para o país.

Estou empenhado em dinamizar a atuação do Brasil nos organismos internacionais de caráter econômico, onde se discutem e equacionam os grandes problemas internacionais. A posição brasileira, de cooperação integral com os demais países do universo, tradicionalmente firmada, deve ganhar a intensidade de ação que exige a política econômica interna, voltada para o desenvolvimento do país. (BRASIL, 1978, p. 241).

Desse modo, o capital internacional tornou-se elemento fundamental na industrialização brasileira. O papel do Estado brasileiro nesse contexto passou a ser o de disciplinador interno, negociador externo e responsável pela implantação da infraestrutura industrial e de serviços requerida pelo setor internacionalizado da

¹⁹ A partir de 1950, visando ao desenvolvimento do parque industrial, incrementou-se a entrada de maciços investimentos estrangeiros, principalmente de capital norte-americano. Entre 1955 e 1959, através da instrução 113 da SUMOC, entraram no país quase 400 milhões de dólares, dos quais um percentual de 48,6% provinha dos EUA. (PAULA, 2003, p. 219).

economia. Nos discursos de JK era frequente a relação entre industrialização e capital estrangeiro. Isto é, devido à convicção política que fundamentava a sua ideologia de desenvolvimento econômico, industrialização e capital estrangeiro eram noções conjugadas. Para ele não se tratavam de entidades incompatíveis ou entre as quais pudessem surgir tensões. (IANNI, 1977).

Podemos dizer que o modelo de industrialização implantada no Brasil nesse período esteve amplamente integrado ao arcabouço da economia mundial. “A industrialização ocorrida no Brasil implicou na reformulação das relações de dependência. Nos termos em que ocorreu, ela ampliou e aprofundou a internacionalização da economia brasileira”. (IANNI, 1977, p.169). A ampliação das indústrias e criação de novos ramos de trabalho intensificou a urbanização criando um número de consumidores potencialmente capazes de comprar os bens de consumo duráveis produzidos pelo novo setor implantado.

Grande parte das indústrias de bens de consumo duráveis no Brasil no final dos anos de 1950 pertencia ao capital estrangeiro. Segundo Mendonça (2004) essa foi a maneira escolhida por JK para superar a escassez de recursos destinados à modernização da nossa indústria sem depender somente do Estado e das empresas estatais. A euforia modernizante que envolveu o desenvolvimento industrial do Brasil nos anos JK foi ilustrada pelo lema adotado pelo presidente ao alegar que seu objetivo era fazer o país crescer “cinquenta anos em cinco”.

Todavia, a entrada de capital estrangeiro no país não ocorreu de forma desordenada e livre de controles. O governo JK adotou uma experiência de planejamento econômico integral, visando coordenar e controlar todos os setores econômicos, através do denominado Plano de Metas²⁰, considerado o fio condutor do desenvolvimento brasileiro nesse período. O Plano de Metas visava transformar a

²⁰ O Plano de Metas consistiu em um amplo e sistemático planejamento de 31 metas, as quais tinham como fundamentos abolir os pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infraestruturais a cargo do Estado; ampliar e instalar as indústrias de base, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros e, por fim, forçar a interiorização da economia brasileira com a construção da nova sede administrativa do país. (GUIMARÃES, 2010, p. 123).

estrutura econômica do país através do fortalecimento da indústria de base e a reformulação das condições de interdependência com o capitalismo mundial.

A ação governamental, em seu conjunto, deveria criar melhores condições econômicas, financeiras, sociais e políticas para o florescimento da livre iniciativa. Um dos alvos centrais do Programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia. Além deste objetivo, pretendia-se estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo. (IANNI, 1977, p.153).

Em outras palavras, o Estado através do Plano de Metas controlava onde e como os capitais públicos e privados deveriam ser aplicados. O Plano tinha como objetivo central acelerar o desenvolvimento industrial do país, priorizando, sobretudo dois setores-chave: energia e transporte. Segundo Guimarães (2010) no que se refere ao fortalecimento dos transportes, o Governo JK selou a opção rodoviária brasileira e, principalmente, ajudou a delinear quais seriam as rotas dinâmicas da economia.

As transformações na economia brasileira, na década de 1960, foram marcadas pela expansão rodoviária e o crescimento da indústria automobilística. Isto significava o alargamento e expansão do mercado interno de consumo e a reordenação das áreas econômicas, a partir da estrutura produtiva paulista. À medida que os transportes ampliavam as fronteiras e interligavam as regiões, tendo por direção forçada as áreas do Centro-Oeste, expandia-se o espaço econômico brasileiro com uma tônica especial: produzir mercadorias. (GUIMARÃES, 2010, p. 182).

O elemento central da priorização do Plano de Metas e que se tornou, indiscutivelmente, o principal instrumento de definição dos fluxos econômicos na economia continental foi a expansão rodoviária, não apenas em termos de extensão e traçado, mas também de modernização. (GUIMARÃES, 2010). A abertura de rodovias foi entendida pelo empresariado ligado ao comércio como processo de criação da riqueza através da circulação das mercadorias.

O desenvolvimento econômico de Uberlândia nas décadas de 1950 e 1960 esteve em consonância com a proposta desenvolvimentista do governo JK. A luta do

empresariado pela melhoria na infraestrutura da cidade, principalmente no que se refere ao binômio energia e transporte, foi a principal meta a ser atingida pela elite econômica da cidade. A hegemonia de Uberlândia no contexto regional dependia da abertura de rodovias que a interligasse com todo o estado de Minas Gerais, Centro-Oeste e Norte do Brasil. Ciente da dimensão dos problemas infraestruturais que ameaçavam o desenvolvimento econômico da cidade, a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia acompanhava de perto as tentativas do governo e a iniciativa particular de saná-lo.



Figura 3 - O presidente Juscelino inaugura o trecho Uberlândia/Monte Alegre.
Fonte: Acervo ACIAPU

O discurso de agradecimento das frações de classes produtoras representado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia ao presidente Juscelino Kubitschek quando da inauguração do trecho asfaltado entre Uberlândia – Monte Alegre ilustra as expectativas de conquistas do empresariado com o apoio do governo do estado.

Um eleito do povo é o próprio povo em todos os seus anseios, em todas as suas necessidades e em todas as suas tradições memoráveis. No instante em que V. Excia. preside a inauguração destas obras rodoviárias, de tão marcado alcance, não encontramos pensamento mais adequado para expressar a intensidade do nosso sentir e a reação que experimentamos, como delegado das classes produtoras de Uberlândia, ao apresentar a V. Excia. a nossa saudação e as congratulações efusivas dos nossos conterrâneos do Triângulo Mineiro. (ACIAPU, 15 jul. 1958, p. 115).

O empresariado uberlandense no imbróglio de transformar Uberlândia em Cidade Industrial e em sintonia com o movimento nacional de abertura ao capital estrangeiro no país manifestou o interesse de receber investimentos tanto do capital nacional quanto internacional para a expansão industrial na cidade. De acordo com Carvalho (2000) estava presente no discurso das elites econômicas a necessidade de atração desse capital, demonstrando que elas atuavam consoante à política econômica implementada pelo Governo Kubitschek, fundamentada na necessária coesão entre o estado e o capital privado, fosse nacional ou externo.

O intenso programa de industrialização realizado durante o governo Kubitschek mobilizou diversos intelectuais a fim de elaborarem propostas e pareceres a respeito da situação econômica brasileira. Para dar sustentação ideológica à política econômica definida em seu governo, Juscelino Kubitschek contou com a contribuição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

1.3.1 A ideologia nacional desenvolvimentista pelo viés das teorias isebianas

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 1955 vinculado ao Ministério da Educação e Cultura no governo João Café Filho²¹, com o intuito de

²¹ Diante do suicídio do presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954, o vice-presidente João Café Filho assume o governo do país interinamente até a posse de Juscelino Kubitschek.

elaborar teorias sobre o desenvolvimento nacional. O papel do ISEB era produzir um pensamento capaz de promover a mobilização de todas as classes e dos setores sociais em torno da modernização do país guiados pela ideologia do nacional desenvolvimentismo.

As ideias centrais do Instituto foram originalmente formuladas pelo Grupo Itatiaia, equipe formada em 1952 por sociólogos, economistas e outros intelectuais, com o objetivo de formular uma nova teoria para o desenvolvimento nacional. Esse grupo fundou, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que deu origem, em 1955, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB. Para os estudiosos reunidos no ISEB, o nacionalismo constituía o fenômeno central da vida brasileira naquele momento, na medida em que as forças econômicas externas eram identificadas como o principal obstáculo ao desenvolvimento do país.

Vale lembrar que a ideologia nacional desenvolvimentista do ISEB estava em sintonia com um movimento amplo na América Latina que resultou na criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Para os autores cepalinos a saída para a superação da situação de atraso econômico dos países latino-americanos estava na ação intervencionista do Estado na economia mediante maciços investimentos no setor industrial²². No pensamento da CEPAL o desenvolvimento só poderia ser alcançado através da industrialização sustentado por um Estado nacional forte, autônomo e regulador da economia.

Para Toledo (1982, p.178) além de suas funções teóricas, a ideologia isebiana desempenhava também funções práticas bem precisas: “impulsionar, promover, racionalizar o processo de industrialização, o desenvolvimento, a emancipação nacional”. O autor denominou o ISEB como uma “fábrica de ideologias” em função das

²² A teoria cepalina do subdesenvolvimento estava fundamentada na hipótese de que a indústria seria capaz de se tornar o núcleo gerador e difusor do progresso técnico e produtividade. Para isso defendiam duas teses centrais: a do papel central da industrialização para a superação da condição periférica e a da incapacidade da produção primário-exportadora de sustentar um crescimento dinâmico da economia. (COLISTETE, 2001).

diferentes concepções dos intelectuais²³ que integravam o Instituto. Provenientes de diversas áreas do conhecimento como: Sociologia, História, Economia, Filosofia entre outras, os isebianos aplicavam seus conhecimentos para análise e compreensão da realidade brasileira. Embora tivessem diferentes visões de mundo e sociedade em determinados pontos, os motivos que os uniram em torno do projeto ideológico do ISEB era maior que suas diferenças epistemológicas.

Contudo, pode-se afirmar que o nacionalismo foi a ideologia hegemônica no interior do ISEB, particularmente durante o período que correspondeu ao governo JK. Os isebianos tinham em comum a defesa de uma nação brasileira forte e autônoma em relação ao capital internacional.

A ideologização da produção isebiana vai, assim, residir na hegemonia que se procura defender para a ideologia do desenvolvimento nacional. Escamoteava-se por completo a existência de ideologias dominantes e ideologias dominadas no interior da formação social, posto que – acreditavam os isebianos – entre as classes sociais que as suportavam não haveria fundamentais contradições de interesses. Não poderia haver ideologias dominantes e ideologias dominadas quando se crê que o projeto de desenvolvimento se identifica com o “projeto de Nação”. (TOLEDO, 1982, p.50).

Os intelectuais isebianos compreendiam as relações entre os países a partir da dualidade entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ao analisar as relações entre as regiões pelo binômio centro e periferia desconsideravam a totalidade histórica maior em que esses países estavam inseridos. Para Toledo, o subdesenvolvimento não é pensado em termos de capitalismo dependente, mas de nação dependente.

²³ A composição do ISEB era bastante heterogênea e comportava intelectuais com perfis ideológicos e políticos bastante diversos entre si. Quando da sua criação teve a seguinte estrutura: Diretor Executivo: Roland Corbisier; Conselho Curador: Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabal, Hélio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto de Oliveira Campos e Roland Corbisier; Responsáveis pelos departamentos: Filosofia: Álvaro Vieira Pinto; História: Cândido Mendes; Sociologia: Alberto Guerreiro Ramos; Ciência Política: Hélio Jaguaribe; Economia: Evaldo Correa Lima. (SAVIANI, 2008).

Na ausência de análises objetivas acerca do novo caráter da economia brasileira, a partir da expansão industrial da década de 50, e permanecendo-se ao nível dos “princípios nacionalistas”, não puderam os isebianos perceber em toda a sua extensão que o desenvolvimentismo, na vigência do capitalismo, só podia se realizar através de um crescente fortalecimento das relações de dependência entre as metrópoles e as periferias, na qual a internacionalização da economia era uma das suas expressões. Dito em outros termos, o “entreguismo” da política econômica não era percebido como tendo um “caráter estrutural”. (TOLEDO, 1982, p. 151).

Para tanto, o desenvolvimento econômico da nação não representava o fim de todas as suas dependências no interior do sistema capitalista, pois a desigualdade econômica entre os países é um fator inerente ao metabolismo social do capital. Mesmo que fosse atingido um elevado grau de desenvolvimento econômico, a nação não deixaria de estar nos marcos de um determinado modo de produção capitalista.

Ao defenderem um projeto de nação brasileira forte e independente ignoravam os diferentes interesses de classes dentro dessa mesma nação. Para eles, as contradições e conflitos de interesses eram secundários, pois atingindo o desenvolvimento e, conseqüentemente, a modernização do país, os interesses da nação como um todo seriam atendidos mediante a geração de uma riqueza nacional. O discurso defendido era que os frutos do nacional desenvolvimentismo seriam igualmente divididos por toda a sociedade brasileira. Exemplos disso foram os discursos do presidente Juscelino Kubitschek presentes nas mensagens presidenciais enviadas ao Congresso Nacional em 1957 ao enfatizar a contribuição de toda a população para a concretização do projeto nacional desenvolvimentista. Dele selecionamos, a seguir, alguns trechos.

O povo brasileiro decidiu tomar em suas mãos a grande empresa de sua libertação econômica e da plena afirmação de sua capacidade civilizadora. Homens empreendedores e intrépidos se voltam a iniciativas de largo alcance. **E o trabalhador nacional, atendido em suas justas reivindicações, cômico de seus deveres e convicto de que a prosperidade do país significa vida melhor para todos, acha-se admiravelmente integrado no esforço do desenvolvimento.** (BRASIL, 1978, p.281, grifo nosso).

O discurso do ISEB em consonância com a política de JK tinha como objetivo fazer com que cada trabalhador brasileiro acreditasse ser um “soldado do desenvolvimento” prestando seu apoio ao projeto desenvolvimentista. Esse discurso na verdade, mascara um projeto que representava predominantemente os interesses das classes dominantes. Fortalecer a nação brasileira não significaria romper com o modo de produção capitalista. As contradições existentes entre capital e trabalho permaneceriam latentes da mesma forma dentro desse novo contexto.

É preciso destacar que não houve consenso no interior do ISEB no que diz respeito às realizações no governo JK. Para Toledo (1982) as polêmicas e tensões internas do grupo expressavam que não teria existido uma única ideologia isebiana, mas heterogêneas compreensões ideológicas do nacional desenvolvimentismo dentro dessa instituição. A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro gerou intensos debates no interior do Instituto. Houve os que manifestaram insatisfações com as medidas adotadas no governo JK alegando que tais práticas entreguistas provocariam uma maior exploração e dependência do Brasil em relação aos centros hegemônicos. Por outro lado, o governo federal obteve apoio de alguns intelectuais do Instituto que consideraram a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro necessária para que o país alcançasse o desenvolvimento desejado.

Em Minas Gerais as diferentes concepções a respeito do nacionalismo também estavam latentes. Fazendo às vezes de núcleo de formulação do pensamento da elite empresarial mineira, o Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais – CEEMG²⁴ teve o nacionalismo como um componente importante dos estudos que elaborava. Para tanto, o nacionalismo defendido não era contrário à participação do capital estrangeiro em toda e qualquer atividade, e sim nas consideradas essenciais para a defesa da soberania nacional. Tratava-se de fixar regras bem definidas para sua atuação, em sintonia com os interesses nacionais. A corrente nacionalista que predominou no pensamento da elite econômica mineira não foi apenas uma e por isso não é correto falar

²⁴ A fundação do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais em 24 de agosto de 1950 com sede em Belo Horizonte foi considerada um marco na elaboração e sistematização do pensamento econômico do empresariado mineiro, especialmente o ligado à Associação Comercial de Minas.

em unanimidade de pensamento. Em várias oportunidades, foi possível observar a manifestação de vozes destoantes. (PEREIRA e FARIA, 2001).

Assim, os intelectuais isebianos bem como o próprio governo Kubitschek estiveram permeados por essa contradição. De acordo com Ianni (1977) essa situação pode ser explicada pelo movimento pendular que a economia brasileira vivenciou nesses anos. Enquanto Vargas procurou compatibilizar ideologia nacionalista e política econômica de tipo nacionalista, Kubitschek realizou seu governo jogando ao mesmo tempo com a ideologia nacionalista e uma política econômica de tipo internacionalista. Juscelino Kubitschek buscava conciliar as duas entidades antagônicas no seu governo, a ideologia nacionalista através dos discursos isebianos e a política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento, com a internacionalização dos novos setores econômicos. Para tanto, o discurso de uma política nacionalista tinha mais um caráter ideológico e tático do governo para sua efetiva manutenção no poder.

Em outras palavras, ocorreu uma metamorfose na ideologia desenvolvimentista brasileira. Enquanto o percurso ideológico presente no pensamento de Vargas defendia que a industrialização seria o caminho mais curto para a criação de um capitalismo nacional, no pensamento de JK a industrialização somente seria possível no contexto da interdependência e associação. Embora o discurso do presidente JK seja o de uma defesa nacional desenvolvimentista, na prática verificou-se a constituição de um capitalismo brasileiro interdependente da economia internacional. Instaurou-se, assim, um padrão de acumulação que teve como pressupostos laços de solidariedade entre Estado, burguesia nacional e internacional.

De todas as metas propostas pelo presidente JK, a que mereceu destaque especial durante seu governo foi a construção da nova capital no interior do país. A construção de Brasília foi denominada meta síntese e expressou o eixo da vida política do país e sua marcha rumo à civilização e ao progresso. Por influência da localização de Brasília, Uberlândia conquistou posição privilegiada no cenário histórico nacional.

1.3.2 A construção de Brasília e seus impactos no crescimento econômico de Uberlândia

Uma das principais metas do governo JK foi a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior do país. Podemos dizer que a criação da indústria automobilística no país e a construção de Brasília transformaram-se nos principais símbolos do Governo Kubistchek. O Projeto de construção de Brasília foi iniciado no Governo Vargas e obteve continuidade no período JK que defendeu a interiorização da economia como saída para alavancar o desenvolvimento do país.

A discussão política para definição da região onde seria construída a nova capital encheu de expectativas a burguesia uberlandense. Desde o início Uberlândia apoiou o projeto de interiorização da capital federal, defendendo inclusive sua capacidade para sediá-la. Segundo Soares (1995) estudiosos e técnicos do governo federal ao realizar pesquisas na tentativa de encontrar uma nova área para ser instalada a futura capital federal cogitaram Uberlândia como uma das possíveis cidades. Para tanto, quando houve a decisão final do governo federal de que a nova capital seria no Planalto Central, Uberlândia acatou, pois sabia que a interiorização da capital lhe traria muitos benefícios em função da sua estratégica localização geográfica entre o Planalto Central e o centro industrial do país representado por São Paulo e Rio de Janeiro.

O empresariado uberlandense acreditava que a interiorização da nova capital acentuaria o crescimento econômico da cidade, fortalecendo seu papel de entreposto comercial na região. Para Brandão, a decisão pela localização da nova capital no planalto goiano provocou forte impacto na região do Triângulo Mineiro: “fortaleceu sua importância geo-estratégica, consolidou-a como entroncamento de importantes estradas federais e, sobretudo, fomentou várias atividades de apoio à construção de Brasília”. (BRANDÃO, 1989, p. 131).

Este momento histórico ganha real importância para nosso estudo, pois aí, adensam-se as pressões da burguesia regional para inserir-se e consolidar-se como espaço privilegiado na órbita de Brasília tentando aproveitar todas as oportunidades abertas pela lógica máxima “todos os

caminhos levam a Brasília". As lideranças regionais tinham clareza da inadequação dos transportes frente ao novo patamar de mercantilização que se colocava. Neste particular, não resta dúvida de que um dos eixos básicos do Plano de Metas, o rodoviarismo-automobilismo, representou um verdadeiro "divisor de águas" da história do Triângulo. Desnecessário dizer da importância dos transportes para uma região com fortes interesses comerciais e com uma localização geográfica estratégica a meio caminho entre o Sul e o Norte. Assim, antigas reivindicações triangulinas puderam ser atendidas, aproveitando-se da onda de expansão da malha de estradas de rodagem que recortava o país. (BRANDÃO, 1989, p. 134).

Uberlândia atendeu diversas necessidades para a concretização da construção da nova capital fornecendo mercadorias e força de trabalho para o setor de construção civil. A complexa rede de comunicações montada, situando Uberlândia em suas rotas foi decorrente dessa proximidade com a capital federal bem como do empenho de sua ambiciosa classe empresarial local. A figura abaixo nos permite visualizar a estratégica localização geográfica de Uberlândia no contexto regional.

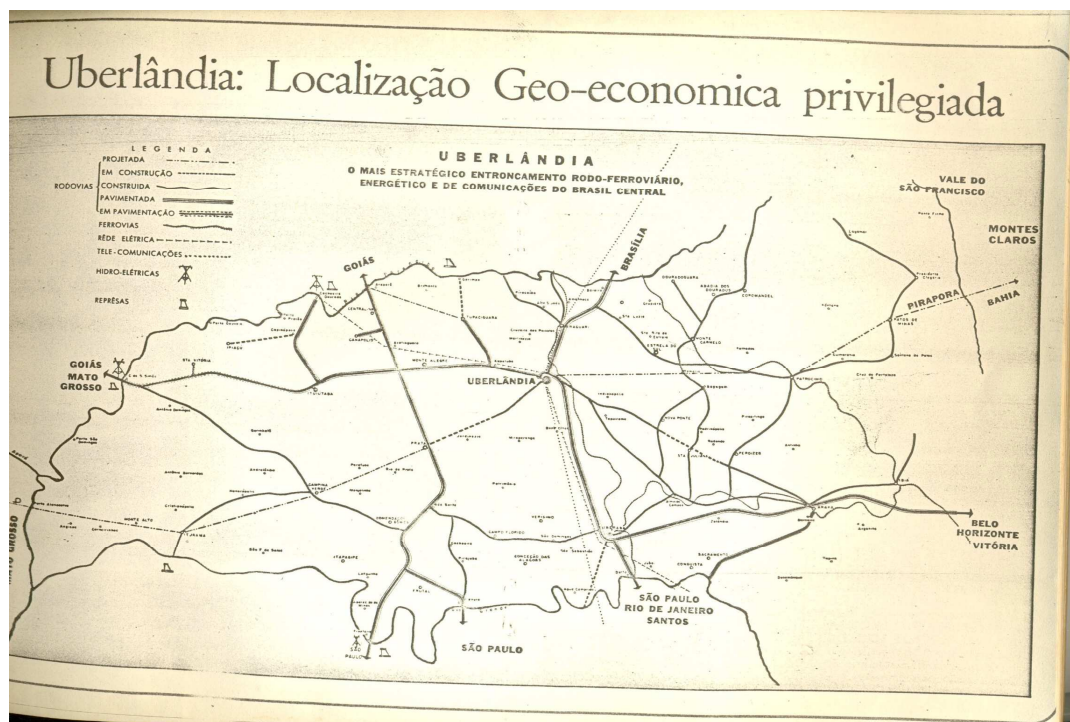


Figura 4 - Localização Geo-econômica de Uberlândia

Fonte: Acervo particular Prof. Valdemar Firmino de Oliveira

Em visita do presidente Juscelino Kubitschek em Uberlândia quando da inauguração do asfaltamento do trecho Uberlândia – Monte Alegre, a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária ressaltou os benefícios da construção de Brasília para o desenvolvimento de Uberlândia destacando o espírito de dinamismo e iniciativa do presidente.

(...) Assim, fruto da iniciativa e da ação, consequentes da vontade decidida e firme de V. Excia., vemos e sentimos Brasília como uma realidade, a se projetar com toda a irradiação de benefícios à nação e ao povo. (...) Uberlândia vê Brasília com olhos firmes. Nesta altura, é nos grato recordar que Uberlândia, sendo hoje um dos pontos mais importantes do itinerário de Brasília. Ao Sr. Presidente, as classes produtoras, o nosso povo, agradecem a V. Excia, dizendo: as obras que V. Excia. executou dão glória e consagram o governo, porque servem ao povo. (ACIAPU, 15 jul. 1958, p. 118).

As inúmeras transformações vivenciadas por Uberlândia nesse período estão relacionadas com a implantação das estradas de rodagem. Conforme atesta Oliveira “Uberlândia se colocava como ‘a porta do Brasil novo’, do Brasil que caminha para Brasília. Para atingir esse objetivo, uma questão se apresentava como fundamental: a ligação da cidade com Brasília, sobretudo através das rodovias”. (2002, p.25). A construção de uma gigantesca malha rodoviária, grande parte da qual passando pela região, acelerou o potencial econômico de Uberlândia. Nessa conjuntura, Mendonça destaca que,

A construção de Brasília foi chamada de meta-síntese, pois a cidade simbolizava um “novo Brasil”, penetrado pela civilização do automóvel. Não por acaso, uma das metas mais bem sucedidas do plano foi o da construção de rodovias, quase todas elas abertas para ligar Brasília a vários pontos do país. Claro que isso também coincidia com a prioridade dada pelo governo à indústria automobilística multinacional. Afinal, para que serviriam novas estradas, senão para estimular a produção de automóveis. (MENDONÇA, 2004, p. 71).

A construção de Brasília e a abertura de rodovias interligando Uberlândia à nova capital impulsionaram um crescimento econômico considerável na cidade nas

décadas de 1950 e 1960 resultado de um processo de desenvolvimento que ocorria no país. Em virtude desse cenário a cidade presenciou um acentuado processo de urbanização. Diga-se de passagem, que esse crescimento em pouco tempo provocou na cidade o aumento das periferias e a precarização das condições de vida de grande parte da população urbana. A tabela a seguir retrata em números o crescimento populacional de Uberlândia principalmente a partir da década de 1950.

Tabela 1 - Crescimento populacional de Uberlândia e distritos nos anos 1940 a 1970

| | População 1940 | População 1950 | População 1960 | População 1970 |
|----------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Uberlândia | ***** | 42.810 | 78.895 | 118.126 |
| Cruzeiro dos Peixotos | ***** | 3.463 | 3.065 | 2.120 |
| Martinésia | ***** | 3.086 | 2.095 | 2.111 |
| Miraporanga | ***** | 2.568 | 2.293 | 2.180 |
| Tapuira | ***** | 3.057 | 1.934 | 1.636 |
| Total Município | 42.179 | 54.984 | 88.282 | 126.173 |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1940 a 1970.

É nesse sentido que se pode afirmar que o período do Plano de Metas deve ser visto como basilar para a definição da “nova” espacialização do Triângulo e, em particular, para o fortalecimento das condições potenciais de centralidade regional do município de Uberlândia. (GUIMARÃES, 2010, p. 154).

No plano dos investimentos, do desenho e da efetiva utilização da nova infraestrutura, nota-se que, a partir do Plano de Metas, o Triângulo Mineiro ficou definitivamente incorporado à expansão da economia paulista. A construção de Brasília no Centro-Oeste deu-lhe plenas condições reivindicatórias frente à incorporação do aparato moderno para o desenvolvimento do capital local e regional. E como a localização de Brasília praticamente não alterou as rotas econômicas históricas, o Triângulo ampliou sua integração comercial e produtiva sob bases naturais favoráveis. (GUIMARÃES, 2010, p. 161).

A construção de Brasília simbolizou a marcha em prol de um Brasil moderno representando uma das metas fundamentais a ser atingida pelo governo. Conforme

atesta Juscelino Kubitschek em uma de suas mensagens presidenciais dirigidas ao Congresso Nacional em 1959,

Brasília impôs-se, deste modo, como um fulcro econômico e cultural, em torno do qual devesse girar, disciplinadamente, o processo do desenvolvimento. Era, pois, uma necessidade inadiável e inevitável, como complemento das metas. A clara consciência de nossa realidade econômica e geopolítica discerniu, e sua edificação, não apenas o cumprimento de um preceito da Lei Magna, mas um imperativo de sobrevivência, uma condição para que o Brasil cumpra a sua vocação unitária e não venha a faltar ao seu destino de grande Nação. Do pantanal mato-grossense ao planalto central e à Amazônia, milhões de quilômetros quadrados serão incorporados validamente à economia e à cultura nacional pela ação vigorosa que irá exercer Brasília, como entroncamento de nossas vias de progresso e de expansão interna. (BRASIL, 1978, p.319).

É perceptível no discurso acima, a ênfase no Plano de Metas como sendo um projeto coletivo da população brasileira. A estratégia adotada aparece como sendo a saída única para o país atingir o desenvolvimento e caminhar rumo ao progresso. Esse discurso não era ingênuo, muito pelo contrário tinha como intuito fazer com que a população acreditasse e compartilhasse que todos eram importantes para o desenvolvimento do país, já que todos faziam parte das chamadas “classes produtoras”. Esse discurso buscava amenizar as contradições sociais presentes na sociedade tentando neutralizar as resistências populares contra o alto custo de vida ou mesmo contra a presença do capital estrangeiro no país.

Desse modo, entendendo que a construção do pensamento empresarial uberlandense é parte dos desdobramentos do movimento do capitalismo em âmbito nacional e internacional é que nos debruçaremos no próximo capítulo a apresentar a constituição histórica da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia, buscando analisar seus projetos políticos ideológicos para a implantação da industrialização na cidade, bem como seu influente papel como principal entidade representante das frações de classes empresariais no município.

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ACIAPU E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO EMPRESARIAL UBERLANDENSE

“A Associação tem uma tradição de lutas, com um saldo soberbo de vitórias em favor da causa comum do povo, em benefício do progresso da região e na defesa dos interesses das classes produtoras, lutas estas travadas sempre com o apoio de todos os associados, e mais ainda, com o apoio total da cidade”. (ACIAPU, 09 jan. 1962, p. 107).

A formação de associações patronais em Minas Gerais guarda relação com o primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais realizado em Belo Horizonte em 1903 sob o patrocínio do estado de Minas e que contou com a contribuição da Associação Comercial de Minas²⁵ – AC Minas. Esse encontro foi um marco para a história econômica do estado e significou a primeira oportunidade das chamadas “classes conservadoras”²⁶ mineiras de participar efetivamente das decisões políticas e econômicas do estado de Minas. A crença no associativismo como condição essencial para a defesa de interesses específicos, implícita na maioria das recomendações do Congresso, desencadeou e reforçou o processo de organização dos representantes dos diversos setores econômicos em entidades de classe. Os reflexos desse primeiro Congresso foi um incentivo na formação de outras Associações Comerciais que, em 1935 já somavam 49, cobrindo praticamente todas as regiões mineiras. (PEREIRA e FARIA, 2001).

²⁵ A Associação Comercial de Minas foi fundada em janeiro de 1901 na Cidade de Minas que em 1º de junho desse mesmo ano passou a denominar-se Belo Horizonte. (PEREIRA e FARIA, 2001).

²⁶ No final da década de 1920 tornou-se mais perceptível a intensificação do uso da expressão “classes conservadoras” por parte dos representantes dos setores econômicos, com o intuito de demonstrar que diante de qualquer agravamento da crise que se avizinhava, ficariam unidos para manter, preservar e conservar a ordem estabelecida. (PEREIRA e FARIA, 2001, p. 43).

Em 1928 a Associação Comercial de Minas juntamente com o Centro Industrial de Juiz de Fora promoveu o Congresso²⁷ Comercial, Industrial e Agrícola de Minas organizado pela própria entidade de classe e que significou um programa de ação do empresariado. “O Congresso de 1928 representou, para o empresariado mineiro, o coroamento de uma nova fase e o início de outra, em seu processo de autoconstrução enquanto classe”. (PEREIRA e FARIA, 2001, p. 35). O empresariado mineiro desejava ter voz ativa junto aos órgãos políticos do país e para isso via no associativismo a possibilidade de fortalecer a classe e reivindicar seus interesses. Em Uberlândia não foi diferente. O empresariado local em consonância com as entidades de classe em nível estadual e nacional resolveu congregar os setores ligados ao comércio, indústria e agropecuária e fundar a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia que representou grande parte do empresariado uberlandense.

Portanto, foi no bojo desses acontecimentos que a ACIAPU²⁸ foi projetada. A Associação foi fundada no dia 15 de outubro de 1933 na sede do Uberabinha Esporte Clube com o nome de Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia – ACIAPU. Primeira organização patronal a ser criada na cidade foi constituída sob a liderança dos primeiros fundadores, Armante Carneiro, José de Oliveira Guimarães, Tubal Vilela da Silva e Homero Monteiro de Carvalho. A entidade nasceu com a missão de promover o desenvolvimento da classe empresarial, fortalecer a livre iniciativa com qualidade, inovação e responsabilidade social. Em outros termos, a Associação surgiu para defender os interesses dos grupos representados em prol de um projeto de cidade.

²⁷ O Congresso teve como objetivo buscar superar a dispersão das “classes produtoras” e seu temário incluía como pauta a questão da representação política daquelas, além de debater assuntos ligados à questão tributária, ao crédito agrícola, ao problema de transportes no estado, ao ensino profissionalizante dentre outras questões. (DELGADO, 1997, p. 57).

²⁸ A entidade manteve-se com o nome de Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (ACIAPU) até 1969 quando o setor agropecuário deixou de ter representatividade na Associação que passou então a denominar-se Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB).

A figura abaixo ilustra a primeira sede da ACIAPU localizada na Avenida João Pinheiro.



Figura 5 - Primeira sede da ACIAPU fundada em 1933.
Fonte: Acervo ACIAPU

A escolha de um nome para a entidade que contemplasse os diferentes interesses provocou diversos debates entre os associados sendo que alguns não concordaram com o nome dado à Associação e sugeriram que a denominação deveria ser somente Associação Comercial de Uberlândia uma vez que o foco seria o comércio. Para tanto, o primeiro presidente da Associação, Sr. Armante Carneiro, justificou que a nomenclatura adotada tinha como objetivo contemplar os interesses de todas as frações de classes produtoras do município e por isso deveria ser mantida a denominação de Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia.

O contexto de fundação da ACIAPU em 1933 guarda relação com a crise do modelo agrário-exportador e o início da estruturação do modelo nacional desenvolvimentista baseado na industrialização e voltado para a expansão do capitalismo na economia brasileira. A pertinência do termo industrial no nome da entidade justificava-se pelo desdobramento de um movimento de urbanização e

modernização que o país vivenciava nesse período e a classe empresarial desejava que Uberlândia estivesse em sintonia com esse processo desenvolvimentista.

Nos livros de atas das reuniões da Associação são recorrentes homenagens aos fundadores da entidade. O discurso do presidente Humberto Calcagno no momento de sua posse traz alguns elementos a respeito disso.

[...] dos fundadores desta casa, sempre será pequeno o relevo que se der ao seu ato de colaboradores da grandeza desta cidade, que cresceu e se afirmou, sob a ação e com a cooperação dos que iniciaram e deram curso a esta obra. [...] tornaram-se credores do louvor e do reconhecimento dos uberlandenses. Foram vanguardeiros daquilo que é hoje uma afirmação da realidade e lançaram seus nomes para o amanhã. [...] Só os homens que foram virtude, caráter e inteligência merecem a homenagem dos povos e a recordação da posteridade. (ACIAPU, 12 jan. 1957, p. 80).

A Assembleia de fundação da entidade, em 15 de outubro de 1933, aprovou o primeiro Estatuto da ACIAPU. De acordo com o Estatuto, a diretoria representante das classes produtoras uberlandenses era composta por: Presidente, Vice – presidente, 2º Vice-Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Bibliotecário e pelo Conselho Consultivo. Em relação aos sócios, estes poderiam ser indivíduos ligados a firmas e sociedades comerciais, industriais, agrícolas, pecuárias, bancárias e todas as demais mencionadas pelo Código Comercial, firmas e sociedades civis de intuito econômico, os sócios das firmas e das sociedades comerciais, diretores das sociedades anônimas e limitadas, corretores, capitalistas, agricultores, criadores, banqueiros e auxiliares do comércio, associações representativas das classes produtoras, e pessoas de outras profissões sob determinação da diretoria. (CARVALHO, 2000).

chapas, a entidade priorizava por um entendimento prévio entre os associados na escolha da nova diretoria a cada fim de gestão.

Com o objetivo de pensar projetos para a cidade, a ACIAPU realizou inúmeras atividades em sua sede como análises, estudos, elaboração de pareceres sobre diversos assuntos, reuniões, pronunciamentos que revelaram sua participação e influência nos rumos sócioeconômicos, políticos e educacionais na cidade conforme destaca o discurso abaixo do presidente da entidade à época.

Infelizmente, é atuação de pedinte, de “chapéu na mão”, porque executar foge da nossa alçada e exigir nem sempre é possível. Consequentemente, obter, muitas das vezes, é esperança falaz. Decorre disso a ideia falsa de que a Associação faz pouco, embora nunca tenha deixado de enfrentar múltiplos e complexos casos de coletivo proveito. Fugir da inércia, acompanhar a evolução dos fatos, protestar e sugerir sempre que necessário, constituirão apanágio e objetivos, dia por dia, da nossa ação. (ACIAPU, 12 jan. 1957, p. 83).

Ao analisar a trajetória histórica da ACIAPU constatamos que o período de 1940 até o final da década de 1960 pode ser considerado a fase de maior atuação da entidade em prol do desenvolvimento econômico de Uberlândia. As ações desenvolvidas pela entidade nesse período refletiram o nível de sua participação na instalação da infraestrutura local e regional, bem como sua interferência nos assuntos das mais diversas ordens do município como,

[...] problema rodoviário, problema ferroviário – Cia Mogiana; Cia Paulista; Eletricidade; Ponte da Mangueira; Escola Agrotécnica; Escola Vocacional; Instituto Agrônomo; Questões Econômico-Financeiras; Previdência e Assistência Social; Policiamento; Corpo de Bombeiros; Aluguel do prédio; Bolsa de Estudos; Reforma dos Estatutos; Biblioteca – Assuntos Jurídicos; Seguro em Grupo; Alistamento Eleitoral; Governador Bias Fortes; Estatística – Divulgação; Boletim Informativo; Quadro Social; Funcionários. (CARVALHO, 2000, p. 195).

A Associação participou ativamente dos projetos voltados para a implementação da infraestrutura na cidade conforme salientado acima, abrangendo

também questões como iluminação pública, construção de cadeias e delegacias, sinais de trânsito, abastecimento de água, instalação do Corpo de Bombeiros, asfalto, segurança pública dentre outras questões. Para a Associação a garantia da infraestrutura baseada no tripé: transporte, energia e telecomunicações norteou, e ainda ocupa, as ações de todas as diretorias da Associação, seja com a implantação dessa infraestrutura como também visando à manutenção e ampliação dela. (ACIUB, 1998).

Segundo o discurso empresarial a cidade necessitava se consolidar como referência de desenvolvimento econômico na região e para isso deveria oferecer condições básicas de infraestrutura a fim de atrair o capital nacional e internacional e receber novos investimentos.

Em determinados momentos, tamanha era a luta desta entidade no tocante à construção da infraestrutura necessária ao atendimento dos interesses das classes produtivas, das quais era a legítima representante, que, ao lermos distraidamente suas atas, poderíamos nos enganar pensando ser uma entidade de caráter técnico na área de construção de estradas; ou de serviços de telecomunicações; ou um órgão municipal responsável pelo abastecimento de água; ou um corpo técnico de assessoria a uma empresa fornecedora de energia elétrica. **Podemos dizer que várias foram as articulações empreendidas por todas as diretorias dessa entidade na defesa dos interesses de seus associados que, no seu conjunto, representavam o interesse de uma cidade dotada de visão de futuro e consciente da força para trilhar elevados caminhos.** (ACIUB, 1998, p. 9, grifo nosso).

As atribuições da Associação em relação à defesa dos interesses das frações de classes produtoras do comércio, indústria, agricultura e pecuária foram enfatizadas na Assembleia Geral que ocorreu em 1957 na sede da entidade.

Pugnar pela defesa dos interesses das classes que representa, tornando-se seu legítimo órgão; manter-lhes sempre elevado o nível moral e intelectual; **desenvolver entre os comerciantes, industriais e agricultores e criadores, o espírito de solidariedade e cooperação;** Promover a representação do comércio, da indústria, da agricultura e da pecuária nas Assembleias Legislativas do Município, do Estado e da Federação; desempenhar todas as funções que o código do comércio e demais leis do país conferem às Associações Comerciais; Contribuir para

que os usos da praça se baseiem sempre na equidade, evitando desavenças entre associados do mesmo ramo de negócios; Amparar com o seu prestígio o sócio envolvido em questões injustas, provocadas ou não por ele. (ACIAPU, 12 dez. 1957, p. 88, grifo nosso).

Sem dúvida, a união de forças entre os diferentes setores das classes produtoras foi muito importante para o fortalecimento da entidade no sentido de reivindicar seus interesses junto ao Estado e aos poderes públicos locais. A própria denominação Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia indicava pelo menos no campo da aparência uma congregação entre os diferentes setores econômicos: agricultores, pecuaristas, industriais e comerciantes. Sempre que possível reforçavam a união dos seus diferentes setores representados.

A união faz a força? O exemplo da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia nos responde que sim. Durante a década de 30, ocorreu, no Brasil, um movimento em torno da organização da sociedade, tanto por parte das classes trabalhadoras como também por parte dos empresários. Em Uberlândia, a formação de uma associação que congregava comerciantes, industriais, agricultores e criadores, estendida a todos aqueles que podiam lhe prestar serviços, acompanhava esse movimento nacional. (ACIUB, 1998, p. 16).

Entretanto, consideramos importante refletirmos até que ponto realmente foi possível a união entre esses diferentes setores empresariais, conforme apontado no discurso acima. Oliveira (2002), ao interrogar quem foram os sujeitos que compunham a burguesia uberlandense e se existiu de fato conflito entre os setores urbano e rural, afirmou que a palavra de ordem da burguesia local foi união, e a principal instituição que representava seus interesses, a ACIAPU, foi durante muito tempo representante também dos setores rurais. “Essas três classes produtoras (comércio, indústria e setor agropecuário), como sempre aconteceu em Uberlândia, trabalhavam sob a égide de sua entidade, coesas e com tenacidade, em prol do desenvolvimento da nossa comunidade”. (OLIVEIRA, 2002, p.20).

Para tanto, discordamos do posicionamento adotado pelo autor por considerarmos passíveis de questionamento as teses que defendem a não existência de

conflitos de interesses entre as frações de classes dominantes representadas pelos seus diferentes setores: comércio, indústria e agropecuária. As atribuições da Associação apresentadas no Estatuto da entidade manifestavam uma evidente preocupação da diretoria da Associação em enfatizar a solidariedade e cooperação entre os associados. Para tanto, esse desafio não foi enfrentado somente pela ACIAPU. Conforme aponta Pereira e Faria (2001) a Associação Comercial de Minas em Belo Horizonte representante do empresariado mineiro enfrentava a mesma situação. Era necessário neutralizar discursos dissidentes para que o empresariado pudesse apresentar-se como um grupo articulado entre os diversos setores econômicos.

Embora no campo da aparência o discurso seja o de uma classe burguesa totalmente coesa e unida entre os diferentes setores, o que se percebe na materialidade é exatamente o oposto. A busca pela convergência de interesses entre os diferentes grupos empresariais era um desafio ainda distante de ser conquistado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia.

A reunião ocorrida no ano de 1969 na Associação foi um dos exemplos das manifestações dos conflitos de interesses existentes entre a classe empresarial uberlandense. A diretoria da ACIAPU no dia 15 de abril de 1969 convocou os associados para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária que teve como pauta a mudança do nome da entidade e a sugestão de criação de uma Fundação do Centro das Indústrias de Uberlândia. A proposta da diretoria era que se retirasse do nome da Associação a designação de agropecuária²⁹ tendo em vista “a cessação das atividades da entidade nesse setor da produção desde que aqui se fundou a Associação Rural”. (ACIAPU, 15 abr. 1969, p. 189). Após discussão e votação, a proposta de mudança do nome da entidade foi aprovada por unanimidade entre os associados, ficando definida a nomenclatura de Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB).

²⁹ A defesa da separação das atividades industriais e comerciais do setor agropecuário na entidade também se justificava pela ligação deste setor com a imagem do atraso econômico não só em nível municipal, mas também estadual. A defesa da industrialização presente no ideário nacional nesse período foi vista como sinônimo de modernização e desenvolvimento para o país.

Em relação à criação do Centro das Indústrias de Uberlândia, a diretoria propunha sua imediata fundação. Para tanto, a ideia não foi aceita por todos os associados. Alguns membros da entidade questionaram a inconveniência da proposta, alegando que isto poderia trazer para a cidade a separação das atividades sociais do comércio e da indústria provocando “um enfraquecimento de duas forças que, nesta conjuntura, unidas se vêm mostrando laboriosas e atuantes”. (ACIAPU, 15 abr. 1969, p. 190). Assim, a criação do Centro das Indústrias encontrou resistência, tornando inviável sua execução.

Diante disso, cabem alguns questionamentos. Se as frações de classes empresariais eram tão unidas, conforme apontava o discurso, porque então o desejo em se dividirem em Associações distintas? Por que se criar um Centro das Indústrias com o intuito de se substituir a própria Associação? Os debates presentes nos documentos demonstraram os conflitos políticos e jogo de forças presentes entre os diferentes setores da burguesia uberlandense. Para nos auxiliar nessa discussão, recorreremos a algumas reflexões de Poulantzas sobre poder político e classes sociais.

A classe burguesa no sistema capitalista de produção de acordo com Poulantzas (1977) apresenta-se essencialmente dividida em frações de classe. As frações comercial, industrial, agropecuária e financeira estão relacionadas, contudo, com a própria constituição do capital. Ou seja, quando denominamos o empresariado brasileiro de classe burguesa, esquecemos que essa classe é constituída por inúmeras classes ou frações de classes: industrial, comercial, agropecuária, financeira dentre outras. “É essencial pensar a classe burguesa como a unidade (classe social) do diverso (frações de classe) nas suas relações com o Estado e com o restante da sociedade”. (BOITO JR, 2007, p. 58).

Para Poulantzas pensar a fusão da classe capitalista como unidade coesa e sem conflitos é absolutamente inadequado.

Ora, a noção de fusão não pode permitir pensar o fenômeno do bloco no poder. Este constitui de fato não uma totalidade expressiva com elementos equivalentes, mas uma unidade contraditória complexa. É

aqui que o conceito de hegemonia pode ser aplicado a uma classe ou fração no interior do bloco no poder. Essa classe ou fração hegemônica constitui, com efeito, o elemento dominante da unidade contraditória das classes ou frações politicamente dominantes, que fazem parte do bloco no poder. Quando Marx nos fala da fração “exclusivamente dominante”, admitindo, entretanto a dominação política de várias frações, tenta precisamente localizar, no interior do bloco no poder, a fração hegemônica. (POULANTZAS, 1977, p. 232).

Em outras palavras, as frações de classes disputam por hegemonia no interior do bloco do poder. Assim, as frações da classe industrial, comercial, agropecuária disputavam no interior da ACIAPU hegemonia em prol de seus interesses. Ficou evidente na análise das atas da entidade, a força política da fração da classe comercial e industrial no final de 1950 e, principalmente, a partir de 1960 em detrimento do setor agropecuário. O empresariado industrial uberlandense desejava destacar-se, pelo menos em nível do discurso, como sujeito político influente na sua capacidade de dominação e articulação político-econômica. Em razão de sua hegemonia é que a fração de classe industrial propôs a retirada do termo agropecuária do nome da Associação sugerindo também separar as atividades da indústria do comércio criando um Centro Industrial.

É necessário destacar que embora houvesse diferentes interesses que permeavam a entidade, tais fissuras não foram suficientes para romper com o propósito maior da Associação. As divergências existiam e demonstraram que a classe empresarial não foi unida o tempo todo conforme o discurso exaltava. Por outro lado, para conseguir ganhos para a classe como um todo em determinadas situações as diversas frações de classe estrategicamente articulavam-se junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal.

O empresariado uberlandense em sintonia com a classe industrial brasileira contou com o apoio do Estado para se firmar enquanto classe hegemônica. Por isso, conforme aponta Poulantzas (1977) a hegemonia no interior do bloco do poder de uma classe ou fração não é por acaso. Ela torna-se possível graças ao apoio e parceria com o Estado capitalista que passa a ser subserviente aos seus interesses.

Sendo assim, o empresariado uberlandense não deve ser compreendido como uma classe homogênea em relação a seus interesses. De acordo com o movimento histórico e os desdobramentos do modo de produção capitalista em níveis internacionais e nacionais, os projetos burgueses de determinadas classes ora são privilegiados ora são negligenciados de acordo com as saídas encontradas para recuperar o processo de acumulação do capital.

O emprego do conceito de bloco no poder exige, em primeiro lugar, que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta em uma dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. Em segundo lugar, exige que o pesquisador procure esclarecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário. A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder. (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 59).

Era dentro dessa conjuntura de apoio do Estado ao capital que a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia contava em suas reuniões com a presença dos representantes políticos das esferas locais, estaduais e federais. Esse fato nos permite identificar uma articulação política entre o Estado e a classe empresarial uberlandense. A presença constante de representantes políticos nas reuniões ocorria em virtude da necessidade de se fazer solicitações, indicar encaminhamentos e definir assuntos de interesses da Associação. Uma vez atendidas as solicitações eram comuns os encontros destinados a prestar homenagens aos feitos desses “grandes” homens. Entre os políticos homenageados nas reuniões da entidade, o nome de Rondon Pacheco³⁰ foi destacado como uma figura ímpar que representava o incansável apoio e dedicação para

³⁰ Natural de Uberlândia formou-se em direito na Universidade de Minas Gerais. Em 1946, foi eleito deputado Estadual. No período de 1950 a 1971 foi eleito consecutivamente deputado federal. Tanto na Assembleia Estadual quanto na Câmara Federal, Rondon foi o primeiro deputado representante de Uberlândia. Durante o governo do presidente Médici foi indicado e eleito para governador do estado de Minas Gerais entre 1971 a 1975. Em 1983 retornou novamente como deputado federal.

com os projetos de desenvolvimento e modernização da cidade, independentemente de suas relações com o Governo Militar³¹ que levaria à redação do AI-5.

[...] Concretizando o propósito da atual Diretoria da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia de trazer para as suas reuniões regulares ou especiais, o debate e a agitação de problemas ligados ao bem público e de interesse da coletividade, com vultos exponenciais, com homens públicos, com autoridades, temos hoje inaugurada esta fase, o nosso conterrâneo e representante no Congresso Nacional Sr. Deputado Rondon Pacheco. Falar do Dep. Rondon Pacheco, e disso os registros desta Associação são um repositório de testemunho insuspeito, é arrolar uma série de trabalhos em prol da nossa gente; é recordar o seu interesse por nossas causas; é confiar na sua prestimosa atividade futura; é esperar do carinho com que acautela as nossas reivindicações, nossas vitórias que signifiquem maior progresso para Uberlândia e para o Triângulo. Ao Sr. Deputado Rondon Pacheco, as nossas saudações. (ACIAPU, 31 jan. 1957, p. 96).

O reconhecimento da atuação política de Rondon Pacheco foi constantemente acompanhado pela imprensa da época. São inúmeras as homenagens prestadas ao trabalho de Rondon nos artigos do Jornal Correio de Uberlândia, sendo este considerado pelo empresariado local o deputado que mais trabalhou pelo progresso de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro.

[...] o aniversariante de hoje é destes exemplos raros de honrar um mandato que lhe foi outorgado pelo povo. Homem público que sabe compreender a significação de ser deputado, de estar entre os seus pares na Câmara Federal, sem estar constantemente envidando esforços no sentido de trazer benefícios para sua cidade, em função da qual gira o

³¹ O golpe de 1964 contou com um apoio significativo de muitos políticos mineiros, incluindo muitos de Uberlândia. Prova disso foi a manutenção de Magalhães Pinto como governador. O apoio da representação uberlandense foi agraciado com a escolha de Rondon Pacheco para Chefe da Casa Civil no Governo Costa e Silva (1967-69) e, ao iniciar a década de 70, indicado para o governo do Estado de Minas Gerais. (CARVALHO, 2000, p.78). Ao discutir o mesmo assunto, Brandão enfatiza que o golpe militar de 1964 foi amplamente apoiado pela burguesia local que inseriu o Triângulo em pesadas articulações econômicas e políticas. Sob o signo da geopolítica, o Triângulo foi se transformando num verdadeiro posto avançado do capital, uma ponte por onde grande parte dos interesses expansionistas teriam que passar e estabelecer aí, dentre as lideranças políticas locais, seus “testas de ferro”, daí a participação destes políticos nos quadros cupulares tanto a nível federal quanto estadual. Deste momento, cumpre destacar a instalação de grande contingente militar na região e a abertura de faculdades em Uberlândia, além de outras benesses. (BRANDÃO, 1989, p. 136).

seu trabalho maior. Por tudo isso, Rondon Pacheco é a figura estimada e querida não só pelo povo de Uberlândia que, independentemente de partidarismo político, reconhece em sua pessoa o amigo certo de horas incertas, mas também por todas as cidades compreendidas na região triangulina, unidas a reconhecerem os méritos indiscutíveis. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 31 jul. 1956, p. 01).

Nessa conjuntura, as medidas em prol do desenvolvimento de Uberlândia, afinavam-se perfeitamente com as orientações da política nacional desenvolvimentista e contava com o apoio do aparato não só do governo federal, mas também dos dirigentes estaduais e locais. Através da Associação os empresários uberlandenses articulavam o diálogo político junto ao Estado brasileiro. Segundo Cunha (2000, p.4) essa situação “transferiu-se para o interior do Estado o processo de negociação dos interesses privados, o que trouxe um novo tipo de interpenetração entre as esferas pública e privada”. Assim, nos livros de atas da Associação Comercial são encontrados inúmeros pedidos para a construção de estradas, asfaltamento e melhoria das rodovias. Essas reivindicações eram dirigidas, sobretudo, aos deputados de Uberlândia e às autoridades estaduais. As homenagens de gratidão a Rondon Pacheco expressavam o reconhecimento da classe empresarial ao ver seus desejos atendidos pelo deputado.

[...] o nome de Rondon Pacheco é um nome que pronunciamos com respeito e com entusiasmo. O jovem deputado uberlandense, numa linha de discrição tão própria dos grandes homens dos grandes valores, trabalha silenciosamente na Câmara Federal, sem fazer ostentação do quanto vem produzindo. A sua obra é objetiva. Não tem sentido demagógico. Tem visão e procura focalizar problemas, cuja solução demanda estudo, provando que o ilustre deputado sabe pensar a longo prazo. (...) este é o deputado que não faz propaganda de seus feitos, mas que nós conseguimos descobrir e, por dever de consciência, os trazemos ao conhecimento de seus conterrâneos. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 21 out. 1956, p. 01).

Os esforços da ACIAPU em meados da década de 1950 concentraram-se nas solicitações para a construção e melhoria das rodovias intermunicipais e interestaduais. A finalidade dessa malha rodoviária seria a efetivação de Uberlândia como centro

comercial hegemônico no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como no sudoeste goiano, com sustentáculos para todo o estado de Minas Gerais, Centro-Oeste e norte do Brasil. A construção de novas rodovias significava a integração da cidade e do Triângulo Mineiro com o restante do país. O impulso para a expansão rodoviária ocorreu principalmente no período nacional desenvolvimentista liderado por Juscelino Kubitschek com a mudança da capital do país para Brasília.

A época clássica da história da Associação Comercial, em que se enfrentaram os problemas mais definitivos de seus rumos na evolução econômica, política, social e cultural, entretanto, se situa entre os meados anos 50 e os inícios da década de 70, quando **os embates rodoviários foram ferrenhos e exigiram dos homens responsáveis pelos destinos da cidade que enfrentassem as pedras e os escolhos com abnegação e denodo.** (ACIUB, 1983, p. 43, grifo nosso).

O discurso acima demonstra a ênfase da existência de uma classe burguesa dominante que direciona os destinos da cidade. A população aparece nesse cenário como uma “massa de manobra” que apenas aceita passivamente as decisões que são tomadas pela burguesia empresarial. O elemento ideológico do discurso apresenta os projetos da burguesia como se fosse compartilhado por todos da cidade. Os conflitos e as contradições³² presentes em Uberlândia são colocados em um segundo plano, em nome de uma suposta união para o “bem comum” do município.

As atas da ACIAPU estão permeadas dessas preocupações em conciliar os diferentes interesses entre capital e trabalho. A Assembleia ocorrida na entidade para prestação de contas e posse da nova diretoria expressou a intenção do empresariado a respeito dessas questões.

A Associação tem uma tradição de lutas, com um saldo soberbo de vitórias em favor da causa comum do povo, em benefício do progresso da região e na defesa dos interesses das classes produtoras, lutas estas travadas sempre com o apoio de todos os associados, e mais ainda, com o apoio total da cidade, o que me traz a certeza de contar com os mesmos

³² No capítulo IV, discutiremos as contradições na relação capital e trabalho na cidade de Uberlândia, procurando problematizar o mito da cidade ideal presente nos discursos oficiais em contraposição à cidade real construída em meio aos conflitos e resistências sociais.

esforços reunidos e com a mesma decisão e determinação de trabalho. (...) com as demais associações locais, patronais e de empregados, queremos manter o mais íntimo convívio, queremos estar dentro do espírito da Encíclica de Leão XIII a Rerum Novarum “as classes são diversas mas não adversas”. Patrões e empregados, em classes diversas, mas não adversas, lutando no sentido de uma determinada causa, no sentido da grandeza de nossa cidade, conquistarão áreas enormes de inestimáveis vitórias, e nos darão uma singular posição de destaque no conserto dos municípios brasileiros. (ACIAPU, 11 jan. 1962, p.111).

A classe empresarial uberlandense apresentava-se como protagonista do desenvolvimento econômico de Uberlândia. As contradições sociais foram camufladas sempre em nome de um projeto maior que se justificava pela busca insaciável do progresso. Este uma vez alcançado segundo o discurso refletiria em benefícios e ganhos para toda a população uberlandense. O termo riqueza nacional era comumente usado nos discursos do empresariado brasileiro. Defendiam que todos deveriam se comprometer com a construção da riqueza nacional e que esta, uma vez alcançada, geraria ganhos futuros que seriam distribuídos para todos que mediante o “suor do seu trabalho” fizeram jus em recebê-lo. Como bem enfatiza Saviani (2008) a burguesia sabiamente formula em termos universais, interesses particulares, e busca através de um discurso hegemônico convencer a classe trabalhadora a tomar seus projetos como se fosse a única saída para resolver os problemas sociais. Para a elite econômica, a riqueza nacional só poderia ser conquistada mediante a construção de uma industrialização forte e com apoio e trabalho de toda a população. A contradição existente na relação capital e trabalho foi desvirtuada para outras instâncias pelo empresariado. O intuito foi tentar retirar o foco da classe trabalhadora no que concerne à marcante desigualdade social entre as classes envolvidas em defesa do sonho de transformar Uberlândia numa Cidade Industrial que fosse referência para a região e o país.

Esse discurso ideológico tem como intenção identificar na construção da nação o denominador comum capaz de unir todos os brasileiros levando-os a somar esforços e a superar discórdias.

Os pronunciamentos vão compondo uma trama bem articulada onde projeto, estratégia e sujeito político se entrecruzam e se reforçam continuamente, determinando o conteúdo de um processo de construção nacional. Aqueles que referendarem esse conteúdo estarão contribuindo para a consecução dos mais altos interesses nacionais e para o bem da coletividade, rotulando-se a partir daí os amigos e inimigos da nação. (TREVISAN, 1986, p. 46).

A implantação do programa de industrialização em Uberlândia foi compreendida pela ACIAPU como um projeto político que deveria ser por ela direcionado, pois “a ideia de desenvolvimento econômico, embora mais ampla, está sempre diretamente associada à ideia de riqueza nacional construída pela industrialização: nação desenvolvida é, necessariamente, nação industrializada”. (TREVISAN, 1986, p. 46). Para a entidade era necessário superar o atraso econômico que estava ligado, sobretudo com a dependência do setor agropecuário e, assim, criar condições para a cidade conseguir industrializar-se e mudar sua imagem diante do cenário nacional. Uberlândia foi vista pela elite econômica local como uma cidade destinada ao progresso e por isso não poderia ficar à margem desse processo desenvolvimentista.

A Associação incorporou esse discurso e assumiu-se como sujeito político desse processo em articulação com outras entidades empresariais do país, conforme discurso da diretoria da entidade em reunião ocorrida na Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia para tratar sobre Assuntos Econômicos Regionais com a presença de representantes do governo federal e autoridades políticas locais.

Neste instante, a nossa palavra, mais do que a de dirigente de uma Associação de Classe, é a de um intérprete do Estado e das aspirações desses contingentes geradores e distribuidores de riqueza. **Empenhamo-nos todos na luta pelo progresso e pela evolução das atividades produtoras, a fim de que a nossa estrutura econômica evidencie a mentalidade do nosso povo. Se mais não conseguimos isto se deve à carência de meios, para cujo suprimento é exigida a assistencial e confortadora presença do Estado.** (ACIAPU, 16 fev. 1957, p. 106, grifo nosso).

Para a ACIAPU o Estado deveria assumir seu importante papel em defesa dos interesses das classes dominantes sendo que sua assistência se faz fundamental para o processo de acumulação e reprodução do capital. Para o empresariado, o Estado é visto como um aliado desde que seus interesses sejam prioridades no que concerne às políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico do país.

Se a industrialização como fonte indiscutível de criação de riqueza responde aos grandes problemas da nação, se atende às aspirações do povo revelando-se potencialmente portadora de altos níveis materiais e espirituais de vida, resta batalhar pelas reivindicações da indústria assumindo a industrialização como causa nacional. A dissociação entre os interesses da indústria e os interesses do Brasil é apresentada como inadmissível, pois implicaria em submeter à nação a interesses particulares e egoístas que necessariamente devem situar-se em plano inferior. São, pois desqualificados como inimigos da pátria, todos os interesses que neguem a estratégia da industrialização. (TREVISAN, 1986, p. 62).

Nas palavras da autora, as lideranças industriais falam ao mesmo tempo pela classe e para a classe, fornecendo-lhe os fundamentos necessários, seja para a defesa do projeto e da estratégia, seja para a sua definição enquanto sujeito político, convocando-a para participar e prestigiar das suas entidades representativas. Os interesses da Associação eram colocados como interesses de toda a população e, nesse sentido, não cabiam divergências ou conflitos entre as classes sociais.

A defesa dos interesses das classes produtoras, que visava a congregar, foi o objetivo da constituição desta entidade. Mas, que é, no presente de interesse dessas classes que não o seja, também da coletividade? Os problemas de uma e de outra confirmam-se e confundem-se em todos os setores. E é por isso que, acima da letra dos Estatutos, esta casa tem atuado nas mais variadas causas de benefício público social, aparentemente estranhas às causas do comércio, da indústria e das atividades rurais. (ACIAPU, 12 jan. 1957, p. 85, grifo nosso).

No atraente discurso ideológico da entidade apresentado acima, é pertinente analisar como o empresariado uberlandense preocupava-se em demonstrar uma afinidade de interesses entre as classes sociais. Seus projetos são apresentados como se

fossem aceitos e compartilhados por toda a população local em virtude de um “bem comum” para se atingir a sonhada ordem e progresso.

É nesse contexto, que a ACIAPU pensava suas propostas político-pedagógicas para a sociedade uberlandense articuladas com as entidades representativas do empresariado brasileiro em nível estadual e nacional. Em parceria com a Associação Comercial de Minas Gerais e outras Associações regionais, o empresariado uberlandense atuava articulado com os projetos da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) bem como com a CNI (Confederação Nacional da Indústria), entidade máxima de representação da classe burguesa industrial brasileira.

2.1 A atuação da ACIAPU e sua articulação política junto ao empresariado estadual e nacional

A atuação da ACIAPU esteve articulada com as representações do empresariado em nível estadual e nacional. As entidades classistas, representantes dos interesses empresariais, se uniram em torno das Associações e Federações tendo como objetivo constituir organismos e políticas de defesa dos interesses das classes produtoras brasileiras. Sendo assim, as associações empresariais exerceram um relevante papel para a implantação dos projetos de cunho industrial que até 1950 ainda não estavam plenamente consolidados. Para Cunha (2000, p.3) o empresariado, em especial o industrial, “utilizou-se da via corporativa como um canal de instrumentalização de seus interesses, participando ativamente dos conselhos e comissões consultivas criados na década de 1930, contribuindo para a formação de uma coalizão favorável à implantação do capitalismo industrial”.

Desde sua fundação a ACIAPU manteve-se diretamente ligada à Associação Comercial de Minas e juntas promoviam encontros e congressos que reuniam representantes de todas as associações comerciais do estado a fim de debater os interesses do empresariado ligado ao comércio, indústria e setor agropecuário. A

Associação Comercial de Minas participou ativamente da defesa dos interesses do empresariado mineiro.

Um dos principais eventos que marcou a articulação do empresariado em âmbito nacional foi a I Conferência Nacional das classes produtoras de Teresópolis³³ que aconteceu entre os dias 2 e 6 de maio de 1945 e reuniu lideranças empresarias de todo o país. O evento resultou na elaboração de um documento intitulado “Carta Econômica do Brasil” que definiu o papel do Estado, do capital estrangeiro e do próprio empresariado nacional na nova conjuntura.

Na mesma Conferência outro importante documento produzido foi a “Carta da Paz Social” elaborado pela Confederação Nacional da Indústria e pela Confederação Nacional do Comércio cujo propósito era, senão superar, pelo menos tornar menos evidente os antagonismos entre empregadores e empregados. A “Carta da Paz Social” tinha como objetivo ser discutida com os sindicatos dos trabalhadores e pretendia estabelecer as bases para uma “ação educativa” que resultasse na confraternização entre os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança. (DELGADO, 1997).

Não obstante, a prática das entidades empresariais era unificada nos congressos e conferências das classes produtoras e documentos como a Carta da Paz Social, na qual se delineia o projeto da democracia autoritária, balizavam permanentemente seu discurso e sua prática, no sentido da indicação da democracia representativa como formato por excelência a partir do qual as classes produtoras teriam maior facilidade de acesso à direção do Estado. (DELGADO, 1997, p. 109).

Ao encerrar o mandato de presidente da Associação Comercial de Minas, Paulo Macedo Gontijo remeteu-se às esperanças do empresariado mineiro às deliberações tomadas na Conferência de Teresópolis. Dele selecionamos, a seguir, alguns trechos.

³³ Vale destacar que a II Conferência Nacional das classes produtoras foi realizada em 1949 na cidade de Araxá em Minas Gerais.

(...) Qualquer Governo que pense realmente em nossa Pátria terá de ir pondo em prática as diretrizes que formulamos naquele memorável conclave. A Carta da Paz Social evidencia os nossos propósitos humanos e cristãos aliados ao nosso patriotismo e com a qual pretendemos abrir uma era de verdadeira compreensão entre dirigentes e dirigidos, para prosperidade e bem-estar de todos, livrando o país dos falsos salvadores e demagogos. (PEREIRA e FARIA, 2001, p.109).

A Associação Comercial de Minas ciente de seu papel de representante do empresariado mineiro criou em Belo Horizonte em 1947, o Instituto Mineiro de Economia e Sociologia - IMES com o propósito de participar ativamente dos grandes debates nacionais. A ideia fora de Osório da Rocha Diniz, um dos diretores mais ativos da Associação Comercial de Minas. A ele coube a tarefa de presidir o IMES, cujo objetivo era a realização de mesas-redondas para o debate das questões mais candentes do país. (PEREIRA e FARIA, 2001).

Sobre essa questão, Delgado (1997) alega que o empresariado mineiro, insatisfeito com a iniciativa do Estado em resolver problemas latentes ao desenvolvimento econômico como à deficiência de energia e transporte, viu na criação do Instituto Mineiro de Economia e Sociologia a possibilidade de levantamento de dados e análises para assim interferirem junto aos poderes públicos e exigirem encaminhamentos e soluções.

Desse modo, a fim de contextualizar a práxis do empresariado uberlandense no contexto nacional destacaremos duas importantes entidades representativas do empresariado industrial brasileiro. Em nível nacional temos a representação política da CNI e em âmbito estadual temos a FIEMG³⁴, esta representante sindical e patronal da classe industrial mineira que se apresentou como a mais influente e poderosa em termos de negociação frente ao Estado. Vale ressaltar que a criação da ACIAPU em 1933

³⁴ Santos (2008) ao desenvolver um estudo sobre a história da FIEMG no período de 1951 a 1960 destacou que esta entidade foi fundada primeiramente como FIMG em 1933 sob a coordenação de um grupo de industriais mineiros, composto por Américo René Giannetti, Euvaldo Lodi e Alvimar Carneiro de Rezende, sendo que a denominação de Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais foi adotada somente a partir de 1942.

coincidiu com o mesmo ano de fundação da FIEMG³⁵, demonstrando que aquela entidade enquanto desdobramento de um processo maior de industrialização no estado e no país estava em sintonia com movimentos mais amplos.

Em relação à FIEMG, Santos (2008) ressalta que a história desta entidade está no complexo emaranhado da história de Minas e do Brasil. Desde 1930, a FIEMG protagoniza a história das lutas e conflitos a favor dos interesses do segmento industrial que começava a se diferenciar dentro das classes produtoras. Problematicar seus projetos políticos é de fundamental importância para a compreensão do processo mineiro de industrialização e para os aspectos educacionais que se desdobraram nesse contexto.

A partir da década de 1940, Minas intensificou os debates sobre como superar o seu atraso econômico, até traçar um plano de Governo que tinha por convicção que a alternativa seria a industrialização, que somente poderia ser orientada e promovida por uma ação coordenada pelo setor público. Tanto que foi a partir de então que começou a se fazer sempre presente na história de atuação da FIEMG, a realização de cursos, seminários, congressos, etc., todos voltados para a organização e métodos na indústria, apuração de custos, qualidade e produtividade, ensino industrial e diversos outros temas, visando preparar o empresariado e o operariado industrial mineiro para os desafios da modernidade. (SANTOS, 2008, p. 83).

A ACIAPU acompanhou de perto as atividades e projetos desenvolvidos pela FIEMG. Carvalho (2000) ressalta que para se ter ideia da articulação estabelecida entre as entidades, a gestão de 1966 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais contou com a participação de três Uberlandenses: Tobias de Souza Aguirre, Ronan Tito de Almeida e Marcos José de Paula.

A FIEMG juntamente com as Federações das Indústrias dos outros estados brasileiros atuavam articuladas aos projetos elaborados pelo órgão máximo de representação do empresariado industrial brasileiro, a saber, a Confederação Nacional

³⁵ Conforme Delgado (1997, p. 61) a FIEMG foi criada especialmente pelas iniciativas de empresários ligados ao ramo metalúrgico. Foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1935, e recebeu, em 1943, sua Carta Sindical.

da Indústria. Rodrigues (1998) destaca que a CNI fundada em 1938 no contexto do quadro político consolidado a partir do Estado Novo durante o Governo Vargas, constituiu-se como o mais importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira. Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, principais líderes industriais na época, são eleitos, no ato de sua fundação, presidente e vice-presidente, respectivamente.

A CNI, aliás como toda a estrutura sindical brasileira, teve seu nascimento marcado pela Era Vargas, sob uma conjuntura de modernização conservadora. Atendidas as demandas legais, em 12 de agosto de 1938, a Confederação Industrial do Brasil encerra suas atividades, dando lugar à Confederação Nacional da Indústria. (RODRIGUES, 1998, p. 14).

A CNI nasceu com o compromisso de representar os interesses e ideologias da burguesia industrial brasileira. Preocupada em pensar a formação da classe trabalhadora de acordo com as necessidades postas pelo projeto da burguesia industrial propôs o Sistema CNI composto pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) criado em 1942, o SESI (Serviço Social da Indústria) criado em 1946 e o IEL (Instituto Euvaldo Lodi), fundado posteriormente no contexto da ditadura militar no ano de 1969.

Em virtude da influente representatividade da CNI junto à classe empresarial industrial, Rodrigues a intitulou, como “Moderno Príncipe Industrial” brasileiro. A CNI representou “um complexo organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial, para, com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital em geral e do capital industrial, em particular”. (RODRIGUES, 1998, p. 44).

Uma das bandeiras de luta da CNI foi a defesa da superação da mentalidade pré-industrial que vigorava no país até aquele momento. Em substituição a esse imaginário propunha a construção de uma sociedade urbano-industrial que a seu ver seria o único modelo societário capaz de superar o atraso econômico instalado no país. “A construção do trinômio desenvolvimento-industrialização-civilização visou operar,

dessa forma, a identificação entre os interesses da burguesia industrial e os interesses de toda a sociedade brasileira”. (RODRIGUES, 1998, p.64).

Nessa conjuntura podemos afirmar que a mobilização do empresariado industrial brasileiro não se fez apenas em nível local e através de pronunciamentos, mas também através de encontros de vários tipos e elaboração de documentos que expressassem sua posição, em nível nacional. Sendo assim, ao defender os princípios de sustentação do seu projeto político para a industrialização e desenvolvimento da sociedade brasileira a CNI elaborou um Manifesto denominado “A indústria à Nação” que teve como objetivo central discutir os perigos da crise política para a implantação e consolidação da industrialização no país.

A fim de articularem propostas para a continuidade e expansão do processo de industrialização no país, o empresariado brasileiro sob a representação da CNI, organizou antes da posse do presidente JK um documento com o intuito de expressar os pontos de vista da indústria nacional. O encontro em âmbito nacional foi intitulado: II Reunião Plenária da Indústria e aconteceu em Porto Alegre no final do ano de 1955 tendo como intuito a elaboração da 1ª Carta de Princípios da Indústria.

O evento teve repercussão na imprensa uberlandense que comunicou que a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais estava concluindo seus preparativos para a II Reunião Plenária da Indústria entre os dias 06 e 10 de novembro de 1955. Com o intuito de discutir pontos do anteprojeto da “Carta de princípios da Indústria” convidou interessados a participarem da reunião que aconteceria na sede da Federação. O anteprojeto teve como preocupações centrais: a ordem econômica, a produção agropecuária, energia, transportes, combustíveis, produção industrial, política de investimentos, política comercial, política monetária e bancária, política tributária, política social e política de imigração. Outra defesa do empresariado brasileiro era que a ordem econômica deveria basear-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada. A ação do Estado, no campo econômico e social, deve primordialmente orientar e estimular a iniciativa privada, sem procurar substituí-la pela propriedade governamental dos meios de produção. E ainda ressaltaram,

[...] Nos casos em que se fizer necessária a intervenção estatal, o governo procederá a estudo prévio, ouvindo as classes interessadas, facultando ao capital particular participação no investimento e na direção. Proclama o princípio de liberdade de comércio, devendo o Estado estimular a circulação da riqueza, criar facilidades de crédito, incentivar a organização de armazéns gerais, frigoríficos, bolsas, exposições e feiras de produtos. (...) a indústria considera indispensável que se intensifiquem os esforços destinados a favorecer a exportação de produtos manufaturados. (O REPÓRTER, 31 out. 1955, p. 01).

O intuito da “Carta de Princípios da Indústria” foi apresentar o projeto do empresariado brasileiro e suas intenções práticas de interferir nas várias direções da vida social. Para tanto, assume-se enquanto sujeito político de um projeto de desenvolvimento nacional e, a partir disso, “explicitam os principais fundamentos nos quais repousam o seu projeto e a sua estratégia, designando, ao fazê-lo, os lugares reservados aos diferentes agentes sociais”. (TREVISAN, 1986, p. 77).

A “Carta de Princípios da Indústria” teve como proposta apresentar uma série de políticas e medidas referentes à ação estatal, concernentes aos diversos setores de atividade econômica relativas à produção agropecuária e industrial, ao setor de energia, transporte e combustível entre outras. O empresariado nesse documento define claramente o papel e lugar do Estado em relação à iniciativa privada em geral e à atividade industrial em particular.

É possível identificar num primeiro plano, quatro grandes princípios incondicionalmente defendidos pelo empresariado em função da industrialização. São eles: a ordem jurídica, a liberdade econômica, a iniciativa privada e a ordem social, desdobrando-se todos em várias direções. Na carta, esses princípios apontam para um objetivo básico: o desenvolvimento econômico, com o aumento dos níveis de bem-estar do povo o que para os industriais é sinônimo de industrialização. (TREVISAN, 1986, p. 77).

Na concepção do empresariado brasileiro, o Estado deveria manter sua presença forte no que concerne à cobertura e defesa dos seus interesses em prol do progresso do país, sendo que uma das saídas apontadas para a redução da desigualdade social estava no processo de industrialização do mesmo, reafirmando a tese de que “nação rica é

nação industrializada”. Por isso, não hesitavam em denunciar o Estado sempre que este faltasse com suas obrigações em defesa dos interesses nacionais.

O discurso do empresariado da ACIAPU reforça a afirmação acima ao ressaltar que para produzir riqueza, a indústria precisa de paz, segurança, ordem e trabalho sustentado por um Estado democrático que promova a paz social.

[...] é chegado o momento de dizermos, em alto e bom som, aos nossos homens públicos que os supremos interesses nacionais exigem que se supere esse apaixonado personalismo, num esforço patriótico destinado a criar condições para o funcionamento sadio do regime democrático. **Sem ordem, sem paz de espírito não nos é possível trabalhar, a fim de nos desincumbirmos do relevante papel que nos cabe na atual fase da vida nacional. [...] sem ser uma entidade política, a Associação comercial só pode ser a favor de um clima de liberdade e democracia que, a seu ver, constitui as forças mais dinâmicas do próprio desenvolvimento econômico e social.** (ACIAPU, 09 mai. 1957, p. 134, grifo nosso).

Para conquistar a desejada “ordem e progresso” exige-se um esforço de construção do presente e do futuro da nação, que necessita das garantias das leis. A defesa da legalidade que se exprime através de uma ordem jurídica em vigor, calcada na propriedade privada, é com certeza o princípio mais fundamental para o pensamento burguês empresarial ao qual aparece como o referencial básico, o parâmetro necessário à estabilidade e ao controle exigido pela produção. (TREVISAN, 1986). Outro ponto que merece destaque no pensamento empresarial da ACIAPU é a forma como concebem a questão da democracia.

[...] a história econômica do mundo atesta que, nos países altamente industrializados, onde o capitalismo universalizou o conforto, onde os indivíduos, de modo geral, estão ao abrigo das degradações oriundas da miséria, a democracia representa uma consequência lógica, um produto natural dessas condições. Já vem de longe a nossa campanha contra o pauperismo, pai da ignorância. [...] é de interesse vital a manutenção e a melhoria do clima democrático. (ACIAPU, 09 mai. 1957, p. 135).

O debate sobre a questão do Estado democrático esteve muito presente nos discursos do empresariado uberlandense. Para tanto, o conceito de democracia compreendida pelos empresários é uma concepção restrita do termo, tendo em vista que associam democracia apenas à questão da liberdade e, mais especificamente, à liberdade econômica. Imbuído de uma concepção liberal de mundo, o empresariado defendia a ideia de que todos os homens são iguais perante a lei, por isso, todos possuem a mesma capacidade de conquistar riquezas através do trabalho. Essa discussão nos remonta ao pensamento de Locke, que concebia o homem como naturalmente livre, sendo cada um proprietário de si mesmo e de suas capacidades.

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. (LOCKE, 1991, p. 227).

O liberalismo tem como princípio a igualdade de oportunidades, ou seja, aqueles que não conseguirem se sobressair é porque não se esforçaram o suficiente para atingir bons resultados. Na concepção liberal a todos é permitido atingir a prosperidade através do trabalho. Pelo trabalho encontrava-se justificativa para explicar a origem da propriedade privada bem como da desigualdade social. Através da meritocracia e do esforço individual o empresariado buscava explicar tanto a questão da riqueza, que só poderia ser alcançada mediante trabalho árduo e disciplina, quanto a questão da pobreza e miséria dos indivíduos ligadas ao ócio e a vadiagem. A defesa da iniciativa privada bem como a delimitação quanto as intervenções estatais revelava a força da burguesia brasileira.

Ao contrário de uma possível debilidade política da classe empresarial brasileira, a ACIAPU apresentou uma forte articulação entre a entidade e outras associações estaduais e federais representantes das classes produtoras. As

correspondências entre as entidades apontavam o grau de intercâmbio e de influência das Associações e Federações empresariais. A transcrição do discurso do presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil presente nas atas da ACIAPU expressavam os desejos em comuns do empresariado brasileiro.

[...] e nas ocasiões em que atravessamos essas fronteiras nunca estivemos animados de propósitos outros que não fossem ligados ao bem-estar do país, ao seu desenvolvimento econômico. Estamos dispostos a ultrapassar esses limites sempre que a política, transbordando das normas do bom senso, ameaçar os interesses gerais da comunidade brasileira. [...] Nunca ficamos, nem ficaremos a reboque de nenhum grupo por mais poderoso que ele seja. Tranquilos, seremos imperturbáveis, continuaremos em nossa rota e apenas desejamos, sem ódios e nem ressentimentos, que o bom senso domine os espíritos a fim de que todos os brasileiros possam perceber quão imensas, acima mesmo de nossas forças, são as tarefas que precisam ser realizadas, para que o povo alcance melhores condições de vida. (ACIAPU, 09 mai. 1957, p. 133).

Podemos depreender que o discurso empresarial buscava o consenso da população em prol dos projetos por eles adotados. A industrialização é apontada como saída única para alcançar o desenvolvimento que o país necessitava para conseguir uma competitividade no âmbito internacional. A ACIAPU era influenciada por essa forma de pensamento. A mesma se intitulava representante dos interesses da comunidade uberlandense junto ao Estado para justificar seus projetos de sociedade e assim obter recursos e apoio para concretizar suas propostas de transformar Uberlândia numa cidade moderna e industrializada mesmo que a realidade concreta negasse aquilo que o discurso profetizava.

Desse modo, o empresariado uberlandense longe de se ser uma classe neutra, tinha seus projetos de mundo e sociedade articulados para a defesa dos seus interesses e manutenção do seu *status quo* na sociedade capitalista. Apresentavam-se como proprietários de um saber econômico e por isso consideravam que deveriam ser consultados pelos poderes públicos para elaboração de diretrizes e metas que tinham

como foco a expansão da industrialização. Dentre os inúmeros projetos liderados pela ACIAPU destacou-se a defesa pela criação da Cidade Industrial em Uberlândia.

2.2 Uberlândia e a implantação da Cidade Industrial: um projeto em construção

O Sonho de transformar Uberlândia numa Cidade Industrial não é novo. Desde a criação da ACIAPU em 1933, seus fundadores defendiam essa ideia. Em consonância com o movimento de desenvolvimento da economia nacional que ganhava força no país, a Associação desejava que Uberlândia acompanhasse as mudanças sócioeconômicas em âmbito nacional e internacional. Embora a idealização de transformar a cidade numa referência no setor industrial tenha iniciado desde os idos dos anos de 1930, foi somente nos últimos anos de 1950 que esse projeto ganhou força.

A indústria brasileira após a Segunda Guerra Mundial vivenciou momentos de considerável expansão. Para Carvalho (2000) a atuação do Governo Getúlio Vargas com relação ao transporte e energia elétrica, a atuação da Comissão Mista Brasil – EUA, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, o avanço no parque siderúrgico e a campanha que deu origem à Petrobrás são exemplos dos estímulos dados à indústria. Em relação a esse processo em Uberlândia ressalta que,

O processo de industrialização em Uberlândia pode ser compreendido em três fases: a primeira tem início em meados da década de 30, acompanhando um movimento que é nacional e se estende até 1965, caracterizado tanto pelas ações governamentais de construção de infraestrutura quanto pelo investimento do capital privado na diversificação industrial. A segunda fase começa em 1965, cujo marco foi a implantação da Cidade Industrial, finalizando em 1980, quando se inicia a terceira fase, com a chegada do capital estrangeiro, principalmente multinacional, no ramo da agroindústria. (CARVALHO, 2000, p. 295).

Em 1959 ocorreu em Uberlândia o I Congresso de Desenvolvimento do Vale do Paranaíba. Esse foi um evento pioneiro de conscientização das possibilidades industriais da cidade. A ACIAPU empenhou-se juntamente com os políticos locais pela ampliação e consolidação do parque industrial na cidade. Ainda nesse mesmo ano, foi criada oficialmente a Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia, formada por várias entidades da sociedade civil uberlandense. Conforme discurso da imprensa a Comissão foi pensada para trabalhar em prol do progresso da cidade e sua criação “visava dar maior significado e consistência às reivindicações da cidade ao fazer a triagem dos nossos mais variados anseios, encaminhando-os a quem de direito e cuidando de verificar o bom andamento e a solução dos mesmos.” (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 23 mai. 1959, p. 01).

Para se ter ideia da participação da ACIAPU nesse processo, o vice-presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia na época era justamente o presidente da entidade Geraldo Migliorini. O discurso presente na Revista Comemorativa dos 65 anos da entidade destacou que “enquanto a referida Comissão existiu, contou com o apoio irrestrito da entidade assim como ocorreu com a Comissão responsável pela implantação e desenvolvimento da Cidade Industrial”. (ACIUB, 1998, p.17). Entre as atribuições da Comissão destacava-se o papel de convencer a opinião pública, a partir dos meios de comunicação, da necessidade do projeto de criação da Cidade Industrial e, especialmente, defender suas ideias frente às lideranças políticas do Estado. A Comissão tinha objetivos claros quanto ao futuro da cidade e, portanto, definiu as seguintes metas a serem atingidas: “instalação do sistema de microondas; construção de estradas de rodagem ligando Uberlândia a Brasília, passando por Araguari; Construção da hidroelétrica de Cachoeira Dourada; implantação de uma escola de Engenharia e a criação da Cidade Industrial”. (SOARES, 1995, p. 183).

O I Congresso de Desenvolvimento do Vale do Paranaíba foi responsável por lançar as bases para discutir a possibilidade de transformar Uberlândia numa Cidade Industrial. O intuito do evento foi estabelecer os critérios básicos que deveriam ser alcançados no município para atingir as metas delimitadas. A Cidade Industrial passou

a ser então o símbolo do progresso almejado pelo empresariado uberlandense e a questão da infraestrutura condição imprescindível para a implantação do sonho industrial. A Associação, que já se empenhava junto aos poderes estaduais e federais para melhoria da infraestrutura básica da cidade com abastecimento suficiente de água, energia elétrica e transportes, passou em seus discursos a partir disso a defendê-los como pré-requisito indispensável para proporcionar o desenvolvimento econômico do município e região.

Para existir feira industrial era preciso ter indústria. E, para ter indústria, era imprescindível uma cidade industrial. E a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia adotou o tema da Cidade Industrial desde os primeiros momentos. Participava dos congressos em prol do desenvolvimento econômico da cidade e região, fazia-se presente nas comissões surgidas em torno desse objetivo. E à medida que a cidade industrial foi se concretizando, trabalhou em defesa dos benefícios fiscais para a implantação das indústrias; acompanhou a instalação da rede hidráulica; atuou junto à CTBC para a instalação rápida dos telefones. (ACIUB, 1998, p. 20).

Além das conquistas no campo da infraestrutura, a ACIAPU tinha como um de seus principais objetivos divulgar as potencialidades econômicas do município o que implicava em atrair investimentos tanto do capital nacional quanto estrangeiro, conforme destacou discurso em reunião ocorrida na entidade.

A divulgação de números estatísticos pertinentes ao respeitável movimento econômico financeiro de Uberlândia está em nossos cálculos. A eloquência dos algarismos veiculará propaganda e constituirá atrativo seguro para novas iniciativas, que resultarão em nosso fortalecimento. Senhores, aos órgãos do poder público municipal, estadual e federal, à imprensa e a rádio de nossa terra, aos nossos representantes nas câmaras legislativas e às várias associações de classes estendemos a mão da amizade e do apreço, com a afirmação de que estaremos juntos em tudo que objetive o progresso material, o aprimoramento da sociedade e o bem comum. (ACIAPU, 12 jan. 1957, p. 91).

Na segunda metade da década de 1950, a industrialização em Uberlândia tornou-se uma meta a ser atingida. Para os associados da entidade, era preciso

apresentar as potencialidades de Uberlândia e para isso publicar estatísticas econômicas, sociais e educacionais a respeito do município se faziam necessárias para atrair novos investimentos. O artigo no jornal *Correio de Uberlândia* intitulado “Você conhece Uberlândia?” demonstrou o incessante desejo da elite uberlandense em apresentar as potencialidades e perfil econômico do município.

2ª cidade do Estado de Minas Gerais em arrecadação municipal; 2ª cidade do Estado de Minas Gerais em arrecadação federal; 1ª cidade do Estado de Minas Gerais em arrecadação “per capita” do imposto de renda; 1ª estação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, em arrecadação; 6ª cidade do Brasil em consumo de gasolina; 10ª cidade do Brasil em movimento aeroviário; a cidade que tem os maiores reservatórios elevados de água da América do Sul; o maior centro beneficiador de carnes e derivados do Brasil Central; o maior centro beneficiador de arroz do interior do Brasil; o maior centro de irradiação comercial do Brasil; o maior centro de irradiação do interior brasileiro; a cidade de maior área calçada “por habitante” do Estado de Minas Gerais; o 2º colégio eleitoral do Estado de Minas Gerais com 34.000 eleitores inseridos; Tem duas rádio-emissoras e três jornais diários; Sua topografia é privilegiada: ruas e avenidas bem traçadas e amplas em terreno plano, seco e firmado sobre sólida e espessa camada de basalto; altitude de 856 metros, com um clima seco e ameno. População de 60.000 na cidade e 15.000 nos distritos. Arquitetura moderna, ótimos prédios residenciais e comerciais. Florescentes indústrias, ótimos clubes esportivos e sociais. Bons estabelecimentos de ensino primário, secundário e técnico. Comércio dinâmico, povo empreendedor, evoluído e hospitaleiro. A capital econômica do Brasil Central. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 19 mai. 1956, p. 01).

A busca por investimentos no município ocorreu em um período muito favorável no cenário da economia nacional, como também no contexto internacional. Ao final da Segunda Guerra Mundial teve início uma forte ação dos Estados Unidos no apoio aos governos capitalistas, retratada no Plano Marshall³⁶ de recuperação econômica da Europa e do Japão. Para a América Latina, onde não havia a preocupação com a reconstrução do pós-guerra, havia a necessária afirmação do capitalismo, o que se

³⁶ O Plano Marshall assinado por Harry Truman entrou em ação em junho de 1947 e teve o objetivo de recuperar a economia dos países capitalistas, sobretudo dos países que foram devastados pela Segunda Guerra Mundial como Inglaterra, França, Itália e Alemanha.

traduziu em planos de ajuda econômica. (CARVALHO, 2000). Nesse contexto, a Associação, imbuída de um discurso desenvolvimentista e de interiorização da economia brasileira, recorria à divulgação do município e região reforçando os convites às empresas nacionais e multinacionais para se instalarem na cidade.

Junto a grandes empresas, solicitavam estudos no tocante à viabilidade de instalação na cidade. Em 1958, atendendo a uma solicitação do associado Francisco Caparelli, a entidade enviou uma correspondência à Nestlé com um pedido para instalação de uma fábrica. Da empresa receberam a resposta de que seriam encaminhados os estudos necessários. Em 1959 enviaram ofícios à S.A. White Martins e à Cia Cervejaria Brahma fornecendo dados estatísticos sobre Uberlândia e pedindo estudar as possibilidades de instalação de uma fábrica. (CARVALHO, 2000, p. 184).

A ACIAPU implementou uma campanha pró-industrialização na cidade procurando envolver toda a comunidade nesse projeto, além de convidar grandes empresas a instalarem aqui unidades fabris. Empresas multinacionais e nacionais, de economia mista, privada ou estatal, de qualquer ramo industrial, sofriam os assédios da entidade. Argumentava-se que Uberlândia tinha necessidade imediata de industrializar-se, “pois outros centros que dependiam desta em passado recente, já estão hoje se tornando autônomos, por já disporem de facilidade de crédito, pelo avanço da rede bancária, de energia elétrica e de meios de transportes, através do incremento dos caminhões e da construção de rodovias”. (ACIAPU, 25 nov. 1958, p. 117).

Para envolver a participação da população uberlandense no projeto da Cidade Industrial foi aberto concurso para seleção da letra do Hino “Uberlândia Cidade Industrial” e em reunião da entidade deliberou – se que fosse convocada a Comissão julgadora para seleção dos trabalhos. (ACIAPU, 29 dez. 1964, p. 99). Ao tratar essa mesma questão o Jornal Correio de Uberlândia anunciou que,

Encerra-se hoje o prazo para apresentação de concorrentes ao Hino Uberlândia – Cidade Industrial, referente à letra, pois a música é de autoria da ilustre e culta maestrina uberlandense, Profa. Cora Pavan Capparelli. Para premiar o autor da poesia, o entusiasta do progresso

uberlandense, industrial Anésio Pereira de Rezende fez doação de prêmio em dinheiro no valor de 50 mil cruzeiros, levando, pois o concurso o seu nome. As inscrições encerram-se hoje às 15 horas, devendo julgar os trabalhos apresentados, uma comissão composta de um poeta, um representante da Associação Comercial, um do Conselho de Implantação da Cidade Industrial, um da prefeitura, um do rádio e outro da imprensa. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 14 dez. 1964, p. 04).

A ACIAPU teve uma participação decisiva no processo de implantação da Cidade Industrial em Uberlândia. A inclusão do nome de Uberlândia no projeto estadual de implantação das Cidades Industriais no estado só foi conquistada graças às pressões do empresariado ligado à entidade patronal.

A ACIUB deu início também ao projeto de construção de um Pavilhão das Indústrias. Em decorrência dos esforços da classe dominante local, Uberlândia foi escolhida para sediar o Congresso Regional de Desenvolvimento Industrial. Além dessas medidas, fez-se o levantamento sistemático das possibilidades industriais de Uberlândia e o Sr. Tubal Vilela da Silva prestou-se a doar um terreno para instalação da Cidade Industrial, a ser escolhido entre três bairros da cidade. (ALMEIDA, 1992, p. 44).

Um projeto antigo do empresariado uberlandense desde a inauguração da entidade era construir um Pavilhão das Indústrias para abrigar e promover feiras industriais na cidade. Em relação à construção do Pavilhão Industrial a imprensa local manifestou que,

Caminham em ritmo acelerado os trabalhos de construção do Pavilhão das Indústrias, localizado à Avenida Vasconcelos Costa, recinto do parque da Exposição Feira. Trabalho dinâmico da atual diretoria da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da cidade, o Pavilhão das Indústrias constituirá verdadeiro palácio para demonstração do que produz a metrópole do Triângulo Mineiro. De agigantadas proporções, coberto inteiramente com estrutura metálica e telhado de reluzente alumínio, o Palácio industrial deverá ser inaugurado muito brevemente, em meio a expressivas cerimônias, que marcarão a nova era na Uberlândia moderna. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 05 fev. 1963, p. 06).

Somente nos anos de 1950 que o sonho de uma exposição industrial permanente foi retomado. A pedra fundamental foi lançada em 25 de dezembro de 1959, mas sua inauguração ocorreu somente em julho de 1963.



4

Figura 7 - Prefeito Raul Pereira inaugura o Pavilhão das Indústrias em 1963.
Fonte: Acervo ACIAPU

A primeira Exposição Feira Industrial e Comercial realizada no Pavilhão das Indústrias ocorreu apenas em 1965 e contou com a presença do Presidente da República, General Castelo Branco e o Governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Em prol do desenvolvimento industrial da cidade, a Associação almejava, além da criação do Pavilhão Industrial para exposição das feiras, articular junto à política local, estadual e federal a criação de uma Cidade Industrial em Uberlândia. Conforme Carvalho (2000) a limitação da infraestrutura na cidade, principalmente no que concerne à questão energética, foi um empecilho para a concretização dessa proposta nos anos 1950. Somente em 1960 a entidade participou da criação de uma Comissão Municipal de

Expansão Industrial, para a qual elaborou um projeto de lei e enviou à Câmara Municipal. Nesse projeto contemplava a implantação da Cidade Industrial. Outro desafio para a implementação deste projeto foi a falta de apoio do governo estadual, conforme destaca-se,

Uma das dificuldades enfrentadas na sua implantação foi o fato dela não estar nos planos do governo estadual. Sendo assim, não podendo contar com a colaboração dos órgãos estaduais, os problemas se ampliaram, desde a construção da infraestrutura necessária até os incentivos voltados para a atração das indústrias. Até mesmo os financiamentos requisitados junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais não foram atendidos conforme requisitados. (CARVALHO, 2000, p. 213).

A resistência do governo estadual de implantar em Uberlândia uma Cidade Industrial nos instiga a indagar algumas questões. Se Uberlândia não constava nos planos do governo estadual, talvez um dos motivos estivesse relacionado com o pequeno número de indústrias existentes na cidade, o que não justificava naquele momento um investimento do estado nesse projeto. O empresariado uberlandense insistia em divulgar as potencialidades econômicas do município no desejo de vir a torná-lo uma referência regional no ramo industrial, mas a realidade histórica e material apontava Uberlândia como um centro de referência nas atividades agropecuária e comercial. Entretanto, mudar esse perfil repentinamente apresentava-se como um grande desafio para a burguesia empresarial e políticos locais.

A entidade patronal acompanhava de perto a divulgação na imprensa da implantação da Cidade Industrial em Uberlândia e quando esta não era feita corretamente não se intimidavam em protestar.

A divulgação de nossa cidade industrial não está sendo feita, exibindo inclusive uma revista editada pelo Centro das Indústrias das cidades industriais de Minas Gerais no qual consta o mapa de várias cidades industriais do interior de Minas, menos o de Uberlândia. Deliberou-se oficial à referida entidade, encaminhando cópia do mapa de nossa cidade industrial solicitando sua publicação e pedindo esclarecimentos

sobre a omissão de dados sobre Uberlândia. (ACIAPU, 20 jan. 1970, p. 98).

A fim de incentivar a abertura de novas indústrias na cidade, a Prefeitura Municipal comprometeu-se em acelerar a implantação da infraestrutura básica necessária tendo como prioridade a questão do abastecimento de energia elétrica, transportes e comunicações. Além disso, se dispôs a doar terrenos e isenção de impostos municipais às indústrias interessadas a se instalarem na Cidade Industrial. Tais iniciativas, segundo Soares (1995), atraíram algumas indústrias para a cidade em virtude da oferta de força de trabalho barata e numerosa, além de um potencial mercado consumidor.

A Associação Comercial convida a Nestlé, a White Martins, a Brahma. Entra em contato com as Federações de Indústrias de São Paulo, do Rio, de Minas. Oficia à Embaixada Japonesa comunicando as possibilidades de aplicação de capital nipônico na indústria de abacaxi. Tudo acompanhado de dossiês que demonstram as potencialidades de Uberlândia. Isso, nos fins de 1958 e princípios de 1959. (ACIUB, 1983, p. 56).

Um dos principais desafios para a implantação da Cidade Industrial em Uberlândia foi o problema de fornecimento de energia elétrica que era insuficiente para atender a demanda do município. Desde 1909 a empresa privada responsável pelo fornecimento de energia elétrica na cidade era a Cia. Prada. Mas com os novos projetos de industrialização e expansão da cidade a partir de 1959, a concessionária não conseguiu atender as necessidades de abastecimento do município ocorrendo frequentes racionamentos e interrupções imprevistas de energia.

As diversas solicitações e reclamações das dificuldades enfrentadas pelo município em relação à deficiente oferta de energia elétrica evidenciaram a preocupação da ACIAPU em resolver rapidamente essa questão com o objetivo de dar continuidade e condições para que fossem instaladas empresas na Cidade Industrial. Na tentativa de solucionar o problema, a Associação contou com o apoio da Sociedade dos Engenheiros Químicos e Agrônomos de Uberlândia – SEQAU na briga junto à Cia. Prada. O

deputado Rondon Pacheco a convite da ACIAPU também foi convidado a acompanhar as providências para sanar as necessidades energéticas da cidade. A aproximação da elite econômica local com a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) e sua possível parceria com a Cia. Prada foi vista como uma das saídas para resolver o problema energético da cidade. Todavia, a questão energética só foi resolvida de fato em 1973 quando a Cia. Prada foi encampada pela CEMIG.



Figura 8 - Diretoria da CEMIG visita pavilhão do Parque de Exposições onde se guardavam materiais para a construção da linha de transmissão Cachoeira Dourada/Monte Alegre.

Fonte: Acervo ACIAPU

Na Câmara Municipal, um dos políticos mais engajados no processo de implantação da Cidade Industrial foi o vereador Virgílio Galassi. Seu depoimento enquanto membro da Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia e do Conselho de Implantação, Administração e Planejamento da Cidade Industrial

expressava o esforço da classe burguesa uberlandense em divulgar as potencialidades econômicas do município.

Nós buscávamos as indústrias. Pegávamos a laço. Nós tínhamos um grupo viajando constantemente. Levávamos filmes sobre Uberlândia. Chegamos a fazer reuniões de grande expressão, inclusive uma vez em Porto Alegre. Estivemos com mais ou menos cinquenta industriais na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul com filmes, projetores, slides. Isso foi feito no Brasil inteiro. Viajamos milhares e milhares de quilômetros. Foi um esforço extraordinário. E isso continua. É uma bola de neve. Vai rolar até o fim. Em todos os momentos de desenvolvimento de Uberlândia, a Associação Comercial não tinha um lugar. Ela era sempre a promotora, muito mais do que isso, era criadora desses momentos. (ACIUB, 1983, p. 58).

A Associação se empenhava em atrair indústrias para se instalarem no local destinado à Cidade Industrial. Um exemplo da insistência do empresariado em implantar a Cidade Industrial foram os convites feitos a alguns empresários da cidade para transferirem suas indústrias para esta região. A ACIAPU questionava a falta de mentalidade industrial dos próprios associados. Por mais que alguns empresários defendessem o projeto industrializante para a cidade, parcelas significativas dos associados viam com certa resistência esse projeto. Romper com a mentalidade agrária e comercial da burguesia uberlandense não era algo para ser feito repentinamente. O projeto da Cidade Industrial não foi abraçado imediatamente conforme o discurso enfatizava. A cultura comercial e agropecuária da cidade impedia parte do empresariado em apostar no potencial industrial de Uberlândia.

Após todo esse processo de articulação política da ACIAPU junto aos órgãos públicos locais, estaduais e federais finalmente no dia 3 de setembro de 1965, foi inaugurada a Cidade Industrial. A imprensa local com o intuito de divulgar a Cidade Industrial estampava chamadas como a que segue: “Brevemente estará em funcionamento uma obra monumental, atestado da vontade de um povo que busca um grande destino: a Cidade Industrial de Uberlândia! Visite as construções. Conte aos seus amigos o que você viu! Seja você mais um entusiasta da obra do século na Metrópole do

Triângulo!”. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 08 dez. 1964, p. 02). A inauguração foi feita pelo presidente Castelo Branco acompanhado de outras autoridades políticas como os governadores Magalhães Pinto e Ney Braga, os deputados Rondon Pacheco, Homero Santos e Waldir Melgaço, Ministros, Senadores, Deputados, Secretários de Estado e altos funcionários. (ACIUB, 1983).

É relevante destacar que o fato de ter sido inaugurada a Cidade Industrial em 1965 não quer dizer que com a conquista do espaço físico estavam resolvidos todos os problemas. Guimarães lembra que após a euforia de ter conseguido o título de Cidade Industrial o desafio foi atrair as indústrias para o local.

Mesmo após a inauguração da Cidade Industrial de Uberlândia, em setembro de 1965, continuava a saga das empresas em número de apenas três, ali instaladas. Conforme registro de ata da Aciub de 1966, foram feitas acusações pelos representantes das firmas estabelecidas na “Cidade Industrial” contra entidades municipais e de classe. Eles alegavam que estas vinham se mostrando alheias ao drama das indústrias ali instaladas, onde nada existia que oferecesse condições para a sobrevivência de um parque industrial. (GUIMARÃES, 2010, p. 198).

Nesse sentido, esta análise nos permite inferir uma discrepância entre os discursos progressistas locais e aquilo que de fato aconteceu na realidade. Muitas empresas cientes das condições mínimas de infraestrutura ofertadas negavam o convite realizado para instalação de suas unidades na Cidade Industrial, como o caso da fábrica de Balas Imperial que foi relatado pelo presidente da entidade. Ao sondar a diretoria da empresa “o Sr. Lauro Teixeira, diretor da referida indústria, afirmou categoricamente que, sua fábrica planejava para se transferir de local, mas que, infelizmente, a Cidade Industrial não lhe oferece as condições adequadas para sua instalação”. (ACIAPU, 20 jan. 1970, p. 97).

Em 1969 a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia com o apoio da Prefeitura Municipal organizaram a I Feira Nacional da Indústria de Uberlândia – FENIUB que foi realizada no Pavilhão Industrial. Todas as ações em prol do maior sucesso da feira foram consideradas: “selos comemorativos e decalques; divulgação

junto a deputados estaduais e federais, acompanhados de dados sobre Uberlândia e o convite para comparecerem ao evento; flâmulas de papel para os carros, convites aos clubes de serviço para programarem visitas à feira". (CARVALHO, 2000, p. 312). A realização da FENIUB foi um marco na história da entidade que desde então passou a promover anualmente este evento que ganhou uma dimensão de reconhecimento nacional e que tem fomentado o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais na cidade.



Figura 9 - Sede do Pavilhão das Indústrias

Fonte: Acervo particular Antonio Pereira da Silva

Ao acompanhar o avanço do setor industrial em nível estadual e nacional a elite econômica fez o possível para que Uberlândia estivesse em sintonia com esse processo. As pressões políticas do empresariado ligado à ACIAPU em articulação com os órgãos políticos municipais a fim de transformar Uberlândia em Cidade Industrial foi exemplo disso. Também merece destaque no âmbito das ações voltadas para a industrialização, aquelas relacionadas com a criação do Distrito Industrial administrado pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI/MG. De acordo com a Associação,

durante a década de 70, quando o governo do estado de Minas Gerais criou a Companhia de Distritos Industriais, também se fez presente a ACIUB, entendendo ser esta uma oportunidade para ampliação da infraestrutura existente na Cidade Industrial, bem como a incorporação de novos conceitos em torno da industrialização. (ACIUB, 1998, p. 20). Por mais que a classe empresarial quisesse acelerar o desenvolvimento industrial da cidade desde os idos de 1930, este só ocorreu de forma mais expressiva a partir de 1970 com a instalação de algumas empresas nacionais e multinacionais no ramo da agroindústria.

Diante disso, percebemos que o projeto político da ACIAPU em transformar Uberlândia num importante Centro Industrial foi e continua sendo uma proposta em construção. Muitas foram as limitações, principalmente no que concerne a deficiência de energia elétrica, para a instalação de novas indústrias no município. A ideologia desenvolvimentista do empresariado uberlandense esteve em consonância com as discussões em nível nacional em que se apostava na industrialização como possibilidade de retirar o país da situação de atraso econômico que se encontrava até então e a partir daí gerar uma riqueza nacional que em nível de discurso beneficiaria a todos os indivíduos comprometidos com o projeto nacional desenvolvimentista. Como bem afirmou De Decca (1994) que a expansão e consolidação da industrialização no Brasil não foi um processo dominado por forças impessoais da economia, mas um processo político onde foram decisivas as opções, as ações e as experiências dos sujeitos sociais. A industrialização é uma luta desencadeada dentro e principalmente fora das fábricas e implicou na elaboração de um projeto político que desejava moldar as instituições e, por que não dizer, as pessoas que vivem numa dada sociedade. Dessa forma, a fim de identificar as propostas de formação humana implícitas no projeto político pedagógico da ACIAPU abordaremos no capítulo seguinte quais foram as políticas públicas educacionais voltadas para a organização do ensino técnico-profissionalizante no país e seus impactos na cidade de Uberlândia.

CAPÍTULO 3

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

“A educação é uma dimensão da vida dos homens que, tal qual qualquer outro aspecto da vida e do mundo existente, se transforma historicamente acompanhando e articulando-se às transformações do modo como os homens produzem a sua existência”. (LOMBARDI, 2010).

Problematizar as políticas públicas educacionais no período estudado faz-se fundamental para contextualizar como as propostas educacionais da ACIAPU estavam articuladas num movimento amplo de formação dos trabalhadores. Para Vieira (2008) a legislação é sempre expressão de determinados interesses e representa projetos de sociedade de determinados grupos. Sem dúvida esses projetos não foram gestados como um simples consenso entre os grupos, mas de certa forma revelavam as contradições e conflitos presentes nesse processo. Embora a política educacional não se esgote nesses documentos, sua análise contribui para uma compreensão das ideologias que circulavam em diferentes circunstâncias políticas, econômicas e sociais.

É nesse sentido que podemos assinalar que as políticas educacionais são frutos das contradições que expressam as lutas entre as várias camadas dominantes que se encontram no poder. “A legislação do ensino evoluiu de forma contraditória, buscando, ora conciliar as correntes em oposição, ora favorecer uma delas”. (ROMANELLI, 1997, p. 127). Enfim, a legislação é sempre o resultado da proposição dos interesses das classes representadas no poder. Como bem salienta Lombardi (2010), em consonância com a concepção marxiana de educação e ensino, a educação é reflexo da forma como os homens produzem sua vida material. Por isso, não é neutra e/ou desconectada da

realidade social, mas responde a uma necessidade criada por determinado contexto histórico-social.

A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não construíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e particularmente consolidadas nas mais diferentes formações sociais. (LOMBARDI, 2010, p.26).

Portanto, para problematizar o contexto educacional no país no período do nacional desenvolvimentismo bem como a inserção da ACIAPU e seus projetos educativos para a formação da classe trabalhadora na cidade de Uberlândia tornou-se necessário retomar as influências do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Embora a discussão do Manifesto esteja em um período anterior ao delimitado por este estudo, consideramos pertinente resgatá-la tendo em vista que o debate posto por esses intelectuais na época foi crucial para pensar uma nova organização do ensino profissional no país. Nesse sentido, as ideias dos renovadores liberais no campo educacional apresentavam-se adequadas ao contexto de rompimento com uma sociedade basicamente agrária para uma sociedade urbano-industrial em que a educação funcionaria como um importante instrumento de desenvolvimento econômico nacional.

Discutimos as reformas educacionais denominadas de Leis Orgânicas de Ensino decretadas a partir de 1942 pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema que organizou o ensino técnico-profissional no país. Retomamos também a ideologia do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT que teve sua fundamentação ancorada nos princípios tayloristas de organização científica do trabalho e que serviu como bússola norteadora para as mudanças educacionais pós – 1930.

3.1 As influências do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova nas propostas de reforma do ensino profissional no Brasil

Os problemas educacionais no contexto da nova ordem econômica-social do sistema capitalista passaram a ter enfoque significativo. As políticas públicas educacionais a partir de 1930, diante da demanda popular de acesso ao ensino, passaram a ser foco de atenção no Governo Vargas. Uma das primeiras medidas adotadas por Getúlio após sua posse foi criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo indicado Francisco Campos³⁷ para ocupar a nova pasta. O conjunto de decretos baixados pelo Ministro da Educação foi denominado Reforma Francisco Campos³⁸. É preciso destacar que o conjunto de decretos em questão não rompeu com o caráter elitista que até então se desenhava para o ensino profissional no país³⁹.

Nessa nova conjuntura, o Estado assumiu papel central no desenvolvimento econômico do país. A transição do modelo agroexportador para o modelo de industrialização, conforme nos aponta Manfredi (2002) foi incentivada pelo processo de Substituição de Importações, concretizado mediante pesados investimentos públicos na criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro. A educação passou a ser concebida como peça-chave para alavancar o processo de

³⁷ Francisco Campos foi integrante do Movimento da Escola Nova no Brasil e Ministro da Educação e Saúde Pública entre novembro de 1930 a setembro de 1932. Nesse período realizou uma intensa ação no Ministério da Educação, preocupando-se essencialmente com o ensino secundário e superior. Foi durante o mandato de Francisco Campos que se iniciou o desenvolvimento do ensino profissional no país.

³⁸ Entre os decretos estabelecidos pela Reforma Francisco Campos destacam-se: Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931 que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931 que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 que dispôs sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 que dispôs sobre a organização do ensino comercial, regulamentou a profissão de contador e, por fim, o Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1932 que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário.

³⁹ A Reforma Francisco Campos não rompeu com a estrutura existente anterior no que concerne ao acesso do ensino superior aos egressos do ensino técnico profissionalizante. Estabeleceu ainda o ensino comercial sem equivalência com o ensino secundário e sem acesso ao nível superior, bem como uma educação profissional e um curso rural equivalente apenas ao curso primário e com uma complementação de dois anos, que nem sequer equivaleria ao curso secundário completo. (CARVALHO, 2008, p. 81).

modernização e industrialização e a educação profissional particularmente passou a ser uma questão de Estado sendo urgente sua reorganização com estabelecimento de metas e prioridades na formação dos trabalhadores.

Os desdobramentos do intenso processo de urbanização vivenciados nesse período geraram uma demanda social pelo acesso à educação que cresceu consideravelmente e intensificou uma pressão popular cada vez mais forte em prol da expansão do ensino público estatal. Para Romanelli, “a intensificação do processo de urbanização, o crescimento demográfico e o aumento gradativo da renda per capita fizeram-se acompanhar, naturalmente, de uma diminuição da taxa de analfabetismo”. (1997, p. 62). Todos esses fatores foram provocados pelo processo de industrialização que estava em fase de implementação no país e a escola apresentava-se como instituição prioritária ou até mesmo redentora para atender as necessidades da nova sociedade urbano-industrial que se consolidava nesse período. “A situação vigente era de conflito entre o novo e o velho, entre o novo regime político e as velhas oligarquias, entre o capitalismo industrial e o predomínio da economia agrícola”. (ROMANELLI, 1997, p. 146).

A sociedade estava mudando e a educação deveria acompanhar as transformações ocorridas no campo econômico. A educação passou a ser vista pela elite econômica como redentora dos problemas sociais e econômicos do país. O aumento do número de indústrias na cidade bem como a ampliação das atividades comerciais e financeiras provocou uma procura acentuada pela educação escolar como possibilidade de inserção social e melhores condições de vida para a população menos favorecida. Diante disso, a sociedade brasileira despertava para a necessidade da escolarização empenhando-se numa luta pela alfabetização. Na tabela a seguir, Romanelli confirma essa tese ao estabelecer a relação entre o crescimento demográfico, o índice de urbanização e a taxa de alfabetização no Brasil.

Tabela 2 - Evolução da taxa de analfabetismo no Brasil de 1900 a 1970

| Especificação | 1900 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| População Total | 17.438.434 | 30.635.605 | 41.236.315 | 51.944.397 | 70.119.071 | 94.501.554 |
| Densidade Demográfica | 2,06 | 3,62 | 4,88 | 6,14 | 8,39 | 11,18 |
| Renda per capita em dólares | 55 | 90 | 180 | — | 236 | — |
| % de população urbana | 10 | 16 | 31 | 36 | 46 | 56 |
| % de analfabetos (de 15 anos e mais) | 65,3 | 69,9 | 56,2 | 50,0 | 39,5 | 33,1 |

Fonte: Romanelli, 1997, p. 62

Os dados acima revelam os altos índices de analfabetismo da população brasileira que até 1940 giravam em torno de 56,2%. À medida que a população urbana cresceu intensificou-se uma luta pelo direito ao acesso escolar o que provocou uma redução do número de analfabetos em virtude das novas exigências postas pela sociedade industrial que estava em fase de implantação. A luta popular pelo acesso à educação tornou-se uma reivindicação que não poderia ser desconsiderada pelas políticas educacionais.

Diante dessa conjuntura de mudanças sócioeconômicas, um grupo de educadores imbuídos de ideias renovadoras e preocupados em discutir os problemas educacionais brasileiros reuniram-se no Rio de Janeiro em 1924 e fundaram a Associação Brasileira de Educação (ABE) com o objetivo de sensibilizar o poder público e a classe dos educadores para os problemas mais urgentes da educação nacional. Como resultado das discussões e embates proclamaram, em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” influenciados por um movimento internacional escolanovista que teve

suas principais manifestações na Europa e nos Estados Unidos⁴⁰. O documento endereçado ao povo e ao governo denunciava o atraso dos métodos de ensino adotados no Brasil em comparação com as políticas educacionais adotadas em outros países desenvolvidos.

O movimento escolanovista no Brasil representou em linhas gerais uma exposição de objetivos e finalidades educacionais e foi liderado por importantes educadores brasileiros como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira⁴¹, Paschoal Lemme entre outros. O Manifesto apresentou a novidade de vislumbrar a educação como um problema social e, ao analisá-la do ponto de vista filosófico, sociológico e psicológico, esse documento fundamentou as reivindicações de mudança, que suscitou em prol da educação escolar brasileira. (ROMANELLI, 1997). A tomada de posição desses educadores expressava seus projetos em defesa de uma educação pública, gratuita, obrigatória e laica.

As ideias pedagógicas que disputaram a hegemonia no campo educacional no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 foram permeadas pelos debates dos renovadores liberais e os conservadores católicos.

Foi no clima de ebulição social característico da década de 1920 que, no campo educacional, emergiram, de um lado, as forças do movimento renovador impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização; de outro lado, a Igreja Católica procurou recuperar terreno organizando suas fileiras para travar a batalha pedagógica. Essas duas forças desempenharam um papel de relativa importância como dispositivos de sustentação do “Estado de Compromisso”, concorrendo, cada uma à sua maneira e independentemente de seus propósitos explícitos, para a realização do projeto de hegemonia da burguesia industrial. (SAVIANI, 2008, p. 193).

⁴⁰ Para Romanelli (1997) prova dessa influência foi a incontestável presença no Manifesto do pensamento de Dewey no que concerne aos fundamentos da Educação Nova.

⁴¹ Saviani destaca que Anísio Teixeira foi uma figura central da educação brasileira em toda a década de 1950 até os anos iniciais de 1960. Permaneceu na direção da CAPES e do INEP entre 1951 e 1964 colaborando também com a criação do ISEB. (SAVIANI, 2008, p. 307).

Em outras palavras, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova configurou-se como um contraponto ao pensamento conservador consagrado pela perspectiva do pensamento católico na época. O debate educacional foi permeado por duas propostas educacionais distintas. Uma representada pela ala católica que defendia a subordinação da educação escolar à doutrina religiosa, o ensino particular e a responsabilidade da família quanto à educação. Do outro lado, os educadores renovadores influenciados pelos ideais da Escola Nova lutavam pela laicização da educação, gratuidade, responsabilidade do Estado para com a oferta da educação pública para todos os cidadãos e a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Sanfelice (2007) lembra que ao defenderem a responsabilidade do Estado com a educação pública não significava que esses intelectuais apoiavam o monopólio do Estado na educação. Conforme atesta o próprio texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que “afastada a ideia do monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira não está ainda em condições de assumir sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância, as instituições privadas”. (AZEVEDO et al, 2010, p. 44). Pregavam na verdade uma “liberdade disciplinada”, em que caberia ao Estado regular e acompanhar o cumprimento da legislação educacional pelas instituições de ensino privadas.

Os escolanovistas imbuídos de uma concepção liberal de mundo, homem e sociedade apostavam numa escola pública que visava prioritariamente o atendimento das aspirações individuais dos sujeitos a fim de adequá-los ao novo tipo de sociedade urbano-industrial em construção. Defendiam que todos os indivíduos tinham o direito de ser educado até onde o permitiam suas aptidões naturais, independentemente de razões de ordem econômica e social e enfatizavam que,

A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, sua verdadeira função social, preparando-se para formar a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (AZEVEDO et al , 2010, p. 40).

Segundo o discurso liberal dos educadores escolanovistas, a escola pública é para todos sem distinção de classes sociais. Em outros termos, todos deveriam ter a mesma possibilidade de ter acesso à escola, mas o desenvolvimento das habilidades e aptidões naturais ficaria a cargo do indivíduo. Daí a justificativa liberal de seleção dos melhores mediante o desempenho individual de cada um.

Em contrapartida, a Igreja Católica apontava sérias críticas ao modelo liberal de educação defendido pelos educadores renovadores. Afirmavam que a dissociação da educação e religião impedia uma formação moral do indivíduo que é essencial para a manutenção da vida social. Defendiam que a educação escolar deveria ir além de meramente instruir, mas educar para uma adaptação às exigências da vida coletiva.

Mediante o debate entre essas duas correntes ideológicas o Estado, em sua estratégia política de não romper com nenhum dos dois grupos, manteve um discurso ora conservador visando atrair integrantes da igreja católica para respaldar seu projeto de poder ora modernizante dirigindo-se aos adeptos da Escola Nova. O fato é que a orientação política que prevaleceu após a Revolução de 1930 foi denominada por alguns autores como Saviani (2008), Manfredi (2002), Fausto (2010), Romanelli (1997) de “modernização conservadora”. A necessidade de adaptação do Estado Vargas a uma dessas concepções acontecia de acordo com seus interesses e conveniências políticas. Romanelli ilustra bem essa situação ao afirmar que o velho sobreviveu no novo na organização do ensino brasileiro. “Prova disso são as Constituições de 1934 e 1937 que ao adotar o ensino religioso como facultativo fizeram concessão aos católicos, mas por outro lado, tentaram atender algumas reivindicações do movimento renovador”. (1997, p.145). Ao buscar conciliar os interesses das partes envolvidas o governo manifestou uma política de conciliação e compromisso.

Ao realizar uma avaliação do Movimento da Escola Nova no Brasil, Ribeiro (2001) destaca aspectos positivos e negativos dessa proposta pedagógica. Entre os aspectos positivos enfatiza o fato dos intelectuais renovadores terem denunciado as deficiências da estrutura escolar brasileira demonstrando a urgente necessidade de propor uma grandiosa reforma no campo educacional. Diante disso, a educação passou

a ser tratada pelo governo como uma questão nacional e por isso objeto de regulamentação nos seus diversos níveis e modalidades. Por outro lado, a crítica elaborada pela autora questiona as diretrizes das políticas educacionais propostas pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como base para a consolidação de uma civilização urbano-industrial, como se existisse apenas um tipo de sociedade urbano-industrial. O modelo de sociedade presente nas diretrizes dos pensadores escolanovistas foi o modelo de industrialização norte-americano e dos países europeus. Diante disso, tinha como estratégia importar modelos sócio-econômicos e educacionais de realidades distintas do contexto brasileiro.

A teoria educacional da escola nova é fruto de uma concepção superficial da realidade: ao proporem um novo tipo de homem para a sociedade capitalista e defenderem princípios ditos democráticos e, portanto, o direito de todos se desenvolverem segundo o modelo proposto de ser humano, esquecem o fato fundamental desta sociedade que é o de estar ainda dividida em termos de condição humana entre os que detêm e os que não detêm os meios de produção, isto é, entre dominantes e dominados. (RIBEIRO, 2001, p. 125).

Por isso, torna-se imprescindível compreender as especificidades do contexto histórico-social de cada país ao elaborar as propostas educacionais. Analisar os dilemas enfrentados na educação escolar no Brasil exige uma problematização rigorosa de sua raiz econômica. Embora o discurso liberal de “educação escolar para todos” parte do princípio de igualdade de oportunidades entre os indivíduos para alcançar o sucesso na vida social é na realidade material das condições de vida e classe social dos sujeitos que as contradições estão postas na sociedade capitalista.

Ao discutir sobre a mesma questão, Sanfelice (2007) destaca o caráter “progressista conservador” implícito na ideologia dos intelectuais ligados ao movimento escolanovista, isto é, progressista por denunciar os baixos índices de escolaridade formal da população brasileira e pela defesa da expansão da escola pública estatal, mas por outro lado conservador por não questionar as condições de exploração e alienação que o modelo de sociedade capitalista submete os trabalhadores. “A educação

proclamada pública, pela via do Estado, continuaria mais do que nunca a educação hegemonicamente para o capital. Impõe-se, portanto, proclamar a educação pública, via Estado, mas que atenda aos interesses do trabalho”. (SANFELICE, 2007, p. 555).

Uma das preocupações centrais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi sem dúvida estabelecer uma relação de dependência entre educação e desenvolvimento nacional. As propostas para o ensino profissional presentes no Manifesto estavam em sintonia com a pedagogia industrialista do empresariado brasileiro. Prova disso foi a contribuição do engenheiro Roberto Mange⁴² e sua ativa participação nas discussões sobre o ensino profissional junto ao grupo dos educadores renovadores quando da elaboração do texto do Manifesto de 1932.

A escola profissionalizante na concepção dos escolanovistas “restabeleceria, entre os homens, o espírito de disciplina e solidariedade, constituindo o trabalho como a maior escola de formação do caráter dos indivíduos”. (MUNDIM, 2005, p. 61). A igualdade no acesso aos diferentes ramos do ensino foi considerada condição “*sine qua non*” para alcançar o progresso desejado. As relações entre economia e educação⁴³ e a confiança nos poderes da educação como alavanca social constituiu a base do pensamento dos renovadores escolanovistas.

Entretanto, é importante enfatizar que por mais que o Governo Vargas tentasse conciliar os diferentes interesses em questão, os projetos educacionais conservadores ligados à igreja católica sobressaíram em detrimento dos interesses dos renovadores liberais. Para Romanelli (1997, p. 190) “a rigidez da Reforma Capanema do ensino secundário e a ideologia nela implícita dão bem a medida da atuação das correntes conservadoras e da burguesia antidemocrática que permaneceram junto ao poder executivo”. Em consonância com essa perspectiva Mundim destaca,

⁴² Roberto Mange, engenheiro suíço, convidado para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo teve papel preponderante na fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT bem como na criação do SENAI. Juntamente com Lourenço Filho, organizou e difundiu a Psicotécnica no ambiente escolar e empresarial no país. (SAVIANI, 2008).

⁴³ Para os educadores escolanovistas a educação pública tem de ser, pois, reestruturada para contribuir também, como lhe compete, para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico. (AZEVEDO et al, 2010, p.91).

As estratégias políticas centralizadoras, autoritárias e intervencionistas estabelecidas por Getúlio Vargas, a partir de 1930 e acentuadas em 1937, inibiram a implantação dos ideais escolanovistas e impuseram à educação diretrizes centralizadoras de cunho nacionalista, tendo como objetivo a modernização do país. Isso ficou caracterizado nos artigos sobre Educação da Constituição de 1937 e na Reforma Capanema. (MUNDIM, 2005, p. 48).

Diante dessa conjuntura econômica, os projetos compartilhados pela “trindade governamental⁴⁴” representada por Getúlio Vargas, Francisco Campos e Gustavo Capanema, defendiam a centralidade do Estado no controle das políticas educacionais, sendo a formação técnica profissional da população brasileira uma prioridade do Estado. (SAVIANI, 2008). Desse modo, o estímulo à produção industrial provocada pelo processo de Substituição de Importações evidenciou a necessidade de força de trabalho qualificada. O Estado Novo assumiu a industrialização como meta principal e em virtude disso as políticas educacionais a partir desse período foram orientadas, sobretudo para o ensino profissional. As reformas educacionais dirigidas por Gustavo Capanema com as Leis Orgânicas de Ensino redefiniram a estrutura de todo o sistema educacional brasileiro.

3.2 A organização do ensino técnico-profissionalizante a partir das Leis Orgânicas de Ensino

As reformas educacionais propostas pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema⁴⁵, nos anos de 1937 a 1945 durante o Governo Vargas foram um

⁴⁴ Expressão utilizada por Saviani (2008) para designar a articulação de ideias compartilhadas entre Vargas, Francisco Campos e Gustavo Capanema.

⁴⁵ Gustavo Capanema formou-se em Direito em 1924 pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Em 1930 tornou-se oficial de gabinete de Olegário Maciel em Belo Horizonte. Assumiu interinamente a interventoria do estado em 1933, após a morte de Olegário Maciel, transferindo-se três meses depois para Benedito Valadares. Participou da fundação do Partido Progressista Mineiro, que derrotou o Partido Republicano Mineiro nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945 durante o governo de Getúlio Vargas. Após a queda do Estado Novo em 1945, Capanema é eleito deputado federal por Minas em todas as

marco na regulamentação do ensino técnico-profissional no país. Essas reformas foram chamadas de Leis Orgânicas de Ensino, a maioria das quais concebidas durante a administração de Gustavo Capanema.

As Leis Orgânicas de Ensino foram concebidas no período de 1942 a 1946 e foram encaminhadas por um conjunto de decretos-lei e “embora ultrapassem no tempo a obra do Estado Novo e a gestão de Gustavo Capanema (1934 - 1945) como Ministro da Educação, os 11 documentos de reforma do período guardam entre si uma unidade”. (VIEIRA, 2008, p. 95). Os textos concebidos foram promulgados sob a forma de decretos-lei⁴⁶ e estabeleceram orientações para o ensino industrial, o ensino secundário, o ensino comercial, o ensino primário, o ensino normal e o ensino agrícola.

O governo federal preocupou-se também em engajar e responsabilizar as indústrias em relação à formação de seus trabalhadores. O decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942 que criou o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Decreto-Lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) foram exemplos disso. De acordo com Cunha (2000, p. 47), “O SENAI⁴⁷ teve um estatuto jurídico *“sui generis”*. Embora criado por determinação do presidente da República, mediante decreto-lei, sua constituição e direção ficaram a cargo de uma entidade privada, a Confederação Nacional da Indústria”. Do ponto de vista de sua constituição o SENAI seria uma instituição pública, mas pelo viés do poder institucional e da gestão de recursos foi fundada enquanto uma instituição privada.

legislaturas a partir de 1946, sendo eleito senador pela ARENA em 1971. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p.16).

⁴⁶Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943); A Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946), a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530, também de 02 de janeiro de 1946); Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946); Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946). (RIBEIRO, 2001).

⁴⁷ O SENAI, criado pelo Governo Vargas em 1942, em convênio com o setor industrial e representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nasceu a partir das exigências da expansão industrial brasileira, que demandava uma formação mínima do operariado, que teria de ser feita de modo mais rápido e mais prático. (SANTOS, 2007).

As Leis Orgânicas de Ensino expressou o caráter conservador e elitista das propostas educacionais brasileiras e mesmo sofrendo algumas alterações através das denominadas Leis de Equivalência a partir de 1950 sua essência permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, conforme nos aponta Vieira:

O exame dos textos das Leis Orgânicas do Ensino mostra que a despeito das mudanças políticas que suscitam a troca de presidentes e ministros, há um fio condutor entre as mesmas que ultrapassa a gestão de Gustavo Capanema e tem continuidade depois de sua saída da pasta da educação. (...) Suas diretrizes oferecem um arcabouço ao campo educacional extenso e detalhado como antes não existira. Tais regras, ainda que em boa parte circunscritas a apenas uma parte das escolas existentes, já que a oferta crescia à revelia dos dispositivos legais, vão orientar a educação nacional até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961, focalizada adiante. (VIEIRA, 2008, p. 107).

O texto das Leis Orgânicas de Ensino no que se refere ao ensino profissionalizante trata das bases da organização geral do ensino industrial, comercial e agrícola delimitando as articulações entre cursos, ramos, ciclos e graus, além de redefinir questões da organização curricular como: duração de cursos, disciplinas, práticas educativas, elaboração dos programas de ensino, admissão à vida escolar, regime escolar, corpos docentes, administração escolar, regime disciplinar, dentre outras definições. (MUNDIM, 2005).

Capanema enquanto representante de um governo centralizador e ditatorial pós-golpe de 1937 defendia que a educação profissional deveria ser controlada e supervisionada e estar subordinada aos interesses da nação como um dos instrumentos disciplinadores do Estado. Acreditava que a aquisição de hábitos de trabalho afastaria os jovens da ociosidade que tinha como consequência o vício e a criminalidade.

O aparato das Leis Orgânicas refletiu as condições peculiares do seu momento histórico. Foram elaboradas em um período autoritário, com tendências fascistas. A educação foi utilizada como instrumento de

sedimentação e fortalecimento da nova ordem política estabelecida, de difusão ideológica e da manutenção do padrão de discriminação e reprodução sócio-econômica. (NIELSEN JÚNIOR, 2004, p. 101).

De fato a preocupação com a qualificação da força de trabalho para atender as necessidades das indústrias nascentes ficou evidente ao se aprovar em primeiro plano a Lei Orgânica que regulamentou o ensino industrial no país em 1942. Cunha (2000) salienta que até 1941 a organização do ensino industrial no Brasil era bastante confusa e que sua organização resultou de uma composição dos interesses conflitantes entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação. O ensino técnico-industrial foi organizado como um sistema articulando-se com os demais cursos e entre os fatores sócioeconômicos que propiciaram a organização do ensino técnico-industrial e seu reconhecimento pelo Ministério da Educação destacou-se:

(...) a procura por técnicos industriais em virtude da expansão da produção em certos setores da economia; cresceu a necessidade de racionalização do uso dos recursos energéticos e das matérias primas; procedeu-se à substituição de pessoal estrangeiro de alta qualificação; impôs-se a necessidade de formação de docentes para os cursos de aprendizagem; e, finalmente, mas não secundariamente, alunos e ex-alunos pressionaram pelo reconhecimento dos cursos existentes de modo a terem assegurados privilégios ocupacionais. (CUNHA, 2000, p. 39).

Diante das novas exigências da sociedade urbano-industrial houve uma importante mudança nos destinatários do ensino profissional. Para Cunha (2000) se antes a educação profissional era destinada prioritariamente aos miseráveis⁴⁸ e delinquentes, com a exigência de qualificação da força de trabalho procurava-se atrair a classe trabalhadora de forma geral como forma de recuperar o processo de reprodução do capital. Por isso, a Lei Orgânica distinguia, com nitidez, as escolas de aprendizagem das escolas industriais.

⁴⁸ Vale lembrar que a Constituição Federal de 1937 em seu Art. 129 reforçou essa perspectiva ao conceber o ensino pré-vocacional profissional como sendo destinado às classes menos favorecidas e impôs que em matéria de educação difundir o ensino profissional é o primeiro dever do Estado. (BRASIL, 1937).

Ao contrário das modalidades de recrutamento das escolas de aprendizes artífices, de forte conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo, as novas escolas industriais previam a realização de “exames vestibulares” e de testes de aptidão física e mental. A pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse seu caráter necessário. A aptidão para um ofício, incluindo aí as atitudes consideradas adequadas para o desempenho de uma atividade industrial qualquer, passava a ser um fator prioritário na admissão. (CUNHA, 2000, p. 36).

Sem dúvida, uma das inovações das Leis Orgânicas foi o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a constituir a primeira etapa com conteúdos exclusivamente gerais. Na sequência, havia o ensino médio que contemplava o curso secundário, curso normal e os respectivos ramos profissionais (industrial, comercial e agrícola) que foram subdivididos em dois ciclos. O primeiro ciclo se responsabilizaria por fornecer uma formação geral e cumpria o papel de preparar os estudantes para seus respectivos segundos ciclos dos ramos profissionais que se destinavam a formar técnicos industriais, agrícolas e comerciais. O fato é que a reforma não conseguiu superar a dualidade da oferta de ensino ao permitir que o primeiro ciclo dos ramos profissionais preparasse apenas para seus respectivos segundos ciclos, enquanto que o ensino secundário atuava como preparatório e propedêutico ao ensino superior, separado dos cursos profissionalizantes. (CUNHA, 2000).

O ensino secundário tinha por objetivo formar os dirigentes, pelo próprio ensino ministrado e pela preparação para o superior. Os demais ramos do ensino médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores da produção. Desse modo, a entrada no curso básico industrial dependia da conclusão do curso primário e da aprovação em exame de admissão àquele curso. A entrada no curso técnico dependia da conclusão do 1º ciclo do ensino médio (não necessariamente no ramo industrial) e da aprovação em exames vestibulares. Todavia, a passagem dos concluintes do curso básico industrial para o 2º ciclo do ramo secundário era vedada. A pretensão do concluinte de um curso técnico industrial de cursar uma faculdade era desestimulada pela exigência de vinculação entre a especialidade técnica adquirida e a pretendida no curso superior. Por exemplo, o técnico industrial que tivesse feito o curso de eletrotécnica só poderia se

candidatar a um curso de engenharia elétrica. (CUNHA, 2000, p. 40, grifo nosso).

Ao definir a organização educacional nesse modelo, a legislação explicitou a falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional. Romanelli (1997) destaca que, se antes, com a Reforma Francisco Campos não existia nenhuma possibilidade de ingresso no ensino superior dos egressos dos cursos médios profissionais, com a Lei Orgânica o acesso foi possibilitado, porém de forma muito restrita, pois os estudantes poderiam se candidatar apenas aos cursos superiores diretamente relacionados ao ramo profissional selecionado no ensino médio.

Vale lembrar que nesse período apenas um percentual⁴⁹ muito pequeno da população tinha acesso ao ensino superior, comprovando de fato sua seletividade. A falta de flexibilidade traçava o destino do aluno no ato mesmo do seu ingresso na 1ª série do ciclo básico. Ao direcionar a escolha do tipo de educação feita pela população o Estado reforçou o papel de discriminação social imposta pela instituição escolar.

Para melhor compreensão da nova organização do ensino profissional apresentamos abaixo as articulações entre os diferentes níveis de ensino elaborado por Cunha (2000).

⁴⁹ Ao analisar os dados do censo escolar nesse período, Romanelli aponta que a seletividade foi a tônica desse processo. Para se ter ideia dos 1.681.695 alunos que ingressaram na 1ª série do curso primário em 1942, apenas 40,44% atingiram a 2ª série do ano seguinte. Dessa matrícula, 15,50% atingiram a 4ª série primária, 7,14% ingressaram na 1ª série ginasial, 3,44% ingressaram na 1ª série colegial e, finalmente, **0,97% ou seja, menos de 1% atingiu a 1ª série do curso superior. Em outras palavras, para cada 103 crianças que ingressaram no primário, apenas uma atingia o ensino superior.** (ROMANELLI, 1997, p. 90).

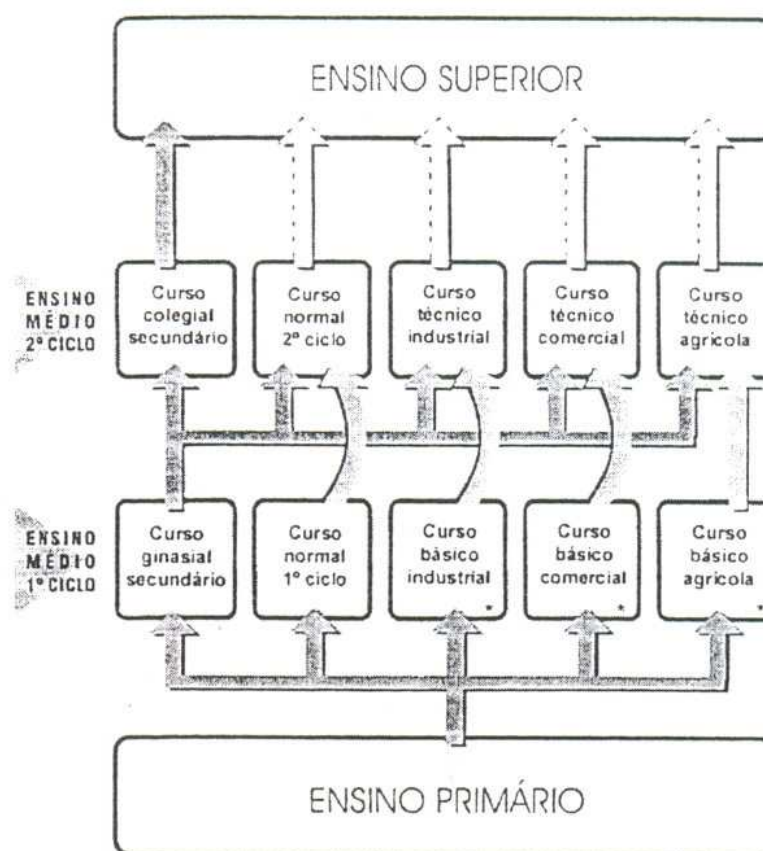


Figura 10 - Articulação entre os níveis de ensino segundo as “Leis Orgânicas de Ensino” (1942 - 1946).
Fonte: Cunha, 2000, p. 39.

A estrutura educacional exposta acima evidencia que as reformas propostas por Gustavo Capanema imbuídas de um espírito elitista e conservador mantiveram o caráter dualista e classista ao separar o ensino secundário, destinado à formação das classes dirigentes do ensino profissional, destinado às classes menos favorecidas. De acordo com Manfredi (2002) as estruturas formativas historicamente construídas ao longo das décadas de 1940 a 1970 foram cristalizando concepções e práticas escolares dualistas que intensificaram a separação do trabalho intelectual do trabalho manual.

Embora o discurso fosse de “educação escolar igual para todos” sem distinção de classes sociais, na prática as reformas educacionais em sintonia com o modelo de

divisão social do trabalho a partir dos princípios tayloristas/fordistas intensificaram uma proposta de educação que distinguiu a educação escolar das elites, daquelas ofertadas para as classes trabalhadoras provocando uma supervalorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, além de uma evidente discriminação social. A proposta era um tipo de educação para cada classe social. Acesso aos conhecimentos clássicos e humanísticos aos filhos da elite e formação para o trabalho na indústria aos filhos da classe trabalhadora.

A implantação das Leis Orgânicas de Ensino trouxe em seu bojo uma série de contradições sociais demonstrando que a proposta não foi aceita por todos. As exigências por mudanças na estrutura do ensino profissional foram solicitadas pela população que se sentia excluída do acesso ao ensino secundário e, conseqüentemente, ao ensino superior bem como por um grupo de educadores que defendiam a equivalência entre os cursos profissionalizantes do 1º ciclo ao curso secundário. Entre estes podemos destacar os intelectuais ligados ao movimento escolanovista que em 1959 divulgaram o “Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados” em que retomaram e reafirmaram os princípios defendidos no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932 de uma educação pública, universal, gratuita, laica e de qualidade a todos. Ao longo dos textos dos Manifestos de 1932 e 1959 é recorrente o posicionamento contrário à dualidade entre o ensino secundário e o profissional.

De fato, o divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional e as que mantêm o ensino secundário e superior, vai concorrendo insensivelmente, (...) para que se estabeleçam no Brasil, dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais, e, por isso mesmo, instrumentos de estratificação social. (AZEVEDO et al, 2010, p. 51).

Os educadores escolanovistas se posicionaram contra a discriminação do ensino profissional ao defenderem o rompimento da dualidade do ensino escolar através da equivalência plena conferida aos diversos ramos do ensino médio. Entendiam que a

educação pública deveria ser universal de forma que abrangessem a todos sem distinções de qualquer ordem sendo obrigatória e gratuita em todos os graus.

Dessa maneira, diante de muitos debates e entraves políticos, as Leis Orgânicas de Ensino sofreram alterações a partir de 1950, o que resultou na elaboração das Leis de Equivalência conforme destaca Ciavatta,

Durante o governo Dutra, ainda na gestão de Clemente Mariani à frente da pasta da Educação, foi aprovada, em 1950, a primeira Lei de Equivalência, a de número 1.076. Surgia assim, uma iniciativa para tornar os cursos profissionais equivalentes ao curso secundário, concedendo aos concluintes do primeiro ciclo profissional (comercial, agrícola e industrial) direito de ingresso no ciclo colegial secundário (clássico e científico), desde que se submetessem a exames das disciplinas de cultura geral não estudadas nos ciclos técnicos. Em 1953, já no segundo governo Vargas, pela lei 1.821, de 12 de março (regulamentada pelo decreto 34.330, de 21 de outubro), a equivalência se estendeu ao segundo ciclo, permitindo aos egressos dos cursos técnicos acesso a qualquer curso superior, desde que se submetessem a exame de complementação nas disciplinas de cultura geral que não houvessem cursado. (CIAVATTA, 2009, p. 392).

As Leis de Equivalência iniciaram um processo de adequação das Leis Orgânicas com as exigências da nova ordem econômica produtiva que culminou com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. “Após muitos embates e apresentação de emendas e substitutivos ao anteprojeto apresentado inicialmente em 1948, foi aprovada sob o nº 4.024 em 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. (MUNDIM, 2005, p. 35).

A figura a seguir, ilustra a nova configuração da educação profissional brasileira no contexto da primeira LDB.

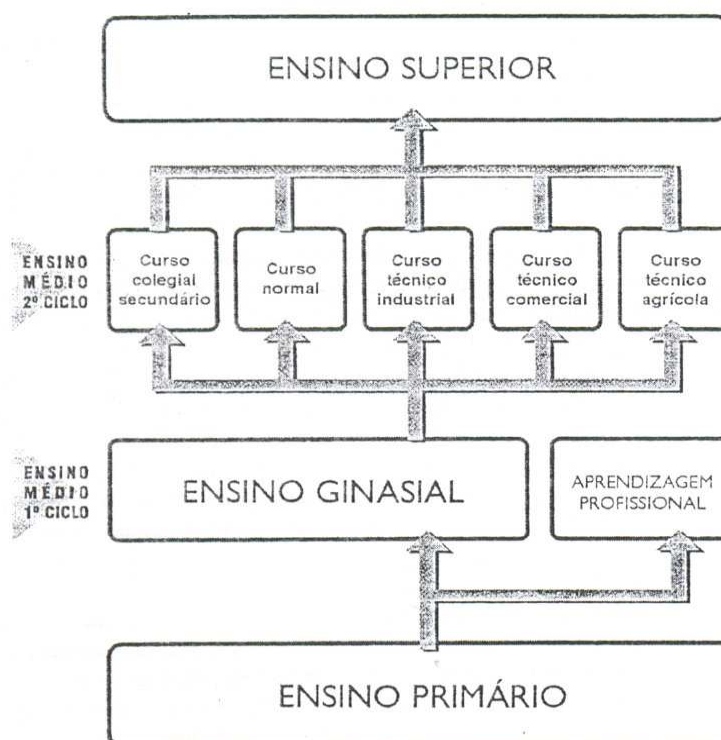


Figura 11 - Articulação entre os níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961).
Fonte: Cunha, 2000, p. 166.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 instituiu a equivalência plena entre os cursos técnicos e secundários ao permitir que os egressos de ambos os ramos de ensino tivessem acesso ao nível superior. “O ensino médio foi subdividido em dois ciclos: o ginasial de quatro anos e o colegial de três anos, ambos compreendendo o ensino secundário e o técnico-profissional (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores)”. (ROMANELLI, 1997, p. 181). Para a autora, pelo menos em termos de lei a dualidade foi rompida, embora na prática a desigualdade de acesso e o prestígio do curso secundário em relação ao profissionalizante tenham permanecido.

As propostas educacionais dos intelectuais ligados ao movimento da Escola Nova bem como o contexto sócioeconômico que permitiram a implantação das Leis

Orgânicas de Ensino esteve em consonância com as influências do modelo de organização racional do trabalho que imperou no Brasil desde o início do século XX. Ao adequar o sistema educacional à nova ordem econômica produtiva, os projetos defendidos pela elite econômica brasileira tiveram sustentação ideológica de um articulado grupo empresarial que, ao entender o processo de industrialização como o caminho certo para o desenvolvimento do país, fundou o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT que teve como objetivo central provocar uma profunda mudança não somente no âmbito da produção, mas na sociedade de forma geral.

3.3 O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e as práticas tayloristas

A organização do ensino com as Leis Orgânicas reforçou a separação entre o trabalho manual e intelectual fundamentados numa concepção taylorista de organização científica do trabalho que teve como um de seus principais pilares a defesa de uma rígida divisão social do trabalho. Os impactos da administração científica proposta por Taylor no sistema educacional brasileiro foi manifesto nas Leis Orgânicas de ensino que propuseram um tipo de ensino voltado para formação das elites dirigentes, e outro tipo de ensino para os trabalhadores das classes menos favorecidas que deveriam ter acesso apenas ao saber fazer do trabalho. Desse modo, a fim demonstrar os impactos do modelo de organização científica do trabalho nas reformas educacionais brasileiras, consideramos pertinente uma discussão do conjunto de princípios e estratégias tayloristas que forneceram sustentação ideológica ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

O taylorismo significou um processo crescente de racionalização dos métodos de trabalho. Segundo Rago e Moreira (1986, p. 14), o taylorismo “é o conjunto de estudos desenvolvidos por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e aplicados na indústria de todo o mundo, determinando a organização do processo de trabalho

contemporâneo”. A teoria da administração científica de Taylor surge em um momento em que o capital, em busca de ganhos de lucratividade e produtividade propõe uma nova forma de organização do trabalho dentro das fábricas. Taylor (1976) escreve a obra “Princípios de Administração Científica” em 1911 se referindo ao trabalho operário nas indústrias americanas.

Dentre as características essenciais do taylorismo, Rago e Moreira (1986, p. 10), apontam que “o taylorismo é o método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho economizando tempo, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo”. Para Taylor “tempo é dinheiro” por isso a necessidade de intensificar o ritmo de trabalho com o máximo de eficácia, obtendo o melhor rendimento e evitando qualquer perda de tempo na produção. Outro pilar da teoria de Taylor é a divisão parcelar do trabalho no processo produtivo. Ele acreditava que a produção não poderia ficar nas mãos do trabalhador, mas deveria existir uma gerência científica que se responsabilizasse pela concepção, e os trabalhadores somente pela execução do trabalho.

Antes de apontarmos a importância da divisão parcelar do trabalho na teoria de Taylor consideramos importante destacar sobre qual tipo de divisão do trabalho estamos abordando. Marx (2002), em sua obra “O Capital” já apontava diferenças na concepção de divisão do trabalho quando analisava sua divisão no interior do processo produtivo (na manufatura) e divisão do trabalho dentro da sociedade. Para Marx há entre estes dois tipos de divisão do trabalho uma diferença não só de grau, mas de substância.

Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos – agricultura, indústria etc. – de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, de divisão do trabalho em particular; e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada. (MARX, 2002, p. 406).

Vale ressaltar ainda que Marx (2002, p. 414) aponta que “enquanto a divisão do trabalho quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho manufatureira é uma criação específica do modo de produção capitalista”. Nessa perspectiva, Marx (2002) faz a crítica à divisão manufatureira do trabalho demonstrando suas consequências nefastas na vida dos trabalhadores como a perda do controle do processo de trabalho, pois esses trabalhadores parciais não produzem nenhuma mercadoria do início ao fim, mas simplesmente desempenham uma mesma função e somente o conjunto coletivo desses trabalhadores parciais transforma-se em mercadorias. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence. Em outras palavras, Braverman (1987) defende:

A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo. (BRAVERMAN, 1987, p. 70).

A divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas, mas a divisão do trabalho na indústria é produto peculiar da sociedade capitalista. A divisão do trabalho pormenorizada torna o trabalhador alienado ao processo completo de produção. Em outros termos, Marx (2002, p. 414), já apontava isso ao salientar que no capitalismo “não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial”. Nesse sentido, Braverman conclui que:

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade. (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

Nessa mesma conjuntura, Mészáros (2003) compreende que é necessário separar a divisão funcional do trabalho da divisão vertical/hierárquica imposta pela lógica do capital, afirmando que o desenvolvimento da divisão funcional do trabalho constitui a dimensão horizontal potencialmente libertadora do processo de trabalho do capital. Contudo, a função da dimensão vertical/hierárquica da divisão do trabalho se resume basicamente em proteger os interesses vitais do sistema, assegurando a expansão contínua da extração da mais-valia baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho.

De acordo com Marx (2002) se antes da divisão parcelar do trabalho, o trabalhador permanecia unido aos meios de produção como “o caracol e sua concha”, agora o trabalhador perde o domínio do processo produtivo, além de haver uma separação radical deste com os meios de produção. A divisão parcelar do trabalho deforma o trabalhador impedindo-o de desenvolver suas capacidades criativas que antes eram desenvolvidas no âmbito do trabalho, provocando um intenso processo de alienação. Em função dessa divisão parcelar do trabalho temos uma subsunção ainda maior do trabalho aos interesses do capital. Para Marx (2002) esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador e intensifica-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho de forma que atenda aos anseios de lucro do capital. Em outras palavras, a divisão parcelar do trabalho,

Desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista, e não para o trabalhador e, além disso, deforma o trabalhador individual. Produz novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração. (MARX, 2002, p. 420).

Dessa forma, a divisão parcelar do trabalho é de grande interesse do capital, pois é uma forma de se precarizar e baratear, ainda mais, o valor da força de trabalho que se encontra fracionada nos seus elementos mais simples. Para Antonacci (1993) a organização do processo de trabalho fundamentada nos princípios tayloristas reforçou a fragmentação e departamentalização impondo, assim, uma hierarquia de poder. O discurso da autoridade competente dos técnicos especializados determinava as condições de execução e remuneração do trabalho.

Nesse sentido, Taylor percebe que existe uma ciência do trabalho que não pode mais ser deixada sob o domínio dos trabalhadores, mas deve ser analisada e estudada por uma gerência científica que ficará responsável pelo planejamento e concepção do trabalho.

O homem cuja especialidade sob a administração científica é planejar verifica inevitavelmente que o trabalho pode ser feito melhor e mais economicamente mediante divisão do trabalho, em cada operação mecânica, por exemplo, deve ser precedida de vários estudos preparatórios, realizados por outros homens. E tudo isso envolve, como dissemos, uma divisão equitativa de responsabilidade e de trabalho entre a direção e o operário. (TAYLOR, 1976, p. 51).

Os trabalhadores expropriados do seu saber apenas executariam as tarefas propostas dentro de uma divisão parcelar do trabalho que tenta separar ao máximo o saber intelectual do saber fazer manual. É nesse sentido que Taylor (1976) afirma que um tipo de homem é necessário para planejar o trabalho e outro tipo diferente para executá-lo. Depreende-se a partir disso, que o trabalho intelectual deve ser eliminado do cotidiano dos trabalhadores para ser desenvolvido por uma gerência científica. Segundo Rago e Moreira (1986) Taylor astutamente compreendeu que o saber intelectual dos trabalhadores é uma arma contra o capital e que a divisão do trabalho entre concepção e execução concretiza ainda mais a dominação do capital sobre o trabalho no interior do processo produtivo.

Por conta dessa expropriação do saber o trabalhador perde o controle sobre o processo de trabalho, e o saber fazer profissional que sempre foi um poderoso instrumento de luta para reduzir a exploração e intensificação do trabalho perde forças perante o capital. Este, com a hegemonia pode impor ao trabalhador o tempo e o ritmo da produção de acordo com suas exigências lucrativas. Como bem afirmam Rago e Moreira (1986, p. 26), “o sistema Taylor apresenta-se como uma estratégia adequada à dominação burguesa que visa constituir o trabalhador dócil politicamente e rentável economicamente”. Mais que docilizar e padronizar esse trabalhador, o sistema Taylor de organização do trabalho quer criar uma identidade da figura do trabalhador como um verdadeiro “soldado do trabalho”, um indivíduo pacífico e que compartilhe dos mesmos ideais dos detentores dos meios de produção.

Nesse sentido, Gramsci (1980) aponta algumas implicações sobre o taylorismo em seu texto “Americanismo e Fordismo” ressaltando como essa forma de trabalho leva a uma mecanização do trabalhador na tentativa de retirar o conteúdo humano do trabalho, desenvolvendo ao máximo nesse trabalhador atitudes automáticas e rotinizadas, rompendo com o velho discurso do trabalho profissional qualificado que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, fantasia e criatividade do trabalhador. Para Kuenzer, o trabalho na sociedade capitalista desenvolve-se, sobretudo a partir de sua desqualificação,

Quanto mais se desenvolve a mecanização, mais ele se fragmenta e automatiza, menos domínio do saber sobre o trabalho total ele exige, menos energias intelectuais e criativas ele mobiliza; gerido externamente pelo capitalista, cuja eficácia repousa na divisão do trabalho, na ruptura entre decisão e ação, entre trabalho intelectual e manual, ele passa a ser desinteressante e monótono. (KUENZER, 1989, p. 77).

De acordo com Braverman (1987) a divisão parcelar do trabalho nesse modelo de organização busca simplificar ao máximo as atividades ao exercer claramente um efeito degradador sobre os trabalhadores tendo em vista que viola as condições humanas de trabalho. Ainda de acordo com o autor, a divisão do trabalho no

capitalismo “ao estabelecer relações antagônicas, de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano”. (BRAVERMAN, 1987, p. 113).

Em outros termos, o sistema Taylor carrega no seu interior uma estratégia de fabricação de indivíduos docilizados, submissos e produtivos, e tem como objetivo a formação de um verdadeiro “soldado do trabalho” comprometido com os interesses do capital. Desse modo, o capital, na tentativa de moldar o trabalhador para sua lógica, se apóia em uma rígida disciplina do trabalho.

O taylorismo implica, portanto, uma representação apologética do trabalho como atividade fundamental do homem. Sua lógica é a de ocupar o trabalhador, preencher todos os seus momentos de tal modo que sua alienação se consuma radicalmente. O homem robô é a representação interna do homem que este sistema carrega: forte, ativo, produtivo, massa bruta destituída de consciência, de capacidade crítica e de criatividade. (RAGO e MOREIRA, 1986, p. 37).

A gerência científica nasceu com o compromisso de planejar o que antes era atribuído aos trabalhadores e com o intuito de vigiar e controlar essa força de trabalho que possui suas indolências. Essa gerência “competente” fará uma análise das atividades dos trabalhadores, observando o tempo gasto a fim de eliminar movimentos desnecessários e lentos e substituí-los por movimentos mais rápidos e eficazes. Como bem dizia Taylor (1976, p. 41), “os atos dos trabalhadores devem ser precedidos de atividades preparatórias da direção, que habilitem os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso”. A gerência tem a função de aperfeiçoamento e seleção científica do trabalhador que deverá ser estudado, treinado e por que não dizer adestrado para executar de forma eficiente seu trabalho.

O taylorismo surgiu como uma das formas disciplinares produzidas pelo capital e introduzidas no espaço produtivo. Para Taylor os trabalhadores necessitam ser supervisionados para que se tenha uma disciplina do trabalho a tal ponto que os

próprios trabalhadores passem a monitorar a si próprios. “Assim torna-se necessário designar instrutores, chamados chefes funcionais, para observar se os trabalhadores entendem e aplicam as instruções”. (RAGO e MOREIRA, 1976, p. 113). Ao analisar essa mesma questão, Weinstein (2000) diz que não há dúvida de que as propostas dos educadores tayloristas representavam uma tentativa de reduzir a autoridade do trabalhador na fábrica e concentrar o conhecimento industrial não nos operários especializados, mas nos técnicos de classe média e engenheiros.

Um dos principais elementos da administração científica de Taylor é a ideia de tarefas relacionadas à eficiência do trabalhador. Segundo Taylor (1976, p. 51), “o trabalho de cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para realizá-la”. Na tarefa é especificado o que deve ser feito e também como fazê-lo, além do tempo exato concebido para a execução.

Para Antonacci (1993) ao projetar a organização do trabalho em migalhas através do controle dos tempos e movimentos, o taylorismo procura quebrar a capacidade de resistência e reivindicação dos trabalhadores qualificados.

Na base de sua decomposição/recomposição dos ofícios em tarefas especializadas, referenciadas à destinação de cada indivíduo e operação a um único e melhor método e lugar, cientificamente escolhido e preenchido, apreendem-se raízes do corporativismo, com a desmontagem de conflitos sociais num organismo engrenado em torno de construídas competências e selecionadas capacidades biopsicológicas, alicerces da nova ordem e racionalidade. (ANTONACCI, 1993, p. 25).

Dessa forma, a gerência tem a função de acompanhar se as tarefas delegadas estão sendo executadas no tempo determinado. Há uma padronização de tarefas que devem ser cumpridas pelos trabalhadores independentemente de suas vontades. A padronização de tarefas retira a autonomia e criatividade do trabalhador tornando sua atividade monótona e repetitiva. Para fazer com que os trabalhadores se interessem em

executar as tarefas no tempo proposto são implantados os prêmios por produtividade. Somente os trabalhadores que tiverem um bom desempenho receberão as gratificações.

Uma das características importantes do sistema Taylor é a individualização dos salários através do pagamento de prêmios adicionais aos que superarem os níveis médios de produção, sendo necessário que não se padronize o pagamento da força de trabalho, forma explícita de introduzir a competição entre os trabalhadores. Em uma perspectiva crítica sobre o taylorismo, Rago e Moreira afirmam:

Ao individualizar o operário no interior da fábrica, o sistema Taylor pretende quebrar toda forma de articulação e todo laço de solidariedade entre os explorados. Taylor pregava que a direção da fábrica se dirigisse a cada trabalhador considerado individualmente, distribuindo prêmios e gratificações, incentivando o espírito de concorrência entre eles. (RAGO e MOREIRA, 1986, p. 33).

Sem dúvida, do ponto de vista do capital, a competição entre os trabalhadores é uma excelente estratégia para aumentar a extração da mais-valia acentuando a exploração e intensificação do trabalho. A concorrência e as premiações no ambiente de trabalho têm como objetivo conter o avanço da resistência dos trabalhadores e de elevar a produtividade a fim de reduzir ao máximo os conflitos existentes entre capital e trabalho.

No bojo desse mesmo processo, o empresariado mineiro estava em consonância com os debates da adoção de práticas tayloristas em nível internacional e nacional a respeito da necessidade de modernização da economia brasileira. O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola organizado pela Associação Comercial de Minas em 1928 é prova disso. Segundo Pereira e Faria (2001) o discurso na abertura do evento do Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, José Carlos Sarmiento, foi exemplar em termos da necessidade de se buscar a modernização da economia. A ideia de racionalizar a produção econômica do Estado, inserindo-a no chamado mundo moderno foi destacada nos trechos a seguir.

(...) em nossos dias, principalmente em consequência da Grande Guerra, novas tendências se manifestam. **O produtor, seja o industrial, seja o agricultor, na luta intensa pelo consumidor cada vez mais exigente, se vê na contingência de estudar e aplicar novos métodos, novas teorias. Daí a produção em massa tão bem idealizada por Henry Ford: o taylorismo ou direção científica das empresas quer comerciais, quer industriais, quer agrícolas, tendentes à obtenção de maior eficiência na produção constituindo elementos básicos da nova era industrial em que os Estados Unidos da América do Norte aparecem como maior líder.** (...) nosso país, embora afastado do cenário onde mais efetivamente se praticam essas modernas concepções, não poderia deixar de sofrer os seus influxos, ainda que reduzido em consequência de condições mesológicas e da insipiência de nossas atividades produtivas. Assim, congressos como este que ora se inicia são a fonte irradiadora de novos ideais. (PEREIRA e FARIA, 2001, p. 38, grifo nosso).

No Brasil, a concepção taylorista de organização racional do trabalho foi difundida, sobretudo, por Roberto Mange e Roberto Simonsen⁵⁰ que fundaram em 1931 em São Paulo juntamente com outros empresários e intelectuais paulistas⁵¹ com o apoio da Associação Comercial e da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), o Instituto de Organização Racional do Trabalho⁵² (IDORT). O campo de atuação do IDORT foi subdividido em duas áreas específicas de atuação,

⁵⁰ Para Weinstein (2000) Roberto Simonsen e Roberto Mange, um engenheiro que se tornou industrial, e o outro engenheiro que se tornou educador, representam de formas diversas, mas inter-relacionadas, as aspirações daqueles que defendiam a racionalização como solução para uma série de problemas econômicos e sociais.

⁵¹ A composição do comitê de organização do IDORT demonstra a grande atração que seus ideais exerciam sobre as elites econômicas e tecnocracia. Além de Azevedo, industrial do ramo têxtil, estavam entre seus membros: Gaspar Ricardo Júnior, diretor da Estrada de Ferro Sorocabana; Geraldo de Paulo Souza, representante do governo estadual na área de saúde e segurança no trabalho; Luís Alves Pereira, presidente da FIESP; Lourenço Filho, um dos educadores mais conhecidos do Brasil; Armando de Salles Oliveira, editor de O Estado de S. Paulo; Henrique Villares, da maior indústria de equipamentos para construção; e Roberto Mange, destacado especialista em treinamento industrial e psicotécnica. Outros industriais e banqueiros paulistas bastante conhecidos também foram fundadores e primeiros membros do IDORT: Simonsen, Gastão Vidigal, A.C. Pacheco e Silva, e Alexandre Siciliano Júnior. Entre os membros destacados do grupo tecnocrático estavam o ilustre engenheiro Francisco Salles de Oliveira, o conhecido educador Damasco Pena e o médico-sanitarista Moacyr E. Álvaro. (WEINSTEIN, 2000, p. 89).

⁵² Instituto de estudos da administração científica baseado no famoso centro sediado em Genebra, de que o IDORT tomou o nome. Em linhas gerais, dentre os objetivos do IDORT destacavam-se a pesquisa e o intercâmbio de ideias, a aplicação de métodos científicos e a transformação dos inimigos de classe em colaboradores para a “prosperidade geral”. (WEINSTEIN, 2000, p. 89).

A primeira divisão, confiada a Francisco Salles de Oliveira, encarregava-se de questões relacionadas à organização administrativa do trabalho, incluindo especializações de funções, simplificação e standardização da produção, sistemas de administração e de remuneração e controle de insumos, estoques e contabilidade. A segunda divisão, dirigida por Roberto Mange, cuidava de questões relativas à organização técnica do trabalho, incluindo temas como treinamento, orientação e seleção profissional, psicologia industrial, saúde e segurança no trabalho. (WEINSTEIN, 2000, p. 90).

O IDORT passou a ganhar influência à medida que os efeitos da crise econômica de 1929 se somavam aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho. Para Cunha,

O IDORT apresentava o taylorismo como solução, propugnando o combate à desorganização administrativa das empresas, à utilização inadequada de matérias primas, de força de trabalho e de energia motriz, assim como a defesa da implantação de um controle eficiente dos custos. Segundo essa doutrina, a redução dos custos permitiria a elevação da produtividade e, em consequência, o aumento dos salários pagos aos trabalhadores o que desincentivaria os movimentos reivindicatórios. (CUNHA, 2000, p. 25).

A adoção dos métodos tayloristas pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho aconteceu em virtude das mudanças sócioeconômicas enfrentadas pela sociedade pós-crise de 1929. Diante desse cenário, o sistema produtivo precisou se reestruturar tendo em vista a necessidade de elevar a produtividade do trabalho e, consequentemente, dos lucros obtidos. Aos novos métodos de aprendizagem e produção devem ser associados “ritmos de vida e comportamentos, destinados a reforçar essa ‘pedagogia do industrialismo’, e isso vai acontecer nas escolas, nas fábricas, nos escritórios, nas ruas e até nas casas”. (ZANATTA, 1991, p. 98).

A experiência adquirida por Roberto Mange na Escola Profissional de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios e no Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana resultou na criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP) em 1934. Tais experiências acumuladas por Mange a partir de visitas em indústrias de países desenvolvidos foram fundamentais para divulgação do

método da Psicotécnica⁵³ junto ao IDORT. O método da Psicotécnica era baseado nos ensinamentos de Taylor em que este recomendava selecionar cientificamente o trabalhador mediante testes físicos e psicológicos, para depois treinar e aperfeiçoar a forma de fazer o trabalho. Zanatta destaca que Mange defendia que através da Psicotécnica a Organização Racional do Trabalho colocaria o país em níveis semelhantes aos das nações mais desenvolvidas que mediante a adoção de tais práticas obtiveram maior rendimento com o menor esforço.

(...) uma questão essencial em todo o universo da psicotécnica e da Organização Racional do trabalho: devem-se simplificar o mais possível as operações complexas. Todas as operações devem ser analisadas com o intuito de transformá-las quanto possível em funções elementares. Estudos completos dos tempos e movimentos são necessários para reduzir ao mínimo as solicitações do trabalho, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Finalmente, simplificadas assim as funções do trabalho, fáceis se tornam o recrutamento e a troca de pessoal, podendo-se esperar, da associação desses procedimentos, “rendimento máximo com o menor esforço”. (ZANATTA, 1991, p. 103).

Roberto Mange defendia o uso da Psicotécnica como guia à orientação profissional e reconhecimento das aptidões pessoais. A intenção era simplificar ao máximo as tarefas exercidas pelos trabalhadores para aumentar a produtividade e ao mesmo tempo essa iniciativa gerava uma desqualificação desse operário tornando-o vulnerável à exploração da mais-valia, pois este poderia ser substituído a qualquer momento sem maiores prejuízos ao processo produtivo.

A proposta de disseminação dos princípios de organização científica do trabalho pelo IDORT implicava não somente uma reestruturação racional do mundo produtivo, mas em uma mudança da sociedade como um todo que deveria se adaptar ao novo

⁵³ Uma das principais inovações amplamente difundidas pela escola mecânica de Roberto Mange foi o Gabinete de Psicotécnica, criado com a assistência técnica do Instituto de Higiene. No início da década de 1920, Mange fez uma breve viagem à Europa, onde se encontrou com pioneiros da psicologia aplicada, e voltando ao Brasil se tornou um defensor dos testes “psicotécnicos” para determinar se o aspirante a aprendiz tinha a predisposição mental e psicológica para desempenhar determinada função. Mange e higienistas como Geraldo de Paula Souza afirmavam que esse tipo de teste permitia que as escolas “encaminhassem” os estudantes para os cursos mais adequados a suas habilidades, com base antes em dados científicos que nas preferências arbitrárias do operário iniciante. (WEINSTEIN, 2000, p. 51).

contexto econômico guiada pelos parâmetros da racionalização. A razão instrumental defendida pelo IDORT tinha como proposta uma nova mentalidade social que estava articulada com as ideias de “progresso, modernização, desenvolvimento da nação, harmonia e bem-estar social”. (ANTONACCI, 1993, p. 22). A preocupação era fazer com que o projeto idortiano fosse além dos muros das fábricas e se tornasse um projeto da própria sociedade brasileira como um todo.

Os princípios e normas da Organização Científica do Trabalho, o desenvolvimento de propostas de racionalização, foram se ampliando, diversificando e infiltrando por toda a vida social, cultural, estatal e política, através de múltiplos e variados mecanismos de poder, administrando, econômica e politicamente, a tudo e a todos. (ANTONACCI, 1993, p. 18).

O IDORT teve como atribuição estudar, aplicar, divulgar e referendar as ideias de racionalização. Defendiam que não apenas o mundo do trabalho, mas a sociedade em geral é organizável, passível e sujeita a intervenções de técnicos. Acreditavam que os novos métodos adotados aumentariam não apenas a produtividade, mas também promoveria a paz social. A busca por um tipo de trabalhador dócil e politicamente frágil em sua capacidade de resistência foi um dos maiores objetivos a serem alcançados pelos ideólogos do IDORT. O desejo de controle do trabalhador a fim de obter uma disciplina no trabalho foi uma preocupação evidente de todos aqueles que defendiam o projeto de racionalização na sociedade urbano-industrial.

O empresariado uberlandense ligado à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia compartilhou plenamente das concepções idortianas baseadas nos princípios tayloristas de tempo útil, racionalidade e busca maximizada de lucro. A Sessão Especial realizada na Associação em comemoração ao dia do Engenheiro e a reverência à figura de Taylor foi uma dessas expressões. Para a comemoração a entidade contou com a presença do Conferencista, Prof. José Roberto Whitaker Penteado, convidado para apresentar alguns conceitos e discussões a respeito da relação capital e trabalho conforme atesta o texto abaixo.

(...) O Sr. Presidente passa a palavra ao conferencista da noite, Prof. José Roberto Whitaker Penteado, que dirige, de início, calorosa saudação a Uberlândia, pela pujança e liderança que conquistaram seus filhos e moradores através de um labor incessante. Após citar um relatório reservado que recebera pouco antes da sua palestra, acerca dos debates realizados pelo deputado Francisco Julião, na Sede da União Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro, nos quais aquele parlamentar prega abertamente soluções violentas para as reformas sociais, políticas, econômicas reclamadas pelo Brasil. Por tudo isto e pela importância das funções atribuídas aos homens de empresa, o orador sublinha a responsabilidade das classes produtoras na hora presente. Lê depois trecho da Encíclica “Mater et magistra”, do Papa João XXIII, em que o chefe da igreja católica faz veemente apelo em favor de melhores relações humanas no trabalho e Leão XIII no “Rerum Novarum” que muito insistiu na tecla da justiça que deve imperar nas relações entre capital e trabalho. Faz, depois, um retrospecto do conceito do que seja trabalho na Bíblia, nos profetas, nos filósofos gregos, na Roma antiga, na Revolução Francesa, até os dias atuais. Faz uma análise do agravamento do problema de relações humanas trazido pela Revolução Industrial, com a substituição do homem pela máquina, motivado também pelo nosso despreparo em usar o poder econômico, trazido pela concentração do dinheiro. **Como “a toda ação corresponde uma reação igual e contrária”, surgiram homens como Engels e Marx, pregando soluções extremas pela força. Em seguida, prestou significativa homenagem a todos os engenheiros, na pessoa de Taylor, engenheiro criador da organização racional do trabalho (taylorismo).** (...) terminando sua conferência, o prof. Whitaker Penteado, lembrou aos presentes alguns conceitos cristãos fundamentais como o da justiça, que devem nortear as relações humanas no trabalho, para que haja paz e dignificação do homem, insistindo em que, entretanto, qualquer reforma deve começar em cada um de nós. **Convocou os homens de empresa para colaborarem nesta renovação social, pois que eles são os verdadeiros líderes, os reais esteios da sociedade.** Suas últimas palavras encerrando sua magnífica conferência foram aplaudidas por todos que aplaudiram de pé por alguns minutos o ilustre prof. José Roberto Whitaker Penteado. O Sr. presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos, especialmente do conferencista pela magnífica aula que acabara de ministrar. (ACIAPU, 11 dez. 1961, p. 86, grifo nosso).

O texto extraído da Conferência ministrada na Associação expressa a admiração dos empresários pelas concepções tayloristas de organização científica do trabalho. Defendiam que a ordem, progresso e racionalização somente seriam alcançados por uma relação harmoniosa entre capital e trabalho. O entusiasmo pela administração científica foi visto como forma de aumentar a produtividade e resolver os conflitos

sociais. O discurso da paz social adotado pelos industriais idortianos propunha uma conciliação em detrimento da luta de classes. Entendiam que a proposta de racionalização beneficiaria todas as classes e por isso os conflitos entre capital e trabalho seriam reduzidos, senão totalmente eliminados do meio social. O discurso adotado teve como pretensão tentar neutralizar a luta de classes e cooptar os trabalhadores para “vestirem a camisa” em prol dos métodos científicos adotados. Para Weinstein, o entusiasmo de Simonsen com a industrialização e o papel da máquina para o progresso da nação evidenciava-se quando o mesmo afirmava que,

A máquina, aumentando sua produtividade, afasta o operário do trabalho manual e embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades de instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade. (WEINSTEIN, 2000, p. 38).

Uma questão importante a se destacar é que embora a proposta da adoção da administração científica ganhasse muitos adeptos em função das influências de Simonsen, Roberto Mange e outros reconhecidos intelectuais idortianos, muitos industriais não viram com “bons olhos” o novo modelo de organização do trabalho. Weinstein (2000) nos informa que havia milhares de oficinas e pequenas fábricas funcionando de forma artesanal. Muitos proprietários resistiam ou ignoravam os novos métodos tayloristas. Esta situação ocorria em virtude das consequências da crise econômica que se instalou no país e no mundo pós 1930 provocando baixos salários e a abundância de força de trabalho combinados com um mercado interno em recessão. Esse cenário de certa forma desestimulava parte dos industriais a apostar nos projetos de racionalização do IDORT.

Para tanto, a situação descrita acima, denuncia o movimento contraditório entre os discursos e práticas do empresariado no processo de implantação das estratégias tayloristas na organização industrial brasileira. O ideal e o real evidenciam-se ao vir à tona que a elite industrial longe de ser uma classe dominante coesa e homogênea apresentava-se com inúmeras fissuras em seu interior. A adoção dos

métodos racionalizadores não foi um consenso pelo empresariado nacional sendo que o grande desafio inicial dos idortianos foi cooptar os integrantes da própria classe a perceberem os benefícios que trariam a todos a adoção desse novo projeto de racionalização do trabalho.

As propostas do IDORT não se reduziam apenas às transformações do setor produtivo privado com adoção de métodos e técnicas científicas, mas almejavam também conduzir uma mudança na própria administração pública do Estado. De acordo com Weinstein (2000, p.88) “Simonsen não apenas admitia a legitimidade da ação do Estado no terreno da política industrial, mas reconhecia também as auspiciosas oportunidades de colaboração entre os interesses públicos e privados imbuídos do espírito de racionalização”. Simonsen e outros industriais passaram a atribuir ao Estado a responsabilidade de fomentar relações harmoniosas entre capital e trabalho, chegando a considerar o Estado como um mecanismo potencialmente útil para disciplinar os membros de sua própria classe.

Se em períodos anteriores as lideranças industriais resistiam às interferências do Estado no campo econômico, diante desse novo cenário acreditavam que a interpenetração do setor privado com o público era não somente necessária, mas imprescindível ao progresso da administração científica no Brasil. A mudança de perspectiva estava relacionada com o movimento fordista em escala internacional que contava com o apoio do Estado para intervir nas relações entre capital e trabalho. O Estado passou a ter como missão não somente propiciar a colaboração entre as classes sociais através do controle dos sindicatos, mas também disciplinar e convencer os setores industriais não adeptos da organização racional do trabalho.

A criação do IDORT exerceu influência decisiva na formulação das políticas governamentais em todo o período pós 1930 marcando fortemente a reorganização educacional, principalmente no que se refere ao ensino profissional. Ao analisar os reflexos do ideário idortiano no campo educacional, Saviani (2008) destaca a participação de Roberto Mange e Lourenço Filho, membros do IDORT e defensores do projeto de racionalização e de paz social, e suas atuações como consultores na

elaboração das Reformas Capanema de 1942, das quais resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as Leis Orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial. O sistema educacional foi visto como o local por excelência de moldar esse novo sujeito social a fim de atender as novas demandas impostas pelo mundo produtivo, conforme nos aponta Mundim,

Conteúdos rígidos e inflexíveis asseguravam a transmissão dos conhecimentos por meio da utilização de técnicas de premiação e castigo seguindo o modelo de organização fabril. As escolas, inspiradas no discurso pela eficiência, importavam os princípios e normas de organização das empresas, de forma extremada. (...) nesse pensamento, o currículo escolar é visto como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos, tendo como referência teórica a Administração Científica de Taylor. (MUNDIM, 2005, p. 59).

O discurso empresarial enfatizava duas grandes orientações que o modelo educacional deveria contemplar: “a formação de elites capazes de dirigir o Estado e as empresas e a formação de trabalhadores qualificados, disciplinados, produtivos e dóceis”. (PICHELI, 1997, p. 109).

O IDORT sintetizava os reclamos da burguesia industrial como: ordem, disciplina e educação resumiam as reivindicações por uma sociedade desprovida das lutas de classes, com operários dóceis e disciplinados sob a ética do trabalho e, fundamentalmente, educados sob os desígnios da organização taylorista do processo produtivo. (PICHELI, 1997, p. 116).

Em outros termos, o autor enfatiza que o sistema educacional deveria ser eficiente na formação das novas elites dirigentes da nação e principalmente na formação de força de trabalho técnica para as indústrias. A educação nessa perspectiva deveria ser totalmente subordinada aos princípios do mercado de trabalho. Weinstein (2000) argumenta que para Roberto Mange a capacitação deveria ser adequada às necessidades da indústria que determinaria a natureza do treinamento a ser dado aos operários. A predominância do discurso dos intelectuais idortianos no poder da ciência e da técnica

enquanto entidades “neutras” desencadearam diversas influências nas políticas educacionais. O modelo de organização científica proposto para as indústrias deveria ser transferido às instituições escolares a fim de fabricar o “homem novo” que atendesse às novas condições socioeconômicas do capital.

Para pensar a formação técnico-profissional desse “homem novo” em consonância com as necessidades do parque industrial brasileiro foram articulados projetos educacionais que propunham a colaboração de outros países⁵⁴ como fonte de assistência técnica e financeira. Os EUA após a Segunda Guerra Mundial⁵⁵ manifestaram interesse junto às autoridades brasileiras em promover investimentos tanto no setor econômico quanto educacional no Brasil. Embora o projeto tenha sido idealizado ainda na Gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação, o acordo de cooperação educacional foi somente concretizado em 1946 no Governo de Eurico Gaspar Dutra com a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial – CBAI.

A Comissão foi integrada ao Ministério da Educação e contou com integrantes ligados aos EUA e representantes brasileiros sendo que a superintendência da Comissão foi ocupada pelo Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação, Francisco Montojos⁵⁶. A CBAI durou por mais de uma década sendo extinta somente em 1962⁵⁷. Aos EUA coube contribuir com “assistência financeira, especialistas, equipamentos,

⁵⁴ Cunha salienta que após a tentativa frustrada de obter professores alemães, em 1936, e da contratação de professores suíços para as escolas industriais, em 1941/2, o Ministério da Educação se voltou para os Estados Unidos como fonte de assistência técnica para esse importante ramo do ensino, estratégico para a política industrialista do Estado Novo. (CUNHA e FALCÃO, 2009, p. 150).

⁵⁵ Em 1946 em um período pós-guerra, o presidente americano Truman ao discursar sobre seu Plano de Governo, revela os objetivos por ele almejados. Fala então de seu programa para ‘Paz e Liberdade’, dividindo suas metas em quatro pontos principais, entre elas um programa para tornar os benefícios do progresso científico dos EUA utilizáveis para a expansão das áreas subdesenvolvidas que resultou no convenio Brasil-EUA com a criação da CBAI. (CUNHA e FALCÃO, 2009, p. 150).

⁵⁶ Foi um importante dirigente do ensino industrial, tendo ocupado diversos cargos no Ministério da Educação, assim como dois mandatos na CBAI.

⁵⁷ Mesmo com a extinção da CBAI, a assistência técnica norte-americana ao ensino industrial não acabou, ela foi assumida pela USAID (United States Agency for International Development) que estabeleceu com o Ministério da Educação convênios ainda mais amplos. Em maio de 1963 entrou em vigor o convênio entre o MEC e a USAID com cinco anos de prazo e com objetivos similares aos da CBAI. (CUNHA e FALCÃO, 2009, p. 171).

material didático e estágio para professores em escolas americanas”. (MACHADO, 1982, p. 43). A articulação entre os dois países visava o intercambio de informações relativas aos métodos e à orientação educacional a fim de contribuir com o treinamento de professores, diretores e supervisores do ensino técnico-profissionalizante brasileiro. A fim de “educar” os educadores da educação profissional no país, a Comissão se empenhou em divulgar seu ideário através da promoção de cursos, visitas técnicas e inúmeras publicações como Boletim, livros e folhetos que eram distribuídos em todas as escolas técnicas no país.

Os trabalhos da Comissão iniciaram com a colaboração na organização do ensino industrial junto à rede federal de ensino profissionalizante e chegou até o “chão da fábrica”. Para Cunha e Falcão (2009) a atuação da CBAI deslocou-se da escola até a empresa. Diante da necessidade de formação rápida para atender as necessidades de força de trabalho para a onda industrialista, principalmente em São Paulo, a CBAI precisou adotar nova frente de atuação. Um dos projetos liderados pela Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial, sob influência dos princípios tayloristas de racionalização da produção, foi a disseminação do método TWI⁵⁸ (Training Within Industry) no Brasil na década de 1950. Esse método apostava na “formação de mestres e supervisores em geral para o desempenho de tarefas de supervisão e coordenação”. (MACHADO, 1982).

A adoção do método de treinamento teve como objetivo aumentar a produtividade do trabalho e maior controle dos trabalhadores. Para Cunha o método TWI equivale ao treinamento rápido em serviço e os principais cursos oferecidos nessa modalidade foram: “desenvolvimento de programas de treinamento, liderança de reuniões, ensino correto de um trabalho, método no trabalho e técnica de acompanhamento”. (CUNHA, 2000, p. 154). Ao formar os supervisores, estes

⁵⁸ O método TWI foi criado nos Estados Unidos em agosto de 1940 durante a Segunda Guerra Mundial e era composto de três fases: ensino correto de um trabalho sobre o que fazer e quando agir; relação no trabalho sobre como obter relações harmoniosas entre o pessoal ou entre este e a administração da empresa e prevenir conflitos; método de trabalho sobre como evitar desperdício de material e de esforço humano. (CIAVATTA, 2009, p. 328).

adestrariam os trabalhadores no “chão de fábrica” a realizar as atividades de forma mais eficiente através do controle dos tempos e movimentos.

A divulgação do método TWI pela Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial tinha o intuito de incentivar uma formação rápida através de treinamento dentro da indústria, pois acreditavam que a formação escolar não era suficiente para atender a demanda das indústrias que careciam de força de trabalho naquele momento.

O modelo de formação do TWI não implicava de forma alguma a volta à situação antiga em que o aprendiz aprendia uma profissão de modo informal e gradual com um operário mais velho e mais experiente. O TWI preparava supervisores para treinar operários, de forma sistemática e “racional”, para desempenhar tarefas especializadas e padronizadas. Partindo do princípio de que os contramestres já tinham os conhecimentos técnicos necessários, o primeiro estágio do TWI, “correta aprendizagem de uma tarefa”, procurava ensinar ao supervisor a forma mais eficaz e rápida de instruir seus subordinados. Onde houvesse um maior interesse, a equipe do TWI oferecia dois outros estágios: cursos de “simplificação de tarefas” e de “relações humanas no trabalho”. Como era evidente pelos nomes desses cursos, o TWI partilhava dos mesmos pressupostos em que se baseavam os métodos de ensino do próprio SENAI. Mas o caráter intensivo dos cursos do TWI fazia que este formasse operários “qualificados” ainda mais limitados e “especializados”. (WEINSTEIN, 2000, p. 281).

Os cursos do TWI foram patrocinados pelo Ministério da Educação e exerceram grande influência na organização do trabalho dentro das indústrias no país. Os esforços se davam no sentido de promover a organização racional inspirados na experiência americana de controle da força de trabalho que visava maior produtividade e a incessante busca pela paz social entre patrão e empregados.

Diante da discussão apresentada podemos concluir que o modelo de organização racional do trabalho taylorista interferiu diretamente nas propostas educacionais brasileiras ao orientar o trabalho desenvolvido pelos professores do ensino profissionalizante, os mestres e supervisores no “chão de fábrica” e ao próprio SENAI. A divisão social do trabalho dividiu a estrutura escolar ao distinguir um ensino clássico destinado ao trabalho intelectual e outro profissionalizante aos que caberia realizar

apenas o trabalho manual. À escola caberia atender as necessidades advindas do mundo do trabalho sendo a disciplina fator indispensável para obter maior produtividade e, conseqüentemente, maior exploração de mais-valia responsável pela reprodução do capital.

A fim de apresentar as propostas de formação humana implícitas no projeto político pedagógico da ACIAPU é que abordaremos no capítulo seguinte quais foram os projetos bem como suas influências na formação da classe trabalhadora uberlandense. Além da preocupação de interferir na relação educação e mundo do trabalho com o intuito de adestrar tecnicamente a força de trabalho para atender as novas indústrias que chegavam à cidade também existia uma preocupação da Associação em formar esses trabalhadores no aspecto moral para além dos muros das fábricas.

CAPÍTULO 4

A ACIAPU E SEUS PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

“O projeto pedagógico dos industriais, sempre foi, para além dos interesses imediatos da produção e como condição necessária para que isto se cumpra com eficácia, um projeto de direção moral, cultural e ideológica para a sociedade brasileira”. (FRIGOTTO, 1998).

Ao analisar as atas da ACIAPU e artigos de jornais locais constatamos uma participação ativa da entidade nos debates educacionais na cidade de Uberlândia. A preocupação em formar a força de trabalho uberlandense a fim de atender as necessidades de desenvolvimento econômico do município e região foi tema recorrente nas reuniões do empresariado local na Associação.

A partir de leituras de dissertações e teses sobre a educação profissionalizante em Uberlândia bem como análise dos documentos pesquisados no período em apreço identificamos uma constância de debates e discursos em torno da criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti. Diante disso, nosso objetivo foi identificar como ocorreu a participação e influência da ACIAPU nesse processo. Foram quase duas décadas de idealização e solicitação do empresariado junto aos representantes da política local, estadual e federal para a instalação da Escola Vocacional na cidade.

O desafio foi apreender através do discurso do empresariado uberlandense sua percepção sobre a relação educação e trabalho, e quais foram os instrumentos e ideologias utilizados para pensar suas propostas educacionais. Para manter um modelo de sociedade baseado na ordem e progresso foi pensado um projeto de formação dos trabalhadores. Foi no bojo desse processo que a Escola Vocacional foi pensada. Por isso, analisar o contexto sócioeconômico que propiciou a criação e instalação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti em Uberlândia e

quais foram os protagonistas envolvidos com a implantação desse projeto foi fundamental para apreender como a classe empresarial uberlandense pensava a formação dos trabalhadores.

4.1 A participação da ACIAPU na criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti

O empresariado uberlandense representado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia desde os anos 1940 preocupou-se em propor projetos de formação dos trabalhadores a fim de atender às novas necessidades sócioeconômicas que se despontava no período. O desejo para que Uberlândia entrasse em sintonia com o desenvolvimento industrial que se fortalecia no país, principalmente no estado de São Paulo, impulsionou o empresariado local a articular a criação de uma Escola Vocacional industrial para a cidade.

A ACIAPU, desde sua criação em 1933, participou ativamente de vários projetos, não sem interesse, para o desenvolvimento econômico do município e seu destaque no contexto regional e nacional. Empenhou-se pela melhoria nas condições de transportes, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica que não eram suficientes para atender a demanda local e a instalação de novas indústrias na cidade. Com a questão educacional não foi diferente. O sonho do empresariado de transformar Uberlândia numa Cidade Industrial implicou em pensar propostas educacionais que fosse ao encontro das necessidades do município. O discurso da entidade demonstrava sua influência direta na criação de inúmeras instituições escolares na cidade ao afirmarem que a Associação,

Esteve à frente na criação de uma escola técnica industrial, Escola Estadual Américo Renê Giannetti, e de outros cursos técnicos fornecidos pelo SESC, SESI e SENAI. Fornecia bolsas de estudos. Também empenhou-se ao lado do mestre Eugênio Arantes Pimentel na luta pela

instalação da Escola Agrotécnica. E não foram de menor monta os empenhos para a criação das faculdades, depois a Universidade e, por fim, pela federalização da atual Universidade Federal de Uberlândia. E com todas essas instituições de ensino, a ACIUB continua fazendo belas e proveitosas parcerias. (ACIUB, 1998, p. 15).

O empresariado representado pela ACIAPU tinha consciência de que para consolidar a liderança econômica de Uberlândia no contexto regional precisaria atrair novas indústrias para a cidade. A preocupação da entidade em divulgar as potencialidades econômicas do município evidenciava o cuidado com a imagem de Uberlândia para atrair novos investimentos com a vinda de indústrias nacionais e multinacionais para a cidade. Para isso era necessário retirar Uberlândia do anonimato e realizar um trabalho de propaganda em prol da cidade conforme nos aponta a imprensa,

(...) hoje falaremos sobre a pouca propaganda que é feita de nossa terra nas grandes capitais e nos grandes centros. Pouca, ou melhor dizendo, nenhuma. (...) é necessária uma boa propaganda de Uberlândia além fronteiras para que não se repita a costumeira frase que a gente ouve em São Paulo ou Rio: - Triângulo Mineiro? (...) Uberlândia precisa tornar-se conhecida, pois até o momento ninguém deu conta do seu valor. E isto muito nos prejudica. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 18 ago. 1956, p. 06).

O processo de industrialização vivenciado no país despertou a necessidade de formação especializada da força de trabalho e as escolas de ensino técnico profissionalizante passaram a ser prioridade na perspectiva das políticas públicas educacionais. O presidente Juscelino Kubitschek nas mensagens presidenciais dirigidas ao Congresso Nacional expressou essa mesma preocupação ao ressaltar a necessidade de formação de técnicos para atender a expansão das indústrias e da agricultura. Diante da importância que tais questões exerciam no cenário de desenvolvimento econômico nacional, a educação técnica-profissionalizante em seu governo passaria a ser um problema de infraestrutura. (BRASIL, 1978).

A industrialização foi vista como saída do atraso econômico e os governantes mineiros, cientes de sua situação em relação a outros estados, viam a necessidade de um

projeto de desenvolvimento econômico para Minas Gerais que determinasse as metas a serem alcançadas para promover a industrialização no estado. Conforme atesta Mundim (2005, p.64) reforçava-se o processo já deflagrado no início do século XX, de que a saída para o desenvolvimento do país passava pela industrialização, mudando, também, o perfil dos centros urbanos que, com a oferta de empregos nas indústrias recém-instaladas, desencadeou um acentuado êxodo do campo para as cidades. Prova disso, foi o crescimento da população urbana do município de Uberlândia a partir da década de 1950 em detrimento da população rural conforme nos aponta os dados da tabela abaixo.

Tabela 3 - População Urbana e Rural do Município de Uberlândia

| 1950 | | 1960 | | 1970 | |
|--------|--------|--------|--------|---------|--------|
| Urbana | Rural | Urbana | Rural | Urbana | Rural |
| 35.799 | 19.185 | 71.717 | 16.565 | 112.762 | 13.411 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1950 a 1970.

Diante da expansão do parque industrial no país era necessário pensar estratégias de formação dos trabalhadores para atender as novas demandas sócioeconômicas. A regulamentação do ensino técnico-profissionalizante através das Leis Orgânicas de Ensino se configurou como uma resposta do governo federal às pressões do empresariado nacional. Os debates em torno da necessidade de criação de uma Escola Vocacional em Uberlândia iniciaram num período em que ocorreu uma evidente expansão do parque industrial brasileiro e Uberlândia em sintonia com essas mudanças cogitava a possibilidade de transformar-se numa Cidade Industrial. O discurso da elite econômica uberlandense evidenciava o desejo de criação de uma escola profissionalizante que fosse referência não só na cidade, mas na região.

A iniciativa de propor uma Escola Vocacional para o município partiu do empresariado ligado à ACIAPU que reivindicava a necessidade de oferta do ensino técnico-profissionalizante a fim de preparar os trabalhadores para as novas indústrias

que estavam sendo instaladas na cidade. Mundim (2005) destaca que a proposta da ACIAPU contou com o apoio dos poderes executivo e legislativo municipal. Em visita do Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais em Uberlândia, o presidente da ACIAPU teve a oportunidade de conversar a respeito das necessidades educacionais do município sugerindo a criação de uma escola vocacional que foi sinalizada positivamente pelas autoridades político-estaduais.

Em virtude da predominância agrária da economia do estado de Minas Gerais, a criação de escolas vocacionais industriais até início do século XX não foi prioridade das políticas públicas educacionais no estado. Mais diante da nova configuração do capitalismo no Brasil, uma das metas assumidas no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais em 1947 pelo Governador Milton Soares Campos foi o projeto de criar Escolas Vocacionais agrícolas e industriais a fim de atender a formação técnica necessária ao fortalecimento da economia do estado. Ao ter conhecimento do Plano de Recuperação Econômica do Estado de Minas Gerais bem como de suas propostas educacionais, a ACIAPU adiantou-se em solicitar ao Deputado Estadual uberlandense Rondon Pacheco para que interviesse junto ao governador do estado em solicitar que uma das escolas vocacionais industriais fosse instalada em Uberlândia. O pedido foi aceito conforme atesta o Jornal Correio de Uberlândia.

Anteontem, ao findar o banquete que a cidade lhe oferecera no hotel Colombo, o governador Dr. Milton Soares Campos assinou um decreto localizando em Uberlândia uma Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial, o que vale dizer, um Liceu de Artes e Ofícios. Tal escola está prevista no Plano de Recuperação Econômica em tão boa hora lançado pelo governador mineiro e virá enriquecer nosso patrimônio no setor educacional, enquanto será também um forte elemento para a expansão industrial, não apenas de nosso município como de toda região. A Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial será um complemento do aprendizado técnico exigido pelos tempos atuais. Dessa maneira, podemos dizer que as coisas vão bem. Interessam-se os poderes públicos por assuntos realmente palpitantes. **A riqueza como bem sabemos está em função direta do aumento da produção. E para isso necessário se tornam os técnicos adequados. (...) e auxiliando Uberlândia a crescer, ele estará agindo, indubitavelmente, da maneira mais certa possível.**

Porque Uberlândia trabalha dia e noite para a grandeza de Minas e do Brasil. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 07 mai. 1948a, p. 01, grifo nosso).

Para a satisfação do empresariado uberlandense o pedido foi aceito e em 1948 o governador Milton Soares Campos assinou o Decreto nº 2.691 de 04 de maio de 1948 que criou a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial em Uberlândia, conforme publicação do Diário Oficial de Minas Gerais divulgada pelo Jornal Correio de Uberlândia.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o Art. 51, nº II, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no artigo 1º, n. I, do decreto-lei nº 2.153, de 12 de julho de 1947, Decreta:

Art. 1º - Fica localizada na cidade de Uberlândia, município do mesmo nome, uma das Escolas Vocacionais de Aprendizagem Industrial, criadas pelo Art. 1º, nº I, do decreto-lei nº 2.153, de 12 de julho de 1947.

Art.2º - O Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho fica autorizado a tomar as providências necessárias à instalação e regulamentação da referida escola, bem como a contratar o pessoal que for necessário ao seu funcionamento.

Art.3º - As despesas para execução do presente projeto correrão por conta dos créditos especiais abertos pelo decreto nº 2.468 de 29 de agosto de 1947 e pela lei nº 142, de 29 de dezembro do mesmo ano.

Art.4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais, em Uberlândia, aos 4 de maio de 1948.

Milton Soares Campos (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 07 mai. 1948b, p. 01).

Após a aprovação do Decreto, iniciou-se uma pressão da ACIAPU, imprensa e representantes políticos locais para início da construção da escola. Com a intenção de adiantar o andamento das obras a prefeitura doou uma área para as instalações da escola. “Em 20 de janeiro de 1949, a Prefeitura Municipal de Uberlândia, em nome do Prefeito Municipal, José Fonseca e Silva, doou uma área de 18.750m² para a construção da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial, localizada à Rua Cel. Severiano, nº 351, Bairro Fundinho”. (RESENDE, 2005, p. 60).

Mesmo diante de tantas expectativas para o término da construção da escola, as obras pararam em função da falta de liberação de recursos financeiros pelo estado de Minas Gerais. Inúmeras foram as solicitações da ACIAPU para a retomada das obras que permaneceram abandonadas até final da década de 1950. O Deputado Rondon Pacheco destinou mais recursos para o reinício das obras, mas não foram suficientes para o término da construção. O discurso de posse do presidente eleito Humberto Calcagno na Associação no ano de 1957 demonstrou a insatisfação do empresariado em relação ao andamento das obras.

Os nossos olhos voltam-se, também, para a chamada “Escola Vocacional”, esquecida, inacabada, em caminho de ruína, apesar do alto e humano destino que a aguardava. Pavilhões desnudos, à semelhança de esqueletos, atestam silenciosamente a incúria, sem justificativa, do poder público estadual e constituem vergonha para uma população. Isto, numa cidade e num país, onde o ensino e a cultura são pouco menos do que privilégios. **Tratando-se de instituições que visam a determinar a formação profissional a servir de base ao ensino técnico e a preparar a mocidade para as lutas construtivas da grandeza nacional, vale recordar a expressão de um político mineiro, denodado lutador e pioneiro do ensino técnico profissional: o mundo de hoje é o da técnica e dos técnicos. Não é outro exemplo que nos dão os Estados Unidos da América.** Pugnar pela conclusão e funcionamento da escola, através do governo do Estado, ou pela sua entrega ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, de melhor alvitre, aliás, para cumprimento de sua destinação, é nosso escopo. (ACIAPU, 12 jan. 1957, p. 90, grifo nosso).

No discurso da diretoria da Associação acima, percebemos o desejo para que o governo de Minas autorizasse o término das obras pelo SENAI. Segundo o empresariado local, o SENAI por sua reconhecida competência na oferta de cursos técnico-profissionalizante no país deveria concluir a construção da escola e posteriormente administrá-la. Em janeiro de 1958, ao se eleger novamente presidente da ACIAPU por mais um ano, Renato Humberto Calcagno, assim se referiu à Escola Vocacional e sua intenção de Transferi-la ao SENAI,

Lutamos, sem qualquer proveito, durante 12 meses, pela continuação das obras. Houve promessa do Sr. Secretário da Agricultura, mas não passou disso. A única coisa obtida foi a rescisão do contrato com a firma empreiteira. Já, ao fim do ano, propusemos ao governo de Minas a doação, e ao SENAI, o recebimento, dos imóveis para a conclusão das edificações e o cumprimento da sua destinação, por parte daquele organismo. Estamos aguardando notícias. (ACIAPU, 16 jan. 1958, p. 120).

A ACIAPU empenhou-se em transferir a conclusão das obras da Escola Vocacional para o SENAI e para isso encaminhou dois memoriais sendo um direcionado ao governador de Minas Gerais, Bias Fortes, e outro ao diretor regional do SENAI em Minas, Aluisio Vieira Carneiro. A intenção era mediar o acordo e possibilitar a entrega da escola de responsabilidade do estado para o SENAI nas condições em que esta se encontrava conforme atestam documentos enviados pela Associação.

As nossas necessidades sendo olhadas à distância não são sentidas de perto. Queremos, pois, neste particular, transportá-las para junto da direção do SENAI, e o fazemos sob a melhor expectativa e com a confiança que a sua alta administração nos inspira. A propósito, dirigimo-nos ao governador, na certeza de que se o SENAI se dispuser a concluir a obra e pô-la em funcionamento, para os seus fins V. Excia. nada obstará ao contrário, assentirá com prazer na solução ora proposta. Esperamos a palavra de Vossa Excelência. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 05 dez. 1957, p. 06).

Para decidir esse imbróglio aconteceram várias reuniões na ACIAPU que contaram com a presença dos representantes dos sindicatos varejistas, bancários e setores da construção civil que discutiram a possibilidade de doação do prédio da Escola Vocacional para a instalação de uma escola de aprendizagem que seria entregue ao SENAI e Sesi. Para tanto, a proposta da Associação de articular o término e posterior administração da escola pelo SENAI não obteve êxito e foi negada pelo governador do estado.

O abandono da Escola Vocacional pelas autoridades estaduais fizeram com que a imprensa local manifestasse frustrações e críticas ao poder instituído.

Ali deveria ser erguida (como de fato começou a ser) um conjunto de prédios que abrigaria a Escola Vocacional de Uberlândia. Porém não se concretizou a iniciativa. Dos alicerces passaram os pavilhões alguns centímetros, quando muito. E ficou o começo de construção abandonado, servindo-se a refugiar favelados. (...) nem providências de autoridades, nem as constantes reclamações publicadas pela imprensa local, reclamações que, diga-se de passagem, vêm de longa data sem merecer o menor gesto no sentido de efetivarem-se providências, quer visando a uma solução, quer então, desiludindo de uma vez por todas aqueles que clamam pela conclusão das obras. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 29 mar. 1956, p. 01).

Para a imprensa uberlandense o impasse do término das obras da Escola Vocacional pertencia a uma enorme lista dos graves problemas de Uberlândia⁵⁹ e que mesmo com constantes reclamações direta a ministros de Estado e chefe de governo e campanhas sistemáticas para avançar na construção da escola não foram suficientes para as obras saírem do ponto em que se encontrava.

Nossos homens públicos, talvez, desconhecem as inúmeras utilidades de uma escola vocacional, motivo porque cruzam os braços ante um problema que reputamos de grande alcance social. Há mais de cinco anos foi iniciado aquele colosso arquitetônico que está abandonado ao lado da estrada do Praia Clube. Recentemente o Prefeito havia nos dado uma notícia que providências foram tomadas, mas não acreditava na sua concretização. Hoje, voltamos a insistir, já que entendemos que só a escola vocacional poderá nos proporcionar a formação de empregados especializados para todas as atividades comerciais e industriais. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 29 jul. 1956, p. 01).

O discurso pronunciado pelo deputado estadual Oscar Moreira Jr. na Assembleia Legislativa em relação ao caso da Escola Vocacional foi exemplo da indignação com o descaso do governo do estado de Minas Gerais em relação às questões educacionais do município.

A Escola Vocacional criada no Governo Milton Campos, faz parte do ingente labor do poder público, de consciência amadurecida, em prol do

⁵⁹ As denúncias em relação ao descaso público com a questão da falta de energia elétrica e abastecimento de água na cidade foram temas recorrentes nos jornais locais.

ensino técnico-profissional; desmorona-se e esfacela-se o seu esqueleto batido das intempéries. Mal venceu a escola as festas da pedra fundamental e falta de continuidade administrativa estiolou e matou o empreendimento, que, por certo, seria valiosa contribuição à descoberta e à preparação de vocações úteis e indispensáveis à presente conjuntura mineira. (...) em relação aos anseios do povo, o abandono propositado da Escola Vocacional, a preguiça em dar cumprimento ao convênio da Escola Agrotécnica e o reduzidíssimo número de Grupos Escolares em Uberlândia impróprios e pobres confirma que em matéria de instrução, de amor ao ensino primário e ao ensino profissional, engatinha desorientado e sem programa, Estado de Minas, cingindo-se as contingências do momento e as imposições políticas de campanários. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 19 ago. 1956, p. 01).

As relações políticas locais com o governo do estado nem sempre foram muito amistosas. O apoio de Uberlândia aos movimentos separatistas do Triângulo Mineiro, conforme apontamos ao longo do texto, expressava essa situação. Conforme ressalta Guimarães “o município de Uberlândia, no início da década de 1960, era a segunda cidade do estado em arrecadação, excluída a capital mineira, e desfrutava de uma posição de hegemonia no comércio de cereais no Brasil Central”. (GUIMARÃES, 2010, p. 189). A discrepância entre a quantidade de impostos arrecadados e o retorno de tais investimentos necessários ao desenvolvimento do município foi motivo de insatisfação constante do empresariado local. Por desacreditar no apoio de recursos financeiros advindos do governo estadual, grande parte das solicitações principalmente as referentes às questões infraestruturais foram solicitadas diretamente junto ao governo federal.

O discurso da classe dominante uberlandense foi no sentido de afirmar que seus projetos iam ao encontro dos anseios da população. A inauguração da escola foi vista como uma reivindicação não somente do empresariado, mas da população uberlandense como um todo. A imprensa inclusive chegou a cogitar a possibilidade de premiar o responsável pela conclusão das obras.

É desejo deste jornal, como o é de toda a Uberlândia, ver concluídas as obras da Escola Vocacional, relegadas agora a um eterno esquecimento, não obstante nossos insistentes artigos, apelando às autoridades

constituídas para seu término. O casarão da estrada do Praia transformou-se em abrigos de mendigos, fugindo à sua finalidade, embora reconhecemos que, no momento, dá guarida aos menos favorecidos da sorte. Mas, o objetivo daquela escola, é bem outro, é bem diverso do que está ocorrendo. Foi criada no papel, na planta e nas promessas dos políticos, para especialização dos empregados. Sua função no futuro, será a de formação de técnicos, marceneiros, carpinteiros, pedreiros, balconistas, sapateiros, comerciários e uma infinidade de especializações comerciais e industriais. Infelizmente, talvez não teremos o prazer de assistir a conclusão daquelas obras, e se tal ocorrer, com a ajuda de Deus e a boa vontade de políticos, **tomamos, hoje, a liberdade de instituir um prêmio àquele que terminar a Escola Vocacional: erigir para a posteridade uma estátua que imortalizará o trabalho daquele que concluir a escola.** Nossos espíritos e nossos corações estarão mergulhados na séria expectativa de que um dia teremos que cumprir esta promessa, recaindo sobre os governantes a responsabilidade da conclusão. **Acima desta nossa promessa está a esperança de todo uberlandense, acima de nossos sentimentos está o dever do homem público.** (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 11 set. 1956, p. 01, grifo nosso).

Os projetos educacionais da classe dominante são colocados como se fosse de interesse de toda a população. Os benefícios dos projetos educacionais da elite uberlandense apresentavam-se como interesse comum de todos e não de um grupo ou classe social específico. Nesse discurso de cunho ideológico as contradições e os conflitos são camuflados e desconsiderados em nome de um projeto maior. Nessa situação ocorre o que Paranhos (1999) denominou de o “roubo da fala”. O empresariado apropria-se das falas dos trabalhadores a respeito da formação profissional e as devolve à sociedade com um discurso homogeneizante. A impressão que se passa é que os projetos de mundo, sociedade e educação são os mesmos, mas na verdade não os são.

Outra questão que se sobressai nos discursos da burguesia uberlandense é a rivalidade histórica com as conquistas da cidade de Uberaba. Acreditava-se que o governo estadual tinha uma preferência evidente pelo município de Uberaba em detrimento dos interesses de outras regiões do Triângulo Mineiro. Os benefícios conquistados por Uberaba, antes de serem atendidas as solicitações de Uberlândia, foram vistos como afronta pelo empresariado ligado à ACIAPU e políticos locais. O discurso presente no Jornal Correio de Uberlândia manifesta a revolta da elite

uberlandense com o governador de Minas Gerais à época, Bias Fortes, ao afirmarem que este é um inimigo de Uberlândia, pois diante das inúmeras solicitações de pedido de verbas para a retomada da construção da Escola Vocacional que estava parada, o governador alegou não dispor de verba enquanto que para os vizinhos uberabenses foi doado um valor significativo para contribuir com a Exposição do gado Zebu.

Bias Fortes é, declaradamente, um inimigo de Uberlândia. Não o fosse, trabalharia mais um pouco para satisfazer algumas pequenas exigências desta cidade que tantos votos lhe deu. Bias Fortes, repetimos, é nosso inimigo. Não cumpriu uma de suas promessas. Não atendeu à menor de nossas reivindicações. Ficou apenas como um homem de promessas, promessas que, parece que jamais serão cumpridas. A Escola Vocacional, obra destinada a dar profissão à mocidade pobre de Uberlândia não encontra a menor satisfação por parte do “Jequitiba” de Barbacena, mas a exposição de gado Zebu de Uberaba receberá verba de 500 mil cruzeiros. A maior exposição de gado Zebu do Brasil-Central, a da vizinha cidade, terá, além da riqueza que a cerca, pois somente um potentado se dedica à criação do gado da qualidade do uberabense, terá ainda mais, com dinheiro tirado aos cofres do Estado, dinheiro que vem dos impostos, dos tributos, que outras cidades pagam e que, por uma péssima divisão, Bias Fortes mandará para Uberaba. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 30 mar. 1957, p. 01).

Mesmo diante de inúmeras reuniões, debates, memoriais, manifestações e empenho do empresariado representado pela ACIAPU e da vontade de alguns representantes políticos na época, a inauguração da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia não foi realizada nos anos 1950. Somente em 1959, o Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais comunicou ao presidente da Associação, que fora liberada a verba de três milhões de cruzeiros para a finalização da construção da escola. (ACIAPU, 28 abr. 1959, p. 211). A obra foi concluída apenas no início dos anos 1960 sendo que sua inauguração só se efetivou em 1962.

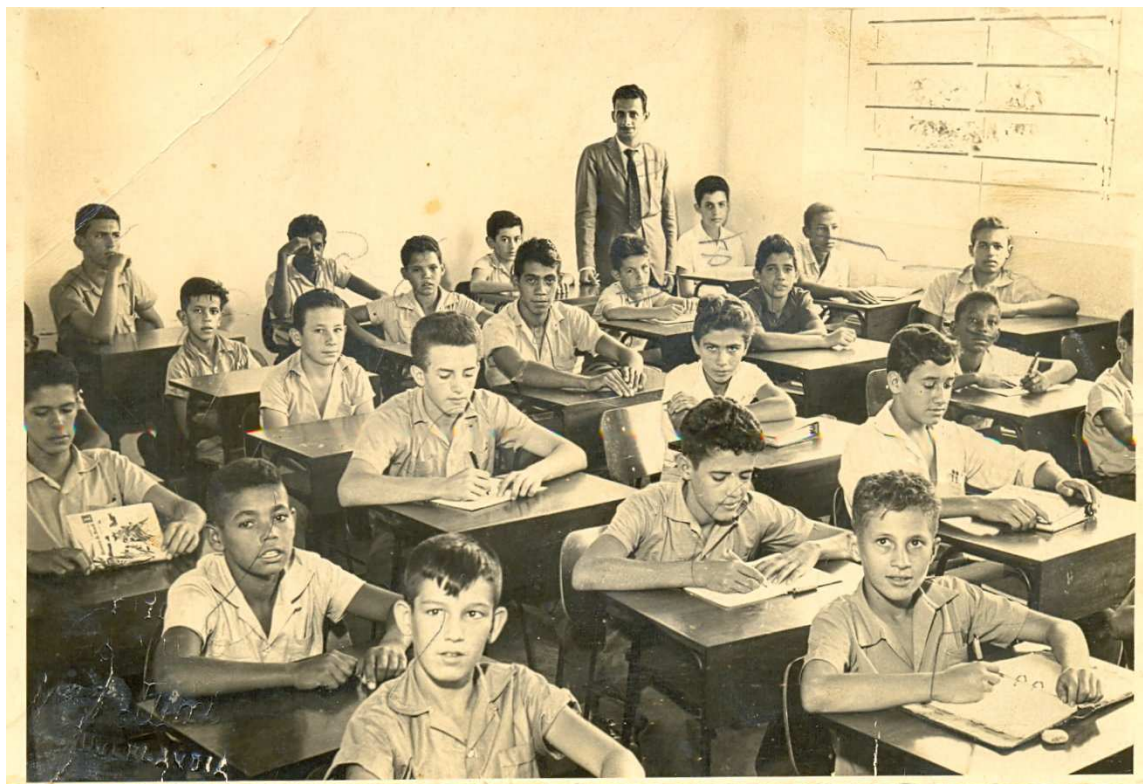


Figura 12 - Alunos da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti na década de 1960.

Fonte: Acervo particular Prof. Valdemar Firmino de Oliveira

Para administrar a Escola Vocacional foi designado em 1961 pelo Governador do estado de Minas Gerais, o servidor Valdemar Firmino de Oliveira, para a tarefa de conclusão das obras, aquisição e instalação de equipamentos e funcionamento da escola até a sua inauguração. Valdemar Firmino de Oliveira foi o primeiro diretor⁶⁰ da escola e permaneceu no cargo de 1961 a 1983. Dirigiu a escola de 12 de novembro de 1961 a 02 de maio de 1962, como diretor provisório da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia, com a responsabilidade pela conclusão da construção dos primeiros prédios, pela instalação e funcionamento. Em 1962 foi designado a assumir

⁶⁰ Além de diretor, Valdemar Firmino de Oliveira, exerceu na escola os cargos de professor da disciplina de Educação Moral e Cívica, Coordenador da área de formação especial do 2º grau, coordenador do 1º grau, Coordenador do 1º curso Superior de Licenciatura para professores da área técnica, Coordenador Geral das Feiras de Ciência e Tecnologia realizadas pela escola. (RESENDE, 2005, p. 87).

como diretor pelo Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais e permaneceu no cargo até agosto de 1983. (RESENDE, 2005).

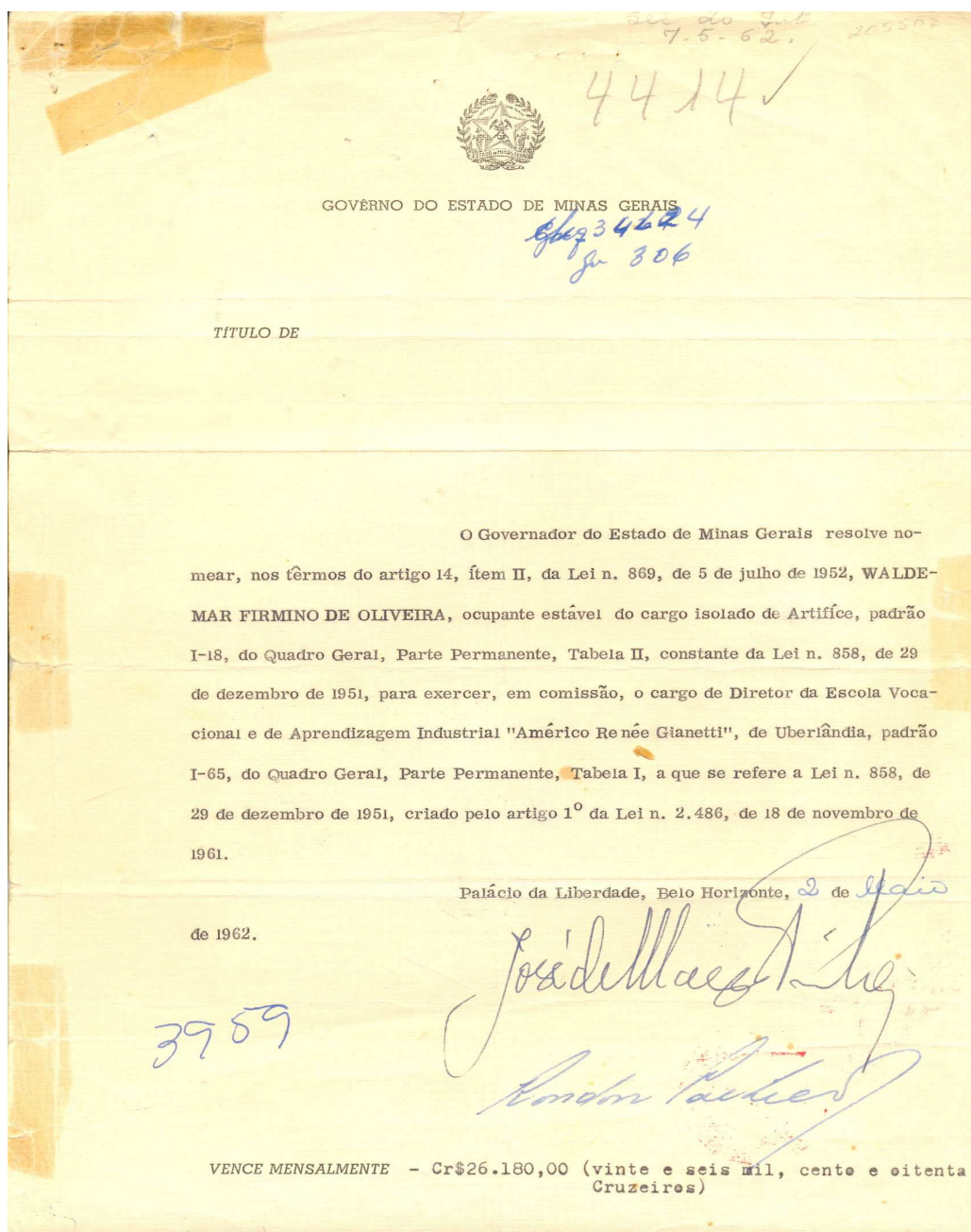


Figura 13 - Documento de nomeação do Prof. Valdemar Firmino de Oliveira como primeiro diretor da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti no ano de 1962.

Fonte: Acervo Particular Prof. Valdemar Firmino de Oliveira

Em abril de 1962, a Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti após quatorze anos do início das obras é finalmente inaugurada. A ACIAPU e a imprensa uberlandense delegou ao Deputado Rondon Pacheco o mérito pela conquista da conclusão das obras que inclusive ministrou a aula inaugural na Escola Vocacional.

Desde o governo de Milton Campos que as obras da Escola Vocacional de Uberlândia, encontram-se paralisadas, tudo porque não interessava aos seus sucessores terminar um serviço iniciado por um governo politicamente adversário. Mas, agora, estando à frente do executivo mineiro um homem da estatura moral de Magalhães Pinto assessorado com sabedoria por Rondon Pacheco nota-se que a Escola Vocacional, está em sua fase final de acabamento e é desejo do ilustre uberlandense colocá-la em funcionamento até o dia 20 de outubro. Uberlândia, há mais de 15 anos, está esperando o término daquela escola de aprendizagem porque ela representa o local ideal para dar profissão aos menores de nossa terra. Rondon Pacheco não descuidou um só instante deste grave problema municipal e breve ela entrará em funcionamento para alegria da gente uberlandense. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 16 set. 1961, p. 01).

A inauguração da Escola Vocacional contou com a presença do Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, o Secretário da pasta do Interior do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco, o Prefeito Municipal de Uberlândia, Geraldo Mota Batista e o diretor nomeado para a nova escola, Valdemar Firmino de Oliveira.

Uberlândia recebe hoje das mãos do governador Magalhães Pinto de Minas Gerais e de seu ilustre conterrâneo, secretário Rondon Pacheco, titular da pasta do interior, a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial, monumental obra que se ergue margeando a estrada que dá acesso ao Praia Clube. Velho sonho de todos os uberlandenses, é agora transformado em realidade, na materialização dos desejos de todos os habitantes dessa terra. Isto se deu graças à boa vontade do governo mineiro e aos esforços desenvolvidos pelo governador do Estado para que chegasse ao término a importante obra. Com efeito a Escola Vocacional iniciada no Governo de Milton Campos, se transformou em “ruínas romanas”, com paredes inacabadas, refúgio de favelados durante os governos Juscelino Kubitschek e Bias Fortes, só terminando agora quando Magalhães Pinto assumiu as rédeas de Minas assessorado pelo grande uberlandense Rondon Pacheco. A cidade muito deve, pois, ao

atual governo que hoje estará na cidade, representado pela sua figura máxima o governador Magalhães Pinto. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 15 abr. 1962, p. 01).

Em atendimento à Legislação Educacional⁶¹, no que concerne a regulamentação do ensino técnico-profissionalizante, a Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia⁶² após sua inauguração em 1962 passou por uma série de modificações em sua nomenclatura.

Inaugurada como Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia a instituição, por meio do Decreto nº 6.559, de 26 de abril de 1962, passou a denominar-se “Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti”. O nome, Américo Renê Giannetti, foi sugerido pelo ex-governador Rondon Pacheco e aceito por representantes da ACIUB e autoridades políticas locais, e se constituiu numa homenagem ao Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais à época, que se empenhou pessoalmente em dotar a escola de maquinários especiais (alguns importados da Alemanha) o que permitiu à instituição ser considerada um ponto de referência no Estado no que se referia à educação de forma técnica. (MUNDIM, 2005, p. 32).

A respeito do funcionamento das escolas vocacionais, Cunha (2000) afirma que a organização curricular dessa proposta de ensino tinha como objetivo ministrar

⁶¹ O funcionamento dos cursos na escola estava regulamentado pelo Decreto nº 6.305 de 31 de julho de 1961, que dispunha sobre o ensino industrial nos estabelecimentos de ensino do Departamento Social do Menor de Minas Gerais, pelo Decreto nº 6.359 de 11 de outubro de 1961, que instituiu o ensino industrial nas Escolas Vocacionais e de Aprendizagem Industrial de Minas Gerais, e pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁶² O Decreto nº 7.645, de 27 de maio de 1964, transferiu a Escola do Departamento Social do Menor para a Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular do Estado de Minas Gerais e alterou a sua denominação para Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti em conformidade com a LDB nº 4.024, de 20/12/1961. Em 19 de setembro de 1967, a Lei nº 4.569 alterou, novamente, a denominação da escola para Ginásio Industrial Estadual Américo Renê Giannetti. Com a reforma do ensino de primeiro e segundo graus, Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 houve a necessidade de adequação das instituições de ensino à nova legislação. Diante dessas modificações o Ginásio Industrial Estadual Américo Renê Giannetti, por meio do Decreto 16.244 de 08 de maio de 1974 sofreu nova alteração e passou a se denominar Escola Estadual de Primeiro Grau Américo Renê Giannetti. Em 1977, diante da mobilização da ACIUB, da Loja Maçônica, da imprensa e de líderes políticos da cidade em reivindicar o funcionamento do Ensino técnico de segundo grau, a Lei Estadual nº 7.020 de 1º de julho de 1977, em atendimento às reivindicações a escola foi modificada para Escola Estadual Américo Renê Giannetti de Primeiro e Segundo Graus. (MUNDIM, 2005).

educação geral e iniciação profissional. As disciplinas vocacionais eram voltadas para a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho.

Nas duas primeiras séries, predominavam as disciplinas de caráter exclusivamente geral, ao lado das disciplinas vocacionais, destinadas a sondar as aptidões: artes industriais ou técnicas agrícolas, conforme a economia da região onde o ginásio se localizasse. (...) nas duas últimas séries, aumentava a carga horária destinada a disciplinas vocacionais. Essas disciplinas vocacionais teriam o objetivo de continuar a sondagem vocacional, de modo mais aprofundado, a fim de basear a escolha de cursos profissionais ou gerais, no segundo grau, caso os alunos prosseguissem seus estudos; caso contrário, facilitariam seu rápido treinamento numa ocupação específica, já em serviço. (CUNHA, 2000, p. 169).

A Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti enquanto desdobramento do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais esteve em consonância com o movimento nacional e internacional de formação de mão de obra técnica para atender as necessidades sócioeconômicas do município. O ensino profissionalizante brasileiro a partir de 1946, conforme já enfatizamos ao longo do texto, teve grande influência do acordo de cooperação pactuado entre Brasil e EUA que resultou na formação da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial - CBAI. A Comissão foi criada com o intuito de contar com a colaboração americana em formar professores e diretores das escolas técnicas brasileiras, além de elaborar diversos materiais pedagógicos que foram distribuídos nas escolas de ensino técnico. A concepção educacional da Comissão e sua participação junto ao MEC tiveram impactos na elaboração do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 que trouxe em seu bojo a necessidade de conciliar educação geral com a preparação para o trabalho através da orientação educacional e profissional. Segundo Cunha, os integrantes da CBAI defendiam que,

O 1º ciclo do ensino médio continuaria com quatro anos de duração, mas seria unificado, perdendo a divisão em ramos que herdara do Estado Novo. Os dois primeiros anos teriam disciplinas de cultura geral e

trabalhos manuais, que os caracterizariam como pré-profissionais. Os trabalhos manuais constituiriam pelo menos um quarto da carga horária total. Em salas ambiente especialmente projetadas, as tendências dos alunos seriam observadas, de modo que pudessem ser orientados quanto ao prosseguimento dos estudos e/ou a escolha profissional. Antes de tudo, os alunos teriam a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades úteis, formar hábitos de ordem, asseio e atividade em equipe, além de uma predisposição positiva para com o trabalho manual. As quatro últimas séries teriam, além da cultura geral, disciplinas propriamente profissionais, que seriam escolhidas pelos alunos. (CUNHA, 2000, p. 165).

Ao analisar essa mesma questão, Ciavatta salienta que a discussão em torno da LDB/1961 tinha como foco central a estrutura do ginásio secundário e a CBAI foi atuante nas discussões manifestando seu parecer sobre o assunto. Para isso, os integrantes da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial encaminharam à Comissão de Diretrizes e Bases do Departamento Nacional, proposta de reorganização do primeiro ciclo médio, em que se combinariam, nos dois primeiros anos, disciplinas de cultura geral e trabalhos manuais, e, nos dois últimos, formação geral e profissional. “Havia nessas propostas a preocupação de melhorar a preparação para o trabalho por meio de um bom serviço de orientação educacional e profissional, salas-ambiente de trabalhos manuais, observação e pesquisas das tendências dos alunos”. (CIAVATTA, 2009, p. 391).

A Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, em atendimento à nova legislação, passou a denominar-se Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti. A escola vinculou-se à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos de Minas Gerais e continuou a oferecer o ensino vocacional. Os primeiros cursos oferecidos foram: o Curso Vocacional e o de Aprendizagem Industrial, pertencentes ao curso ginásial de 1º ciclo, conforme a Lei 4.024/61. Geralmente os alunos egressos faziam exames de admissão e cursavam disciplinas gerais e práticas educativas com ênfase em sapataria, marcenaria e mecânica, disciplinas ministradas em amplas oficinas localizadas no fundo da escola. (RESENDE, 2005). O relato do ex-diretor da escola confirmou as mudanças vivenciadas em consonância com a legislação educacional

nacional. Em entrevista concedida ao Jornal Correio de Uberlândia em 1965, Valdemar Firmino de Oliveira, relatou a situação de transição da Escola Vocacional para Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti em atendimento à primeira LDB 4.024/1961.

Nossa equipe de reportagem sempre atenta aos acontecimentos da cidade e seguindo de perto o progresso da Metrópole do Triângulo procurou se inteirar sobre o que se tem feito no Ginásio Américo Renê Giannetti, ex-Escola Vocacional. (...) informou-nos o diretor que o Ginásio conta com 210 alunos matriculados. O Ginásio Industrial se equivale ao Ginásio feito em outros colégios, com uma vantagem do aluno se formar em uma profissão objetiva. O curso é de 4 anos sendo dividido em duas fases: Cultura geral, Português, Matemática, História, Geografia, Inglês, Ciências Naturais e Desenho Técnico. A segunda fase é a das práticas educativas. Práticas de Oficinas com artefatos de couro, cerâmica, artes gráficas, marcenaria, mecânica industrial. O Ginásio Américo Renê Giannetti é o primeiro Ginásio Industrial reconhecido pelo Ministério em Minas Gerais. É com tristeza que afirmo isto, disse-nos o prof. Valdemar, porque em um documento enviado a nós pelo MEC eles dizem que não compreendem um Estado que tem a pujança de Minas Gerais possuírem apenas um Ginásio Industrial, enquanto que São Paulo, Guanabara e Pernambuco, possuem quase uma centena cada um. **Os educadores brasileiros a exemplo de países desenvolvidos estão trabalhando no sentido de criar ginásios técnicos com objetivos práticos, atualizando assim o ensino com uma finalidade prática e orientada para o trabalho. O Ginásio moderno fará uma triagem entre os alunos através de um teste psicotécnico e vocacional, enquadrando os alunos dentro de suas capacidades no ginásio acadêmico ou clássico e no ginásio prático ou industrial.** Informa à equipe de reportagem do Jornal Correio de Uberlândia, que já estamos fazendo esta separação dentro dos moldes do Ginásio moderno. **Estamos fazendo testes de orientação profissional, mediante testes psicotécnicos, questionários, entrevistas e com rigorosa observação dos professores, procurando dar ao aluno a iniciação profissional adequada de acordo com suas aptidões e tendências.** (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 05 jul. 1965, p. 05, grifo nosso).

O relato do ex-diretor da Escola Vocacional reforça a dualidade do ensino ofertado. O ideário liberal que inspirou a LDB 4.024/61 defendia que todos os alunos teriam os mesmos direitos de acesso ao ensino secundário, mas isso não rompeu com a dualidade entre o ensino voltado para o trabalho manual e outro para o intelectual. O

trabalho de orientação profissional apontava a necessidade de controle e direcionamento desse aluno de acordo com o seu “perfil” pessoal.

Para Cunha a proposta de criação dos Ginásios Industriais encontrava justificativa mais em termos político-ideológicos do que econômico-ocupacionais ou psicopedagógicos.

Era comum encontrar-se, nos textos que procuravam legitimá-lo, o apelo à experiência norte-americana como fonte de inspiração. Nos Estados Unidos, vigeria, como postulado político, o conceito de que o caráter democrático da sociedade é função da sua capacidade de oferecer a todas as crianças, independentemente de origem social, iguais oportunidades para o desenvolvimento das suas potencialidades. Para isso, desenvolvia-se, nesse país, uma escola secundária única, mas diversificada segundo as diferentes opções vocacionais oferecidas. (CUNHA, 2000, p. 170).

Assim, a justificativa para o encaminhamento desse aluno para a continuidade dos estudos no âmbito acadêmico ou profissional se dava mediante questões de aptidão pessoal e não relacionadas com o fator classe social, bem a gosto das teses liberais de que todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades para desenvolver suas habilidades pessoais. O que define o ramo a ser seguido pelo aluno é uma questão individual e não social segundo o discurso dos intelectuais liberais ligados à educação brasileira.

Ao salientar o uso dos testes psicotécnicos para seleção dos alunos constatamos as influências dos princípios tayloristas nas práticas do Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti em Uberlândia. Um dos métodos da administração científica mais adotado pelas escolas foi a prática de aplicação dos exames psicotécnicos como meios de identificar as habilidades dos candidatos e assim facilitar a escolha de sua área de formação profissional. Para Cunha (2000, p.6), a seleção mediante exames psicotécnicos atendia aos requisitos do taylorismo, “a aptidão e a escolha dos melhores foram dois critérios inseridos na prática e no discurso do ensino profissional, sem precedentes no país”. De acordo com Weinstein (2000, p. 97), cada candidato ao curso profissional era

submetido a uma série de testes para determinar: “capacidade física, inteligência, memória, percepção de formas, senso técnico, acuidade visual, tátil e muscular, habilidade manual e coordenação motora”. Os testes aplicados tinham como objetivo colocar as pessoas certas nos lugares certos na fábrica e assim promover a seleção dos mais capazes.

Em virtude das mudanças na Legislação educacional brasileira a partir dos anos 1970, a Escola Vocacional sofreu alterações em seu perfil de oferta de cursos⁶³. Com a aprovação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus no contexto da ditadura militar, o Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti recebeu a denominação de Escola Estadual Américo Renê Giannetti de Primeiro e Segundo Graus e passou a oferecer habilitações nas áreas técnicas de Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Economia doméstica e Secretariado, além do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e cursos rápidos de qualificação de mão de obra, atendendo à demanda do mercado de trabalho da cidade e região. O ensino de 1º grau foi encarregado de detectar as aptidões profissionais do estudante e a partir da compreensão das necessidades do mercado de trabalho ele pudesse ingressar no 2º grau com uma opção de estudos técnicos claramente definidos.

As relações estabelecidas entre a Escola Vocacional e o empresariado uberlandense ligado à ACIAPU foram próximas. O empresariado acompanhava de perto as atividades desenvolvidas pelos alunos inclusive os convidando a participar das Feiras Nacionais da Indústria de Uberlândia (FENIUB) com exposição de trabalhos desenvolvidos na escola. O diretor da escola foi constantemente convidado a participar de reuniões na Associação bem como colaborar com os encontros regionais da indústria no que concerne ao papel do ensino técnico-profissionalizante na cidade.

⁶³ A reforma do ensino de 1º e 2º graus com a Lei 5.692/71 substituiu os cursos primário e ginasial pelo ensino de 1º grau e determinou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no ensino médio destinado a habilitar técnicos e auxiliares técnicos para o trabalho. A profissionalização no ensino médio deveria abranger a todos. Em consonância com essa conjuntura, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti passou a oferecer o ensino técnico-profissionalizante de 2º grau.

4.2 Entre o ideal e o real: a (des)construção de um sedutor discurso

Para se analisar o processo de criação, instalação e decadência⁶⁴ do projeto educacional da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti em Uberlândia algumas considerações são necessárias. A instalação da Escola Vocacional refletiu os projetos do empresariado uberlandense ligados à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária em dois sentidos. Por um lado, tinha-se a preocupação com a dimensão técnica da formação da força de trabalho para atender as necessidades do comércio e das nascentes indústrias que despontavam na cidade, mas, por outro lado, esse projeto demonstrava também a preocupação do empresariado em formar moralmente esses trabalhadores. A proposta era ofertar cursos profissionalizantes prioritariamente àqueles que estavam desocupados e sem profissão definida. De acordo com Mundim, o empresariado uberlandense estava em consonância com os projetos de formação profissional propostos pelo estado de Minas Gerais.

As Escolas Vocacionais que foram criadas no Estado de Minas Gerais como parte do Plano de Recuperação Econômica e Fomento de Produção, em 1947, traziam em seu projeto pedagógico a intenção do Estado em atender a legislação, às exigências do processo de industrialização pelo qual o país estava envolto naquele momento e resolver a questão da marginalidade social. (MUNDIM, 2005, p. 138).

Reduzir a marginalidade social com oferta de ensino técnico-profissionalizante foi uma questão central para o estado de Minas Gerais e em Uberlândia não foi diferente. A ACIAPU e as autoridades políticas locais uberlandenses em consonância

⁶⁴ A obrigatoriedade da oferta dos cursos profissionalizantes no ensino de segundo grau implementada pela Lei 5.692/71 foi modificada pela Lei nº 7.044/82 que flexibilizou a condição compulsória da oferta de habilitações profissionais no segundo grau. O ensino de segundo grau que era tido como qualificação para o trabalho passou a ser visto como preparação para o trabalho. Ao decretar a não obrigatoriedade da oferta de ensino técnico-profissionalizante retirou de certa forma o compromisso de financiamento do Estado com as escolas que fizeram a opção de manter esse ramo de ensino. Como desdobramento desse processo, a Escola Vocacional a partir de meados da década de 1990 deixou de ofertar os cursos técnicos transformando-se numa instituição pública estadual de ensino regular.

com as propostas educacionais do estado manifestavam a mesma preocupação. A Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti foi pensada inicialmente para a formação das classes menos favorecidas. O projeto de criação e destinação de recursos orçamentários para manutenção da Escola Vocacional foi coordenado inicialmente pelo Departamento Social do Menor de Minas Gerais. O foco era retirar das ruas os menores abandonados bem como aqueles indivíduos que sobreviviam da mendicância, do ócio e da vadiagem e dar-lhes uma profissão. Cunha (2000) corrobora a discussão ao afirmar que um dos principais objetivos ao se criar as escolas vocacionais estava relacionado com a formação moral desses jovens trabalhadores.

Os objetivos dessa iniciativa era evitar que esses jovens “se perdessem” na ociosidade e acabassem criando problemas no terreno econômico, profissional, familiar e até mesmo político, a solução aventada por ele foi ministrar um curso de um ano de duração, compreendendo conhecimentos gerais e trabalho manual, assim como orientação profissional, de modo que se pudessem conhecer os que tivessem aptidões para as atividades industriais, para as quais seriam encaminhados. (CUNHA, 2000, p. 168).

A imprensa uberlandense reforçou o viés assistencialista da Escola Vocacional ao afirmar que “(...) infância e juventude deixando de receber instrução e também iniciação profissional encontram portas abertas para vadiagem e vício. Não é outra a esperança das nossas populações, ansiosas pelos benefícios que a realidade dessas obras proporcionará”. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 15 set. 1957, p. 01).

Esperava-se da escola que ela cumprisse seu papel de controle social mediante a transmissão de valores morais que tinha o trabalho como princípio educativo e por isso promotor da ordem e progresso de uma sociedade que desejava ser moderna e civilizada. Ao referir-se ao alcance da utilidade da Escola Vocacional a imprensa local destacava que esta se mede pela variedade de cursos e pela aplicação prática de grandes possibilidades para todos. “Trata-se de uma obra de grande alcance social, pois terá um internato para 100 alunos, com refeitórios, assistência dentária e médica, além de uma

perfeita instrução cívica, escolar e técnica”. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 06 mai. 1956, p. 01).

Acreditava-se na potencialidade da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de moldar técnica e moralmente os futuros trabalhadores das indústrias e por isso o interesse da ACIAPU em sua criação e instalação no município em acompanhar e “sugerir” o perfil profissional desejado do egresso que se adequasse às exigências do “novo” mundo produtivo. A entidade acompanhava de perto as atividades da escola, participando das feiras de ciências e encaminhando esses jovens ao mercado de trabalho.

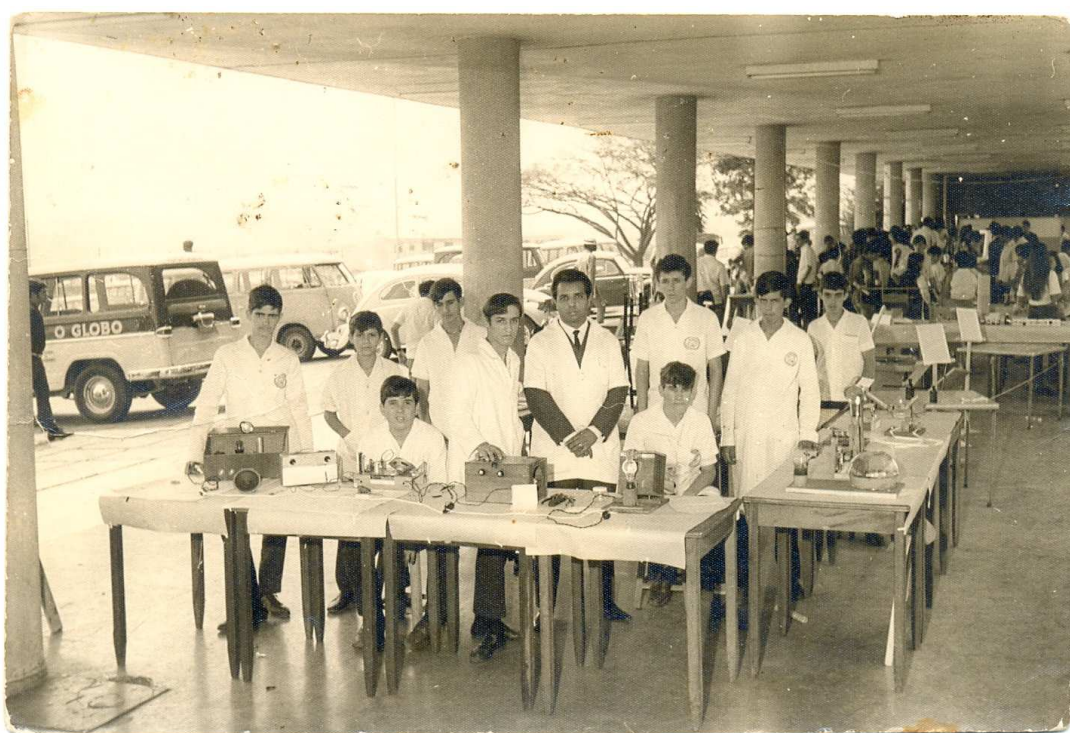


Figura 14 - Alunos da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo René Giannetti na década de 1960 em apresentação da 1ª Feira de Ciências.

Fonte: Acervo Particular Prof. Valdemar Firmino de Oliveira

O discurso incentivado pela imprensa uberlandense e incorporado pela ACIAPU exaltava o valor do trabalho e condenava tudo aquilo que fosse contrário a este como o ócio e a vadiagem. O receio da Associação de que esse menor pudesse se

envolver com valores contrários ao mundo do trabalho evidenciou-se no discurso da entidade ao afirmarem que em Uberlândia é fato comum ver os menores trabalhando “até mesmo em bases que, positivamente não constituem ambiente aconselhável para o menor, por ser uma escola de vícios e de ociosidade, onde o menino aprende a beber, fumar, jogar e a preocupar-se prematuramente com a questão sexual, inclinando-se, por isto para o deboche e vadiagem”. (ACIAPU, 15 fev. 1960, p. 68). A escola profissionalizante apresentava-se como uma saída salvacionista que através da transmissão de valores morais e técnicos incentivaria esses jovens a se adequarem ao mundo do trabalho reforçando assim sua posição social nesse cenário. A intenção da elite econômica uberlandense era inserir esses jovens no mundo do trabalho e para isso contavam com a orientação da Escola Vocacional. Na mesma perspectiva, Carvalho corrobora a discussão ao afirmar que,

A educação profissional no Brasil se formou de maneira ainda incipiente, com suas raízes histórico-sociais calcadas no assistencialismo e no utilitarismo, direcionado para uma formação prática, ou seja, não-humanista, delimitando, também, no processo educacional formal brasileiro a divisão por classes e uma dualidade estrutural, qual seja: ensino profissional ou educação/trabalho para os pobres e ensino propedêutico, formação para os dirigentes ricos. (CARVALHO, 2008, p. 77).

O empresariado ligado à ACIAPU acreditava na potencialidade da escola de educar e adestrar⁶⁵ esses indivíduos ao propiciar uma ética do trabalho. A escola deveria contribuir para retirar os jovens marginalizados da rua, do vício e dar uma formação moral que inculcasse no indivíduo o valor do trabalho e seu lugar na estrutura social. Marx e Engels (2011) ao elaborar a crítica da educação no âmbito da sociedade

⁶⁵ Em educação, o termo adestramento tem sido utilizado para designar o ato ou o efeito da habituação de alguém a fazer docilmente e regularmente um programa preciso e prescrito. Com esse sentido, a formação de habilidades esteve, durante muito tempo, vinculada à ideia de desenvolvimento da destreza manual, da agilidade e da capacidade de se submeter a uma dada disciplina. Sob a ótica taylorista-fordista, a formação profissional assumiu um caráter restrito de adestramento e de adaptação do trabalhador ao posto de trabalho e às tarefas repetitivas e fragmentadas. O trabalhador é entendido como capacitado para um posto de trabalho quando se mostra ajustado a essas condições. (FIDALGO e MACHADO, 2000, p. 15).

capitalista já denunciavam essa questão. Para esses autores a classe dominante “entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses, e que no fim das contas a burguesia não tem os meios, nem vontade, de oferecer ao povo uma verdadeira educação”. (MARX e ENGELS, 2011, p. 114). Educação na concepção dos autores entendida enquanto possibilidade de emancipação dos sujeitos sociais e que passa necessariamente pelo conceito de politecnia. Esta entendida como uma formação capaz de fornecer ao educando uma base sólida e profunda dos processos científicos e técnicos, tanto das ciências da natureza quanto das ciências humanas e sociais, o que significa orientar o trabalho escolar para que o aluno perceba que a realidade é produto das ações humanas, e que cada sujeito é agente histórico dessa mesma realidade.

A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes modalidades de trabalho que caracterizam o processo produtivo moderno. De acordo com Machado (1992, p. 19), “politecnia representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a reposição das tarefas a nível criativo”. Uma formação politécnica vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento.

Se o processo educativo no âmbito do capitalismo se reveste de um caráter utilitarista e mercadológico, na perspectiva de uma educação politécnica ao contrário se apresenta como,

A oportunidade de desenvolvimento integral do homem que, adquirindo plena consciência do processo de trabalho que desenvolve, passa a dominá-lo. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser objetivo restrito da formação, para transformar-se em instrumento epistemológico que propicia o acesso aos conhecimentos necessários à compreensão científica dos processos, das técnicas e, também, das relações socialmente produzidas. (RUMMERT, 2000, p. 173).

A politecnia pressupõe a superação do conhecimento parcelado, propondo uma formação multilateral que abarca o conhecimento do processo como um todo, não

separando os que concebem dos que executam o trabalho. Para Saviani (1989, p. 15), “a ideia de politecnia postula que o processo de trabalho desenvolva numa unidade indissolúvel os aspectos manuais e intelectuais”. Uma educação politécnica só se realizará se possibilitar aos indivíduos uma assimilação não apenas teórica, mas também prática dos princípios científicos que fundamentam o processo do trabalho produtivo moderno.

Dessa forma, a preocupação da educação deveria ser fundamentalmente, a de romper com a alienação do trabalho, provocada pela divisão do trabalho na sociedade capitalista. Para Rodrigues (2002 p. 53) “a educação seria a ruptura com a alienação do trabalho e, portanto, uma das chaves de sua emancipação como ser humano”. Para a superação desse trabalho alienado não estamos nos referindo a uma educação submissa aos interesses do capital, mas uma educação politécnica que possibilite uma verdadeira emancipação humana. Dessa forma, Saviani (1989) concebe então a educação politécnica como forma de possibilitar ao homem o exercício de uma profissão como condição de humanização e de transformação social. Para tanto, uma educação politécnica pressupõe a plena expansão do indivíduo humano e se insere em um projeto de desenvolvimento de ampliação dos processos de socialização, não se restringindo ao imediatismo do mercado de trabalho. Na mesma perspectiva, Frigotto (1997) afirma que a luta pela efetiva democratização da escola pública unitária e politécnica e de todos os processos de formação técnico-profissional e dos meios de comunicação social não pode mais ser postergada e aponta ainda que,

Trata-se de uma condição necessária para que a cidadania concretamente possa desenvolver-se e constituir-se para a grande maioria da população brasileira. Para além do discurso apologético da sociedade do conhecimento, da qualidade total, da formação flexível e polivalente, categorias que reeditam o ideário da teoria do capital humano, numa nova materialidade histórica, e, portanto os mecanismos de exclusão, pulsa uma realidade social, cultural e política construída, particularmente, mas não só, nas últimas quatro décadas nas lutas por direitos civis, sociais, em suma, por uma cidadania real e efetiva para as classes trabalhadoras. É na avaliação crítica desta trajetória que reside a força política para não apenas resistir, mas disputar no plano da

sociedade e no plano da educação uma proposta alternativa. (FRIGOTTO, 1997, p. 86).

Desse modo, em qualquer debate que se busque um posicionamento crítico diante das relações de trabalho e educação predominantes na sociedade capitalista, será imprescindível a referência à politecnia. Numa perspectiva marxiana, o ensino politécnico surgiu como meio para que os trabalhadores dominem os fundamentos científicos, teóricos e práticos dos diversos processos de trabalho. Noutras palavras, este domínio deve atuar contra as formas de alienação existente no âmbito do trabalho. No entanto, Marx alega que somente isso não basta, pois, é preciso superar o antagonismo de classes, que fundamenta a sociedade burguesa capitalista. A partir disso, podemos depreender que a educação politécnica pode ter suas bases lançadas no próprio modo de produção capitalista. No entanto, ela se completará em todos os seus desdobramentos quando houver a superação desse modo de produção.

Portanto, contrariamente à proposta de uma educação politécnica conforme apontada pelos autores acima, a educação pensada pela classe dominante está voltada para a conformação dos sujeitos sociais através da tentativa de disciplina, controle e manipulação das suas reais condições de exploração do trabalho através da mais-valia absoluta e relativa. A intenção do empresariado é preparar a classe trabalhadora para atuar em convivência com os seus projetos de sociedade e suas filiações ideológicas. O que ocorre é uma tentativa de fazer do processo educativo um espaço de formação de indivíduos que se identifiquem diretamente com os interesses da produção como se estes também fossem os seus próprios.

A Escola Vocacional em Uberlândia nasceu com um viés assistencialista e com o objetivo de atender aos menores necessitados da cidade e contribuir com a transmissão de valores, atitudes e comportamentos na formação dos futuros trabalhadores. Discurso este compartilhado pelo presidente Juscelino Kubitschek que a respeito do ensino profissionalizante ressaltava que esse ramo de ensino vai merecer tratamento relevante do governo porque constitui o processo educativo específico para integração do homem

na civilização industrial, não somente habilitando-o para o domínio da máquina, como ainda orientando-o para uma nova atitude diante da vida. (BRASIL, 1978).

A Escola Vocacional foi pensada para atender um projeto de cidade defendido pela burguesia uberlandense. Era preciso disciplinar e higienizar o espaço urbano e para isso a escola deveria cumprir o seu papel de formar tecnicamente e moralmente esse jovem trabalhador que ocioso nas ruas manchava a imagem de gente trabalhadora e ordeira divulgada pela elite e imprensa uberlandense. Segundo Oliveira (2009) a infância e mocidade pobre foi objeto de intervenção higiênica e disciplinar no Brasil e em Uberlândia, que enxergava, nessas crianças, a possibilidade de virem a ser criminosas ou delinquentes. Para eliminar das áreas públicas os sinais de desordem era necessário impor uma nova conduta que “levasse a construção de um espaço limpo e saudável, centrado na concepção de que a ordem só era possível num espaço limpo, ordenado e vigiado, e que, em relação ao pobre, só era trabalho técnico, tudo mais era vadiagem. (OLIVEIRA, 2009, p. 67).

Ao procurar incutir o valor do trabalho e de disciplina às pessoas que estavam marginalizadas na cidade, a Escola Vocacional atendia o projeto de cidade defendido pela classe dominante uberlandense. O empresariado ligado à ACIAPU apostava que com a oferta dos cursos profissionalizantes era possível reduzir os problemas de marginalidade social e preservar a imagem de Cidade-Jardim⁶⁶, limpa e ordeira, importante para a vinda de empresas e investimentos econômicos no município. A imagem de cidade tranquila e esteticamente atraente foi uma meta perseguida pelo empresariado e autoridades políticas locais. Esse discurso calcado nos parâmetros de ordem, progresso, estética e higiene tiveram o intuito de viabilizar o desenvolvimento da cidade e a sua expansão econômica, bem como tentar manter sob controle e

⁶⁶ Segundo Soares (1995) desde os anos de 1930, Uberlândia foi denominada pela elite econômica de “Cidade Jardim”, em função do controle das lideranças locais em prol da limpeza das ruas, avenidas, casas e principalmente pela manutenção da beleza das suas praças e jardins. Ao tratar esta mesma questão Rodrigues (1989) salienta que além de “Cidade Jardim” Uberlândia também ganhou outras denominações como “Metrópole do interior”, “Capital do Brasil Central”, “Meca Econômica, outra Nova York em pleno sertão do Brasil” dentre outros.

dominação a formação da classe trabalhadora. O discurso da imprensa local em comemoração ao aniversário da cidade relata esse cenário.

(...) moderna, bem traçada, limpa, com um povo evoluído e trabalhador, Uberlândia projeta-se dia a dia como a mais importante cidade da região, crescendo espetacularmente não só no sentido da expansão populacional, como também na sua grandeza cultural e arquitetônica. (...) num ritmo ao qual assenta bem o adjetivo “vertiginoso”, o progresso uberlandense é admirado por todos aqueles que conhecem a cidade bonita e acolhedora, onde a paisagem varia do dia para a noite, sendo impossível mesmo logotipar um flagrante permanente de sua feição urbana. Seus nove arranha-céus e mais 12 em meio caminho, a policromia de sua noite enfeitada de néon, o tapete asfáltico cobrindo suas vias centrais, o modernismo de seus clubes, a vida financeira e econômica de incontestável solidez, enfim, tudo em Uberlândia é grandioso e admirável. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 01 set. 1962, p. 01).

Ao analisar essa mesma questão, Dantas (2008) contribui com a discussão ao afirmar que, desde a data de sua emancipação político-administrativa em 1888, Uberlândia é entendida pelas classes políticas dominantes locais como destinada ao progresso. O discurso do empresariado uberlandense associava a cidade de Uberlândia à imagem de progresso, ordem, civilidade e modernidade. A imprensa local confirmava essa concepção ao alegar que “Uberlândia é um verdadeiro milagre do progresso, beleza e grandiosidade plantado em pleno sertão brasileiro. Indiscutivelmente é a cidade que mais cresce e desenvolve no interior de Minas Gerais”. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 22 jan. 1956, p.05).

Para manter a imagem de cidade moderna e progressista foi necessário preservar a estética da cidade, principalmente na região central. Não foi em vão o sugestivo nome dado a Uberlândia de “Cidade Jardim”. A preocupação dos poderes públicos locais com o embelezamento e manutenção das praças e jardins da cidade evidenciavam os projetos da elite. “Afastar a pobreza, através da valorização das áreas nobres e dos códigos de construção civil, esconder a mendicância, através das casas filantrópicas e da cadeia foram ao longo dos anos um empreendimento dos organismos

públicos visando obter um espaço organizado para a produção”. (RODRIGUES, 1989, p. 79). Para sustentar o projeto de cidade próspera almejado era preciso camuflar a desigualdade e pobreza que se fazia presente no município.

Outro exemplo de preocupação com a imagem progressista da cidade foi o incentivo para a construção de arranha-céus na região central que foi acompanhado passo a passo pela mídia com muita comemoração e orgulho. “Crescem os arranha-céus de Uberlândia: inicia-se assim a era dos grandes e monumentais edifícios em nossa cidade, que se tornará em breve a metrópole do Brasil-Central”. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 28 abr. 1956, p. 01). Os arranha-céus simbolizavam progresso e modernidade e demonstravam a sintonia de Uberlândia com as cidades de grande porte. De acordo com Soares (1995) é interessante observar a construção de arranha-céus em Uberlândia em um período em que a cidade poderia ainda crescer muito horizontalmente. No ano de 1958 mais da metade dos terrenos na cidade eram lotes vagos o que não justificava a princípio o crescimento vertical da cidade. O objetivo em construir os arranha-céus na região central de Uberlândia estava relacionado com a preocupação da elite em dar um aspecto moderno e progressista à cidade em consonância com as grandes capitais.

Para se forjar a imagem de cidade bela e limpa deveria ser retirado do centro da cidade tudo que poderia comprometer a imagem projetada pela elite econômica dominante. Era preciso higienizar e retirar desses espaços tudo que fosse contrário ao projeto modernizante desejado. Como consequência desses ideais, a classe trabalhadora pobre que residia nessa região foi retirada para as margens da cidade, em habitações precárias, muitas vezes sem infraestrutura de saneamento básico, entregues à luta pela sobrevivência do trabalho, ou do roubo, ou da mendicância, ou da assistência social privada.

O progresso almejado e propalado implicava o dinamismo do setor de construções, embelezamento das áreas nobres da cidade (onde residiam a burguesia e a classe média alta da cidade), a ampliação das vias e meios de comunicação com o restante do país, em dinamismo comercial, a

implantação de indústrias e na apresentação de uma cidade asséptica, sem pobres, sem desordem, sem contestação. (ALMEIDA, 1992, p. 41).

O discurso progressista da elite econômica objetivava despertar a atenção de investimentos econômicos para o município, mas por outro lado, e contraditoriamente, atraía também pessoas pobres advindas de outras regiões em busca de trabalho e melhores condições de vida. Entretanto, ao chegarem à cidade, esses trabalhadores percebiam que a realidade não correspondia com os discursos e acabavam desempregadas, o que provocava um aumento considerável do número de pedintes nas ruas da cidade. Segundo Almeida “a cada mendigo que chegava a prefeitura dava uma passagem para uma cidade próxima, impendindo-o de permanecer em Uberlândia”. (ALMEIDA, 1992, p. 69). A mendicância era vista pelo empresariado e poderes públicos locais como um grave problema que deveria contar com o auxílio da repressão policial a fim de distinguir o “verdadeiro” mendigo do “falso”. A distinção entre ambos passava necessariamente pela questão do trabalho.

Um problema da cidade de Uberlândia que está a exigir urgentes providências por parte das autoridades é a mendicância. **Com efeito aqui está se instalando verdadeira meca de mendigos, aumentando assustadoramente, mormente nas manhãs de sábado, quando mendigos de outras cidades, mendigos verdadeiros e falsos, profissionais e amadores vem “fazer a praça” na cidade onde nada falta.** (...) o caso conforme frisamos, está exigindo drásticas providências que num movimento conjunto devem partir da delegacia de polícia muito bem chefiada pelo bacharel Ignácio Gabriel Prata Netto como afastamento dos mendigos de cidades estranhas, a identificação dos mendigos de verdade dos aproveitadores. Estes, se falsos mendigos, devem ser presos e deportados, para outra freguesia. O que não pode perdurar, entretanto, é esse estado de coisas, com a progressista Uberlândia, tão bem aparelhada de instituições assistenciais, dando um péssimo exemplo, num quadro triste, de mendicância, culpa, que, sem dúvida não lhe cabe. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 31 dez. 1961, p. 08, grifo nosso).

A mendicância expressava sinal de pobreza e precariedade e revelava um perfil de cidade que se chocava com os discursos de cidade rica e ideal para se viver que era

divulgado pelo empresariado na mídia nacional. As denúncias na imprensa em relação à mendicância e os pedidos às autoridades locais para resolverem essa questão foi recorrente. Os jornais acusavam os mendigos de atentarem contra a imagem progressista e civilizada da “Cidade Jardim”.

Assim, convidar grandes empresas para instalarem filiais em Uberlândia era uma das medidas implementadas pela ACIUB e pelos poderes públicos locais. Nesse sentido, havia que dotar a cidade de infraestrutura adequada e apresentá-la como um espaço progressista, com uma população com forte poder aquisitivo, sem problemas sociais graves ao ponto de perturbar os negócios. Assim é que se deveria evacuar a pobreza das ruas e organizá-la nos espaços convenientes e de fácil controle, e reprimir o crime, sobretudo os roubos, através de eficiente esquema de segurança. (ALMEIDA, 1992, p. 78).

O projeto ideológico de ordem e progresso pensado pelo empresariado uberlandense e pelos poderes públicos municipais não ocorreu de forma natural e pacífica por parte da população que não acatou sem resistências essa criação ideológica da classe dominante. Para tentar impor esse projeto a elite local recorreu ao uso da força e violência institucionalizada que visava o controle social através da ordem e disciplina conforme destaca trechos da imprensa a seguir.

Desde o início da semana, a Regional de Polícia eficientemente comandada pelo dinâmico e energético delegado Ignácio Gabriel Prata Netto está realizando a maior e mais completa “blitz” em toda a cidade, visando a expurgar a sociedade uberlandense de toda a sorte de marginais, desocupados, ladrões e indivíduos perturbadores do sossego público. A campanha policial que levou às grades da prisão cerca de 100 indivíduos apanhados “dando sopa”, nos antros de corrupção (bilhares, meretrício, bares, “dancings” etc.) merece o mais caloroso apoio da sociedade citadina, já que tem a finalidade de livrar Uberlândia de maus elementos que perambulam na Metrópole do Triângulo sem dar explicação convincente de seus meios de subsistência. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 20 set. 1963, p. 06).

Os mecanismos utilizados para se obter a qualquer custo a redução da desordem social tornaram-se tão violentos e arbitrários que “a própria sociedade passou a denunciar o aparato policial, a exorbitância da autoridade, a rigidez dos códigos

municipais, e o uso da violência, para que o projeto da sociedade ordeira e pacata se concretizasse”. (RODRIGUES, 1989, p. 67). Vale lembrar que a Câmara Municipal de Uberlândia na tentativa de manter o modelo de sociedade nos parâmetros de ordem e progresso elaborou um rígido Código⁶⁷ de Posturas e normas municipais que tinha como objetivo o controle e supervisão da população. A rigidez dos códigos de condutas municipais perpassava de ponta a ponta o cotidiano da cidade. Para se ter ideia do grau de exigência com a imagem e limpeza da cidade selecionamos os seguintes artigos pertencentes na Lei nº 95, de 14 de março de 1950 publicado em jornal local a pedido da Prefeitura Municipal comunicando à população que se faria cumprir o Código de Postura implantado.

Art. 51 – As residências urbanas e suburbanas da cidade deverão ser pintadas de 4 em 4 anos no mínimo salvas exigências especiais das autoridades sanitárias.

Art. 52 – O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas metálicas, do tipo aprovado pela saúde pública do Estado, providas de tampas para ser diariamente removido pelo Serviço de limpeza pública. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 23 fev. 1963, p. 06).

A prefeitura estabelecia rigorosas restrições para manter a imagem de cidade bela, asséptica e ordeira. As saídas encontradas pela elite uberlandense se davam ou no âmbito da repressão ou no âmbito do assistencialismo. Em algumas situações utilizavam do aparato repressivo para inibir os pedintes denominados de “vagabundos” e em outros casos recorriam ao auxílio das instituições filantrópicas para amparo desses pobres. Para Almeida, tais instituições assistencialistas representavam a possibilidade concreta para a realização do saneamento da cidade. “Tinham a função não só de acompanhar a movimentação da pobreza, como de acolher os pobres e discipliná-los para se manterem no seu “devido lugar”. (ALMEIDA, 1992, p. 70).

⁶⁷ Entendido como de competência administrativa, o código de posturas de uma cidade contém as normas reguladoras que torna possível ao poder público garantir o processo de ordenamento do espaço urbano. Assumindo a forma de policiamento administrativo, esse código de leis, elaborado pela Câmara Municipal, prescreve não só a respeito do uso do solo urbano, da higiene e da saúde pública, das diversas formas de serviços públicos, como também coíbe o comportamento social a regras que garantam a ordem e a segurança pública. (MACHADO, 1990, p. 48).

A disciplinarização do espaço urbano uberlandense foi objeto de estudo da pesquisadora Maria Clara Tomaz Machado que dentre as inúmeras estratégias disciplinares adotadas pela classe dominante burguesa uberlandense selecionou a ICASU⁶⁸ - Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia, como um dos principais projetos de assistencialismo implantados na cidade.

Diferentemente das outras instituições asilares, que apenas abrigam os pobres, a ICASU, pela sua modernidade administrativa, tem conseguido, através de estratégias disciplinares inovadoras, manter a mendicância afastada do centro da cidade, além de criar um programa especial de agenciamento da mão de obra do menor que a tem sustentado financeiramente. Ela é, no espaço urbano de Uberlândia, um dos eficientes olhos mágicos do poder, cumprindo a função política de disciplinarização das classes sociais menos favorecidas economicamente. (MACHADO, 1990, p. 4).

A autora denuncia em sua pesquisa que embora o discurso da ICASU seja de uma instituição de utilidade pública que promove a disciplinarização e controle social da mendicância, na verdade o que está por trás dessa prática assistencialista empresarial é a questão da exploração da força de trabalho do menor patrocinado pela ICASU que, a título de promoção social, adentra-o para o mundo do trabalho. Ao discutir essa mesma questão, Lopes enfatiza que essa instituição “centraliza seus trabalhos no agenciamento de mão de obra infantil, pois, o menor a ela vinculado recebia pagamentos de até 50% do salário mínimo e, ainda tinha sua renda subtraída da porção que era redimensionada a favor da instituição”. (LOPES, 2007, p. 32).

O cuidado para preservar a imagem de “Cidade Jardim” e a preocupação em camuflar todo tipo de conflito social entre capital e trabalho foi uma das estratégias adotadas pela elite uberlandense para reforçar a ideologia de cidade ordeira e

⁶⁸ A ICASU foi criada por empresários que apoiados pelo judiciário, pela polícia e pelo poder público local, propuseram-se organizar uma instituição assistencial capaz de afastar a presença de leprosos, eliminar a mendicância das ruas, socorrendo, por tempo limitado, pessoas válidas para o trabalho, como forma de promoção das famílias mais necessitadas. Reconhecida como instituição de utilidade pública a nível municipal, estadual e federal tem mantido relações com diversos órgãos do governo federal, através de convênios e subvenções, objetivando a realização de suas campanhas e programas de ação social. (MACHADO, 1990, p. 4).

progressista. O sedutor discurso da elite apresentava a cidade como se esta estivesse predestinada ao progresso. Para tanto, contraditoriamente a essa concepção ideológica da classe dominante uberlandense, pesquisas⁶⁹ sobre a história sócio-econômica e política de Uberlândia demonstraram que a população não foi tão ordeira e disciplinada como o discurso apresentava. Alguns acontecimentos ocorridos na cidade como a organização⁷⁰ política dos trabalhadores em entidades, associações e sindicatos; o movimento de contestação popular denominado Quebra-Quebra em 1959 e a articulada presença dos comunistas em Uberlândia foram exemplos de que o projeto dominante não foi compartilhado de forma pacífica por todo o “povo uberlandense” conforme apontava o discurso da classe dominante.

De uma forma geral, entre as reivindicações da classe trabalhadora destacava-se a luta pelo aumento salarial e o cumprimento da legislação trabalhista que era ignorada por muitos empresários na cidade.

As denúncias contra o alto custo de vida, a luta pelo cumprimento da legislação trabalhista, as campanhas salariais, as comissões de tabelamento e reivindicações para a plena assistência médica foram uma constante. Essas eram as reivindicações básicas da classe trabalhadora uberlandense, expressas nas suas inúmeras manifestações. Foram as condições elementares para fazê-la se expressar na luta por condições dignas de trabalho e sobrevivência. (RODRIGUES, 1989, p. 96).

Por mais que o discurso ideológico insistisse em afirmar a eterna parceria entre capital e trabalho, a realidade histórica demonstrou que Uberlândia vivenciou nas décadas de 1940 a 1960 muitos conflitos de classes. Os trabalhadores não aceitaram as condições de precariedade impostas e para lutar por seus direitos se uniram em entidades representativas como o Círculo Operário, o Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Uberlândia e a Associação Profissional dos Condutores de

⁶⁹ Ver dissertação de Silva (2000) intitulada “Flores do Mal” na Cidade Jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia.

⁷⁰ Rodrigues (1989) considerou as décadas de 1920 a 1960 as mais ricas no que se refere ao processo de organização e reivindicações trabalhistas em Uberlândia. O operariado uberlandense se fez presente nas diversas associações por ele criadas, nos sindicatos, círculos operários e partidos políticos.

Veículos Rodoviários de Uberlândia também denominada de Associação dos Motoristas.

Em Uberlândia, a identidade da classe trabalhadora estava sendo forjada na década de 50. Manifestava-se em ações desarticuladas e voluntaristas (recusa da higienização e ordem do espaço urbano, agressões à propriedade e a vida); manifestava-se também na busca de auto-organização (constituição de entidades próprias, realização e participação em eventos específicos da classe) e no enfrentamento coletivo organizado (greves). (ALMEIDA, 1992, p. 20).

Por mais que essas entidades representativas da classe trabalhadora tivessem uma participação ativa da ACIAPU na interlocução das atividades e reivindicações, sua iniciativa demonstrava a atitude de questionamento e reivindicação dos direitos pelos trabalhadores. Muito longe, de uma cidade paradisíaca, a sociedade uberlandense “foi e é atravessada por conflitos e contradições que, não poucas vezes, constituíram em motivos de luta dos segmentos sociais, organizados ou não, das entidades de classe, dos sindicatos e da organização comunista, entre outras”. (SILVA, 2000, p. 17).

A presença de um articulado grupo de comunistas no Triângulo Mineiro e mais especificamente em Uberlândia no período de 1930 a 1960 revelou a participação da população em movimentos de contestação social. De acordo com Silva (2000) os comunistas existiram nessa cidade, sob orientações ideológicas e políticas do Partido Comunista Brasileiro⁷¹ (PCB) e atuaram ativamente junto aos motoristas, comerciários, camponeses e mulheres em Uberlândia e em outros Municípios do Triângulo Mineiro.

Os comunistas afiguravam-se como combatentes em defesa da paz, da democracia, da melhoria das condições de vida do povo pobre e trabalhador, da dignidade da pátria e da família, do progresso do país etc. (...) desenvolviam campanhas em defesa da divisão de terras, da paz, da democracia e de melhores condições de trabalho e de vida para todos. Organizaram comitês populares, associações e ligas camponesas para defender e lutar por diversas causas de homens e mulheres da cidade e do campo. (SILVA, 2000, p. 411).

⁷¹ Segundo Rodrigues (1989) a fundação do PCB em Uberlândia ocorreu em 1945, embora haja menção a elementos comunistas na cidade desde a década de 1930.

Os comunistas empenhavam-se em lutar contra as precárias condições de vida e trabalho no campo e na cidade e por isso atraíram muitos adeptos que acreditavam nas possibilidades de construir uma sociedade mais justa e democrática.

Os comunistas deixaram marcas indeléveis na história de Uberlândia, ora lutando por algum controle dos seus interesses nos espaços da política, ora atuando, por intermédio de diversas organizações, pela conquista de mudanças sociais amplas e por reivindicações de caráter imediatista relativas à melhoria da vida da população local – destaque para os camponeses. Suas ideias e ações consubstanciaram-se na difusão da literatura comunista e dos jornais, boletins, folhetos etc.; nos pichamentos de muros, ruas e calçadas; nas preleções de professores em instituições educacionais; em conversas realizadas nas roças, nas praças, esquinas, ruas, bares, escritórios, consultórios e outros lugares da cidade; nas conferências clandestinas (ou não); nas marchas e contramarchas, embora essas manifestações, francas ou clandestinas, tenham sido combatidas/obstadas pelos seus adversários, em muitos momentos. (SILVA, 2000, p. 414).

Ao provocar o questionamento do “*status quo*” da classe dominante e sua posição de exploração em relação à classe trabalhadora despertava o ódio e perseguição de todos aqueles que sentiam-se ameaçados com a possível instalação de uma nova ordem social. “Para a imprensa os comunistas deveriam ser estigmatizados por colocarem em perigo os principais pilares da sociedade burguesa: família, propriedade privada, pátria e religião”. (SILVA, 2000, p. 409).

A campanha anti-comunista e anti-marxista foi veiculada com frequência nos noticiários dos jornais locais. A perseguição ao presidente João Goulart⁷² em função de seus “compromissos” políticos com os trabalhadores, pelo menos em nível de discurso, e com a ideologia nacionalista inquietava a elite brasileira. A preocupação da classe dominante com as concepções marxistas circuladas em revistas, jornais, folhetins e a possível adesão da classe trabalhadora aos seus projetos de sociedade atormentava a elite uberlandense conforme consta trecho do texto a seguir.

⁷² Segundo Saviani (2008) entre a pressão dos grupos econômicos dominantes e a fidelidade aos compromissos decorrentes de sua carreira política permitiu João Goulart equilibrar no poder por algum tempo, ao mesmo tempo em que os militares preparam a sua queda com o Golpe de 1964.

Este ano a atividade dos marxistas vem crescendo intensamente. Auxiliados pelos movimentos esquerdistas, nacionalistas e socialistas protegidos pelos ingênuos e sustentados pelo governo, os marxistas perceberam que a hora nunca fora tão oportuna para uma doutrinação em regra do povo brasileiro. (...) livros, revistas, brochuras, distribuição em grande quantidade em todo o Brasil estão fazendo o trabalho da doutrina e da catequese marxista. Em alguns meses as livrarias do Brasil viram-se inundadas de centenas de livros novos de vários formatos. Todos, porém, concordantes da doutrina: interpretação marxista da história e da realidade brasileira, soluções socialistas para os difíceis problemas econômicos, visão mais ou menos materialistas dos fatos humanos. As ideias marxistas não são apresentadas com toda a clareza, aparecem veladas sob uma terminologia mais ou menos científica encoberta pelas mais legítimas aspirações materiais. Por isso mesmo são perigosas, tanto mais perigosas, quanto mais ocultamente apresentam o marxismo. É que marxismo, materialista e ateu, o comunismo, opressor e sanguinário seriam repelidos imediatamente pela consciência cristã do povo brasileiro. Para levar essa consciência a aceitar o marxismo comunista é preciso antes narcotizá-lo com belas palavras e róseas promessas. Só então será possível a lavagem cerebral e a doutrinação marxista. (...) todo cuidado é pouco, portanto, com esses livros, livretos e folhetos que inundam as livrarias e que, pela boa apresentação, podem enganar leitores desprevenidos. Eles contém o veneno da doutrina comunista oculta numa linguagem que às vezes pretende demonstrar boa intenção e espírito de objetividade. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 16 dez. 1962, p. 09).

Para combater a divulgação dessas ideias, um movimento anti-comunista instalou-se na cidade representado pela elite econômica conservadora que perseguia com denúncias e repúdio toda manifestação que comprometesse a ordem social. O intuito da imprensa era associar as práticas comunistas com baderna, guerra, intolerância, ódio com o objetivo de incentivar a população a se posicionar contra esses defensores do “mal”. Prova disso, foram os inúmeros artigos encontrados na imprensa local alegando a não existência de comunistas ou qualquer tipo de manifestações que pudesse comprometer a paz social na cidade. Qualquer iminência de conflito social com envolvimento de comunistas era motivo para publicações pela imprensa com justificativas e esclarecimentos afirmando que tudo não passava de um engano ou ato de má fé de pessoas que queriam destruir a imagem progressista de Uberlândia. O artigo publicado em jornal local, intitulado: “um boato maldoso circulou pelo Triângulo

Mineiro, segundo o qual teriam se registrado aqui depredações e conflitos entre o povo e a polícia, mais uma vez voltamos a afirmar: Uberlândia não é foco de comunistas” é exemplo disso.

Uberlândia, não se sabe porque, ou por ser um grande centro industrial, com elevado número de operários, ou então por já ter havido na edilidade um vereador que, consta, era amigo do credo vermelho, tem lá fora, uma triste auréola de grande foco de comunistas. Isto desde que um oficial de nossas forças armadas, não muito certo do juízo, andou por aqui fichando comunistas a torto e a direito. Apenas esses poderiam ser os motivos que causaram a criação do boato que, pode muito bem ter laivos de maldade visando a impedir de obter algum favor dos poderes públicos. Em Uberlândia não houve conflito de espécie alguma, seja dito, de uma vez por todas, em benefício do bom nome de nossa cidade, nem ao menos prisão por desordem se registrou naquela tarde de domingo. (...) houve, isto, sim muita paz, tranquilidade e harmonia entre a família uberlandense. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 27 mar. 1956, p. 01).

O discurso da burguesia apresentava Uberlândia como cidade ideal, rica, próspera, uma “verdadeira capital no interior do Brasil” em conflito com uma cidade real que apresentava altos índices de violência, mendicância e conflitos⁷³. O movimento denominado Quebra-Quebra em Uberlândia ocorrido nos dias 18 e 19 de janeiro de 1959 ilustra esse cenário. O Quebra-Quebra foi uma contestação popular que expressou a insatisfação da classe trabalhadora com os baixos níveis salariais e os altos índices de inflação⁷⁴ vivenciados no Brasil nesse período, demonstrando que a população uberlandense não pactuou plenamente com os projetos apresentados pelo ideário burguês.

O fato é que o país enfrentava um período inflacionário na economia que afetava, sobretudo, a classe trabalhadora com o encarecimento do custo de vida e que por consequência refletia no processo de acumulação e reprodução do capital. Para Cardoso

⁷³ Em relação ao fenômeno da violência na cidade é interessante atentar que essa questão geralmente estava associada a pessoas oriundas de outras cidades e que foram atraídas para Uberlândia em virtude de sua riqueza. (SOUZA JÚNIOR, 2007, p. 170).

⁷⁴ Guimarães (2010), ao realizar uma análise do contexto político e econômico nacional e seus impactos na região do Triângulo Mineiro nos anos 1950, lembra que essa década no Brasil foi marcada por uma ascendência inflacionária e o ano de 1959 especialmente foi um ano de dificuldades financeiras para a economia brasileira, agravadas com a moratória do Fundo Monetário Internacional (FMI).

(2003) a inflação foi encarada como um problema que estrangulava o desenvolvimento econômico. Segundo a imprensa local a situação nacional era aflitiva sendo o governo culpado pelo difícil momento enfrentado pela economia brasileira.

Não somos os únicos e nem os primeiros a contemplar e considerar a contraditória situação econômico-financeira nacional e as suas sombrias perspectivas. Nem precisa ser autoridade na questão para enxergá-la nos seus devidos termos. (...) a inflação galopante, provinda das continuadas e elevadas emissões de papel moeda, não parou, como não pararam seus reflexos no custo de vida, no estrangulamento dos orçamentos públicos e na desvalorização do dinheiro. A posição cambial do país permanece aflitiva, quer no sentido da exportação quer na importação. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 18 dez. 1958, p. 01).

O cenário econômico nacional favoreceu a contestação popular, mas o estopim para desencadear o início das manifestações locais segundo Almeida (1992) foi o abusivo aumento no preço do ingresso do cinema que girou na casa de 70%. Os estudantes em sua maioria que estavam na fila do cinema ficaram indignados com a alta dos preços do ingresso e movimentaram uma parcela da população trabalhadora, que já não estava satisfeita com o aumento do custo de vida, a se rebelar, o que resultou na depredação dos cinemas locais e saques de mercadorias em casas comerciais de grande porte na cidade. Foram dois dias de manifestações que resultaram na morte de duas pessoas e prisão de duzentos suspeitos envolvidos com os protestos. Para Vasconcellos, “no primeiro e segundo dia a multidão executa a vingança com as próprias mãos. No terceiro dia a vingança é do Estado, que substitui as mãos dos proprietários em sua vingança travestida de justiça social”. (VASCONCELLOS, 1993, p. 15).

A Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia foi convidada pela imprensa uberlandense a se manifestar a respeito do episódio acontecido. A declaração de um dos membros da diretoria da Associação ressaltou que violência, agitação e a discórdia não constroem e ainda pronunciou que,

Com desolação e com pesar refletiram em nosso ânimo os reprováveis acontecimentos. Uberlândia e seu povo não merecia uma tão infeliz propaganda. Os responsáveis pelos fatos, porque responsáveis devem

existir, deram prova de desprezo e de falta de amor a esta cidade acolhedora e pródiga. Outra é a civilização do uberlandense, tão afeito ao trabalho, ao progresso, ao respeito para com o próximo. Isso tudo, largamente divulgado e comentado em todo o país, mais ainda nos entristeceu. De outro lado, homens dedicados ao progresso da cidade, identificados com o nosso meio e com os nossos costumes, receberam injustificável agressão, que de resto, cumpria ao poder público evitar. Esta página negra deve ser virada em definitivo. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 15 fev. 1959, p. 01).

O sistema repressivo montado após os dias de protestos expressou a vontade da elite de abafar e punir os culpados pelo encabeçamento da manifestação para servir de exemplo aos demais. A ACIAPU, após a onda de protestos e saques, exigiu a instalação de uma unidade do exército na cidade bem como também a instalação de uma Penitenciária regional. O Quebra-Quebra trouxe a Uberlândia o 4º Batalhão de Infantaria de Uberaba e ainda policiais de Araguari e Tupaciguara para reforçar a segurança local. “Chegaram reforços também de Belo Horizonte e vieram até integrantes da aeronáutica paulista. A polícia federal se fez presente para identificar e caçar comunistas. Caçada muito apreciada à época”. (VASCONCELLOS, 1993, p. 56).

Diante da amplitude dos protestos ocorridos em Uberlândia com o Quebra de 1959, a preocupação dos discursos da imprensa, do empresariado, dos políticos e do poder público municipal foi desvirtuar a dimensão política da manifestação popular para outras instâncias. Longe de ser tomado como um movimento popular de resistência as precárias condições de vida dos trabalhadores, este foi entendido pela elite econômica uberlandense como expressão de baderneiros e marginais que aproveitaram da rebeldia dos estudantes para saquear, depredar e manchar a imagem da “Cidade Jardim” em que reinava a disciplina, ordem e progresso. Acreditamos que o posicionamento adotado esteja relacionado com o receio da imprensa de dar a devida importância à manifestação popular e, conseqüentemente, manchar a imagem de cidade ordeira e tranquila que se tinha forjado diante da mídia nacional. O não manifestar-se traz em si também a percepção que a classe dominante tinha a respeito desses protestos. O Quebra-Quebra na visão da elite foi uma manifestação para ser apagada da memória

da cidade, um fato inusitado e não correspondia com a índole pacífica do povo uberlandense. Na verdade a burguesia uberlandense estava preocupada com os reflexos dessa manifestação no contexto nacional no que concerne à vinda de empresas e investimentos econômicos para o município.

Essas manifestações e tensões sociais nos permitem concluir que as formas de dominação da classe dominante uberlandense sobre a classe trabalhadora não ocorreu de forma harmoniosa como discorreram os discursos oficiais presentes nas atas da ACIAPU e periódicos da cidade, mas ocorreu de forma conflituosa. Diversos instrumentos e ideologias foram utilizados para tentar manter essa relação sob controle, mas parte da população não se identificou com o projeto burguês uberlandense de ordem e progresso. A imagem de cidade ideal, modelo para toda a região mineira e para o país, foi refutada por parte da população.

Além das questões descritas acima, a criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti foi também justificada pelo empresariado representado pela ACIAPU e imprensa local em função do surto industrial que ocorria em Uberlândia e região nesse período. Para tanto, cabe alguns questionamentos em torno dessas afirmações. Embora o discurso da Cidade Industrial fosse muito forte e articulado, os dados econômicos do município nas décadas de 1940 a 1960 expressavam o retrato de uma cidade diferente da idealizada pela classe dominante uberlandense. Daí uma possível explicação para a morosidade na inauguração da Escola Vocacional que durou quatorze anos após o decreto de autorização de seu funcionamento em 1948 pelo governo estadual. Uberlândia não tinha até aquele momento indústrias⁷⁵ suficientes para justificar a criação de uma escola vocacional industrial e tudo leva a crer que essa conquista somente se efetuou em função das fortes pressões políticas da ACIAPU e do poder público municipal junto ao governo estadual.

A tabela abaixo retrata que Uberlândia, diferentemente do discurso adotado pelo empresariado, não possuía um significativo número de pessoas empregadas no

⁷⁵ A concentração industrial em Minas Gerais nesse período estava centralizada principalmente nas regiões de Belo-Horizonte, Contagem e Juiz de Fora.

ramo industrial nas décadas de 1940 e 1950 e que sua economia de fato foi sustentada, sobretudo, pelo setor agropecuário.

Tabela 4 - População de fato por ramo de atividade principal exercida segundo os municípios

| Municípios | Agricultura, Pecuária e Silvicultura | | Indústria | | Comércio | |
|-------------------|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1940 | 1950 | 1940 | 1950 | 1940 | 1950 |
| Araguari | 6.843 | 5.853 | 1.132 | 1.610 | 924 | 1.007 |
| Araxá | 2.010 | 1.743 | 597 | 922 | 475 | 531 |
| Ituiutaba | 8.634 | 13.157 | 535 | 969 | 296 | 602 |
| Patrocínio | 7.074 | 6.979 | 512 | 1.020 | 382 | 397 |
| Uberaba | 10.429 | 9.552 | 2.726 | 2.982 | 1.835 | 2.063 |
| Uberlândia | 7.345 | 6.269 | 2.094 | 3.286 | 1.542 | 2.193 |

Fonte: IBGE - Censos Econômicos: agrícola, industrial e comercial de 1940 e 1950.

Ao analisar essa mesma questão Carvalho (2000) afirma que a produção industrial não foi a base econômica de Uberlândia em virtude das diversas limitações enfrentadas pelo município nas décadas de 1940 a 1960. Para se ter indústrias era necessário resolver o problema de infraestrutura que afetava o desenvolvimento da cidade como a falta de energia elétrica, água e transporte. Havia por parte da ACIAPU uma exaltação das potencialidades econômicas do município, mas a realidade cotidiana da cidade não condizia com os discursos.

À medida que a cidade foi crescendo os serviços urbanos foram se tornando deficitários, contrariando a propaganda que os governantes municipais faziam acerca de suas condições; a convivência com problemas de fornecimento de água, de energia, saneamento básico etc. era constante. Se a falta de água era tratada como um problema de cunho social, a falta de energia já envolvia o âmbito econômico, causando dificuldades ao bom funcionamento do setor de serviços e impossibilitando a produção industrial. Tais problemas incomodavam a elite uberlandense que, através da imprensa, pressionava os poderes públicos. (CARVALHO, 2000, p. 68).

Uberlândia nesse período, não diferente de outros municípios no cenário nacional, encontrava-se diante de uma crise energética e de transportes, além de um aparelhamento urbano menos diversificado e desenvolvido. Por mais que a elite econômica desejasse dar o tom de Cidade Industrial ao município, Uberlândia historicamente desde sua criação destacou-se pela questão agrária e por sua posição geográfica estratégica consolidada com a construção de Brasília que a tornou um importante entreposto comercial. Ao analisar esse cenário, Brandão ressalta que, “a composição dos segmentos industriais presente na região praticamente não se alterou entre a década de 40 e a primeira metade dos anos 50, continuando concentrada nos ramos industriais típicos da periferia nacional: alimentos, vestuário e construção civil”. (BRANDÃO, 1989, p. 119). As indústrias existentes nesse período em Uberlândia estavam em sua maioria diretamente ligadas ao setor alimentar conforme os dados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 5 - Número de indústrias e ramo de atividade em alguns municípios - 1955

| Ramo | Uberaba | Uberlândia | Araguari | Araxá | Ituiutaba |
|-----------------------------|---------|------------|----------|-------|-----------|
| Benef. Arroz | 18 | 27 | 13 | - | 12 |
| Banha | - | 4 | 2 | - | 2 |
| Açúcar e álcool | 6 | 1 | - | - | - |
| Algodão | 1 | 4 | - | - | 2 |
| Balas e doces | 2 | 4 | - | 2 | - |
| Bebidas | 7 | 6 | - | 3 | - |
| Benef. Café | 2 | - | - | - | 1 |
| Calçados | 7 | 8 | - | 4 | 1 |
| Carnes | 2 | 4 | 1 | - | 2 |
| Charques | 1 | 3 | 1 | - | 1 |
| Cerâmica | 1 | 6 | 1 | 3 | 2 |
| Curtume | - | 3 | 1 | - | 1 |
| Têxtil | 1 | - | 1 | - | - |
| Laticínios | 1 | 1 | 4 | 1 | 2 |
| Ladrilhos | 7 | 3 | 2 | 2 | 1 |
| Móveis e artigos de Madeira | 5 | 6 | 5 | 5 | 1 |

| | | | | | |
|-------------------------------|----|-----------|----|----|----------|
| Óleos | - | 1 | - | - | 2 |
| Total de Unidades Industriais | 61 | 81 | 31 | 20 | 30 |

Fonte: Brandão, 1989, p. 118

Em virtude da insuficiência de energia elétrica que a cidade enfrentava, podemos inferir a partir dos dados apresentados acima, que o tipo de indústria instalado em Uberlândia até esse período não se tratava de indústrias modernas, mas como bem destacou Guimarães (2010, p. 94) “eram indústrias de processamento de produtos locais e assentadas sobre a força de tração animal”.

As principais atividades industriais eram o beneficiamento de arroz, que controlava toda a rota das rodovias da região, e as charqueadas que, embora fossem apenas em número de três, tinham porte e capacidade de exportar produtos ao mercado do litoral. Os demais empreendimentos consistiam, em grande medida, de funções de apoio ao núcleo urbano e, portanto, eram dependentes da principal fonte de recursos: o comércio regional. Neste sentido é que se privilegia a questão dos transportes como razão de ser da prosperidade do núcleo de Uberlândia. (GUIMARÃES, 2010, p. 109).

Ao compararmos Uberlândia com outros municípios do Triângulo Mineiro em número de estabelecimentos e ramos de atividade industrial, ligados à extração de minerais e às indústrias de transformação, constata-se o destaque de Uberlândia na indústria de transformação de produtos alimentícios. Evidenciamos também que o desenvolvimento industrial da cidade não estava tão à frente das outras regiões triangulinas como enunciavam as propagandas do empresariado industrial uberlandense.

Tabela 6 - Número de estabelecimentos por classe e gênero de indústria em alguns municípios do Triângulo Mineiro - 1960 (Indústrias extrativas de produtos minerais e indústrias de transformação).

| Atividade | Araguari | Ituiutaba | Uberaba | Uberlândia |
|---|-----------------|------------------|----------------|-------------------|
| Extração de minerais | - | - | 1 | - |
| Minerais não metálicos | 24 | 12 | 9 | 10 |
| Metalúrgica | 4 | 1 | 7 | 08 |
| Mecânica | - | - | - | 01 |
| Material elétrico e de comunicações | - | - | 1 | - |
| Material de transporte | 1 | 1 | 1 | 07 |
| Madeira | 7 | 14 | 12 | 13 |
| Mobiliário | 7 | 4 | 23 | 20 |
| Papel e Papelão | - | - | 1 | 01 |
| Borracha | - | - | - | - |
| Couros e peles e produtos similares | 1 | 4 | 4 | 03 |
| Química | 2 | 2 | 3 | 04 |
| Produtos farmacêuticos e medicinais | - | - | 1 | - |
| Perfumaria, sabões e velas | 2 | - | 1 | 01 |
| Produtos de matérias plásticas | - | - | - | - |
| Têxtil | 1 | 2 | 2 | 03 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecidos | 6 | 12 | 24 | 22 |
| Produtos alimentares | 39 | 66 | 48 | 87 |
| Bebidas | 4 | 7 | 2 | 07 |
| Fumo | - | - | 2 | - |
| Editorial e Gráfica | 4 | 2 | 9 | 09 |
| Diversas | - | - | 2 | 03 |
| Total de Unidades Industriais | 102 | 127 | 153 | 199 |

Fonte: IBGE - Censo Industrial de 1960.

Embora a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia tivesse investido e defendido o potencial industrial da cidade, a vocação econômica do

município desde sua emancipação estava ligada às atividades do comércio e beneficiamento de cereais e produtos pecuários.



Figura 15 - Centro Comercial de Uberlândia - Avenida Afonso Pena com Duque de Caxias na década de 1950.

Fonte: Acervo Arquivo Público Municipal de Uberlândia - APU

O projeto Varguista “Marcha para Oeste” e sua continuidade no Governo JK propiciou o processo de interiorização da economia brasileira que muito beneficiou Uberlândia. A construção de Brasília foi o impulso para a cidade se transformar em um centro fornecedor de mercadorias para o Planalto Central favorecido pela construção das estradas de rodagem. A atividade comercial em Uberlândia desenvolveu-se tanto no ramo varejista, atendendo às populações das pequenas cidades vizinhas, quanto no ramo atacadista, atingindo mercados de outras regiões. A tabela abaixo expressa o destaque de Uberlândia no setor varejista em comparação com outras cidades da região.

Tabela 7 - Estabelecimentos Varejistas em Municípios da Zona do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro

| Municípios | Numero de Estabelecimentos | | Pessoal Ocupado | | Despesas (Cr\$ 1000) | | Receita (Cr\$ 1000) | |
|-------------------|----------------------------|------------|-----------------|--------------|----------------------|----------------|---------------------|------------------|
| | 1950 | 1960 | 1950 | 1960 | 1950 | 1960 | 1950 | 1960 |
| Araguari | 319 | 298 | 646 | 807 | 10.527 | 117.646 | 78.140 | 707.921 |
| Araxá | 103 | 126 | 253 | 356 | 4.044 | 60.650 | 36.134 | 443.731 |
| Patrocínio | 112 | 164 | 207 | 303 | 2.573 | 43.257 | 19.517 | 337.753 |
| Uberaba | 473 | 614 | 1.029 | 1.334 | 19.106 | 170.092 | 151.483 | 1.101.337 |
| Uberlândia | 403 | 737 | 1.039 | 1.904 | 21.346 | 308.513 | 167.692 | 1.964.323 |

Fonte: IBGE – Censo Comercial de 1950 e 1960.

A economia uberlandense foi determinada pelas atividades comerciais no setor varejista e, sobretudo, no ramo atacadista. O comércio atacadista destacou a cidade no cenário nacional em virtude da instalação de grandes empresas nesse ramo. A tabela a seguir evidencia o crescimento econômico de Uberlândia no setor atacadista em número de estabelecimentos e principalmente em receita e seu destaque no contexto regional.

Tabela 8 - Estabelecimentos Atacadistas em alguns Municípios do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro

| Municípios | Numero de Estabelecimentos | | Pessoal Ocupado | | Despesas (Cr\$ 1000) | | Receita (Cr\$ 1000) | |
|-------------------|----------------------------|------------|-----------------|------------|----------------------|----------------|---------------------|------------------|
| | 1950 | 1960 | 1950 | 1960 | 1950 | 1960 | 1950 | 1960 |
| Araguari | 21 | 14 | 130 | 48 | 8.429 | 14.008 | 38.637 | 139.473 |
| Araxá | 8 | 10 | 33 | 68 | 1.625 | 25.328 | 18.730 | 227.669 |
| Patrocínio | 7 | 6 | 32 | 16 | 2.081 | 9.847 | 13.888 | 87.145 |
| Uberaba | 28 | 31 | 156 | 147 | 4.496 | 41.419 | 86.141 | 342.976 |
| Uberlândia | 64 | 105 | 458 | 987 | 27.120 | 336.682 | 246.661 | 3.540.402 |

Fonte: IBGE - Censo Comercial de 1950 e 1960.

A logística adotada pelo comércio atacadista em Uberlândia o difere da maioria dos atacadistas de São Paulo e de outras regiões em que o cliente tem que ir até o balcão da empresa, fazer o pedido e cuidar do transporte da mercadoria. Diferentemente dessa estratégia, o atacado-distribuidor uberlandense tem seus vendedores espalhados pelas regiões que recolhem os pedidos dos clientes, enviam para a firma que, por sua vez, encarrega-se de entregar a mercadoria. Com esse diferencial de atendimento os atacadistas uberlandenses ampliaram os mercados e seus lucros. O atacado-distribuidor no município de Uberlândia se fortaleceu e expandiu, principalmente com a construção de Brasília.



Figura 16 - A influência de Uberlândia no comércio inter-regional.

Fonte: Correio de Uberlândia, 04 mai. 1948, p. 06.

Mesmo com todos os desafios impostos pela precariedade das rodovias existentes à época, os denominados “*chauffeurs*”⁷⁶ foram considerados precursores das grandes empresas atacadistas-distribuidoras da cidade.

Os *chauffeurs*, então, eram comerciantes que, dispondo de um pequeno capital, adquiriam caminhão e mercadoria, e enfrentavam as estradas em busca da clientela. O resultado de algumas viagens era estar de posse de uma carteira de clientes aos quais não apenas realizava vendas, como também as financiava. Atuavam de duas formas: levavam suas próprias mercadorias para serem vendidas, ou encomendas feitas na viagem anterior. Em ambas as modalidades retiravam seu lucro, sendo este melhor garantido na primeira forma, visto que poderiam aproveitar de alguma oferta ou promoção passageira. Na sua maioria, tais mercadorias eram adquiridas em Uberlândia, de produção local ou originária de São Paulo. (CARVALHO, 2000, p. 269).

Os “*Chauffeurs*”, como eram conhecidos os caminhoneiros, desenvolveram um sistema interessante de conquista do mercado. Era o próprio motorista quem percorria as cidades de forma autônoma, em seu veículo. O destaque que teve e tem Uberlândia no ramo atacadista “deve-se à figura desses corajosos e aventureiros caminhoneiros que mesmo sem uma malha rodoviária em condições estruturadas se aventuravam em distribuir mercadorias do comércio uberlandense principalmente nas regiões de Goiás e Mato Grosso”. (GUIMARÃES, 2010, p. 107).

Uberlândia, articulada à gradativa consolidação de formas de produção capitalista no Brasil e no mundo, destacou-se como um poderoso centro atacadista, demonstrando a existência de uma sólida base comercial, atraiu novas empresas para a cidade tais como distribuidora de combustíveis, atacadistas de tecidos, vidros, materiais de construção dentre outros. Desse modo, o sistema de autonomia dos motoristas perdurou até os anos de 1950, quando então algumas empresas passaram a comercializar seus produtos, utilizando seus próprios viajantes.

⁷⁶ Os *Chauffeurs* eram caminhoneiros que em busca de novos mercados deslocavam-se até seus clientes no ponto de vendas. (CARVALHO, 2000; SOARES, 1995; GUIMARÃES, 2010).

Concomitante ao aparecimento de grandes casas importadoras e exportadoras – em que se vendem para o interior as mercadorias que dantes só costumavam ser adquiridas pelos comerciantes mineiros nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo – emerge, nesta época, uma classe de ativos comerciantes, que toma consciência de si própria e de seus interesses, reivindicando, frequentemente benesses ao governo mineiro. (FREITAS e SAMPAIO, 1985, p. 30).

Com o tempo a figura do “*Chauffeur*” foi substituída pelas grandes firmas atacado-distribuidoras, a exemplo do Armazém do Comércio – ARCOM, Irmãos Peixoto e Armazém Martins, este último constituído atualmente como Grupo Martins, e que se tornou o maior atacadista-distribuidor da América Latina. Entre os setores que movimentavam o comércio na cidade, destacaram-se os bens de consumo não duráveis – calçados, confecções e uma indústria alimentícia, além de bens de consumo duráveis como móveis (indústria e comércio), eletrodomésticos e automóveis; equipamentos de produção, como implementos agrícolas.

Além desses setores, destacaram-se o setor automobilístico e o setor de construção civil. Quanto ao mercado automobilístico, seja de concessionária ou autopeças, Uberlândia viveu uma situação muito particular. A atividade comercial atacadista demandava esses serviços num volume crescente, em duas formas: para manutenção da frota e para abastecimento dos mercados atendidos. Esse mercado duplicado favoreceu a instalação na cidade de um significativo comércio atacadista de autopeças. O comércio em torno do setor de construção civil foi provocado principalmente pelo discurso modernizante de construção de arranha-céus na cidade que incentivou o comércio voltado para o ramo de material de construção. (CARVALHO, 2000).

O crescimento das atividades comerciais tanto no ramo varejista quanto atacadista instigou as atividades financeiras na cidade que foram bastante expressivas com instalação de muitas agências bancárias de âmbito público e privada. O desenvolvimento local foi facilitado pelas instituições financeiras e a ACIAPU acompanhava de perto os serviços prestados pelas agências e quando necessário encaminhava correspondências para seus gerentes a fim de negociar menores taxas de

juros e maior aprovação de crédito. Constantemente a entidade convidava novas agências bancárias para se instalarem na cidade.

A atividade agropecuária esteve vinculada diretamente à atividade comercial o que demonstrou a interdependência entre estes dois setores. Uberlândia se destacou como centro regional de distribuição de alimentos⁷⁷. A atividade agropecuária movimentava o comércio local, seja através das casas que comercializavam equipamentos, insumos, sementes, seja através dos galpões para armazenagem das cooperativas e das feiras anuais. Era comum o empresário que, além de dirigir um estabelecimento comercial, era pecuarista e/ou produtor agrícola. (CARVALHO, 2000).

Diante desse cenário, o governo do estado de Minas Gerais, ciente da vocação comercial de Uberlândia, resistia em disponibilizar investimentos para o setor industrial na cidade. Para Carvalho (2000) “os esforços dirigidos à indústria siderúrgica na região em torno da capital do estado mineiro colocaram à margem dos interesses públicos aquelas regiões que não tinham pontos de afinidade com a siderurgia, como foi o caso do Triângulo Mineiro”. (CARVALHO, 2000, p. 40). Em função das pressões dos representantes políticos locais bem como do empresariado ligado à ACIAPU o projeto de criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti foi aprovado, mas o término da construção levou quatorze anos, o que demonstrou o desinteresse dos órgãos estaduais e seu descrédito em relação ao desenvolvimento industrial da cidade. Embora o discurso do governo estadual enfatizasse a necessária harmonia entre as classes produtoras, os recursos financeiros não eram suficientes para atender a todos. E a prioridade naquele momento estava na indústria e, mais especificamente, no ramo siderúrgico.

Por mais que o empresariado ligado à ACIAPU tivesse projetado desde os anos 1940 que Uberlândia se tornaria um poderoso centro industrial, na verdade foram sonhos, projetos, idealizações que a história se encarregou de demonstrar que tais

⁷⁷Embora Uberlândia não tenha se consagrado como Cidade Industrial conforme o discurso da elite econômica local defendia, a expansão do capital comercial possibilitou posteriormente uma diversificação produtiva no ramo da agroindustrialização.

projetos não se materializaram na realidade da forma como foram pensados. De fato, a cidade historicamente se destacou por sua preponderância agropecuária e comercial, sobretudo no ramo atacadista. O desejo de transformar Uberlândia numa Cidade Industrial, o projeto de transformar a Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti em um influente Centro Regional de formação técnico-profissionalizante não se concretizaram, pelo menos não da forma como foi idealizado em suas propostas iniciais. Desconstruir o discurso ideológico do empresariado uberlandense ligado à ACIAPU que foi tecido de forma tão bem articulada a princípio pode parecer uma “heresia” à memória desses homens que foram denominados por alguns memorialistas locais como “visionários”, “empreendedores” e “protagonistas” do desenvolvimento econômico de Uberlândia. Para tanto, o desafio deste estudo foi investigar e problematizar que a construção da história do município não foi tecida de forma linear como descreveu o pensamento da classe dominante, mas foi repleta de contradições, conflitos e confrontos inerentes à relação capital e trabalho presente no modo capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese apresentada teve como propósito desmistificar o discurso ideológico ligado ao pensamento do empresariado uberlandense representado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia. Através da análise das atas da entidade e periódicos locais foi possível identificar os projetos políticos, econômicos, sociais e educacionais do empresariado para a cidade de Uberlândia. O acesso às fontes documentais nos permitiu resgatar a história econômica do município vinculando o cenário local com o desenvolvimento do capitalismo em nível nacional e internacional demonstrando que a cidade projetada idealizada pelo empresariado uberlandense foi diferente da cidade real construída em meio aos conflitos e resistências sociais.

A criação da ACIAPU na década de 1930, conforme foi salientado ao longo do texto, não ocorreu no vazio, mas se explicou pelo movimento de crise internacional do capitalismo nas primeiras décadas do século XX. A crise de superprodução gestada pelo capital pós 1929 implicou na necessidade de uma reestruturação do mundo produtivo para manutenção da sobrevivência dos países dentro desse modelo de economia. Com o Brasil não foi diferente. Os reflexos desse fenômeno incentivaram a produção interna de mercadorias levando ao chamado processo de Substituição de Importações, responsável pela mudança lenta e gradual de uma economia agrária-exportadora para uma urbano-industrial. Todo esse cenário provocou um intenso processo de urbanização que impactou na formação de uma nova classe trabalhadora bem como na organização de um novo empresariado que precisava se fortalecer politicamente para fazer frente de seus interesses junto ao Estado nacional.

Foi nesse contexto que começaram a ser formadas as primeiras entidades patronais, a exemplo da ACIAPU. A Associação se constituiu com o intuito de congrega os interesses do empresariado ligado aos setores agropecuário, comercial e industrial. A tese confirmou a hipótese inicial de que a atuação da ACIAPU esteve muito bem articulada politicamente junto aos poderes governamentais principalmente em nível local e federal, tendo em vista a forte influência de representantes políticos

uberlandenses, que, mediante pressões e negociações políticas favoreceram o atendimento de interesses econômicos do empresariado local.

A proposta de interiorização da economia brasileira iniciada por Getúlio Vargas e que teve continuidade no governo Juscelino Kubistchek beneficiou o empresariado uberlandense que desejava que o município se destacasse economicamente no contexto regional. Como bem afirma Almeida (1992, p. 16), “Vargas, em 1940, fez de Uberlândia a base para desencadeamento da ‘Marcha para o Oeste’; Kubitschek utilizou Uberlândia como forma para viabilizar a integração nacional no interior do seu projeto desenvolvimentista”. A abertura da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana, a construção da Ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba e a implantação das Estradas de Rodagem foram acontecimentos decisivos que possibilitaram o desenvolvimento econômico da região. Sem dúvida, a construção de Brasília favoreceu o desenvolvimento econômico de Uberlândia que serviu como fornecedora de mercadorias e força de trabalho para a concretização do sonho desenvolvimentista. A estratégica localização geográfica do município que interligava as principais rodovias das grandes capitais favoreceu sua posição de entreposto comercial entre o centro e o litoral do país tornando-a futuramente referência nacional na distribuição atacadista de mercadorias.

A ACIAPU, em sintonia com o ideário nacional desenvolvimentista, liderou vários projetos. Dentre eles o que obteve grande ênfase foi o sonho de transformar Uberlândia em Cidade Industrial com referência não somente na região, mas no país. Para tanto, constatamos através da pesquisa realizada que foi apenas desejo, pois até o final da década de 1960 a cidade, assim como grande parte dos municípios que compõem o estado de Minas Gerais, enfrentava sérios problemas de racionamento de água, energia e transportes. A Associação esforçou-se em divulgar as potencialidades econômicas do município a fim de atrair novos investimentos, mas não foi suficiente para mudar os rumos da economia da cidade. Por mais que o discurso tentasse apresentar a cidade como progressista e moderna, Uberlândia não conseguiu pelo menos até o final do período analisado perder seu perfil de cidade agropecuária

conforme dados levantados pelo censo econômico do período histórico em questão. Até mesmo as poucas indústrias instaladas estavam ligadas ao setor agroindustrial. Economicamente, além do setor agropecuário a cidade destacou-se, sobretudo com a construção de Brasília, no comércio varejista e principalmente no ramo atacadista.

Procuramos desmistificar o mito da cidade progressista defendido pela elite uberlandense. Segundo o empresariado local, a cidade já nasceu predestinada a se tornar uma metrópole regional tendo em vista ser um celeiro de pessoas empreendedoras e visionárias que sempre acreditaram e apostaram no potencial econômico da cidade. Para tanto, o modelo de “Cidade-Jardim”, limpa e bela conforme desejava a elite uberlandense foi por nós questionado, pois nesse período, não diferente de outros municípios do país, enfrentava altos índices de inflação e uma acentuada miséria o que provocou diversas manifestações, a exemplo da manifestação popular intitulada Quebra-Quebra em 1959. Embora esse acontecimento tenha sido uma expressão da insatisfação com a alta do preço dos ingressos do cinema local, serviu como um estopim para expressar a insatisfação de uma população que enfrentava precárias condições de vida. A presença de comunistas na cidade incomodou a elite local demonstrando que a população não foi ordeira e pacífica como desejava a burguesia uberlandense. A história relatada pelas fontes oficiais omitiu os conflitos existentes na relação capital-trabalho. Diante disso, nossa intenção ao apresentar esse cenário foi demonstrar que os projetos de cidade defendidos pela ACIAPU não foram compartilhados por toda a população conforme o sedutor discurso profetizava.

Os projetos do empresariado ligado à ACIAPU não foram o tempo todo coesos e articulados como apresentados por seus integrantes. Constatamos, ao analisar os documentos da entidade, que a classe apresentou diversas fissuras em seu interior que se expressavam pelos diferentes interesses das frações de classe que a compunha. O empresariado ligado aos setores comercial, industrial e agrícola nem sempre compartilhavam os mesmos projetos. O que ocorreu constantemente foi um jogo de forças em que ora sobressaía o interesse de um grupo ora de outro. Esse fato demonstra como a elite é, em muitas situações, desarticulada em seus projetos, por mais que no

campo da aparência se preocupasse em transmitir a impressão de unida e integrada; na prática as divergências são notórias. Acreditamos que ao denunciar essas lacunas e fragilidades na práxis do empresariado contribuiremos para que a classe trabalhadora consiga rearticular novas formas de resistências e lutas.

No que se refere aos projetos educativos liderados pela ACIAPU, demonstramos a instauração da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti. Para entendê-la retomamos as reformas educacionais referentes ao ensino profissionalizante no país com destaque para os reflexos das Leis Orgânicas de Ensino decretadas na Gestão Gustavo Capanema bem como a LDB 4.024/1961. A Associação desejou profundamente a criação da Escola Vocacional a fim de contribuir para o projeto de sociedade e educação que pensava para a cidade. Envolvidos no discurso nacionalista idortiano fundamentado nos princípios tayloristas de organização científica do trabalho e norteados pelas concepções de tempo útil, racionalidade e lucro de que o “mundo é da técnica e dos técnicos”, acreditavam que a escola vocacional deveria cumprir seu papel de formação técnica e moral para o trabalho. Vale ressaltar que mesmo após o período histórico em estudo a escola não cumpriu o papel esperado pelas elites. O desejo de torná-la um Centro Regional de Formação técnica-profissionalizante não se concretizou, pois a partir da década de 1990 a Escola Vocacional perdeu sua referência na oferta do ensino profissionalizante tornando-se uma escola regular de ensino de 1º e 2º graus como outras instituições escolares no período.

A tese apresentada não teve a intenção de esgotar a temática, que, diga-se de passagem, tem sido muito pouco estudada no meio acadêmico, mas o desejo é que a partir das considerações elaboradas possa incentivar outros pesquisadores a dar continuidade aos estudos sobre o pensamento empresarial brasileiro e mais especificamente o uberlandense que se apresenta como um campo fértil para se investigar como se articulam, se fortalecem e se fragmentam os projetos da elite. Para além de uma visão maniqueísta da luta do “bem contra o mal”, a proposta foi apreender como os discursos das classes dominantes são tecidos, como as ideologias são

construídas para assim permitir a possibilidade de construção de outra leitura a respeito da história sócioeconômica, política e educacional de Uberlândia. Com bem salienta Trevisan (1986) não só é possível como necessário reescrevermos outra história, diferente do discurso oficial e que privilegie a luta de classes enquanto locus por excelência da história e, nesse sentido, definidora também de qual história será escrita e por quem.

REFERÊNCIAS

- ACIUB. 50 anos trabalhando com amor. In: **ACIUB em Revista**. Edição Extra. Uberlândia: Gráfica Sabe, 1983.
- ACIUB. Portfólio 65 anos. In: **ACIUB em Revista**. Edição Extra. Uberlândia: Gráfica Sabe, 1998.
- ALMEIDA, M. F. R. **Uberlândia operária?** Uma abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia (1950 – 1964). 1992. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AZEVEDO, Fernando de. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).
- ANTONACCI, Maria Antonieta M. **A vitória da razão(?)** – o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. O progresso como norteador da educação e suas especificidades na imprensa uberlandense entre 1907 e 1910. In: BRITO, Diogo de Sousa; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- BOITO JR, Armando. Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, Jun. 2007, nº 28, pp. 57 – 73. ISSN: 0104 - 4478 **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf> Acesso em: 10 jan. 2011.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. **Triângulo Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria**. 1989. 183f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.
- BRASIL. **Mensagens presidenciais (1945 – 1964)**: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros, João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em: 10 mai. 2010

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm Acesso em: 10 mai. 2010

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 10 mai. 2010

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm. Acesso em: 22 fev. 2011

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/lei%205.692%20%201971%20%20diretrizes%20e%20bases%20para%20o%20ensino%20de%201º%20e%202º%20graus.htm Acesso em: 22 fev. 2011

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/8_Redemocratizacao/artigo_016.html Acesso em: 22 fev. 2011

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1987.

BRITO, Diogo de Sousa; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: EDUFU, 2008.

CARDOSO, Heloisa Helena P. O ideário do empresariado mineiro nos anos 50: liberdade econômica, propriedade privada e justiça social. In: MACHADO, Maria Clara T.; PATRIOTA, Rosângela (Orgs). **Histórias e Historiografia**: perspectivas contemporâneas de investigação. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003.

CARVALHO, Rosana Areal. **Uberlândia nas décadas de 50 e 60**: suporte para o desenvolvimento. 2000. 341f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, Jussara G. M. de. **História, Trabalho e Educação**: a educação profissional do Brasil (EPDB – Poços de Caldas – MG). 2008. 179f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação**: Gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930 – 1960). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 15, n. 41, jan/abr 2001. p. 21 – 34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004 Acesso em: 12 dez. 2011. ISSN 0103 - 4014

CUNHA, Luiz A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000.

CUNHA, Luiz A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, Luiz A; FALCÃO, Luciane Q. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, Janeiro/julho 2009. p. 148-173. Disponível em: http://www.fe.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10_ideologia_politica_e_educacao_falcao_e_cunha.pdf. Acesso em: 05 jan. 2012. ISSN: 1809 – 5747.

DANTAS, Sandra Mara. De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto de construção da Cidade Jardim (1900 – 1950). In: BRITO, Diogo de Sousa.; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: EDUFU, 2008.

DE DECCA, Edgar S. **1930 – O silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELGADO, Ignacio G. **A estratégia de um Revés**: Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DINIZ, Clélio C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930 – 1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FAVERO, Maria de L. A. Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa da História da Educação Brasileira. In: GATTI Jr, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: EDUFU, 2005, p. 47-67.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

FRANCO, Maria L. P. B. **Análise do Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2007.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Centauro, 2005.

FREITAS, P.S. R.; SAMPAIO, R. C. **Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1940 – 1980)**. Uberlândia: UFU/Departamento de Economia, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana. Ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 31-93.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GRAMSCI, Antonio. "Americanismo e fordismo". In: **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 375-413.

GUIMARÃES, Eduardo N. **Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1940** - Censos Industrial, comercial e agrícola de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 10 jul. 2010.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1950** - Censos Industrial, comercial e agrícola de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 10 jul. 2010.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1960** - Censos Industrial, comercial e agrícola de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 10 jul. 2010.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1970** - Censos Industrial, comercial e agrícola de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 10 jul. 2010.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 96-291.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

KUENZER, Acácia Z. Desafios Teórico-Metodológicos da relação Trabalho-Educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 55-75.

LIMA, Paulo G. Fundamentação histórica e epistemológica do paradigma da complexidade. In: **Tendências Paradigmáticas na Pesquisa Educacional**. Artur Nogueira, SP: Amil, 2003, p. 70-83.

LIMA, Sandra C. F. de. História dos outros, memória de si. In: BRITO, Diogo de Sousa; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LOMBARDI, José C. Educação e Ensino em Marx e Engels. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, ago. 2010, p. 20-42. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57528395/Educacao-e-Ensino-em-Marx-e-Engels> Acesso em: 10 jan. 2012.

LOMBARDI, José C; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. (orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

LOPES, Valéria M. Q. C. Novos trilhos, outras trilhas... In: BRITO, Diogo de Sousa.; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

LOPES, Valéria M. Q. C. ICASU. In: MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. (Orgs). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais**. Uberlândia - 1900/1980. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.

LOURENÇO, Luís A. B. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LUCENA, Carlos. **Tempos de Destruição: Educação, Trabalho e Indústria do Petróleo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados. Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

MACHADO, Lucília R. S. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MACHADO, Lucília R. S. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

MACHADO, Maria Clara T. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: uma assistência social institucionalizada. (Uberlândia - 1965 a 1980)**. 1990.

322f. (Mestrado em História) - Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

MACHADO, Maria Clara T.; PATRIOTA, Rosangela (Orgs). **Histórias e Historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003.

MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. (Orgs). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais. Uberlândia - 1900/1980**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.

MANFREDI, Silvia M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova cultural, 1987.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia política**. Livro 1, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3, Volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011. Disponível em: http://eventohistedbr.com.br/editora/wpcontent/uploads/2011/09/marx_engels_educacao_ensino_navegando_ebook.pdf Acesso em: 6 jan. 2012.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. 2002. 245f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELLO, Alex F. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva: Belém: SECTAM, 2000.

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 2004.

MENDONÇA, Ana W.P.C. et al. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 96-113. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf>> Acesso em: 20 set. 2011.

MESQUITA, A. P.; SILVA, H. Q. da. **As linhas do tecido urbano - o sistema de transportes e a evolução urbana de Uberlândia**. Uberlândia: Roma, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: Socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

MUNDIM, Maria O. P. **O Ensino Vocacional no Brasil: a experiência da Escola de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti (Uberlândia 1962 - 1983).** 2005. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945 - 1978).** São Paulo: Boitempo, 2004.

NIELSEN JÚNIOR, Diógenes. **Trabalho e Educação Profissional no Brasil: Reforma Capanema (1942).** 2004. 238f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

NUNES, Leandro J. Cidade e Memória: a (re)construção das imagens dos quebra-quebras e saques em Uberlândia. In: MACHADO, Maria Clara T.; PATRIOTA, Rosângela (Orgs). **Histórias e Historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2003.

OLIVEIRA, Dalila A. Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Orgs). **Políticas públicas & educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001. p. 105-121.

OLIVEIRA, Franscisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Sandra Ferreira de. **Gênese e descaminhos do Ginásio Profissional Cristo Rei (1944 - 1956) de Uberlândia-MG.** 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, Selmane F. **Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia (1950 - 1985).** Uberlândia: Rápida Editora, 2002.

PAULA, Dilma Andrade de. Desenvolvimento e rodovias: Estado e política de transportes no Brasil, 1950 - 1960. In: MACHADO, Maria Clara T.; PATRIOTA, Rosângela (Orgs). **Histórias e Historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2003.

PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala.** Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEREIRA, Lígia M. L.; FARIA, Maria A. de. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento 1901 – 2001**. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas, 2001.

PICHELI, Valdir. **O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930 – 1944)**. 1997. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RESENDE, Karla P. **História da Educação Profissionalizante: práticas e representações sociais da Escola Estadual Américo Renê Giannetti (1977 – 1996)**. 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

RIBEIRO, Maria L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. RJ: DP&A, 2002. p. 35-59.

RODRIGUES, Jane de Fátima S. **Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços (1924 – 1964)**. 1989. 214f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

RODRIGUES, José. **O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza O. de. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo: Xamã, 2000.

SANFELICE, José L. O Manifesto dos educadores (1959) à luz da história. **Educação e Sociedade**. Campinas: Cedes. Vol. 28, n.99, maio/agosto 2007, p. 542-557. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302007000200013&script=sci_abstract&tlng=pt cedes.unicamp.br. Acesso em: 4 jan. 2012.

SANTOS, Jailson A. dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane M. T.; FILHO, Luciano M. F.; VEIGA, Cyntia G. (Orgs). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Jane M. **Educação para a Indústria**: a FIEMG, a formação humana e o nacional desenvolvimentismo (1951 – 1960). 2008. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. RJ: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon.; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda Maria R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SILVA, Antônio Pereira da. Rondon Pacheco 90 anos. **Revista Dystak's**, Uberlândia, p. 8 - 21, Junho-julho/2009.

SILVA, Idalice R. **“Flores do Mal” na Cidade Jardim**: comunismo e anticomunismo em Uberlândia. 1945 – 1954. 2000. 444f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

SIMONINI, Gizelda C. S. **Telefonia**: Relação Empresa e Cidade (1954 – 1980). 1994. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. Seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone.

SOARES, B. R. **Uberlândia**: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado. Imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim. In: BRITO, Diogo de Sousa.; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SOBRINHO, Vicente Batista de M. **Massificação do ensino em Uberlândia - MG: A fala da imprensa 1940 - 1960**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SOUZA JÚNIOR, Geraldo Veiga de. Polícia/Crime. In: MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. (Orgs). **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais**. Uberlândia - 1900/1980. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1976.

TOLEDO, Caio Navarro de. (org). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1982.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5... A FIESP e o Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

UBERLÂNDIA (MG). Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Implantação do Ensino de 1º e 2º graus**. Uberlândia, 1972.

VASCONCELLOS, Maria H. F. **Dias de violência - o Quebra de janeiro de 59 em Uberlândia**. 1993. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Autores Associados, 1992.

VIEIRA, Sofia L. **Desejos de reforma: legislação educacional no Brasil - Império e República**. Brasília: Líber Livro, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931 - 1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ZANATTA, Marisa (Org). **De homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional**. São Paulo: SENAI, 1991.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920 - 1964)**. São Paulo: Cortez: CDAPH - IFAN, 2000.

Fontes Documentais Consultadas

ACIAPU. **Ata nº 1.476 da reunião realizada no dia 20 jan. 1970.** Uberlândia, 1970. Livro 21, p. 98.

ACIAPU. **Ata nº 1.476 da reunião realizada no dia 20 jan. 1970.** Uberlândia, 1970. Livro 21, p. 97.

ACIAPU. **Ata nº 1.431 da reunião extraordinária para mudança de nome da entidade e fundação do Centro Industrial de Uberlândia realizada no dia 15 abr. 1969.** Uberlândia, 1969. Livro 20, p. 189.

ACIAPU. **Ata nº 1.218 da reunião realizada no dia 29 dez. 1964.** Uberlândia, 1964. Livro 19, p. 99.

ACIAPU. **Ata nº 1088 da reunião ordinária realizada no dia 09 jan. 1962.** Uberlândia, 1962. Livro 18, p. 107.

ACIAPU. **Ata nº 1088 da reunião realizada no dia 11 jan. 1962.** Uberlândia, 1962. Livro 18, p. 111.

ACIAPU. **Ata nº 1080 da reunião especial realizada no dia 11 dez. 1961.** Uberlândia, 1961. Livro 18, p. 86.

ACIAPU. **Ata nº 1.001 da reunião realizada no dia 15 fev. 1960.** Uberlândia, 1960. Livro 17, p. 68.

ACIAPU. **Ata nº 973 da reunião realizada no dia 28 abr. 1959.** Uberlândia, 1959. Livro 16, p. 211.

ACIAPU. **Ata nº 947 da reunião realizada no dia 25 nov. 1958.** Uberlândia, 1958. Livro 16, p. 117.

ACIAPU. **Ata nº 922 da reunião realizada no dia 15 jul. 1958.** Uberlândia, 1958. Livro 16, p. 118.

ACIAPU. **Ata nº 922 da reunião realizada no dia 15 jul. 1958.** Uberlândia, 1958. Livro 16, p. 115.

ACIAPU. **Ata nº 912 da reunião realizada no dia 16 jan. 1958.** Uberlândia, 1958. Livro 15, p. 120.

ACIAPU. **Ata nº 907 da reunião realizada no dia 12 dez. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 15, p. 88.

ACIAPU. **Ata nº 871 da reunião realizada no dia 09 maio. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 135.

ACIAPU. **Ata nº 871 da reunião realizada no dia 09 maio. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 134.

ACIAPU. **Ata nº 871 da reunião realizada no dia 09 maio. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 133.

ACIAPU. **Ata nº 863 da reunião realizada no dia 16 fev. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 106.

ACIAPU. **Ata nº 860 da reunião realizada no dia 31 jan. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 96.

ACIAPU. **Ata nº 857 da reunião solene de posse realizada no dia 12 jan. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 91.

ACIAPU. **Ata nº 857 da reunião solene de posse realizada no dia 12 jan. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 90.

ACIAPU. **Ata nº 857 da reunião solene de posse realizada no dia 12 jan. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 85.

ACIAPU. **Ata nº 857 da reunião solene de posse realizada no dia 12 jan. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 83.

ACIAPU. **Ata nº 857 da reunião solene de posse realizada no dia 12 jan. 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 14, p. 80.

A Atividade editorial marxista. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 16 dez. 1962, p. 09.

A violência, a agitação e a discórdia não constroem. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 15 fev. 1959, p. 01.

COISAS e graças de uma cidade chamada Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 22 jan. 1956, p. 05.

CONHEÇA a Cidade Industrial. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 08 dez. 1964, p. 02.

CRESCEM os arranha-céus de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 abr. 1956, p. 01.

CRIADA a Comissão Permanente de Defesa dos interesses de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 23 mai. 1959, p. 01.

DR. Rondon Pacheco. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 31 jul. 1956, p. 01.

EMANCIPAÇÃO do Triângulo Mineiro. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 13 dez. 1956, p. 01.

ESCOLA Vocacional: mais uma arrancada da Associação Comercial. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 05 dez. 1957, p. 06.

ESCOLA Vocacional: obra iniciada e relegada a um plano de olvido. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 29 mar. 1956, p. 01.

ESCOLA Vocacional de Aprendizagem Industrial. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 07 mai. 1948a, p. 01.

FEDERAÇÃO das Indústrias de Minas Gerais. **O Repórter**, Uberlândia, 31 out. 1955, p. 01.

GOVERNO que não pode terminar escola dá 500 mil para o Zebu. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30 mar. 1957, p. 01.

GRAÇAS a Rondon a Escola Vocacional vai funcionar. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 16 set. 1961, p. 01.

HINO Cidade Industrial – prazo vai terminar hoje. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 14 dez. 1964, p. 04.

JUVENTUDE sem instrução portas abertas para o vício. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 15 set. 1957, p. 01.

LOCALIZADA em Uberlândia uma Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 07 mai. 1948b, p. 01.

MENDICÂNCIA na cidade torna-se grave problema: providências. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 31 dez. 1961, p. 08.

MP e Rondon Pacheco inauguram hoje Escola Vocacional de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 15 abr. 1962, p. 01.

NA Legislativa do Estado o caso da Escola Vocacional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 ago. 1956, p. 01.

NÃO se registraram anormalidades de espécie alguma em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 mar. 1956, p. 01.

O homem público mais modesto (porém produtivo) de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 out. 1956, p. 01.

POLÍCIA faz autêntica limpeza nesta cidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 20 set. 1963, p. 06.

PRECISAMOS nos separar de Minas: “vizinho” Estado tudo nos tira e nada nos devolve. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 16 abr. 1957, p. 06.

PREFEITURA fará cumprir Códigos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 23 fev. 1963, p. 06.

QUEM terminar a Escola Vocacional receberá um prêmio. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 11 set. 1956, p. 01.

QUEREMOS nossa Escola Vocacional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 29 jul. 1956, p. 01.

SITUAÇÃO nacional é aflitiva: governo culpado. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 dez. 1958, p. 01.

SOLUÇÃO (provável) para o caso da Escola Vocacional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 06 mai. 1956, p. 01.

UBERLÂNDIA: progresso a jato. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 02 ago. 1964, p. 07.

UBERLÂNDIA terá feira industrial. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 05 fev. 1963, p. 06.

UBERLÂNDIA: 74 anos de vida com progresso e trabalho. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 01 set. 1962, p. 02.

UBERLÂNDIA: 74 anos de vida com progresso e trabalho. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 01 set. 1962, p. 01.

UBERLÂNDIA: essa desconhecida. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 ago. 1956, p. 06.

UBERLÂNDIA, grande centro de irradiação comercial. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 04 mai. 1948, p. 06.

VOCACIONAL única em Minas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 05 jul. 1965, p. 05.

VOCÊ conhece Uberlândia? **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 mai. 1956, p. 01.